

SARNEY 90 ANOS





CENTRO CULTURAL CÂMARA DOS DEPUTADOS

SARNEY 90 ANOS

BRASÍLIA, 2020

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PREFÁCIO

DEPOIMENTOS

ALGUNS DISCURSOS E ARTIGOS

A LITERATURA

FORTUNA CRÍTICA

CRONOLOGIA

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA

AGRADECIMENTOS

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Esta publicação com que a Câmara dos Deputados assinala os 90 anos de vida do presidente José Sarney reúne precioso material historiográfico, de enorme valor para todos os que pretendem conhecer a História do Brasil da segunda metade do século XX às primeiras décadas do século XXI. É natural que seja assim, pois José Sarney foi não apenas participante e observador privilegiado da cena política brasileira ao longo de seis décadas de mandato político como, não raras vezes, ocupou papel de protagonista na História nacional.

O volume divide-se em cinco partes: depoimentos de personalidades de diversos campos da vida social – nas letras, nas artes, na ciência, no mundo jurídico, na política e na economia; alguns de seus mais significativos discursos; sua vasta produção literária; a cronologia da sua vida e obra; e um rico acervo de fotos que inclui raros registros de sua infância e juventude.

Dos depoimentos, muitos dos quais emocionados, emerge a figura do homem que soube, como poucos, cultivar amizades sinceras, exercer os cargos aos quais foi alçado pelo destino e vontade popular com elevado espírito público, e ainda conciliar o pesado fardo do exercício da alta política com a produção de notável obra literária.

O talento de escritor, o absoluto domínio da arte retórica e a mestria no uso da linguagem são atestados por cada um de seus discursos aqui transcritos, organizados em ordem cronológica. Desde o primeiro – pronunciado na tribuna da Câmara dos Deputados no dia 18 de março de 1964 – até o último – com que encerrou sua longa vida parlamentar na tribuna do Senado Federal, no dia 18 de dezembro de 2014 –, chamam a atenção a coerência entre palavra e ação, a agudeza do diagnóstico sobre os problemas nacionais e o senso de responsabilidade que o movia em cada um de seus atos de homem público. José Sarney sempre foi um profundo conhecedor do Brasil e dos brasileiros, e seus pronunciamentos são testemunho disso.

Alguns dos discursos aqui transcritos foram pronunciados fora do Parlamento, como o de posse na Academia Brasileira de Letras, em 6 de novembro de 1980. Esta peça de oratória é leitura indispensável para quem quer conhecer um pouco da história da Casa de Machado

de Assis. Nela, José Sarney relata, com sua deliciosa verve, casos e diálogos travados pelas personalidades que um dia constituíram a mais alta confraria das letras nacionais.

Outro discurso histórico aqui incluído é o que traz um relato sobre a Conferência de Estocolmo, primeira reunião internacional sobre meio ambiente, pronunciado na tribuna do Senado Federal, no dia 19 de junho de 1972. Aquela foi uma das primeiras vezes em que o tema, hoje tão presente no debate global, foi objeto de um pronunciamento no nosso Parlamento.

E há, ainda, os discursos realizados durante o drama que o levou, como vice-presidente eleito, a assumir a Presidência da República após a doença e morte de Tancredo Neves. Esta publicação traz o discurso inaugural, pronunciado no Palácio do Planalto na manhã do dia 15 de março de 1985. É um pequeno improviso, pelo qual José Sarney assume a Presidência, empossa o Ministério e manifesta sua fé na rápida recuperação do presidente eleito. Traz também o pronunciamento feito durante o sepultamento de Tancredo Neves, em São João del-Rei, exatos quarenta dias depois. Sob forte emoção, ele reafirma o seu propósito de assumir e honrar as promessas e os compromissos de Tancredo, o que de fato fez. Esta publicação também apresenta o discurso pronunciado no ato de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, no Palácio do Planalto, em 28 de junho de 1985.

Outros discursos dignos de nota são as homenagens feitas à Santa Irmã Dulce dos Pobres e ao presidente Juscelino Kubitschek, o balanço de seu governo passados vinte anos da posse inesperada, a comemoração dos 100 anos do Supremo Tribunal Federal e a mensagem de Sarney ao Congresso Nacional na abertura do Ano Legislativo de 1990, na qual o presidente faz um balanço político de seus cinco anos de mandato. Para encerrar o capítulo, o livro transcreve uma bela crônica que José Sarney escreveu quando completou o nonagésimo aniversário, intitulada “90 anos: saudades e esperanças”.

No capítulo dedicado à produção literária, estão listadas suas 24 principais obras, em ordem cronológica. Ele publicou, até o momento, 121 títulos, em 172 edições, algumas traduzidas em onze línguas.

Este livro traz ainda uma linha do tempo de sua vida e obra. Esta cronologia nos apresenta aspectos pouco conhecidos da vida de José Sarney, como sua mocidade em São

Luís, a prisão quando liderava uma manifestação contra a ditadura de Vargas, em março de 1943, e o início da carreira como jornalista, no periódico *O Imparcial*, após vencer concurso de melhor texto jornalístico.

Ao final, há o acervo fotográfico com imagens preciosas de sua infância, juventude e de momentos marcantes da longa trajetória em que alcançou, por suas virtudes humanas, admirável bagagem intelectual e notável talento literário, os mais elevados postos que um homem público, político e escritor podem almejar.

PREFÁCIO

PREFÁCIO

Em geral, os ícones são figuras idealizadas pelo imaginário, pertencentes a um tempo histórico pretérito. Ao contrário, esta é a história de um vulto do presente, um homem de nossos dias, conquanto credenciado pelo passado, por tê-lo vivido plenamente, em todas as suas muitas glórias e não poucas dificuldades.

O ex-presidente José Sarney participou de muitas das profundas transformações pelas quais passou o Brasil e que marcaram a segunda metade do século XX, no campo social, econômico e político. E foi muito além. Por diversas ocasiões, sob as mais diversas circunstâncias, tornou-se o seu protagonista, à frente do processo de evolução da sociedade brasileira.

Os que tiveram o privilégio de viver esses momentos, assim também aqueles que passaram a conhecê-los por meio da crônica política, sabem o que quero dizer: por sua história, o ex-presidente José Sarney tornou-se de há muito parte da História, mercê de uma bem-sucedida carreira, construída com perseverança, sabedoria e grandeza.

Tanto quanto bem-sucedida, uma carreira longa. O ex-presidente da República detém a marca de ser o político brasileiro com mais tempo de exercício da função pública, no plano nacional, quase sessenta anos dedicados a servir o Brasil, sem jamais perder o entusiasmo ou ver diminuída a esperança.

Nascido em Pinheiro, Estado do Maranhão, no dia 24 de abril de 1930, José Ribamar Ferreira de Araújo Costa bacharelou-se em direito pela Universidade Federal do Maranhão, no ano de 1953. Mas antes que as lides advocatícias o capturassem, foi atraído primeiro às letras e logo a seguir à política. Já em 1955 assumia uma vaga na Câmara dos Deputados, como representante do povo maranhense. Começava então a longa trajetória na vida pública.

Senador por 39 anos e seis meses, totalizando cinco mandatos, foi um recordista. Presidiu a Casa quatro vezes. Como deputado federal por mais de dez anos, integrou três legislaturas, a partir de 1955 até 1966. No âmbito do Poder Executivo, foi governador do Estado do Maranhão. Eleito vice-presidente da República, na chapa formada com Tancredo Neves, viria, com a morte deste, a assumir o cargo de presidente da República.

Transcorria o ano de 1985, que inauguraria a chamada Nova República, com a recondução ao poder de um governo civil, depois do regime militar. O processo de transição, que deveria acontecer sem traumas, iniciava-se com o trauma da perda inesperada. O entusiasmo deu lugar à surpresa, e esta, ao desalento. Os brasileiros temiam o desastre iminente.

O desafio inicial seria fazer com que se superasse o medo do retrocesso. Recém-empossado, o presidente Sarney sabia, por vivência e instinto, ser fundamental avivar desde logo a esperança. Já na primeira hora, buscou-a com habilidade política e fé na democracia. Sempre disposto à conversa, sem arroubos de grandiloquência ou ímpetos de enfrentamento, que, aliás, não são de sua índole, foi rapidamente compreendido. Legitimou-se pela prudência, temperança e capacidade de compor. Outro, em seu lugar, talvez não o tivesse conseguido.

Superada a comoção, era preciso pacificar a nação, a fim de que os brasileiros se reconciliassem consigo mesmos. Com as Forças Armadas dispôs-se a resgatar o papel constitucional que lhes cabia exercer naquele momento e sempre. A volta aos quartéis se daria dentro da normalidade do estado de direito; com os partidos políticos, independentemente da linha ideológica, buscou aproximação e pregou o entendimento. Era preciso recomeçar.

O presidente Sarney foi efetivamente o grande fiador da transição democrática, ao estimular a liberdade de manifestação e expressão e, em ato de supremo apego aos princípios democráticos, convocar a Assembleia Nacional Constituinte. Mostrava-se, desse modo, sensível à grande demanda da sociedade brasileira, que clamava por um novo ordenamento constitucional, de forma a estabilizar as conquistas da liberdade, no pós-ditadura.

Ao longo dos cinco anos em que ocupou o cargo de chefe do Poder Executivo, retomou a ideia de uma política externa independente, com destaque para a integração latino-americana, por meio da aproximação com a Argentina e da criação do Mercosul.

No plano interno, abriu espaço para a discussão das velhas questões nacionais: a reforma agrária, a cultura, o desenvolvimento urbano, o meio ambiente. Incentivou a ciência. Avançou na desburocratização. Combateu, com todos os instrumentos então possíveis, o monstro inflacionário, que se alimentava da recessão econômica e da dívida herdada dos governos militares. Por razões tanto estruturais quanto conjunturais, essa foi uma luta que, como sabemos, só chegaria ao final uma década depois.

Ao final do mandato, o espinhoso exercício da Presidência da República não o faria desencantar-se da política. A política continuava sendo a sua motriz, e o ex-presidente ainda voltaria às lides parlamentares, elegendo-se senador pelas três legislaturas seguintes. Representava agora o Estado do Amapá. Só em 2015 se afastaria em definitivo.

A intensidade com que viveu a política, contudo, não lhe tornou menor a paixão pelas letras, cultivadas, desde muito jovem, sempre ou quase sempre, em paralelo às atividades políticas. Como jornalista, foi redator e colaborador de diversos veículos regionais, antes de estender sua contribuição a jornais e revistas de circulação nacional.

Na literatura, deu asas à verve exuberante. Dos ensaios, poesia, contos, crônicas e romances surge o autor festejado, dono de uma linguagem agradável, límpida, apurada e vigorosa, na qual está refletida a fecunda experiência de vida. Para não mencionar por completo a obra caudalosa, citem-se, como exemplo, os poemas de *Maribondos de fogo* e *Saudades mortas*, assim como os romances *O dono do mar* e *Saraminda*.

A criação literária lhe valeu merecidamente a eleição como membro da Academia Brasileira de Letras; do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; da Academia Maranhense de Letras; e da Academia Brasiliense de Letras. É ainda Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Mais que isso, o projetou no mundo acadêmico

fora do Brasil. O ex-presidente José Sarney é também membro da Academia das Ciências de Lisboa e detém o título de doutor honoris causa da Universidade de Coimbra, Universidade de Moscou, Academia Dako Romana, Universitatea de Vest "Vasile Goldis" de Arad, Romênia e Universidade de Pequim.

José Sarney mostrou-se grande em tudo o que realizou. E grande continua sendo, pelo pujante e inesgotável cabedal de cultura, pelo testemunho e contribuição singulares, que não se extinguíram com o recolhimento a que hoje faz jus, depois de décadas de luta.

A passagem dos noventa anos de uma vida de tal magnitude haveria, portanto, de ser comemorada com todos os galardões.

A Câmara dos Deputados orgulha-se da iniciativa deste livro, que vem se somar a uma série de outras homenagens, na Casa, ao homem, ao cidadão, ao literato e ao político José Sarney, brasileiro de virtudes notáveis, paradigma de espírito público, disposição ao diálogo e sobretudo apego aos valores supremos da democracia.

Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados



Foto: Pedro França | Agência Senado

DEPOIMENTOS

Alberto Santoro
Alcione
Almir Pazzianotto
Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay)
Antonio Carlos Secchin
Antônio Imbassahy
Arnaldo Niskier
Arno Wehling
Carlos Nejar
Celso Lafer
Cicero Sandroni
David Uip
Denise Rothenburg
Dilma Rousseff
Domício Proença Filho
Edison Lobão
Eduardo Braga
Eros Grau
Evanildo Bechara
Fafá de Belém
Fernando Collor de Mello
Fernando Henrique Cardoso
Heráclito Fortes
Ibaneis Rocha
Ives Gandra
Jaques Wagner
João Almino
José Augusto Ribeiro
Kátia Abreu
Kátia Bogéa
Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Luiz Gutemberg
Luiz Inácio Lula da Silva
Maílson da Nóbrega
Márcio Tavares D'Amaral
Michel Temer
Nélida Piñon
Nelson Jobim
Orlando Brito
Paulo Tarso Flecha de Lima
Pedro Costa
Raimundo Carreiro Silva
Raul Cutait
Renan Calheiros
Roberto Kalil Filho
Roberto Viana
Rubens Bayma Denys
Rubens Ricupero
Sepúlveda Pertence
Silvestre Gorgulho
Tarcísio Padilha
Tereza Cruvinel
Turibio Santos

“

A melhor coisa da vida
é a amizade, e o melhor
tesouro que podemos ter
são os amigos.”

José Sarney
em seus 90 anos

“

O presidente José Sarney proporcionou o desenvolvimento da física experimental de altas energias no Brasil. Foi quando era presidente que tivemos o maior incentivo para desenvolver nossas pesquisas e assim termos a oportunidade de participar das descobertas do Quark Top e mais recentemente do Boson de Higgs.

Eu particularmente agradeço mais uma vez o seu interesse pela ciência e suas consequentes ações para o nosso desenvolvimento científico. Não esqueço tampouco o dia que levei o senhor para visitar o Laboratório Fermilab nos Estados Unidos e de seu encontro com o diretor Dr. John People. Todos esses acontecimentos não serão esquecidos em nossa história. Quero agradecer ainda o convite para apresentar estas curtas linhas para felicitá-lo em seu aniversário.”



Alberto Santoro
Cientista



Foto: Jane de Araújo | Agência Senado

“

Conhecemos o presidente Sarney na minha casa, através do meu pai e minha mãe, que sempre gostaram muito dele. A filha dele, Roseana, estudava na mesma escola que eu, na Escola Normal. Minha irmã Ivone jogava vôlei com ela. Às vezes ela passava lá em casa para pegar Ivone, pois elas eram amigas do time de voleibol.

Naquela época Sarney era governador. Cheguei a gravar alguns jingles para ele, e Luís Vieira também. Foi assim que a gente foi conhecendo o Sarney, a família, D. Kiola, dona Marly...

Sarney sabe tudo da cultura do Maranhão. Quando tinha festa no Palácio (do bumba meu boi, folclore da terra), meu pai, músico e repentista, sabia a maioria das cantigas. Sarney gostava muito de meu pai e ia para lá cantar as toadas de boi com meu pai. Ele sabe mais toadas que eu.

Através dessa coisa toda, a gente ficou amigo.

E a cada dia eu passava a admirar mais José Sarney, porque ele sempre foi um grande maranhense, e o maranhense sempre gostou muito dele. Além de ser um grande intelectual, ele é religioso e também muito amoroso com o povo da sua terra.

A minha mãe tinha um retrato do Sarney na sala! E toda vez ela mostrava para mim: “Minha filha, aquele ali é um santo!”.

Essa foi uma amizade que perdurou. No dia do enterro da minha mãe, que era lavadeira, vi entrar, na porta do cemitério, José Sarney, Dona Marly, Fernando e Zequinha – José Sarney Filho. Sarney mandou meu irmão Wilson largar uma alça do caixão e segurou. Foi ele que baixou a minha mãe à sepultura. Eu fiquei muito orgulhosa com isso, porque, naquela época, ele já era senador. Ele veio de Brasília para fazer isso. Como é que eu posso esquecer um gesto desse? Jamais. Sarney vai estar para sempre impregnado aqui no nosso coração, na nossa alma – ele e toda a família dele.

Ele sempre foi muito decente com as amizades. E até com os inimigos! Lembro que uma vez, um político o traiu e falei para ele: “Senador, eu não quero mais ver o senhor falando com esse homem!”. E ele disse: “Minha filha, essas são coisas da política!”.

Eu soube na Itália que Tancredo Neves tinha morrido. Fiquei tão triste com isso, porque Tancredo era um homem bom também... Foi por isso mesmo que Sarney assumiu a Presidência da República... Ele não tinha plano nenhum para ser presidente, mas teve que assumir a Presidência da República. Ele passou os percalços dele, nós todos juntos, mas estamos aí, graças a Deus, e vamos em frente, minha gente.

Uma vez uma jornalista me ligou e disse assim, logo que ele se tornou presidente: “Alcione, agora então seus discos vão passar a tocar mais na rádio, como você é amiga do presidente”. Respondi: “Olha, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Ele vai deixar de ser presidente e eu vou continuar cantando, como faço até hoje”. Nunca dei muita confiança para esse tipo de conversa. Sarney era um grande amigo da minha família. Pronto e acabou.

Toda vez que eu encontro com ele nós vamos cantar toada de boi. “Rapaziada, a ilha deu um estrondo...”, eu canto. Aí ele vai: “Que chega de pedra parou... Até o tempo fez uma mudança...” O filho dele gosta de um maracá, sempre anda com uma matraca no pescoço. Fernando é boieiro. Boizeiro, como a gente chama. Esses momentos são sagrados para nós. Especialmente no São João.

Sarney deu grandes incentivos. Inventou a Lei Sarney, que depois trocaram de nome, porque não sabem a vaidade dos políticos. A Lei Rouanet, que era a mesma coisa. E agora nem isso querem dar mais para a cultura. Está uma guerra danada. Eu espero que isso acabe. Como Sarney era um homem intelectual, culto, ele sabia da necessidade da cultura para esse país. Mas eu tenho fé em Deus ainda que esse governo ainda vai fazer as pazes com a cultura e que tudo isso aí ficar muito bem para esse país. Com a graça de Deus.

Eu tenho certeza de que Deus vai sempre abençoar José Sarney, Dona Marly, Roseana, todos os seus filhos. Temos essa amizade que não é de hoje, não nasceu em qualquer porta de botequim. Quero agradecer sempre por esse carinho que sempre tiveram conosco, especialmente com meus pais, Seu João Carlos e Dona Felipa. Tenho essa lembrança no meu peito, que vai ficar pra sempre na minha alma.”

Alcione
Cantora

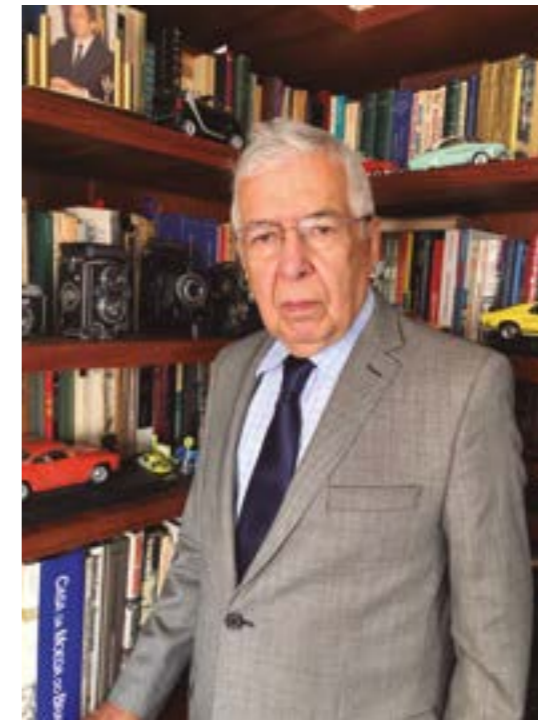


Foto: Acervo Almir Pazzianotto

“

Conheci o presidente José Sarney no dia 15 de março de 1985, na assinatura do termo de posse como ministro do Trabalho. Permaneci à frente do Ministério até setembro de 1988, quando me nomeou para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Encontrei em S. Exa. a personalidade afável, a disposição para ouvir, o firme propósito de ajudar, a vontade de compreender e o espírito tolerante que permitiram ao Brasil a travessia pacífica do período de transição para o regime democrático incorporado à Constituição de 1988.

O presidente José Sarney celebra noventa anos coroado pelo reconhecimento do relevante papel exercido em momento decisivo de reconstrução da democracia.

À medida que o tempo passa, paixões extremadas se dissipam e a opinião pública julga com isenção e equilíbrio, mais nítida se revela a imagem do estadista.”

Almir Pazzianotto
Jurista, ex-presidente
do Tribunal Superior do Trabalho



O presidente e os desafios da cultura

José Aparecido de Oliveira, que me trouxe para a cena nacional da vida pública, logo matriculou-me na lista de amigos de José Sarney, e cuidei de cultivar o privilégio. Mineiro de cidade histórica, o secretário do presidente Jânio Quadros tinha memória prodigiosa e contava sempre casos antológicos. Lembrava-se dos primeiros tempos, vivendo numa república no Rio de Janeiro, onde conhecera o jovem político maranhense. A UDN do Maranhão cabia no jipe do Dr. Alarico, dizia ele, mas José Sarney conseguiu vencer a máquina inquebrantável de Vitorino Freire. O moço de Conceição do Mato Dentro guardou, desde aquela época de embates entre o partido do Brigadeiro e o poderoso PSD, uma admiração maior pelo combativo deputado um ano mais novo com o qual iria conviver na Câmara Federal, ao vencer as eleições de 1962. O filho de Dona Araci e o filho de Dona Kyola continuaram amigos ainda que, por duas décadas, a política os tivesse inserido em campos radicalmente antagônicos.



Observado pela mãe, Dona Kyola, Sarney cumprimenta Bandeira Tribuzzi

José Sarney faz política sem se afastar da poesia. O conterrâneo Bandeira Tribuzzi abre a lista de seus autores prediletos, e a pintura também o sensibiliza, o que o levou a criar tanto sobre a página quanto sobre a tela. A palavra e a imagem o instigam e lhe pedem respostas. Se o maranhense Sousândrade anteviu o inferno de Wall Street, Sarney atravessou o da Praça dos Três Poderes.

A este poeta coube uma missão singular, em hora terrível de angústia. Com sua participação direta, assegurou-se a transição do regime autoritário para o reinício da construção democrática, quando o destino veio confiar-lhe a Presidência do Brasil desde o dia da posse inviabilizada de Tancredo Neves.

Atuei em seu governo, ao lado de José Aparecido, na implantação do Ministério da Cultura, em cuja trincheira de luta permaneci, depois que José Sarney deslocou para o governo do Distrito Federal o primeiro titular da sonhada pasta. Trabalhei com o ministro Aluísio Pimenta durante a curta e polêmica passagem pelo ministério. Em seguida, fui confirmado por Celso Furtado na direção do Iphan, acumulando a chefia de seu gabinete.

A presença de Celso Furtado reacendeu as expectativas, e em brevíssimo tempo o novo ministro conseguiu definir o projeto de lei que pioneiramente criaria os incentivos fiscais à cultura no Brasil. A Lei Sarney foi sancionada pelo presidente em 2 de julho de 1986, no Palácio do Planalto, em cerimônia da qual participaram Jorge Amado – homenageado pelo Dia da Bahia – e o escritor haitiano René Depestre. Eu assinei a Lei Sarney como interino de Celso Furtado, que se encontrava em missão na Europa.

A efervescência política gerada pela Constituinte e pelas adversidades da situação econômica provocou tensões que atingiram o êxito da política cultural inovadora, abrangente e eficaz concebida por Celso Furtado. Intelectual e homem de ação, ele propôs um programa por meio do qual o Ministério da Cultura estaria apto a abrir caminhos e replicar estratégias no contexto dos Estados e no âmbito dos municípios. Em um ano de aplicação, a lei de incentivo dobrou o montante de investimentos em cultura até então feitos pelo ministério. No entanto, discussões bizarras sobre a Lei Sarney, alvoroçadas pelo showbiz insatisfeito e voraz, contribuíram para que o governo seguinte a eliminasse, recriando-a por fim sob o

nome do embaixador Sérgio Rouanet, que assumira heroicamente a Secretaria de Cultura no gabinete de salvação de uma presidência condenada.

José Sarney escolheu e apoiou Celso Furtado, a quem admirava desde a Sudene e a “Formação Econômica do Brasil”. Membro da Academia Brasileira, poeta, escritor e pintor, reconhecia no programa proposto pelo ministro a direção certa no rumo de resultados para além do beletismo, das belas-arts e do espetáculo, porque gerados por uma política pública até então inédita, por meio da qual os desafios culturais se identificam com os fenômenos sociais e transformam para melhor a vida do país. Quando José Aparecido voltou ao Ministério da Cultura, a aproximação com Portugal e os países lusófonos ganhou a ênfase que culminou na criação da CPLP, incentivada pelo presidente Sarney.

No Congresso Nacional, o senador que lutara pela improvável lei de incentivo à cultura e o presidente do Senado que fomentou na casa legislativa o interesse pelas dimensões culturais muito contribuiu para que essas agendas fossem priorizadas e garantidas. Trata-se do compromisso que advém da consciência de um humanista. É grato reconhecer, na celebração de seu nonagésimo aniversário, o quanto a José Sarney deve a cultura do Brasil. No momento exato em que se vive o absurdo colapso da política cultural do governo brasileiro, o presidente Sarney é a referência de que não se pode governar sem a compreensão de que é pela cultura que o drama humano e político se explicita e se eleva.”

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Jornalista, escritor, curador de arte, ex-presidente do Iphan e do Ibram, ex-prefeito de Ouro Preto e secretário de Cultura de Minas Gerais.



Foto: Acervo Angelo Oswaldo



Foto: Marcos Oliveira | Agência Senado

“

Quando o telefone tocou, eu estava prestes a pegar um avião para ir a Goiânia me encontrar com o governador de Goiás. Ao atender, reconheci a voz do presidente Sarney. Nunca havia falado com ele. A sua filha Roseana era capa de todos jornais e revistas. Caso Lunus. Muito gentil, ele conversou um pouco, com inegável simpatia, sobre generalidades. Daí perguntou-me onde eu estava e se poderia ir a São Luís. Eu disse que estava no hangar da Líder e ele me falou que se eu pudesse ir seria só mudar para o hangar da TAM, onde um avião me esperava. Cancelei Goiânia e 3 horas depois eu descia em São Luís.

Casa cheia, típica de político nordestino. Antes mesmo de me apresentar a Roseana, o presidente e dona Marly me serviram um catado de siri com farofa. Naquele momento eu decidi que valia a pena pegar a causa.

Em um quarto lotado de políticos, ministros, assessores, amigos, advogados, parentes, estava Roseana. O presidente me apresentou e eu pedi para ficar a sós com ela. Afinal, a ideia era eu ser advogado dela. Todos saíram, meio a contragosto, e ficamos Roseana, o presidente e eu. Então eu disse: "Presidente, o senhor também, quero conversar eu e ela". Ele me olhou com um olhar meio perplexo, meio de confiança. Quase feliz. No fundo eu notei que ele gostou e, educadamente, saiu.

Quando voltou, eu era advogado da Roseana e vi que ela era o que tinha de mais importante para ele. Percebi também que assim, de repente, havia sido criado um elo de confiança entre nós.

A vida passou, o tempo me deu a sorte de conviver com o presidente Sarney nas mais diversas situações. Ele sempre com uma inteligência fulgurante, um humor fino, uma ironia própria dos muito brilhantes e com demonstrações de afeto, de carinho a todo momento. Sempre com uma palavra carinhosa, de elogio, e com observações sobre tudo o que ocorria no mundo e na política.

Sofreu com as injustiças de um autoritarismo de investigações sem fundamento, mas sempre com absoluto controle sobre tudo, com observações jurídicas e uma visão acurada do mundo. E sem perder o respeito pelas instituições e pelas pessoas. A qualquer hora do dia estava pronto, com uma elegância ímpar. E com histórias deliciosas para nos encantar a todos. Histórias que dariam um livro só dos momentos que vivi nestes anos todos de convivência.



Foto: Acervo José Sarney

Conto uma. O José Dirceu me confidenciou que o Lula, recém-eleito, queria que o presidente Sarney fosse presidente do Senado. E me pediu para sondar com ele, sem dizer que eles queriam. Eu fui e falei com o presidente e, óbvio, falei tudo. Inclusive do pedido para eu não contar. Conte e contei na frente da Roseana, que imediatamente retrucou: "Não vai, você já foi presidente da República". Roseana mandava muito, mas não mandava em tudo. O presidente me disse: "Faça um jantar na sua casa, o Zé, você, Roseana e eu. E quando o assunto surgir, você, Roseana, diz que não", afirmou ele, peremptoriamente, "e eu vou dizer que para um ex-presidente é ruim disputar. Depois deixem comigo" — ele sentenciou.

Acertados, fomos jantar em minha casa. Só nós e Valéria, minha mulher. Muitas horas e algumas garrafas de vinho depois, notei que ninguém falava do assunto. Não suportei e disse: "Combinamos tudo e ninguém toca no assunto! Era para você, Zé, introduzir, a Roseana negar e o presidente se justificar. Mas ninguém fala nada?". Todos riram, se olharam, e o presidente Sarney saiu de lá presidente do Senado.

Guardo dele dezenas de bilhetes carinhosos. Sobre um artigo, uma entrevista, uma sustentação oral, ele acompanha tudo e tem sempre um gesto generoso. Mas é insuperável nos momentos de conversas a dois. Um bom vinho. Histórias sem fim. Observações sobre a vida, a amizade, a política, o nada, sempre com profundidade e leveza.

Conviver com ele na intimidade da amizade me fez uma pessoa melhor. Na ilha de Curupu outorgou ao Érico, meu caçula, o título de Barão de Curupu, e foi lá que meu filho aprendeu a falar colocando um pintinho de uma ninhada de galinha na boca.

Vivemos momentos tensos e nunca o vi sem a coragem resoluta do enfrentamento necessário. Em nenhum momento senti que ele deixou que qualquer um tivesse dúvida de que ele iria encarar o que viesse de cabeça erguida. Um grande companheiro de todas as horas. Tenho para mim que fora a família, que está acima de tudo, somente a literatura para ele pode competir com a política, sendo que a política vem em honroso terceiro lugar.

Muitas vezes as pessoas não têm a percepção do que ele é e representa. Da alegria simples que demonstrou quando liguei de uma livraria em Paris para dizer que havia alguns livros dele em francês. Até o sorriso maroto de quando descemos em São Luís, após uma

eleição vitoriosa debaixo de uma chuva de notícias na imprensa sobre a enorme quantidade de anos dele no poder, e um senhor que pegava as malas fala de maneira simples e carinhosa: “É, presidente, nossa oligarquia está forte”.

Ensinamentos carinhosos, sempre com uma visão estratégica da política e do poder. Sem arrogância e com muita dignidade, trata a todos com a mesma fidalguia e distinção. E muita perspicácia.

Certa vez me ligou, ele e Renan Calheiros disputando a Presidência do Senado, e me disse: “Avisa ao Renan que ele conseguiu inviabilizar minha candidatura. Eu não serei presidente, mas ainda tenho o poder do veto, ele também não será. Poderá ser qualquer um dos 79 outros senadores, menos eu e ele”.

Curioso com este desdobramento, falei com o Renan, que imediatamente pediu para eu marcar um jantar. O presidente não quis ir, mas mandou Roseana, sua fiel escudeira. Em minha casa e depois de bons vinhos, ouvi de Renan que era para dizer ao presidente que ele seria mais forte do que se ele, Sarney, fosse novamente o presidente do Senado. Como já era tarde, me despedi do Renan e disse a Roseana: “Amanhã irei lá e conversamos com seu pai”. A resposta dela foi a expressão do que é o presidente Sarney: “Amanhã? Ele está esperando”.

Tarde da noite encontrei o presidente na sala, impecável, com gravata e seu jaquetão, nos aguardando com um entusiasmo de um vereador iniciando na política. Tempos depois, encontro os dois na mesma sala, Renan e Sarney, e ambos me disseram que aquela composição foi a melhor para os dois.

Enfim, fica o registro da minha enorme alegria de poder me sentir amigo do presidente Sarney e sua família. Honra mesmo, só diluída pelo carinho que ele dedica a cada um de nós. É tão fácil e boa essa convivência que nos dá a impressão de que ele não é quem é na História do Brasil, mas que é um amigo, destes que a gente pode procurar a qualquer hora. Obrigado, presidente.”

Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay)
Advogado

“

A estreia literária de José Sarney ocorreu em 1954, com o livro de poemas *A canção inicial*. Nada menos do que oito amigos foram contemplados na dedicatória, entre eles seu futuro confrade na Academia Brasileira de Letras, Ferreira Gullar. Os então jovens escritores de São Luís reuniam-se em grêmios. Gullar integrava uma “academia” conservadora, e Sarney, a mais moderna. Tais opções tornam-se visíveis se confrontarmos os poemas de *A canção inicial* com os do livro inaugural de Gullar, *Um pouco acima do chão*.

A primeira estrofe do poema de abertura do volume atesta a adesão de Sarney à prática do verso livre: “Flor rubra / carne clara da noite / leve e longa / nova estrela perdida / nos caminhos / onde existe / a fonte de bem-amar”. A tonalidade lírico-amorosa perpassa todo o volume, algo apimentada na parte II do livro, “As baladas”. O soneto “Canto de saudade”, vazado em alexandrinos, é demonstração cabal de que o verso livre, em Sarney, foi opção de quem sabia também compor em métrica regular. Imagens originais povoam o livro: “Há nas sombras que caminham / pesadas luas de suor e sede”.

Ressaltemos também a fidelidade de José Sarney: aos amigos e às palavras.

Fui por ele agraciado, em 2015, com um raro exemplar da edição *princeps* de *A canção inicial*, publicada em tiragem de apenas 250 exemplares. Cotejei-a com a segunda, de 2001, que contou com bela apresentação do poeta José Chagas. Lá estavam, íntegros na nova publicação, a dedicatória aos oito amigos, bem como todos os poemas tal qual surgiram em 1954. Desapareceu, apenas, o derradeiro sobrenome – “Costa” – que, em 1954, integrava o nome literário de José.

Hoje saudamos o nonagésimo aniversário de quem, há 66 anos, já compunha, em verso premonitório que congrega as pontas da vida, uma “Velha canção de esperança e juventude.”

Antonio Carlos Secchin
Professor, membro da Academia Brasileira de Letras



Foto: Fernando Rabelo



Foto: Marcos Oliveira / Agência Senado

“

Se eu tivesse perguntado ao presidente José Sarney por que ele me conferiu o privilégio deste espaço, ele certamente responderia com palavras elegantes, que acalentam a alma dos interlocutores. E nessa indagação já registro duas das muitas virtudes do presidente Sarney: um homem de palavras sedutoras e uma pessoa solidária, especialmente nas mais dramáticas circunstâncias.

Penso que devo a oportunidade dessa amizade à Bahia e aos baianos. E especialmente àqueles que privam, ou privaram, de relações eternas com José Sarney – não o presidente, nem o senador, nem o governador, mas o amigo de todos os momentos. Embora essa seja uma lista infinitamente maior que o espaço deste texto, vou citar três baianos, hoje elevados à condição de entidades do nosso Estado, e que transcendem a amizade com Sarney e representam sua fina ligação com a Bahia.

Irmã Dulce, nossa Santa Dulce dos Pobres, Jorge Amado e Antônio Carlos Magalhães. Cada um deles simboliza uma fração do espírito sarneyzista, a fraternidade espiritual, a criatividade literária e a sabedoria política.

Poucas são as pessoas que, na sua história, podem falar do privilégio de ajudar uma pessoa santa. A humildade do presidente Sarney não cederia ao pecado dessa soberba, então peço autorização para contar que José Sarney foi uma das pessoas essenciais para o

permanente acolhimento de necessitados nas obras da Irmã Dulce. Sarney nunca deixou de apoiar e ajudar a Santa Dulce dos Pobres, seja no plano espiritual, seja no material. Ajudava tanto como casal, ele e sua inseparável Marly, quanto com apoios institucionais, sempre que a oportunidade legal se apresentava.

À semelhança de Jorge Amado e Antônio Carlos Magalhães, José Sarney é um devoto das amizades. Nossa convivência tem algo dos encontros improváveis, dos acasos que acontecem em encruzilhadas da vida, mas que se solidificam e criam raízes, como os personagens de Jorge ou os aliados de Antônio Carlos, nosso ACM.

A baianidade não requer certidão de nascimento, como já provaram ilustres baianos nascidos na França, como Pierre Verger, ou na Argentina, como Carybé. A baianidade é um estado d'alma, que acomete aqueles que sabem apreciar a beleza dos trópicos e o calor da amizade. Então, por justiça, reconheçamos a partir de agora a baianidade do político, do imortal e do elevado espírito de José Sarney.”

Antônio Imbassahy

Ex-deputado federal e ex-governador da Bahia



Foto: Orlando Brito



“

José Sarney é o decano da Academia Brasileira de Letras. Quero que tenha longa vida, pois sou o vice-decano... Sempre tive por ele e sua esposa Marly muita afeição. E admiro os seus trabalhos literários, de qualidade invejável.

É autor de livros clássicos, como *Norte das águas*, *Marimbondos de fogo* e *O dono do mar*, além de uma exemplar carreira política, culminando com o exercício da Presidência da República. Pode-se desejar mais???”

Arnaldo Niskier
Jornalista

“

Cinco anos de governo em difíceis circunstâncias políticas e econômicas na liderança da transição entre dois regimes; claro discernimento do papel da liberdade e da democracia; lúcida percepção do momento histórico em que lhe coube atuar – creio que seriam avaliações justas para o apogeu da carreira de José Sarney. Antes e depois, larga ação parlamentar na qual as mesmas qualidades se evidenciaram.

O tempo do político, porém, somente é percebido em sua plenitude ao conhecermos o tempo do escritor. A empatia com os homens, a tolerância e a preocupação humanista fizeram o escritor e ambos – político e escritor – se alimentarem mutuamente.

Poucos brasileiros poderão apresentar as duas obras, a da arte da política e a da arte da escrita, como ele. Para o bem do Brasil, de nossa sociedade e de nossa cultura.”

Arno Wehling
Presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras



“

O senador/escritor José Sarney, registrando seu nome na história como presidente e, ao escrever no amor, a fábula de sua gente, logrou a invencível “memória do coração”, postulada por Kierkegaard. Com a admirada homenagem de seus amigos.”

Carlos Nejar

Escritor, membro da Academia Brasileira de Letras



Foto: Leone Iglesias

“

O presidente José Sarney, na sua trajetória de vida, sempre soube combinar o gosto pela palavra, o interesse pelas ideias e a vocação política. É o que confere dimensão à sua longa e duradoura presença no espaço público do nosso país e a relevância de sua atuação no Parlamento e no Executivo.

São destaques de seu legado a maneira superior com a qual, em circunstâncias difíceis, conduziu a redemocratização do país, ao assumir a Presidência da República com o falecimento de Tancredo Neves.

Foi um inovador da política externa brasileira, pela qual sempre teve conhecimento e interesse. Inseriu os direitos humanos, o meio ambiente e a preocupação com a paz na nossa pauta diplomática. Promoveu a efetiva aproximação com a Argentina, dando com Alfonsín os passos que levaram ao Mercosul. Elevou o patamar de cooperação com os países da América Latina, com ênfase na América do Sul, que é o contexto diplomático da nossa vizinhança. Em síntese, soube no plano externo valer-se do repertório do acervo diplomático construído pelo Itamaraty, a ele conferindo o valor agregado do *soft power* da redemocratização que conduziu no plano interno.”

Celso Lafer

Jurista, membro da Academia Brasileira de Letras e ex-ministro das Relações Exteriores



Foto: Roque de Sá | Agência Senado

“

Excelentíssimo presidente José Sarney, prezado amigo,

O homem público que a exemplo de senadores romanos sem o comando de legiões lutaram pela prevalência da República, desde os primeiros anos como deputado estadual no Maranhão e mais tarde deputado federal, sua posição destacava-se pela insistente luta em defesa dos interesses nacionais, da liberdade e da democracia.



Foto: Guilherme Gonçalves

Sua atuação destacou-se no Executivo do Maranhão e no Senado como representante do seu Estado do Amapá. Mais tarde como candidato à Vice-Presidência da República, porta-se pelo comportamento fiel aos ideais democráticos que nortearam desde o início sua atuação pública. Levado à Presidência por circunstâncias trágicas, esteve à altura do cargo e não decepcionou aqueles que esperavam do primeiro mandatário posição firme e enérgica pela consolidação da democracia.

Ao lado desse desempenho político, a literatura brasileira recebeu contribuição fundamental da sua obra de romancista, poeta e ensaísta político. Hoje um work in progress ao lado de seus companheiros de geração de escritores, entre os quais Ferreira Gullar e Lago Burnett. Esta obra que se amplia dia a dia e hoje tem repercussão internacional.

Por tudo isso, senhor presidente, e por ser um dos primeiros a reconhecer a sua inata vocação para a política séria e intransigente na defesa dos princípios democráticos, saúdo os seus noventa anos, dedicados em tempo integral ao serviço da coisa pública, e da literatura.

Com essas palavras que tenho certeza, seriam também do seu grande amigo e confrade na Academia Brasileira de Letras Austregésilo de Athayde, e que se estendem à D. Marly, e são também de Laura, o abraça seu amigo de sempre.”

Cicero Sandroni

Escritor, membro da Academia Brasileira de Letras



Foto: Acervo David Uip

“

Presidente, felicidades, vida longa. Eu espero ser convidado para a sua festa de 100 anos.

Eu quero dar um testemunho: graças ao senhor, todos os brasileiros que têm Aids podem receber medicamentos gratuitos. Essa lei que o senhor encabeçou mudou a história de brasileiros e de pessoas em todo o mundo. Muito obrigado.”

David Uip

Médico infectologista



Foto: Acervo José Sarney

“

José Sarney chega aos 90 anos com alguns recordes. É o maior sobrevivente da geração de 30, com 65 anos de carreira política, dos quais 52 no Parlamento, o único político com essa marca na República. Do alto de quem exerceu o papel de um dos arquitetos da redemocratização do país e de seu maior fiador, não perdeu a capacidade de sonhar e nem de se emocionar com a vida, o que muitos de seus amigos apontam como segredo da longevidade.

Sarney é de um pragmatismo excepcional em política. Assim foi ao renunciar à presidência do PDS e abrir a dissidência que levou à formatação da chapa Tancredo-Sarney e à eleição no Colégio Eleitoral, de 1985. Com a morte de Tancredo, toda a sua habilidade foi posta à prova, e Sarney, ao deixar o governo, cinco anos depois, entregou um país redemocratizado após uma eleição na qual não tinha quem o defendesse no segundo turno entre Fernando Collor e Lula. Sonhava com o resgate de sua biografia e o reconhecimento do valor de seu governo, não só na redemocratização como também na geração de empregos — sim, o país não vivia a crise do desemprego como a atual.

O mundo deu tantas voltas que hoje os dois ácidos críticos do passado, Collor e Lula, lhe rendem homenagens.

Entrevistá-lo é sempre uma aula. Não me refiro aqui aos “quebra-queixos” ou a conversas virtuais. E sim àquelas entrevistas que demoram horas e abordam inúmeros temas, olho no olho. Da última vez, no ano passado, a diretora da redação do *Correio Braziliense*, Ana Dubeux, e eu passamos cinco horas e meia numa conversa com o ex-presidente na casa dele, em Brasília. O Vaticano acabara de anunciar a canonização de Santa Dulce dos Pobres, de quem é devoto. Dona Marly, que raramente acompanha as entrevistas, participa de parte da conversa e ainda posa para fotos.

O ex-presidente entremeia o pragmatismo — dizer que Jair Bolsonaro precisa se ajustar à cadeira de presidente da República em vez de colocar as cartas de “ameaça do caos” — com a emoção de ter visto a santa viva. “Até aqui, conhecia os santos de terracota, por imagens. Agora, eu vi santa viva. Beijei seus pés”.

Entre várias lições, chama a atenção o conselho aos jovens: “Voltem a sonhar. Busquem, cada um tem a sua utopia. Como é que se pode viver sem esperança? Não se pode matar a esperança”.

De quebra, o que recomendaria aos políticos recém-chegados: “Procurem ter uma boa formação. É preciso ter cultura, e isso abrange todas as áreas do conhecimento”.

No caso de Sarney, além dessas receitas para a vida e para a política, ele tem mais três dicas para a longevidade lúcida: comer pouco, dormir muito e não brigar com mulher. Você, caro leitor, pode até pensar que essa aposta tripla não passa de um sonho. Mas, no caso de Sarney, acredite, pragmatismo.”

Denise Rothenburg

Jornalista



Foto: Acervo Denise Rothenburg



Foto: Acervo José Sarney



Fotos: Acervo José Sarney



“

Destaco a participação do presidente Sarney na construção da democracia no Brasil e na construção de uma posição independente e desatrelada dos Estados Unidos nas relações internacionais. No caso da questão democrática, eu acho que o presidente Sarney tem vários méritos. Ele se caracteriza como estadista comprometido com a democracia, o que não é pouca coisa, principalmente porque, enquanto presidente da República, num momento decisivo, ele tomou atitudes e medidas que eu considero estratégicas. Acho importante o fato de ele ter legalizado os partidos políticos e acho extremamente relevante a atitude muito firme que tomou na questão da volta das Forças Armadas para os quartéis, o que é essencial numa democracia.

Ele teve um papel muito importante na construção da Constituinte. Não só deu todo o espaço para uma forma de Assembleia Nacional Constituinte extremamente democrática, mas também destacou os pontos fortes e os pontos mais complexos da Constituinte. Deu todo o suporte para que a Assembleia tivesse um reconhecimento sobre os direitos sociais, os direitos políticos, os direitos humanos... Enfim, uma Constituinte que podia ser chamada de “Cidadã” por essa característica de construção das condições para a cidadania num mundo democrático.

Ao longo do meu período de governo, tive vários momentos de conversas, de encontros com o presidente Sarney. Em todos eles, conheci uma pessoa extremamente inteligente, perspicaz, afável e certamente com uma grande sabedoria pelo tempo. Como diz o ditado: “não só por ser sábio, mas por ser *viejo*”. Mas não no sentido de *viejo* fisicamente como nós hoje estamos, mas de ser *viejo* porque medita sobre o mundo de uma forma muito poética.”

Dilma Rousseff
Ex-presidente do Brasil



Foto: Guilherme Gonçalves | ABL

“

Um dos traços marcantes na biografia de José Sarney é a dedicação à literatura. A imagem do político, por força do seu protagonismo na História brasileira, insistiu e insiste, entretanto, em sobrepor-se à do escritor de alta representatividade. Comprovada amplamente pela leitura isenta de sua produção de cronista e de ficcionista.

Em suas crônicas, o político, o escritor, o estadista, o observador agudo do ser humano e do mundo galhardamente se encontram.

São textos marcados de reflexão, humor e fluência da linguagem, além de revelarem a faceta do memorialista. Essa mesma fluência alia-se a manifestações da cultura popular e da variante regional da língua que falamos. É ler *Semana sim, outra também* e *Crônicas do Brasil contemporâneo*. Na produção ficcional, iniciada com os contos de *Norte das águas*, avultam dois romances: *O dono do mar* e *Saraminda*. Neles evidenciam-se, entre outros aspectos: o fascínio do mar e seus mistérios; territórios mágicos e míticos, a partir da realidade maranhense; as vicissitudes do amor, associado intrinsecamente à força da libido; o poder da mulher, configurado em ambiência de rudeza machista notadamente em *Saraminda*; o domínio da linguagem traduzido na urdidura do texto, no traçado da técnica, no exercício da intertextualidade. Em destaque, o estilo revelador do seguro domínio do discurso literário, aproveitados os brasileirismos e os coloquialismos. E mais: ambas as narrativas inserem-se, destacadamente, na linhagem do realismo maravilhoso, de tanta pujança na literatura hispano-americana, presentificados o onírico e o fantástico. Mais não preciso dizer para situar a relevância da obra do escritor José Sarney no processo da literatura brasileira, um ficcionista senhor do seu ofício, na plenitude dos seus noventa anos.”

Domício Proença Filho

Professor emérito da Universidade Federal Fluminense
e membro da Academia Brasileira de Letras



Sarney, o renovador

Correm os anos 60. O Maranhão, outrora rico, palco de conflitos sangrentos, com a invasão de franceses e holandeses, administrado por governadores nomeados pela Coroa portuguesa, grande exportador e importador, tendo sido o aglutinador de parte considerável do território brasileiro, na ocasião dividido entre Maranhão e Estado do Brasil, vive então o marasmo administrativo e o desânimo que se arrastavam desde o início do século XX.

É essa situação dramática do Estado cujo governo é confiado ao jovem político José Sarney, vencedor de uma luta que se travou de porta em porta, animada pelas esperanças que explodiam nos corações dos que se indignavam com a indigência e o atraso daqueles tempos.

Atraso? Sim. O Maranhão estancara, perdera a fecundidade, a imaginação criadora do passado distante, e se deixara consumir pelo paternalismo rançoso, esclerosado.

Vejamos os números do início dos anos 60: duas escolas de segundo grau apenas, e ambas na capital; nenhum palmo de asfalto em todo o território estadual; nenhuma universidade pública ou privada; rede hospitalar, uma quimera; produção rural de subsistência e industrial praticamente nenhuma, porque até a indústria têxtil, antes vibrante, desaparecera, reduzida a escombros espalhados por toda parte.

A herança administrativa que Sarney buscou e recebeu após a refrega eleitoral era desanimadora.

Conquistara uma vitória difícil e com ela despertara enormes esperanças. Mas não esmoreceu. A seu favor o entusiasmo de todos e a experiência dos grandes embates políticos de que participou ao lado de luminares da República, como Afonso Arinos, Carlos Lacerda, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, José Maria Alkmim, Milton Campos, Otávio Mangabeira, Vieira de Melo, Aliomar Baleeiro, Pedro Aleixo, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães. Uma universidade de sábios.

Planejou a execução e fez-se à luta. Varou o Estado de norte a sul, de leste a oeste, com rodovias modernas, executou um programa escolar ambicioso, hospitais públicos, envolveu-se numa luta sem quartel pela implantação do Porto de Itaqui, e venceu, pleiteou e conseguiu a construção da Hidrelétrica de Boa Esperança, para alimentar o Maranhão com energia farta, para a ocasião. De triunfo em triunfo, seguiu até o termo do seu governo, deixando atrás uma semente germinadora de novas conquistas e, no todo, uma paisagem muito diferente da que encontrara.

Elegeu-se senador uma vez, depois mais uma, mais uma, até chegar ao quinto mandato à mais elevada instância do Legislativo brasileiro. Por quatro vezes presidiu o Senado, e foi presidente da República.

Hoje, o democrata ortodoxo José Sarney é o político mais longo e mais experiente do país. Sem mandato eletivo, por ter abandonado a competição eleitoral, não deixou a política nem por ela foi esquecido. A casa onde vive é permanentemente procurada por líderes e pessoas de todos os matizes em busca de um conselho qualificado.

Sarney é um homem fortemente ligado à família. Quando viva, Dona Kyola, sua mãe, figura amorosa e encantadora, recebia do filho uma ligação telefônica todos os dias. “À bênção, minha mãe” era a inauguração da conversa que não tinha hora para acabar.

Religioso, sem ser beato, frequenta uma igreja católica todos os domingos. Quando em Brasília, o templo é o de São Pedro de Alcântara, acompanhado pelos amigos Pedro Rogério, Gilberto Amaral e o assessor Vanderlei. E ainda encontra tempo para uma visita semanal ao cardeal aposentado Dom José Freire Falcão, com quem conversa longamente.

Tem a obsessão da leitura. Lê todos os dias. O livro é o seu ansiolítico de cada noite. Daí a solidez de sua cultura geral. E tem nos amigos a extensão de sua própria família. Além disso, cultiva e rega permanentemente suas amizades. Outra qualidade: administra o seu tempo como poucos são capazes de fazê-lo. Outro dia alguém me dizia que o dia dele não se mede por 24 horas, mas por 48 horas. Encontra tempo para tudo.

José Sarney chega aos noventa anos de idade como grande político, intelectual de prestígio, homem de Estado, referência mundial. A sua trajetória é motivo de orgulho para o Maranhão, para o Amapá, que o adotou como filho ilustre, e para todo o Brasil.”

Edison Lobão

Ex-senador da República, ministro de Estado dos governos Lula e Dilma



Foto: Pedro França | Agência Senado



Foto: Lia de Paula | Agência Senado

“

A trajetória ímpar de José Sarney no cenário político nacional nos ensina que a influência e o poder de um grande líder se constroem com espírito democrático, abertura ao diálogo e capacidade de conciliação.

Essas qualidades o presidente de honra do MDB sempre teve de sobra, ao longo de mais de meio século de vida pública.

A firmeza com que conduziu a transição democrática, no exercício da Presidência da República, é, sem dúvida, um legado histórico. Mas sua habilidade de arquitetar o consenso em meio a divergências é exemplo em que devemos sempre nos mirar, especialmente em momentos de crise, radicalismos e intolerância política.”

Eduardo Braga
Senador (MDB/AM)

“

Somos múltiplos! José Sarney não é – para mim – o governador do Maranhão, deputado, senador, nosso presidente. Estivemos juntos, em sua casa, mais de uma vez. Não para falarmos de política, porém de literatura.

De livros seus entre os quais me sinto dono do mar, galopando à sua beira enquanto marimbondos de fogo passam ao meu lado sussurrando que a duquesa vale uma missa, que eu não deixe de ir à missa!

Todos os que leram seus livros hão de identificar os que relembrei no parágrafo anterior! A amizade mora em nossos corações. Uma velha canção da minha Faculdade de Direito indaga onde é que mora a amizade, respondendo que é lá, “no Largo de São Francisco, na velha Academia”. É verdade, mas mora também, mutuamente, nos nossos corações. Para sempre no dele e no meu! ”

Eros Grau

Jurista, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal





Foto: Guilherme Gonçalves

“

A língua portuguesa na Academia Brasileira de Letras encontrou sempre o decisivo apoio do acadêmico José Sarney como presidente da República, muito especialmente no que toca ao Acordo Ortográfico, que teve como principal participação técnica a figura do acadêmico Antonio Houaiss nas decisões de que resultou, o novo Acordo Ortográfico, de 1990.

Por tudo isto, como integrante da Comissão do setor de Lexicologia e Lexicografia da Academia Brasileira de Letras, sinto-me jubiloso de estar presente a estas justas homenagens pela passagem do nonagésimo aniversário do acadêmico e amigo José Sarney.”

Evanildo Bechara

Linguista, membro da Academia Brasileira de Letras

“

A posse de José Sarney agradou a poucos. Desagradou a alguns e deixou muitos em dúvida. Mas se ele não tomasse posse, o caminho democrático não se ergueria.

José Sarney tem uma inteligência brilhante. Olhando para trás, podemos ver seu papel de grande importância na política nacional e como intelectual.”

Fafá de Belém

Cantora



Foto: Jane de Araújo | Agência Senado

“

Ao presidente José Sarney coube a grande e árdua tarefa de fazer a transição democrática, no fim do regime militar, para um governo civil eleito pelo voto direto. Ele assumiu nas circunstâncias que todos nós conhecemos e enfrentando enormes dificuldades, porque nunca ninguém poderia imaginar que ocorresse com o Dr. Tancredo o que nós vimos acontecer. Sarney se viu, de uma hora para a outra, no centro de um furacão político, numa disputa, e ele não pleiteava assumir a Presidência. Havia um movimento a favor do Dr. Ulysses Guimarães, que era o presidente do PMDB à época, o Senhor Diretas... E afinal de contas prevaleceu o bom senso, houve um entendimento, e

José Sarney assumiu o governo e teve muita habilidade para poder levá-lo até o fim com muita humildade, ponderação e paciência.

Enfim, ele teve êxito na condução da nossa transição democrática.

José Sarney teve importância fundamental para o país também por haver convocado a Assembleia Nacional Constituinte, logo nos primeiros momentos de seu governo. Nossa nova Carta Magna foi promulgada em 1988 e até hoje está rígida, em vigor, e trazendo muitos benefícios para o Brasil.”

Fernando Collor de Mello

Senador e ex-presidente do Brasil





Foto: Acervo José Sarney

“

O meu pai foi deputado federal por São Paulo e, nessa época, José Sarney era deputado federal. Eu me lembro dele na minha casa. Eu morava no Brooklin, em São Paulo. Eles apoiavam o governo da época, creio que era o Dutra, antes da passagem para Juscelino. Foi quando eu o conheci, quando eu vi pela primeira vez o presidente José Sarney. Acho que ele não me viu. Eu era professor, cuidava das minhas coisas na universidade, e não na política.

Mas enfim, depois eu o conheci, tive uma relação extensa e boa com o presidente Sarney, durante anos a fio. Fomos senadores ao mesmo tempo, ele foi presidente, eu era senador.

Lembro um dia em que eu estava em São Paulo, no gabinete do governador Montoro. Nós apoiávamos a redemocratização. E veio a notícia de que o escolhido pelo PFL para ser vice-presidente era o José Sarney. A torcida do MDB na época era para o Aureliano Chaves, não tenho certeza. Mas eu conhecia o José Sarney, e não me parecia uma má escolha, pelo contrário.

Logo depois houve a tragédia da morte do Tancredo. Eu vim a São Paulo algumas vezes para visitar a família, porque eu tinha bastante ligação com o Tancredo e com o Aécio. E o Sarney teve que assumir. Eu me lembro que fui à casa de Sarney. Nós morávamos no mesmo conjunto, ele era senador e eu também, ali em Brasília. Eu me lembro uma vez de ter ido à casa do Sarney e dizer: “Olha, está na hora, você tem que assumir”.

E o Sarney foi muito prudente, como ele é. Custou muito a entender qual era a situação. Ele morava no Jaburu a essa altura. Já tinha sido eleito vice-presidente. Eu fui lá com o Fernando Lyra, que era um deputado muito ligado ao Sarney, e o senador Afonso, lá do Paraná também, muito ligado não ao Sarney, mas ao Tancredo.

E o Sarney sempre foi muito prudente, não queria dar a sensação de que estava ávido para ocupar o lugar. Mas não tinha alternativa, ele tinha que ser o presidente, alguém tinha que assumir o comando.

Naquela altura, por manobras do governador Montoro, o presidente eleito, Tancredo, tinha me escolhido para uma função que não existe: de ser líder do governo no Congresso. Eu era senador. Os deputados não gostam muito dessa história de ter um senador como

líder. Mas você funciona só em questões congressuais. Era uma maneira de me acomodar de acordo com expectativas mais do Montoro que minhas.

Quando o Sarney assumiu, eu o procurei e disse: “Olha, eu não preciso ser líder”. Ele disse: “Não, você fica lá”. Então eu fiquei como líder do governo Sarney no Congresso. E desde então, durante o tempo em que ele era presidente, a gente tinha uma relação divertida, porque eu sempre me dei bem pessoalmente com ele. E ao mesmo tempo eu escrevi uns artigos... Cheguei a dar um beliscão no Sarney, que nunca foi senão educado. Ele é uma pessoa muito educada, nunca tive nenhum confronto com o Sarney.

Não que o Sarney não seja uma pessoa capaz de reagir fortemente. Ele é. Eu me recordo uma vez, quando o Itamar ocupava a posição de presidente. Houve um problema em alguma comissão da Câmara, e mexeram com a Roseana. Bom, aí o Sarney estava muito zangado. Eu fui até a casa dele para acalmá-lo um pouco. Ele reage fortemente, mas é educado, tem bons modos, é muito acessível.

O Sarney tem um papel muito importante na consolidação da democracia no Brasil. Durante o governo Sarney, ele fez o que um presidente deve fazer: coesão. Buscar forças de apoio. Nunca foi um homem de polarizações.

A primeira vez que eu me encontrei com líderes comunistas foi no palácio da Alvorada, num café da manhã que o Sarney convocou. Sarney sempre foi um democrata.

E mais do que isso: ele entendeu bem o papel do Brasil na América do Sul. Na América Latina, mas mais especificamente na América do Sul. Foi durante o governo Sarney que houve uma consolidação das nossas relações com a Argentina. E isso é muito importante, a meu ver, para o Brasil. E o tempo todo o Sarney foi um homem ponderado.

No começo o governo dele não era fácil. Era bem difícil; porque ele finalmente tinha sido do partido adversário a nós no tempo em que havia Arena e MDB (e não sei o quê)... E virou o presidente da República. Mas ele nunca foi vingativo.

No começo foi difícil porque a força política não era dele. A força política era do MDB. E quem simbolizava o poder era o Ulysses Guimarães, presidente do Congresso. E o Ulysses, homem que eu respeito e admiro, não era fácil também.

Eu me lembro de uma noite em que houve um jantar na casa do Ulysses, e o Ulysses convidou todo mundo, menos o Dornelles, que era ministro da Fazenda, porque não era do MDB. Todos os demais eram indicados pelo MDB. Então a sombra do Ulysses desafiava o poder presidencial. O Sarney foi muito hábil. Tinha um líder da maioria dentro do governo, na Assembleia Constituinte, o Carlos Santana, muito competente também. E pouco a pouco, o Sarney conseguiu uma expressiva maioria.

Eu me lembro que a questão crucial na Constituinte era a duração do mandato presidencial. E havia discordâncias de uns e outros, havia interesses, uns queriam logo a eleição. O Sarney tinha concordado em diminuir um ano do mandato dele, e o mandato naquela época era de seis anos. Ele aceitava cinco anos.

Fui relator da Constituinte, do regimento de funcionamento da Constituinte. Ulysses me designou. Naquele tempo era assim: Ulysses dizia “Vai você, vai lá”. E eu pus no projeto uma coisa dizendo que a Constituinte era soberana e, portanto, podia anular atos do Executivo. Isso foi visto pelo pessoal ligado ao Sarney como um golpe contra ele. Mas aí fui tomar um café com ele no Alvorada para explicar que não era um golpe, que a Constituinte, finalmente, era soberana. Ele sabia.

E na questão do mandato, acho que nós erramos. Por quê? Porque o Sarney tinha proposto, a uma certa altura, fazer o Parlamentarismo, no último ano de mandato dele seria parlamentarista, e isso era condicionado à duração de mandato. E porque havia pessoas do nosso lado, do PMDB, que tinham a ambição legítima também de ser candidatos, não toparam a proposta do Sarney. Na hora do enfrentamento, ganhava o governo, com muito maior frequência. Então eu tenho uma relação longa com o Sarney e de respeito.

Eu acho que o Sarney sabe escrever. Isso é importante. Ele sabe escrever. As crônicas do Sarney são bem-feitas. E agora ele não escreve mais – pelo menos eu não vejo, nos jornais. Mas ele era cronista semanal, algo assim, da Folha, jornais aqui. Eu não tenho capacidade para julgar literatura. Eu gostei de um romance que ele escreveu sobre o Amapá. E a minha mulher, a Ruth, que era mais crítica do que eu ao PFL antigo, e também mais sabidona em matéria de literatura, também gostou. Deve ser bom. Eu posso dizer que as crônicas dele são de boa qualidade.

Eu acho que naquele momento nós tínhamos que ter o entendimento do que era discordar da democracia. Isso é muito importante. Não é considerar o outro como inimigo, adversário, quando é. E também as pessoas mudam de opinião. Às vezes é adversário, às

vezes não é, depende do tema. Não pode ser para sempre. E eu sempre vi no Sarney uma figura positiva nesse sentido. Mesmo quando eu discordava dele ou ele de mim, que não foram em poucas ocasiões, sempre tive respeito pela postura dele de moderação e ao mesmo tempo de firmeza.

Ele fez o que era possível. Uma transição democrática. Não é fácil.

Passar de um sistema autoritário para um sistema democrático implica formas de comportamento. O Sarney tinha. Ele tinha também compostura no cargo, até mesmo fisicamente.

Eu brincava muito que ele usava aquele paletó de quatro botões, mas fazia parte do que a gente chamava de ritual, liturgia do cargo. Isso é importante, não é a roupa.

Eu me dou com o Sarney, bastante. Então sempre tratei de “você” e vice-versa. Mas não em reunião formal. Em reunião formal sempre chamo de “Vossa Excelência”. Mesmo o Itamar, a mesma coisa. Porque uma coisa é você ter uma relação pessoal, outra coisa é institucionalmente. Institucionalmente cada um tem uma posição e tem que respeitar a posição formal das pessoas. Acho que o Sarney marcou, com a presença dele, esse momento muito importante do Brasil.

Primeiro tenho inveja da disposição do Sarney, que é grande. Ele é um pouquinho mais velho que eu. Um ano, talvez. Mais ou menos recentemente nos encontramos em Nova Iorque, e eu vi que ele está com uma disposição enorme. O mais importante para quem chegou a nossa idade, aproximando dos noventa, é saúde. E para ter saúde, tem que ter bom humor. Não pode ficar a vida inteira com raiva. Tem que saber esquecer. Desejo ao Sarney que ele continue assim: com muito vigor, ajudando, discreto como ele é e ao mesmo tempo com muita saúde e com amizade. Eu tenho amizade por ele.”

Fernando Henrique Cardoso

Ex-presidente do Brasil

“

Quem é presidente tem que obedecer a liturgia do cargo. Porque a cadeira do cargo é litúrgica. Ela é maior do que o presidente. O presidente é quem tem que se adaptar à cadeira, não é a cadeira que tem que se adaptar ao presidente.”

José Sarney em entrevista a Roberto D’Ávila | 2020



Foto: Geraldo Magela | Agência Senado

“

Tarefa difícil, esta, de destacar alguns aspectos da minha longa convivência com o político mais longevo da História brasileira, além de figura humana de grande complexidade... A atividade de José Sarney é incansável, e eu, nascido no vizinho Estado do Piauí, já o acompanhava quando ele, bem jovem, marcou época como governador do Maranhão. Alguns haverão de se lembrar que ele levou para lá o cineasta Glauber Rocha, já um ícone da cultura brasileira.

Desde então, ocupou cargos importantes, pelo voto, até a Presidência da República, aonde chegou em circunstâncias especiais. Senador com atuação marcante por vários mandatos; e, de repente, vice-presidente e presidente. Parecia um passe de mágica, mas quem viveu aquela época sabe como foi difícil, desgastante, aquele episódio para o Sarney.

Eu fazia parte da roda de amigos de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, e os dois sabiam o porquê de encaixar José Sarney naquela chapa; mas muitos não e, por isso, protestaram, reclamaram. Mas Sarney permaneceu impassível – sabia da missão que lhe cabia. Com a morte de Tancredo, Sarney assumiu com o compromisso de garantir a redemocratização, trazendo como carro-chefe a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Hoje, há até quem duvide de que Tancredo, se tivesse assumido, levaria esse compromisso até o fim.

Ele foi corajoso, foi preciso e foi, acima de tudo, um conciliador. Disse que o Brasil se tornaria ingovernável se a Constituição fosse votada como estava sendo discutida. Tinha suas razões. Mas garantiu, até o último momento, a consolidação da democracia. Com destaque, diga-se, para o absoluto respeito à liberdade de imprensa.

Às vezes, Sarney é surpreendente. Em determinado momento, para não prejudicar os filhos vocacionados para a política, tendo à frente a Roseana, resolveu transferir seu título para o Amapá. E foi senador. Duas vezes.

Na Mesa Diretora do Senado

Nas nossas trajetórias nos encontramos muitas vezes; algumas delas estivemos mais próximos, como na época em que dividimos o comando do Senado Federal.

Foi um encontro político histórico. Eleito senador, depois de ocupar a presidência das Comissões de Infraestrutura e das Relações Exteriores, além da Terceira Secretaria da Casa, fui indicado pelo meu partido para ser o primeiro vice-presidente do Senado, com Sarney na cabeça da chapa. Na véspera da eleição, à noite, ele foi à minha casa, na companhia da filha Roseana e me disse: “Olha, eu vim comunicar a você que eu vou retirar a minha candidatura”.

Tomei um susto, mas estava tranquilo e perguntei o que houve. Ele disse que, se colocasse o PSDB na Primeira Secretaria, os tucanos o trucidariam. E acrescentou que queria ser presidente como último ato de sua história parlamentar, mas com um primeiro secretário – uma espécie de prefeito da Casa à época – que ele confiasse, para que pudesse escrever

seus livros, fazer umas viagens, com tranquilidade. “Sei que você não tem culpa, foi uma decisão do partido, mas não vou prosseguir” – disse ele.

Poderia até ser um pouco de esperteza, mas ele estava decidido. E sabíamos que a precaução dele tinha fundamento. Sarney não tinha pessoalmente nada contra nenhum candidato do PSDB, mas a relação dele com o partido era muito ruim naquela época.

E a história está aí: eu fui o primeiro secretário, fizemos importantes reformas e consolidamos uma grande amizade. Inclusive porque pude ver mais de perto o Sarney humano, injuriado, caluniado, sendo criticado por coisas que não praticou. Como, por exemplo, os atos secretos e outras coisas que geraram aquela confusão toda no Senado.

Uma vez fui a ele e disse: “Olha, presidente, se o senhor confiar em mim, eu vou comandar esta administração, mas mergulhe... saia um pouco de cena”. E ele respondeu que era tudo o que ele queria ouvir.

E, para ser justo, registro que ele me deu carta branca absoluta para tomar as providências que precisavam ser tomadas.

Para ilustrar, posso contar que, por exemplo, levava a ele uma relação de 30 funcionários para serem demitidos. Eram flagrantes os excessos e a necessidade de cortes. Ele lia e me dizia: “Heráclito, estou muito cansado hoje. Vamos deixar pra amanhã. Deixa a lista comigo”. No dia seguinte, a lista voltava com alguns nomes marcados e ele me falava que queria pedir por elas, que eram pessoas pobres, do Nordeste, algumas ligadas a sua mulher, Dona Marly, há muito tempo... Numa relação de 30 nomes, ele discordava de três. Senso de justiça nunca lhe faltou.

E assim, apesar de muitos percalços, incompreensões e confusões, conseguimos superar aquele período conturbado.

O gosto pela conversa

E assim tocamos os dois anos de mandato da Mesa Diretora. Terminados nossos mandatos, nós continuamos, e isso até hoje, com a amizade cada dia mais fortalecida. Conversamos sempre – agora não pessoalmente, por causa da pandemia, e eu estou em São Paulo há algum tempo, mas tínhamos uma conversa semanal. Na maioria das vezes, na sua casa, outras na minha. Tomávamos um bom vinho e trocávamos ideias. É impressionante como o Sarney está atento a tudo o que acontece no Brasil. E no mundo.

Não há assunto que lhe fuja, nem conversa que ele recuse. Em alguns períodos, sua casa era objeto de verdadeiras romarias de políticos em busca de sua análise ou conselho. Ou até, em alguns casos, para falar da vida e de literatura, uma de suas maiores paixões, ou sobre as mudanças por que passa o mundo.

É uma alma política. O amor da vida dele, além do Brasil, é a família. É comovente a maneira como ele conduz os assuntos familiares e trata a mulher e os filhos. Sarney será um homem reconhecido pela História e pelo Brasil pela sua pertinácia e, acima de tudo, pelo seu espírito de brasilidade. Quero registrar este depoimento por dever de justiça e, acima de tudo, pela grande amizade que o tempo nos uniu.

A superstição

E, para terminar, um pouco do lado folclórico da personalidade do presidente José Sarney: sua superstição. É bem conhecido que ele não usa marrom nem gosta que pessoas trajando roupas dessa cor fiquem por perto. Mas tem muito mais: jacaré empalhado, carro verde... e até música.

Aconteceu conosco, numa viagem ao México. Cumprimos a agenda política e a visita turística de praxe. À noite, houve um jantar na embaixada, com parlamentares locais. Lembro-me de uma senadora que depois foi embaixadora do México no Brasil, Beatriz Paredes Rangel, que decidiu cantar. Presente também Denisse de Kalafe, cantora brasileira radicada por lá.

A certa altura, uma delas cantou uma famosa música brasileira, quase um hino, que prefiro não citar o nome. Pois Sarney disse que a canção dava azar. De madrugada, ele passou mal no hotel, chegamos a pensar que ele estava tendo um enfarte. Teve que ser levado para um hospital próximo, e seu mal-estar foi atribuído à comida condimentada da noite. Mas, para mim, ele confessou: “Heráclito, foi aquela música. Dá um azar danado.”

Heráclito Fortes

Ex-senador

“

É impossível pensar o Brasil sem considerar a figura imensurável do presidente José Sarney. Ao longo de seus noventa anos, esse extraordinário homem público tem deixado traço indelével na história nacional, participando ativamente dos mais relevantes marcos da evolução política, jurídica e social do país.

Com Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, foi decisivo para viabilizar a transição pacífica da ditadura militar ao regime democrático; assumindo a Presidência da República, foi ele quem apresentou ao Congresso a convocação da Assembleia Nacional que nos daria a Constituição de 1988, esteio da cidadania. A atuação de Sarney foi também definidora para o futuro do Distrito Federal, porquanto contribuiu diretamente para assegurar à unidade federativa a aguardada representação no Parlamento.

Esses e tantos outros feitos, frequentemente referidos para enaltecer o político, decorrem, em verdade, das incontáveis virtudes do homem — como a temperança, a afabilidade e o senso de justiça. Argumentador brilhante, negociador resolutivo, José

Sarney é também, e sobretudo, um admirável conciliador, cuja natural aptidão para o diálogo e a mediação foi lapidada no transcurso de sessenta anos de intensa atividade política, notabilizada pela singular capacidade de neutralizar antagonismos e promover a concórdia. Intérprete arguto do espírito nacional, merecidamente consagrado pela Academia Brasileira de Letras, ele segue defendendo, com a força de sua palavra e a prudência de sua conduta, os interesses da República.”

Ibaneis Rocha

Governador do Distrito Federal



Foto: Edison Rodrigues | Agência Senado

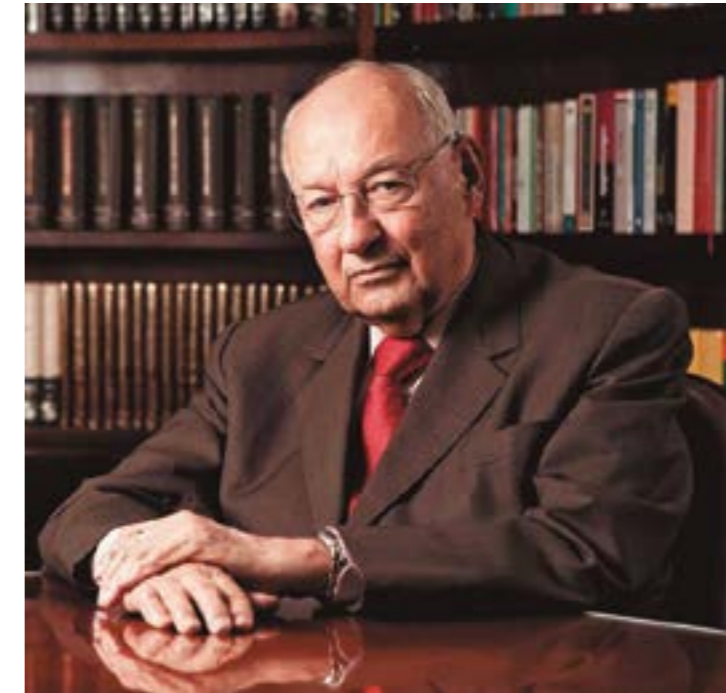


Foto: Andreia Tarelou | Acervo Ives Gandra

“

Honra-me a amizade com o acadêmico José Sarney.

Exerceu a Presidência da República em difícil momento de transições para a democracia, devendo-se a ele a mais democrática das Constituições do Brasil, por força da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1986.

Exerceu o poder sem ódios e ressentimentos, a mesma fidalguia demonstrando ao presidir o Senado.

Desejo-lhe, pois, efusivos parabéns pelos seus bem-vividos 90 anos, a serviço da pátria e da literatura.”

Ives Gandra

Jurista



Foto: Marcos Oliveira | Agência Senado

“

Recentemente, ouvi de um rabino que aqueles que têm o privilégio de viver mais de 90 anos são os sábios. Avalio que a sabedoria é justamente um aspecto a ser destacado nessa trajetória de nove décadas de vida do presidente José Sarney, a maioria deles dedicados à política brasileira.

Faço questão de reconhecer e ressaltar seu papel como construtor das pontes políticas necessárias para que o Brasil tenha se reencontrado com a democracia após 21 anos de ditadura civil militar. A aliança com Tancredo Neves, vitoriosa no colégio eleitoral, e a assunção à Presidência, com a doença e morte do presidente eleito, foram desafios enormes, num momento de grande instabilidade e tensões. Coube a Sarney liderar esse processo, convocar a Assembleia Constituinte e, com serenidade, paciência e diálogo, conduzir aquele período de transição que nos levou a finalmente reconquistarmos o direito de votar para escolhermos o presidente da República.

No período mais recente, destaco o compromisso republicano que marcou a relação do presidente Sarney com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos colocaram históricas divergências de lado e, com maestria, dialogaram a favor dos interesses nacionais, estabelecendo uma relação de grande respeito mútuo, que deve servir de exemplo a líderes políticos de todas as gerações. Inclusive, quando da injusta condenação e prisão de Lula, o presidente Sarney foi uma das vozes a defender a presunção de inocência estabelecida pela Constituição.

Por esses episódios, tenho certeza de que o nome de José Sarney está escrito em honrosas páginas da história do nosso país.”

Jaques Wagner
Senador e ex-governador da Bahia

“

Com serenidade, habilidade política e inesgotável capacidade de diálogo, o presidente José Sarney tem tido influência decisiva sobre os destinos históricos do Brasil. Entre as muitas contribuições às grandes causas nacionais, bastaria lembrar, no plano interno, seu papel na transição para a democracia e, no externo, na aproximação com a Argentina.

Homem de ampla cultura, tem conseguido conciliar sua sólida trajetória política com sua vocação primeira, a de escritor, sendo autor, entre tantas outras obras, do festejado romance *Saraminda*, traduzido a vários idiomas. Tem sido e será sempre admirado por suas qualidades humanas, sua afabilidade e sua forma cordial de ser.”

João Almino

Escritor, embaixador e membro da Academia Brasileira de Letras



Foto: Bia Wouk



Foto: Pedro França | Agência Senado

“

O governo Sarney foi e continua sendo vítima das circunstâncias em que começou, com a doença e a morte de Tancredo Neves, e das condições em que conseguiu chegar ao fim de seus cinco anos, completando uma transição sem traumas dos vinte anos de governo militar para uma experiência democrática que já sobreviveu ao *impeachment* de dois presidentes e hoje sobrevive às sequelas da eleição presidencial de 2018.

Neste ano de 2020, em que os noventa anos de idade de Sarney convivem com o pesadelo do coronavírus, convém lembrar que o Brasil conseguiu conduzir-se muito melhor que os Estados Unidos porque dispõe de uma medicina pública organizada no SUS, o Sistema Único de Saúde, que Sarney começou a montar antes mesmo de sua criação pela Constituinte de 1987/1988.”

José Augusto Ribeiro

Jornalista

“

O presidente José Sarney é uma das duas ou três figuras que explicam o Brasil do século XX. Muitas coisas que marcam nossa história recente têm a ver com o pensamento dele. Por exemplo, a ideia de que o Brasil precisa seguir a linha democrática e se afastar do autoritarismo. No exercício da Presidência, Sarney realizou a transição pacífica para a democracia, negociando, com persistência e obstinação, o fortalecimento das instituições democráticas.

A voz que o presidente Sarney ecoa é a voz dos grandes homens de pensamento que acreditam e que defendem o aperfeiçoamento do sistema democrático, o conceito da liberdade de expressão e do Estado de Direito. Ao ouvi-lo, não posso deixar de sentir a nostalgia de outras épocas. A verdade é que, olhando para alguns discursos da atualidade, feitos sob a inspiração do dogmatismo que a ignorância proporciona, penso nas qualidades de políticos como o presidente Sarney, hoje tão raros. Líderes que conhecem a História e que estão à altura dos debates.

Quem só o enxerga de longe, não pode imaginar como o presidente Sarney é gentil e generoso no convívio pessoal.

Alguém que jamais usa a inteligência e a dimensão política para diminuir quem quer que seja. Alguém com quem estamos sempre a aprender, mesmo quando não concordamos. Não é por acaso que vive cercado de amigos, sempre disposto a ajudar e a ouvir. É um privilégio compartilhar sua amizade, o humor e seu otimismo. Admiro demais sua tolerância, a serenidade e o equilíbrio extremo. E tenho muito orgulho da nossa amizade.”

Kátia Abreu

Senadora



Foto: Beto Barata | Agência Senado

“

Em sua trajetória de vida intelectual e política, o homem José Sarney sempre se pautou pela absoluta observância dos princípios democráticos e pela ampla defesa da cultura como expressão maior de um povo. A compreensão desses dois elementos forjou a alma do líder.”

Kátia Bogéa

Ex-presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



Foto: Roque de Sá / Agência Senado

“

A literatura e a política são vertentes a obrigar uma visão social e humanista do universo. Não posso conceber a busca das conquistas materiais sem um substrato do espírito que possa dar à aventura humana a dimensão das coisas eternas.”

Plenário das Nações Unidas, Nova Iorque, EUA,
23 de setembro de 1985

“

Querido presidente Sarney,

Vejo com grande alegria sua chegada aos noventa anos. Nossa amizade remonta ao começo dos anos setenta, quando o conheci em Nova York, na casa do embaixador Sérgio Frazão. Desde então mantivemos contato permanente. Fui seu assessor para Assuntos Internacionais na Presidência da República. Inúmeras foram as vezes em que, em posto no Itamaraty, ou de passagem por Brasília, nos encontramos e conversamos longamente. Também no exterior, em seguidas ocasiões.

Aprendi muito. O senhor, com sua sabedoria, conhece o nosso país como poucos. Agora aposentado, recordo-me das oportunidades que o senhor me deu e expressei meu desejo de que continuemos juntos por mais noventa anos.

Com o abraço muito afetuoso e agradecido do seu,”

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Diplomata

Foto: Acervo José Sarney



Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Roberto de Abreu Sodré, Octavio Paz (Nobel de Literatura), José Sarney e Augusto Marzagão



Foto: Acervo José Sarney

“

(Anotações impressionistas para improvável verbete de enciclopédia de bolso)
SARNEY, José

A questão não está, e nunca esteve, em ser quem é. Nem quem foi, fez, escreveu, disse, ousou, venceu, negociou, tramou, silenciou, aconselhou. Principalmente, conciliou, e concilia, até hoje. Não importam os agravos, se ódios ou reles desavenças, antigas ou recentes. Nem que tremeu apavorado, no centro da cena, na longa noite de agonia nacional, entre 14 e 15 de março de 1985, com o país perplexo, e foi-se ver, passados dias, semanas, meses, ele sabia, mais que todo mundo, o que esperar e como agir, e efetivamente agiu.

Como se o destino não fosse uma abstração, mas um ente concreto com que dialogava. Citar seu argumento fundamental: a que atribuir, se não ao destino, um político provinciano, do distante e pobre Maranhão, haver chegado àquela noite e ter sobre si os olhos da nação? Ele mesmo havia anunciado, literal e sinceramente, ao ser eleito pelo Congresso, placar 480 (Tancredo e ele) a 180 (Maluf, Flávio Marcílio), que seria “um vice-presidente fraco de um presidente forte”. Passados oito dias, sem que tivessem sido alterados os proclamados pressupostos de fraqueza e fortaleza, estava prestes a receber o mandato dado a Tancredo Neves, presidente da República desejado, consagrado e aclamado antes de eleito e que já governava antecipando auxiliares e providências a serem formalizadas na posse. Junto, como

parte integrante da unção de vice em exercício, receberia o desafio histórico de convocar a Assembleia Constituinte, democrática e soberana, que refundaria a República e iniciaria o seu período mais longo de estabilidade republicana do país, contado de 1988 até hoje. E o que não se adivinhava, o desafio da má vontade da maioria dos constituintes, que o ameaçariam, primeiro, de estabelecer o sistema parlamentarista de governo, que lhe tiraria os chamados “poderes imperiais” do presidencialismo, modelo americano; segundo, de reduzir-lhe o mandato de seis anos, que presumia ter sido conquistado por Tancredo, que devia caber-lhe como seu legítimo sucessor. Não aceitaria apenas três anos, com a eleição direta de seu sucessor a ser convocada, já para 1988, com a promulgação da nova Constituição. Não, não e não. Empossado, aos poucos iniciou uma batalha política pessoal. Fez acordos diretos com cada parlamentar que aceitava negociar. Teve reuniões difíceis, muitas até inamistosas, ásperas, com lideranças formais da Assembleia Constituinte, a começar por seu presidente, deputado Ulysses Guimarães, também presidente do PMDB, experiente ex-pessedista, a máquina partidária que dominou o país de 1945 a 1964. Principal e vulnerável alvo do despeito dos militantes da oposição à ditadura, ele havia se filiado ao PMDB, para cumprir uma formalidade legal e obter registro como vice de Tancredo. Seria uma solução provisória, mas que se efetivaria. Estava sem legenda, por ter abandonado o partido governista, que até então presidia, por escolha e confiança dos militares. Recebido no PMDB, com respeito e honras, devidos ao peso essencial da sua adesão, não admitia ser descartado. Que súbita amnésia era essa? Pois jogou à mesa seu trunfo. Se renunciasse à Presidência da República, havia o risco de romper-se, na prática, o delicado processo de liquidação do poder militar, substituído por complexo sistema de privilégios e interesses militares, econômicos, de classes sociais hegemônicas que Tancredo vocalizava e de que, em boa parte, ele era fiador. Sob tal ameaça, seus adversários que controlavam a Assembleia Constituinte primeiro recuaram, taticamente, enquanto ele estimulava a formação de uma maioria aritmética e heterogênea de deputados e senadores. Autodenominada Centrão, seus componentes proclamavam, como princípios, cada um por si, independente de partidos, ideologia, crenças, temperatura e pressão, latitudes e longitudes. O certo é que, com essa invenção, virou o jogo na undécima hora. Já com a Constituição praticamente votada em primeiro turno, deu-se um “meia volta, volver”, brusco e radical. Foi revogada a implantação do parlamentarismo e redefinida a redução, de seis para cinco anos, do mandato do presidente no poder sob a nova ordem constitucional. Então, ele mesmo, reclamando ironicamente o reconhecimento da sua magnanimidade, anunciou abrir

mão de 365 dias do poder de seis anos do seu mandato. Ou seja, permaneceria na Presidência até 15 de março de 1990. Nesse dia, efetivamente, sem conspirações ou reticências, passou o governo a seu sucessor constitucional, democraticamente eleito. Nos cinco anos em que exerceu plenamente o governo enfrentou crises, especialmente na economia, que herdou debilitada, e abusou da aplicação da pedagogia montessoriana do erro e acerto. O audacioso Plano Cruzado, de combate à inflação, foi a maior audácia, indo do sucesso imediato ao vertiginoso fracasso. Haja verbos e indicações de tempo e modo, experimentou no governo de louvores; dos legítimos aos bajulatórios, que recolheu com avidez, às críticas, das mais justas às mais cruéis, até difamatórias. E foi em frente, antes, durante e depois, da Presidência, através de tantas datas, situações, atos e omissões, que o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, da FGV, reservou-lhe 21 páginas, bem do resumo do seu período de 23º presidente da República. Acontece que desde 1954, aos 24 anos, disputou ininterruptamente mandatos eletivos, tendo sido deputado, governador, senador, além de conquistar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e haver escrito poesia, romance, contos, discursos. Por escolha expressa e reiterada, a condição de escritor é o principal campo de seu testemunho humano em que exige ser enquadrado, ganhou louvores e traduções e enfrentou críticas demolidoras, como as do humorista Millôr Fernandes, à sua poesia, tanto como o reconhecimento à sua competência política, pelo veraz Carlos Castelo Branco, principal cronista da política brasileira do seu tempo. Entre seus amigos de referência, o maior foi Odylo Costa, filho, jornalista, acadêmico, consagrado pela histórica reforma do *Jornal do Brasil*, entre 1957 e 1958. A protegê-lo, desde sempre, a mulher, Marly. (Não esquecer uma remissão às imagens filmadas de Marly, disponíveis em *dedocs* das redes de TV, e feitas na posse do marido na Presidência, na manhã de 15 de março de 1985, em que ela reflete, no olhar e movimentos faciais, a intensa tensão que dominava o ritual de Estado, no mezanino do Palácio do Planalto, e que as autoridades presentes procuravam disfarçar.) Naquele momento, depois do intempestivo e último general presidente da ditadura de 64, João Figueiredo, negar-se a passar formalmente a faixa presidencial, e ter deixado enigmaticamente o Palácio, pela porta dos fundos, podia-se esperar tudo. Ou nada, o que aconteceu, tendo se cumprido plenamente o protocolo. (Onde couber, em grifo, lembrar citações muito repetidas entre amigos e inimigos. Seja para louvá-lo ou diminuí-lo, nunca se sabe, atribuem-lhe pitorescas e eficazes superstições, credices, devoções e dedicações, das bruxas e bruxos do Maranhão à Santa Dulce dos Pobres, em cuja postulação da beatitude apostou desde sempre, com a religiosa baiana ainda vivente e pouco

conhecida. Vaidoso e atento à aparência, sempre, não importa sob que legendas, regimes, situações, desde que descobriu, aos 11 anos, no Maranhão, que paletó e gravata não fazem mal, pelo contrário, até hoje não os dispensa, sendo-lhe atribuída a teoria da “liturgia do poder”, difundida canonicamente por colunistas para relançar a moda do jaquetão, os quatro ou seis botões, que ele vestia como presidente. Ainda hoje, em Brasília, sobreviventes desse tempo costumam resgatá-los de velhos armários, desafiando a informalidade dominante. Aos 90 anos, lúcido e humorado, vive às margens do Lago Paranoá, em Brasília, escrevendo prometidas memórias, às vezes pintando, e sempre ouvindo e falando de política, sua razão de viver.”



Foto: Acervo Luiz Gutemberg

Luiz Gutemberg
Jornalista



Foto: Orlando Brito

“

Tive o prazer de conhecer o presidente José Sarney em 1980. Estávamos em lados opostos. Eu era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e, portanto, adversário da ditadura militar, enquanto ele presidia o PDS, partido que dava sustentação ao regime. Ao longo destes 40 anos, tantas vezes divergimos no campo político, o que não impediu que firmássemos uma relação de respeito e admiração, baseada no entendimento mútuo de que a convivência civilizada entre opostos, que falta ao Brasil nos dias de hoje, é um dos pilares da democracia.

Naquele distante 1980, eu havia ido a Brasília buscar uma solução para a profunda crise da indústria automobilística, que custara a demissão de 15 mil trabalhadores. Procurei, em primeiro lugar, os principais líderes oposicionistas, do MDB, nossos aliados naturais. Mas, para minha surpresa, o então deputado Tancredo Neves sugeriu que eu conversasse também com o Sarney.

Três coisas chamaram minha atenção naquela audiência com ele. Logo de cara, o bigode, que já na época fazia a alegria dos chargistas de norte a sul do país. Depois, durante toda a conversa, o respeito e a cordialidade com que tratava o adversário que eu era. Mas, acima de tudo, a extraordinária habilidade política que deixou transparecer naquela breve conversa, e que seria determinante para o êxito da delicada transição do Brasil para a democracia, processo que ele passaria a conduzir cinco anos depois, na Presidência da República.

Tenho dúvidas se outro político teria sido capaz de conduzir a transição com tanta maestria quanto o Sarney, que enfrentou oposição de todos os lados, inclusive de seu próprio partido, o MDB, ao qual se filiou para ser candidato a vice na chapa do Tancredo. Ele não apenas foi capaz de contornar todos os obstáculos, como teve a coragem de convocar a Assembleia Nacional Constituinte, consolidando a redemocratização do país.

Quando tive a honra de presidir o Brasil, pude sempre contar com a lealdade do Sarney, então presidente do Senado. Lealdade que se manifestava mesmo quando divergíamos em alguma matéria. Nunca houve, da parte dele, qualquer tentativa de desestabilizar o governo, com pautas-bomba ou coisas do tipo.

Posso dizer que nos tornamos bons amigos. Durante meu governo, ele me disse várias vezes:

“Quando você deixar a Presidência, eu vou te levar em casa”. Eu achava que era brincadeira, mas quando deixei a Presidência, ele me pegou pelo braço e disse: “Agora eu vou te levar em casa”. E me levou até minha casa, em São Bernardo do Campo.

E é por tudo isso, pela cordialidade, pela lealdade e pela habilidade política demonstrada num momento fundamental da nossa história, que eu celebro com muita alegria os seus 90 anos.

Um forte abraço, presidente José Sarney.”

Luiz Inácio Lula da Silva

Ex-presidente do Brasil



Foto: Jefferson Rudy | Agência Senado

“

O presidente Sarney comandou o Brasil em época particularmente difícil. Herdou do governo militar um grave desequilíbrio macroeconômico: inflação alta e sem controle e a crise da dívida externa. Ao mesmo tempo, teve que lidar com expectativas otimistas da sociedade, a qual imaginava que a restauração da democracia lhe forneceria dias melhores, o que era difícil de atender diante da situação econômica que o país enfrentava.

Mesmo diante de tamanhos desafios, o presidente Sarney logrou conduzir, com êxito, a transição para a democracia. No campo econômico, iniciou o processo de abertura da economia e realizou profundas reformas institucionais nas finanças públicas. Eliminou-se a “conta de movimento” do Banco do Brasil, o Orçamento Monetário e as funções de fomento do Banco Central. Criou-se a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essas medidas extingiram fontes de emissão descontrolada da moeda e aumentaram a transparência em gastos com subsídios. O Banco Central se firmou no controle da inflação e na defesa da estabilidade do sistema financeiro. O Banco do Brasil modernizou-se. A STN granjeou respeito técnico de alto nível, no Brasil e no exterior.”

Maílson da Nóbrega

Economista, ex-ministro da Fazenda



José Sarney e Odylo Costa, filho

“

José Sarney é o avô da nossa filha Catarina. Ela praticamente não conheceu o avô ‘de verdade’, Odylo Costa, filho, que foi o melhor amigo de Sarney (que aqui em casa é chamado o José, o Zé, o Zé Sarney). E Zé Sarney sempre se apresentou a ela como ‘vô Sarney’. ‘Toma a bênção do vô Sarney, minha neta.’ Ela tomava. Ele dava.

E ela ia para o colo dele como criança pequena vai para colo de avô. Quando ele foi ocupar a Presidência da República, Catarina, sete anos, disse na escola que o avô dela era o presidente. Ninguém acreditou, claro. Como alguém de sete anos pode ter um avô que é ninguém menos do que logo o presidente?? Ficou com fama de mentirosa. Mas não tinha mentido.

Meus sogros – Odylo, o melhor amigo, Nazareth, “santa de altar” na casa dele, é como até hoje diz –, meus cunhados, todos nos sentíamos irmãos, sobrinhos. Há os que ele amou e ama como se fossem seus filhos. O amor era, é, recíproco. E longo. Tem durado uma vida.

Também nós, que não estamos perto dos 90, já ultrapassamos o limiar do que chamam de ‘velhice’. Mas ninguém é velho nessa história. O amor carinhoso é para sempre um menino brincalhão. São surpreendentes para nós esses 90 anos... O Vô Sarney da Catarina não é velho, de jeito nenhum.

Minha mulher, Teresa (é uma das que ele ama como filha, e é amor recíproco), trabalhou no seu governo. Criou e dirigiu o primeiro órgão nacional para cuidar da cidadania das pessoas com deficiências. Ligação direta com o presidente. Até hoje esse programa é motivo de orgulho para ele. E ter trabalhado com ele, razão de alegria para ela. Perto do presidente em cujo governo foi criado o SUS – bendito seja, nesses tempos de pandemia que atingirá, como sempre, os pobres por serem pobres. Mas há o SUS. Como houve o programa do leite, que salvou a vida de tantas crianças pobres. Perto do presidente que fez a difícil transição para a democracia. A maioria dá essa passagem como favas contadas, pois se os militares tinham ido embora... Não foi. Foi dura. Ao espírito de resignação democrática, o estoicismo com que enfrentou não poucas injustiças na época, precisou se somar uma firmeza de posições e atitudes de que a História, que é demorada, mas certa, um dia dará notícias. E precisou exercer ao máximo a sua capacidade de ouvir, de acolher, sem a qual a democracia fica sem alma, é apenas um sistema formal.

Ainda se verá. Mas essas linhas são só para dizer da alegria com que vemos o Vô Sarney chegar aos seus noventa anos. Alegria de neta, alegria de filhos. Que Deus o proteja e Nossa Senhora o livre de todo mal. Essa é a bênção que o Vô Sarney até hoje nos dá. Hoje nós a damos de volta a ele.”

Márcio Tavares d’Amaral

Filósofo e professor



Foto: Acervo Márcio Tavares



Foto: Acervo José Sarney

“

Conheci o presidente José Sarney quando eu era procurador-geral do Estado de São Paulo e ele fez uma visita ao governador Montoro, em 1983 ou 84. Depois eu o revi, também numa visita ao Montoro, quando eu era secretário de Segurança, um ano depois, mas foi um cumprimento muito rápido. Mas verifiquei, desde o primeiro momento, o que eu poderia chamar de uma classe extraordinária do presidente Sarney, já naquela época. Foi assim, fugaz, num primeiro momento, mas que logo depois se acentuou enormemente, como poderei relatar logo adiante.

Ele na verdade é o responsável pela transição que alcançou a democracia no nosso país. Se não fosse a serenidade, a moderação, o equilíbrio e a grande experiência política que o presidente já tinha em 1986, 87, 88...

Porque ele começou muito cedo. Agora que se comemoram os 90 anos dele, eu penso que pelo menos uns 65 ou 70 anos talvez tenham sido dedicadas à vida pública. A vida pública de um lado e a vida intelectual de outro lado, já que ele escreveu muitos livros e é membro da Academia Brasileira de Letras.

Quando se deu a transição, foi meu primeiro mandato como deputado federal. Fui deputado constituinte. Eu me lembro que a grande figura era o Dr. Ulysses Guimarães, que presidiu a Constituinte, mas quem, digamos assim, permitiu um debate muito amplo, não só do Congresso Constituinte, mas de toda a sociedade brasileira, foi precisamente o presidente José Sarney. Os brasileiros devem a ele essa passagem de um sistema mais autoritário para um sistema extremamente democrático.

O governador Montoro sempre me dizia: “Tem que fazer uma visita ao presidente Sarney”. Eu era deputado calouro. Mas dois, três meses depois que eu estava na Assembleia Constituinte, pedi uma audiência com o presidente Sarney. Fui encontrá-lo no Palácio do Planalto. Ele, muito gentilmente, logo me recebeu na entrada. E eu fiquei uns quarenta minutos com ele. Ele me tratou como se eu fosse a pessoa mais importante do mundo, embora eu fosse um deputado de primeiro mandato. Ele me dizia sempre: “Olha, o Montoro fala muito de você”. Uma delicadeza extraordinária.

Eu saí de lá e ele disse: “É interessante toda vez que você conversar com alguém, você revelar que a pessoa com quem você fala é a pessoa mais importante do mundo”.

Isso é o presidente Sarney. Um homem da vida pública, da vida intelectual, mas também de uma cordialidade extraordinária — o que permitiu, volto a dizer, aquilo que se fez naquele período. Se não fosse essa cordialidade, essa moderação, essa capacidade de diálogo extraordinária que ele teve no passado e teve ao longo do tempo, nós talvez não tivéssemos chegado à Constituição de 88. Digo mais uma vez: essa transição foi feita com muita tranquilidade porque era presidente o nosso senador, presidente José Sarney.

Ele foi presidente do Senado numa época em que eu fui presidente da Câmara. E nós mantínhamos muito contato. E esse contato resultou, pensou eu, benéfico para o Legislativo, porque foi um contato de muito cavalheirismo político. Eu acho que ele trabalhou muitíssimo, eu naturalmente sempre verificava o que ele fazia. Eu também trabalhei de minha parte com a Câmara dos Deputados. E isso nos permitiu uma convivência muito adequada entre as duas Casas, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, que foi útil para o país.

E depois que ele praticamente deixou a vida parlamentar, mas não a vida pública, tendo eu assumido a Vice-Presidência e depois assumido a Presidência da República, não foram poucas vezes que eu ia a ele para ouvi-lo. E não poucas vezes que ele delicadamente também me visitava.

E ele é tão, digamos assim, litúrgico, que quando eu deixei a Presidência da República, um dia ele me telefonou e disse: “Quero ir a São Paulo para visitá-lo. Como ex-presidente da República”. E de fato, ele veio a minha casa em São Paulo, com esse objetivo. Ele era extremamente litúrgico. Presta atenção a esses critérios das instituições. E essa obediência às instituições traz muita paz ao país. É uma coisa de que hoje nós necessitamos muito.

O presidente Sarney, sem embargo dos 90 anos que está fazendo, eu sei que ele ainda conversa com muita gente. E ao conversar, prega uma tese que é muito cara ao país, que é a pacificação, a paz entre os brasileiros.

De modo que uma grande homenagem que eu posso fazer nesses 90 anos do presidente Sarney é que ele continue nessa pregação. Ele presta e continua prestando serviços ao país. E seguramente prestará esse serviço por muitíssimos anos pela frente.”

Michel Temer
Ex-presidente do Brasil



Conheci José Sarney primeiro como personagem e logo fundi o personagem com o escritor. Posteriormente o político que era de todo mundo.

Eu me lembro que eu estava na universidade quando me falaram muito numa escritora maranhense e poeta chamada Lucy Teixeira. Ela integrava esse grupo do Sarney, do Ferreira Gullar, e um grupo muito brilhante de intelectuais brasileiros que ainda não eram conhecidos. Eles estavam lá confinados nessa maravilhosa cidade de São Luís, nesse Maranhão, que diziam que era a “Atenas brasileira”.

Nunca me esqueci desse personagem. E depois fui vendo como ele crescia, famoso como político, mas sempre vinculado à literatura e às artes. E eu me lembro que quem falou muito sobre ele, e depois isso se tornou uma coisa pública, oficial, foi o Glauber Rocha. E depois também o Zé Louzeiro.

O Zé Louzeiro inclusive contava como eram as peregrinações políticas de José Sarney, já governador, pelo Maranhão, creio que renovando seu mandato. Ele contou uma característica formidável de José Sarney. Ele tinha umas gavetas e em cada gaveta tinha uma maleta, uma espécie de *nécessaire* para as viagens dele. Ele chegava, devolvia a maleta que ele usara, punha de lado, pegava outra e saía novamente. Isso me pareceu fantástico! Uma escritora jovem, que queria escrever e que apoiava o meu amor à literatura através da imaginação, da composição de personagens.



Mas eu gostaria de destacar que, já convivendo com ele na Academia, quando eu fui candidata, ele não votou na minha pessoa, mas ele tinha razão. Porque ele era muito ligado a Antônio Olinto, então guardava fidelidade a seus amigos, e também Antônio Olinto era do grupo literário dele, como Jorge Amado.

Eu gostaria de falar sobre o escritor José Sarney. Porque eu acho que ele foi muito injustiçado como escritor. A aferição de sua estética, pelo fato de ser político, mas eu não vou entrar nessa linha. Eu me lembro quando ele publicou o romance *Saraminda*, em 2000. O Raúl Padilla, que era presidente da Guadalajara, me convidou e disse: “Nélida, vamos prestar uma grande homenagem ao presidente aqui na cidade e queremos que você venha ao México apresentar o livro e fazer uma exposição crítica”. “Não, eu não posso aceitar porque eu não li o livro”. “Ah, mas ele é um grande nome!” Li o livro e aceitei imediatamente porque eu fiquei encantada pelo romance. Até hoje acho que é um dos melhores personagens, a Saraminda, da literatura brasileira. Uma personagem fascinante, exuberante, misteriosa e que alça-se à categoria das mulheres independentes. daquelas mulheres sujeitas à violência masculina... Imagina, é uma prostituta menina de 15 anos, que é posta num leilão.

Inclusive é um romance que, à parte desse erotismo que é muito brilhante, muito bem equacionado, a composição dos personagens, o debate sobre o contestado, sobre a disputa daquela região, os garimpos... Toda essa sociologia formidável, o que me parece que deveria ser estudado nesse romance é a postura feminista dele. Mostra a violência que padecia a mulher, a desvalorização do corpo da mulher, como a mulher estava sujeita a uma carnadura masculina, que comia essa carne da mulher com total desrespeito. Então é um romance que se destaca dessa forma. E é uma personagem que ele compõe dissimulada no melhor sentido, como uma Capitu, como também você pode dizer uma Diadorim. São personagens que trazem em si, a meu juízo, uma característica brilhante da literatura, que é a ambiguidade.

Mas eu gostaria de comentar outra coisa interessante vinda de um personagem tão rico como José Sarney e eu o chamo de José Sarney porque eu quero realçar o escritor e o companheiro de Academia Brasileira de Letras da qual ele é o decano.

Um dia eu estava convidada pelo García Márquez, que tinha organizado um pequeno encontro em Caracas sob os auspícios do presidente Carlos Andrés. E ele convidou alguns nomes, inclusive convidou o presidente Raúl Alfonsín, José Sarney e alguns escritores, entre

os quais a minha pessoa. E eu lá estava – ia voltar um ou dois dias depois –, quando encontro um bilhete atrás da porta de madrugada: “Nélida, estamos voltando para o Brasil no avião privado do presidente, que nos emprestou. Lembramos, Raúl Alfonsín e eu, se você gostaria de acompanhar-nos”. Imediatamente arrumei tudo correndo e fui com eles.

Foi um convívio maravilhoso porque foram algumas horas só nós. O que me impressionou nessa conversa que eu pude ter tão de perto, mas enfim, como outras que tive com ele, era que o avião baixava – dizem que era o Rolls Royce dos jets privados –, e então pela janela você podia ver os rios, a floresta, a mata, o mundo verdejante e suntuoso do Brasil. Então, ele olhava pela janela e ia destacando aspectos da geografia brasileira que ele identificava lá de cima. Eu disse: “Mas, presidente, como é que você domina tanto essa geografia?”. Ele me deu suas explicações, mas é muito raro... E isso me marcou muito. Essa simbiose de José Sarney com a natureza geográfica do Brasil. Mais do que uma geografia, a alma brasileira.

Eu poderia falar dele por exemplo na presidência, ele não tendo votado em mim, mas ele ficou muito contente quando ganhei. Ele teria desejado. Tanto que ele disse: “Olha, não posso, mas meu voto na próxima campanha pertence a você”. Ele sempre escreveu coisas muito bonitas, sempre generoso comigo, elegantíssimo.

Durante a minha presidência na ABL, houve um conflito. Eu disse: “Presidente, pode me receber?” e fui a Brasília. E conversamos muito sobre essa questão. Ele me ajudou muito a iluminar aspectos daquele assunto na hora em transcurso. E foi formidável. Ou seja, eu sempre pude contar com sua gentileza, com seu apoio.

E há pouco mesmo, eu estava no exterior e, quando eu voltei e publiquei o meu livro *Uma furtiva lágrima*, encontrei uma carta linda dele. E ele tinha deixado um telefonema. Eu não queria incomodá-lo, mas liguei e falei com seu grande assessor, o Costa. Ele então disse: “Não, mas o presidente quer muito conversar”. E conversamos longamente. Portanto, é um prazer poder homenagear o intelectual, o escritor José Sarney.

Ele foi um presidente que não criou obstáculos para a arte brasileira, para a nossa emancipação, não houve nenhum problema de censura, ele não importou nenhuma ideia e nenhuma ideologia perigosa ou que roçasse, enfim, numa direita extremada ou uma esquerda extremada.

Eu acho que ele foi muito equilibrado. E inclusive os testemunhos dele sobre o Brasil são muito interessantes, porque ele é um homem que, pela sua longevidade e pelo longo transcurso na política brasileira, domina as ocorrências brasileiras. A arte e a política.

Ele me lembra um político galego, espanhol, Manuel Fraga, que foi inclusive um dos redatores da Constituição espanhola. Dizia-se dele que ele tinha o Estado espanhol na cabeça. É uma expressão muito bonita. Então você podia mais ou menos dizer a mesma coisa de José Sarney: Ele tem o Estado brasileiro e a política brasileira dos últimos 50 anos na cabeça.

O que vale é que houve essa, a partir do Ulysses Guimarães, reabilitação política do Brasil, que saiu da ditadura. E que mesmo através de tropeços e dificuldades ao longo de todos esses anos, mesmo quando muitas vezes houve governos que você podia não aceitar tão bem ou aprovar, mas estamos ou estivemos dentro do âmbito democrático. E sem dúvida o José Sarney é um homem da democracia brasileira.

Meu querido amigo José Sarney, sou-lhe devota, agradeço imensamente a sua gentileza, o seu carinho comigo. Como pôde me apoiar na presidência, não somente nessa vez que eu fui a Brasília, como me lembro com muito orgulho e admiração a sua linda conferência pronunciada sobre a minha presidência na Academia, quando eu criei um ciclo dos grandes acadêmicos falando sobre temas diversos. E então demonstrou a sua exuberância cultural, o seu domínio da literatura.

Sendo esse escritor que é e que eu admiro, desejo-lhe um período muito feliz! Que possa olhar para o seu passado e para o seu presente com muita esperança de que o futuro vai lhe fazer a justiça que merece. Desejo também, junto a Marly, sua grande companheira, e seus filhos, uma data muito auspiciosa. E saiba do meu bem-querer. Saiba que estarei pensando na sua pessoa nessa data e nas datas vindouras. E que a ABL o tem como decano e um membro muito fundamental e fundacional.”

Nélida Piñon

Escritora, membro da Academia Brasileira de Letras



Foto: Acervo José Sarney

“

Eu me elegi em 1986, como deputado federal, e conheci o presidente Sarney em 87, durante o período da Constituinte. O presidente da Câmara na época e o presidente da Constituinte era o Dr. Ulysses. E foi nesse momento que eu tive relações com o presidente Sarney. A partir desse momento até hoje. Assisti muito claramente, nos anos de 87 e 88, à preocupação do presidente Sarney em relação à Constituinte e também vi a capacidade que o presidente Sarney teve de fazer a transição, uma grande dificuldade que nós tínhamos naquele momento. Logo que houve a eleição do presidente Tancredo, o presidente Tancredo veio a falecer, e o presidente Sarney assumiu, com um problema. Quando foi indicado para ser vice de Tancredo, teve lá suas dificuldades dentro do PMDB. E ocorre que ele tinha que herdar um ministério que já tinha sido escolhido pelo presidente Tancredo. Todo o primeiro ministério do Dr. Sarney havia sido escolhido antes pelo presidente Tancredo. Já estava anunciado, conhecido.

Então ele soube fazer essa transição, ou seja, não só a transição do fato de ele aparecer como, digamos, sem poder político naquele primeiro momento. Porque ele chegou ao PMDB para efeitos do Colégio Eleitoral. Mas ele soube fazer essa transição de sair de um presidente fraco, politicamente fraco, dependente do PMDB, para um presidente forte.

E não só isso em relação à transição política como também à transição do regime militar para o regime civil. Ele soube fazer as duas transições. Ele conseguiu administrar as situações com o PMDB, e leia-se aqui no caso com o Dr. Ulysses, que era muito forte, ele era líder do PMDB incontestemente. E havia dentro do PMDB oposições ao presidente Sarney. Tanto é que a gente chamava na época de PMDB “Sarneyista” e do PMDB “não-Sarneyista”. Eu estava no PMDB “não-Sarneyista” à época, liderado pelo Dr. Ulysses.

Mas alguma coisa que ainda não ficou explícito e não ficou claro e ninguém escreveu sobre isso, mas que tem que se examinar esse tema, é a grande capacidade que o presidente Sarney teve de assegurar a transição.

Ou seja, os problemas econômicos que surgiram depois, na segunda metade de seu governo, ficam todos hoje desaparecidos, considerando a grande habilidade que ele teve de fazer a transição sem ferir a situação militar. Porque não houve um rompimento com o regime militar, não houve uma ruptura. Houve uma transição entre o regime militar, que abriu mão da sua situação, e passou para o regime civil. E ele soube fazer isso com extraordinária competência. Aliás, historicamente, essa é a grande dívida do Brasil com o presidente Sarney.

E depois, com uma capacidade de diálogo muito humana e a percepção da situação política, clareza que tinha na condução do problema político. Eu tive algumas interações com o presidente Sarney nesse período da Constituinte. Ele tinha algumas dificuldades em relação aos projetos constituintes. Ele não tinha, por exemplo, possibilidade e não o fez, de mandar um projeto de constituição à Assembleia Constituinte.

Aquele trabalho feito pela Comissão Arinos, que havia sido indicada e composta pelo presidente Tancredo, ele meramente enviou com uma colaboração do Executivo. Ele não tinha condições políticas de mandar aquele projeto. Inclusive, depois, nós tivemos grandes problemas em como fazer a Constituição exatamente porque os modelos de fazer a Constituição que até então existiam não se aplicavam naquele momento de 87.

O que hoje nós temos no Brasil é uma situação distinta. Hoje você tem uma situação em que o adversário político é considerado como um inimigo. Em que há uma variável nova na relação política, extraordinariamente contrária ao processo político do diálogo e da transição, e da tolerância, que é o ódio. Hoje você tem uma relação de ódio dentro do espectro político, uma polarização incrível. O presidente Sarney tinha a habilidade de, mesmo quando atacado, saber superar o ataque para compor.

E era uma coisa muito interessante. Inclusive eu tive alguns contatos com ele na época dele como presidente, mas também depois, como senador. E nesse período todo ele teve essa grande capacidade de superação dos problemas, ou seja, é um político no sentido estrito do termo.

O que prejudica a política não são propriamente as mentiras que eventualmente se façam. O que prejudica a política são as convicções. Em política, você precisa ter capacidade de construir o futuro sem retaliar o passado e superando eventuais convicções que você teve no passado. Agora, se quiser impor convicções, esquece, porque vai criar uma situação como está hoje.

Era exatamente a única forma de superação das barreiras: a capacidade de diálogo, ouvir, ouvir, ouvir. E também uma habilidade que tinha o presidente Sarney – que eu aprendi também com o Dr. Ulysses – era a ideia de que o entendimento político dependia de um momento antecedente, que era o momento da catarse, quando o sujeito extravasava os seus problemas. Se você não dá um tempo político para o sujeito extravasar, o adversário extravasar e criar a crítica e fazer acusações e o diabo a quatro, se você não tiver esse momento, você não tem como chegar num momento de criação. Precisa da catarse política para depois chegar a um momento de racionalidade política.

O que se dizia é que o presidente Sarney tinha ódio de roupa marrom. Comigo não aconteceu. Mas o que se ouvia dizer é que se você chegasse de marrom, vestido com roupa marrom no seu gabinete, o presidente Sarney ficava circulando a mesa para evitar chegar perto de você. Você caminhava para um lado, e ele caminhava para o outro. Eu não tive esse problema, mas era voz corrente que o problema do presidente Sarney era a questão da roupa marrom.

O aniversário do presidente Sarney, com seus 90 anos. 90 anos que o Brasil reconhece. Evidentemente, há críticas grandes em relação ao presidente Sarney. Mas o político que não foi criticado não fez nada. Ou seja, em política, ou você é criticado, ou você é aplaudido, ou as duas coisas. O que não ocorre com o presidente Sarney... Ele já foi aplaudido, foi criticado. Mas o que não ocorre com ele é a indiferença. Por quê? Porque não se pode ser indiferente em relação a um personagem histórico como ele. Daí porque é fundamental, e eu acho um grande reconhecimento, a comemoração dos seus 90 anos. Obrigado, presidente Sarney.”

Nelson Jobim

Ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e ministro dos governos Fernando Henrique, Lula e Dilma



Marly Sarney, a primeira-dama anônima e feliz

Um fotojornalista como eu, que cobre a chamada seara do poder, tem como método de trabalho observar detalhadamente os personagens que fazem parte do mundo da política, os integrantes do comando do país. É seu papel inteirar-se de cada pormenor de cada um desses senhores e senhoras, observar sua imagem para, ao fotografá-los, informar ao leitor distante da cena como são, como agem, sua maneira de proceder. Mas, além disso, observa também as pessoas próximas a eles.

É assim em qualquer lugar do mundo. Seja no Brasil, nos Estados Unidos, Burundi, Argentina, Canadá, Espanha, Angola, França, Inglaterra, Japão, Tenerife, etc.

Jovem fotógrafo de *O Globo* no final da década de 1960, conheci José Sarney recém-chegado à capital. Vinha do Maranhão, já tinha sido governador e deputado federal. Durante anos, assim como tantos outros personagens, eu o fotografei em nem sei quantas ocasiões e situações, no Senado, no Congresso. E, com certeza, a ocasião mais carregada de história e importância foi assumir a cadeira de presidente, com o falecimento inesperado do Doutor Tancredo Neves.

Pois bem, em 1985, José Sarney era o novo presidente da República. Fazia parte do cerimonial do Palácio do Planalto a subida da rampa às terças-feiras. Protocolo, mas era

assim. Ato festivo, com Hino Nacional, hasteamento da bandeira, soldados do Batalhão dos Dragões da Independência. Simbólico. Quer dizer que o chefe-de-Estado está levando da rua para seu gabinete as questões do país.

Acompanhado de outros colegas, eu estava no terceiro andar do palácio fotografando a cena. José Sarney, acompanhado de alguns ministros, percorreu a bela rampa projetada por Oscar Niemeyer e dirigiu-se para sua sala de trabalho, no terceiro andar. Foi quando vi, ao longe, uma senhora solitária a observar a cerimônia, isolada ao lado da escultura Os Dois Candangos, no centro da Praça dos Três Poderes.

Acredite. Era Dona Marly. Isso mesmo, a senhora Sarney. Sozinha, sem ninguém ao seu lado. O vestido azul discreto aumentava ainda mais a surpresa do gesto. Evidentemente, fotografei. Eu estava acostumado a retratar cerimônias de presidentes anteriores, nas quais primeiras-damas algumas vezes faziam parte do evento.

Dois ou três dias depois, em um café da manhã no Alvorada, estive com Dona Marly. Indaguei-lhe o que levava a esposa de um presidente da República a correr o risco de ficar sozinha e exposta em lugar tão visível. Sem uma secretária, um agente de segurança, uma amiga. E ela respondeu-me:

— Meu caro Brito, pelos desígnios divinos o José tornou-se presidente do Brasil. José nasceu numa casa humilde, numa pequena cidade chamada Pinheiro, no interior do Maranhão. Trilhei ao lado dele o longo caminho de nossas vidas. Quis a Providência que se tornasse presidente do país. Assim que ele saiu de casa (o Palácio da Alvorada) cedinho, tomei a Caravan particular de nossa família e fui em seguida. Fique lá, a observá-lo subir a rampa do Planalto, anônima, orgulhosa e feliz, a repará-lo, de longe, elegante como sempre. Torço de perto para que sua gestão seja perfeita. Dessa vez fui fazê-lo à distância!!!”

Orlando Brito

Fotojornalista



Foto: Orlando Brito

Dona Marly na
Praça dos Três
Poderes

Foto: Acervo José Sarney



Na Bienal de Veneza, o encontro dos casais José Sarney e Marly, Edemar Cid Ferreira e Márcia, Paulo Tarso Flecha de Lima e Lúcia

“

Durante meu convívio com o Presidente Sarney, pude admirar seu espírito público e seu patriotismo.

Apesar das circunstâncias dramáticas de sua posse, foi um grande presidente.

Na política externa, pôde mostrar para o mundo o espírito ponderado e generoso que o orientava. É de se ressaltar o protagonismo que imprimiu às mudanças no cenário internacional, especialmente na atenção que conferiu às nossas relações com os demais países da América do Sul, lançando as bases para a criação do Mercosul.

Minhas homenagens ao chefe e amigo se estendem à D. Marly, exemplo de companheirismo e dignidade.”

Paulo Tarso Flecha de Lima

Diplomata



Da compaixão

As fronteiras da expressão humana são tênues, e as palavras, mais frágil instrumento, abusam delas muitas vezes. Caridade, piedade, compaixão vêm muitas vezes revestidas de uma relação de desigualdade, elas que deviam exprimir a regra cristã da igualdade essencial. Compaixão, greco-latina, dividir a paixão — não apenas a paixão dos casais apaixonados, mas a paixão mesmo, a que viveu Jesus, a que fez com que Deus se fizesse carne para sentir como nós — é uma dessas palavras. Fácil falar e difícil cumprir. Como conseguir sentir o que o outro deveras sente (e não fingir tão completamente quanto o poeta)?

Desde que me entendo por gente, testemunhei a compaixão. Era lição cotidiana em minha casa. O Menino Jesus deitado no colo de Sua Mãe passou a vida a meu lado. Mas e os outros? Por essas mesmas circunstâncias, vi a marcha da insensatez, o elogio da loucura do eu crescer a cada dia, a supremacia do ter sobre o ser de que São Paulo VI nos avisava.

Havia uma expressão para justificar o Um negado por La Boétie e estruturado por Hobbes: “justiça social”. Falava-se muito dela, até que chegamos ao tempo em que se perdeu a esperança de realizá-la; ou então se fala baixinho para ninguém debochar (outra palavra instrutiva). Como realizar a justiça social? Como realizar a igualdade necessária? Como fazer acontecer?

É preciso agir. Agir com um só objetivo, o único que justifica a existência de uma “servidão voluntária”: construir uma sociedade justa. Para quem é cristão, como eu, o modelo é o “amai-vos uns aos outros”. Esse modelo não é só nosso, tem distribuição universal, entre crentes e entre ateus. Para isso surge o tão vilipendiado político. O político que é, que tem que ser, a pessoa preparada para fazer pelos outros. A pessoa que age por compaixão — não por ter pena, embora tenha, não porque tenha compromisso, embora tenha —, que age porque



Foto: Acervo Pedro Costa

consegue se colocar na pele, no coração dos outros. Outros, coletivo, mas também outros, cada um dos outros, gente que pensa e sofre.

E isso, menino, eu vi, meninos, eu vi. Entre os privilégios que tive na vida, tantos, tive o de acompanhar de perto, de muito perto, o amigo — e que amigos meus pais tiveram — mais próximo de meus pais. José, Sarney, José Sarney é aquele que, ao conversar com alguém, ao pensar em alguém, entra em seu coração e entende o que o faz viver (nem sempre é bonito o que encontra), tem compaixão.

Sua vida é simples: menino empelcado lavado numa bacia de ágata na vila de Pinheiro, garoto que percorre com D. Kiola as lonjuras do Maranhão e se surpreende com o bonde, rapaz a quem o pai manda ler, e ler, e ler de novo o Vieira, a vontade de ser escritor e casar com Marly — a moça mais bonita —, a ideia de transformar a sociedade, a Câmara, o reco-reco na Banda de Música, a Bossa-Nova, Brasília é sua casa, Jânio escorrega entre os dedos, as Nações Unidas, governador, os contos lidos com choro em Portugal, a construção da redemocratização, a Academia, os incentivos à cultura, a Presidência, a cruzada do cruzado, a transição democrática, o poeta das saudades mortas, a proteção dos que têm necessidades especiais, as batalhas do Senado, o direito das vítimas, o dono do mar e a moça Saraminda, o coquetel anti-Aids, a cota para começar o resgate do horror da escravidão, a banda dos bons meninos, a violência que não para, o artigo de sexta-feira que não pode faltar, o jornal, a tribuna do Senado, os casos, os acasos, e o Maranhão e o Brasil por construir. Com paixão e compaixão.

Assim Zé Sarney, com sua fabulosa memória, sua vivência do bom combate, seus sonhos irrealizáveis, contribuiu mais que qualquer outro para o que ainda se faz de bom no Brasil de hoje. Sua paixão!”

Pedro Costa
Arquiteto e escritor



Foto: Orlando Brito

“

Estávamos em 1996. Presidia o Senado o senador José Sarney e eu atuava como secretário-geral da Mesa do Senado. Certa vez, em uma conversa, ele externou sua preocupação com o fato de o Brasil não ter uma política pública que amparasse os portadores da Aids, doença que havia mais de dez anos ceifava a vida de seus portadores.

À época, já havia comprovação científica da eficácia de certos medicamentos para controlar a doença, mas a maior parte da população não tinha acesso, pois o preço era proibitivo. Assim, a ideia convergiu para a distribuição gratuita das medicações aos portadores do HIV e doentes de Aids.

A intenção era que ele apresentasse o projeto de lei. Entretanto, consultores do Senado alegaram a impossibilidade de fazê-lo, por tratar-se de projeto autorizativo de despesa. A questão foi debatida em várias reuniões, sempre esbarrando nesse alegado óbice constitucional e que não ficava bem para um ex-presidente da República e presidente do Senado assinar um projeto de lei inconstitucional.

Um dia, o Dr. Fernando César Mesquita convidou-me para uma nova reunião com os consultores. Após reforçarem que a autorização de despesa contida na ementa do projeto de lei não seria aceita, sugeri: “Se o problema é a ementa, então por que não trocamos a expressão *autoriza o Poder Executivo a... por dispõe sobre...*”? A ideia foi aprovada prontamente. O certo é que uma simples ementa não poderia ser empecilho para que o senador José Sarney apresentasse o projeto de lei que iria contribuir para melhorar a vida de tanta gente sofrida.

Assim surgiu, em 12 de julho de 1996, o Projeto de Lei do Senado nº 158/1996, com a seguinte ementa: “Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de Aids”; de autoria do senador José Sarney. Sua tramitação nas duas Casas legislativas ocorreu em tempo recorde, dando origem à Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, ou seja, apenas quatro meses depois da sua proposição original.

O projeto estava muito bem fundamentado. Primeiro, na diretriz universal fincada no art. 196 da Constituição da República: “A saúde é direito de todos e dever do Estado...”. Segundo, com base nos resultados das pesquisas científicas divulgadas na XI Conferência Internacional sobre Aids, em Vancouver, Canadá, a comprovar a existência de terapias eficazes para o controle da doença, especialmente quanto aos medicamentos ministrados sob a forma de “coquetel” (chamado à época de “coquetel de drogas” ou “esquema tríplice”). E, ainda, por um sentimento humanitário:

“A proposição que apresento aos nobres colegas desta Casa visa, assim, não apenas a garantir a concretização do dispositivo constitucional como, também, ao cumprimento de um dever de humanidade para com os brasileiros acometidos pela Aids.”

Recordo que, após a aprovação pelo Senado, surgiram rumores de que o presidente da República vetaria o projeto de lei. Ágil e experiente, o senador José Sarney procurou o chefe do Poder Executivo e alertou: “Será o primeiro veto derrubado pelo Congresso Nacional em seu mandato”. O projeto foi sancionado na íntegra.

De forma célere, a lei foi implementada e a iniciativa ganhou repercussão internacional e também nos meios jornalísticos. À guisa de exemplo, cito excerto de matéria publicada no jornal *Folha de S.Paulo* em 28/11/1996, intitulada: “Governo começa a distribuir o coquetel”; subscrita pelos jornalistas Augusto Gazir e Daniela Falcão, que bem contextualiza o episódio:

“Recebem os remédios que compõem o coquetel 309 hospitais do SUS credenciados para atender portadores do HIV.

O governo federal começou ontem a distribuir para a rede pública de saúde os sete medicamentos usados para compor o coquetel anti-Aids.

Em todo o Brasil, receberão o coquetel anti-Aids os 309 hospitais do SUS (Sistema Único de Saúde) credenciados para o atendimento dos portadores do vírus da Aids. (...)

Antecipação

A distribuição, determinada por projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) sancionado na semana passada pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso, foi antecipada em duas semanas. (...)

Segundo informação do Ministério da Saúde, o Brasil é o primeiro país a oferecer os sete medicamentos usados para compor o coquetel por meio de sua rede pública de saúde.

Recursos

Segundo o presidente interino, Marco Maciel, o governo federal liberará em dezembro recursos para a compra de medicamentos para o SUS.

‘No mês que vem, pretendemos resolver a questão dos laboratórios, das instituições que dependem de repasse de recursos para assegurar a medicação básica. Em especial, a medicação usada para combater a Aids’, afirmou o presidente interino.

Maciel participou ontem de cerimônia comemorativa pelo Dia Mundial de Luta Contra a Aids, realizada no Senado. (...)

Sarney e o ministro interino da Saúde, José Carlos Seixas, também estavam presentes ao ato. (...)

A iniciativa foi tão eficaz na redução da mortalidade por Aids no Brasil, que, mais de dez anos depois, ainda era relatada em trabalhos acadêmicos. Segundo estudo publicado em

2007 por Ana Cristina Reis, Elizabeth Moreira dos Santos e Marly Marques da Cruz, intitulado “A mortalidade por Aids no Brasil: um estudo exploratório de sua evolução temporal” :

“...entre 1982 e 1995, [o período] foi de crescimento acelerado da taxa de mortalidade [por Aids], todavia mais acentuado entre 1987 e 1995. Neste ano, o risco de morte [taxa de mortalidade] pela doença atingiu seu maior valor: 9,7 óbitos por 100.000 habitantes. No segundo momento da epidemia, entre 1996 e 1999, observa-se, claramente, a redução das taxas de mortalidade. O risco de morrer por Aids passou de 9,6/100.000, em 1996, para 6,4/100.000, em 1999, significando uma redução de 33%” (Grifei).

O sumário dessa pesquisa registra expressamente que: “Os resultados evidenciaram queda da mortalidade a partir de 1996, ano de introdução do tratamento com antirretrovirais pelo serviço público de saúde...”

Os dados revelam o quão importante foi – e continua sendo – a iniciativa do senador José Sarney. A distribuição gratuita dos medicamentos para controle da Aids, ao longo do tempo, poupou a vida de milhares de brasileiros. Se considerarmos que, em 1996, a população nacional era de aproximadamente 165 milhões de pessoas, conclui-se que, três anos após a implementação da Lei nº 9.313/1996, ou seja, em 1999, aproximadamente seis mil pessoas deixaram de morrer por Aids . Segundo o estudo assinalado, essa queda teve influência significativa da distribuição gratuita dos medicamentos.

Esse fato, dentre muitos outros que tive a honra e a alegria de testemunhar, evidenciam a humanidade e a nobreza de caráter desse homem público tão justamente homenageado nesta obra.”

Raimundo Carreiro Silva

Ministro do Tribunal de Contas da União e ex-secretário-geral da Mesa do Senado

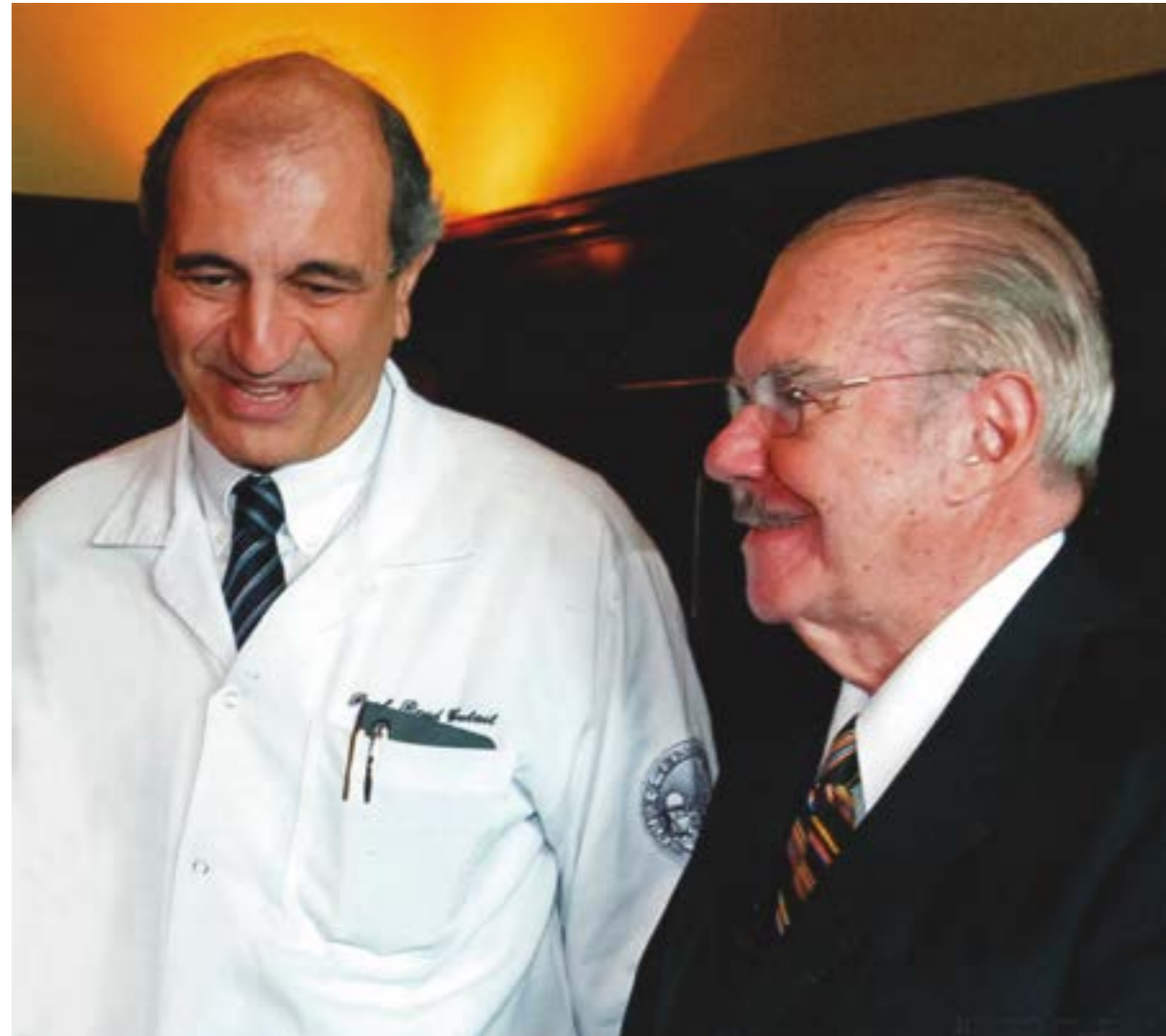


Foto: Acervo Raul Cutait

“

Todos conhecem José Sarney, que durante toda sua vida participou intensamente da política brasileira, ocupando os mais diversos cargos, inclusive o da Presidência da República. E aqueles que conhecem os bastidores da nossa política reconhecem sua competência única como articulador e apaziguador.

Eu, no entanto, tive a oportunidade de conhecer José Sarney por outro caminho, quando fui chamado pelo Prof. Fulvio Pileggi, seu dileto médico e amigo, para atender sua mãe, D. Kyola. Desde então, tornei-me o cirurgião da família, o que gerou várias oportunidades de convívio pessoal ao longo do tempo. Assim, descobri o patriarca que se desdobra por sua família, bem como sua faceta de bom contador de histórias. Possuidor de vasta cultura, sempre foi o “bom papo”, aquele que os que estão em volta querem ouvir. E, com os anos, descobri um outro lado do presidente, o de ser um diletante da medicina! Já tive oportunidade de com ele discutir não apenas medicamentos, mas doses; não apenas cirurgias, mas detalhes técnicos operatórios! Tendo em vista esse seu predicado, há muitos anos “oficializei” seus conhecimentos, presenteando-o com um avental tendo seu nome bordado e o diploma de doutor honorário do Hospital Sírio Libanês – algo que nos faz rir até hoje.

Que noventa anos intensos!”

Raul Cutait
Médico



Foto: Orlando Brito

“

Nosso imortal presidente José Sarney não é apenas o homem público de mais longa atuação, o que já seria muito. Mais relevante do que os seus 65 anos de vida dedicados à nação, que continuam imprescindíveis; mais importante do que os anos de mandatos honrados e encerrados por opção própria e familiar – maior que tudo isso, sobressai o legado para a democracia brasileira ao longo das últimas décadas. É, inegavelmente, o maior vulto político brasileiro vivo.

José Sarney encarna o pensamento liberal brasileiro com forte vocação social, um namoro discreto com a social democracia. Mas antes dos rótulos ideológicos, sua maior virtude na vida pública, testada em todas circunstâncias, é a devoção disciplinada e exemplar à democracia.

É oriundo da mesma matéria-prima que forjou, entre outros, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Teotônio Vilela. Sabe valorizar a experiência, o conhecimento, a cultura, mas mantém-se permeável ao novo de maneira permanente, sem preconceitos ou seletividades. Adepto do diálogo, da temperança e da incansável busca de convergências, é um artífice da conciliação, mas também o homem das letras, nas quais acalenta suas utopias e embala seus sonhos. Na lida literária, além de outras obras expressivas, recordo-me do impacto que me causou ao me deparar com o ambiente de mágica realidade do romance *Saraminda*, em 2000. Um marco do realismo fantástico do continente.

Ao lado da experiência, sempre é importante e necessário sublinhar a sólida e inabalável convicção democrata de José Sarney em toda a sua trajetória política. A História registra, por exemplo, que ele, desde o primeiro momento, ainda governador do Maranhão, esteve contra o tenebroso Ato Institucional número 5, baixado no final de 1968. Naqueles tempos de trevas e medo, isso era não só surpreendente em um político filiado ao partido do regime; era arriscado para qualquer pessoa.

De volta a 1983. O que Sarney jamais poderia imaginar – nem ele, nem nós todos, nem ninguém – era a imensa e inesperada responsabilidade que, apenas dois anos depois, o destino depositaria em suas mãos. A árdua tarefa de comandar o primeiro governo civil depois de 21 anos de ditadura militar, liderar a Aliança Democrática construída para trazer de volta ao país as liberdades do cidadão e o estado de direito. Era uma responsabilidade que poucos conseguiriam suportar, e mais rarefeitos ainda eram os que reuniam aptidão, capacidade e experiência para a travessia. A delicadeza da transição embutia ainda uma grave crise econômica, dívidas estratosféricas e, sob a forte turbulência, o presidente Sarney conduziu a nação com as mãos firmes e para águas serenas.

O presidente Sarney soube administrar o peso do mandato, da excepcionalidade, da fatalidade e a enxurrada de ruídos em um quadro político absolutamente novo, tenso e preconceituoso. Houve-se muito bem. Reafirmou e honrou os compromissos democráticos, transformando-os em marca política do seu governo. Convocou a Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática. Se tivesse a índole ou a pretensão de se eternizar no poder, poderia ter não convocado.

Tive a honra de fazer parte dela por Alagoas. Só por esse fato, José Sarney já merece reverências e o reconhecimento da História. A Constituição Cidadã foi uma redenção social e iluminou os caminhos políticos institucionais da nação e explicitou o desprendimento do presidente José Sarney. O mesmo desapego foi novamente realçado na iniciativa de propor, redigir e negociar com o Congresso a transição do presidencialismo para o parlamentarismo. Perdemos a oportunidade de termos uma oportunidade institucional melhor do que as sucessivas crises do sistema presidencialista desde então.”

Renan Calheiros
Senador



Foto: Acervo Roberto Kalil

“

Conheço o presidente Sarney há mais de trinta anos. Trinta anos de amizade, de respeito e de admiração. Parabéns, presidente!”

Roberto Kalil Filho
Cardiologista

“

José Sarney e Ferreira Gullar: a vida vale a pena

Literatura e política raramente são compatíveis. Ainda mais num ambiente cronicamente tumultuado como o Brasil. Vivemos conflitos crescentes sem soluções, tanto de personalidades quanto de instituições. Falsidades impossibilitam amalgamar a solidez das relações duradouras. Mas muito de raro em raro, surgem encontros sinceros, com base no afeto e no respeito.

Foi o que ocorreu entre José Sarney e Ferreira Gullar, ambos a um só tempo escritores e militantes. Tive a mais imensa alegria de participar dos laços múltiplos que nos uniram numa amizade trilateral. Mesmo com as naturais diferenças de visões e posições, algumas vezes bastante salientes e incontornáveis, sempre houve espaços para debates leais, numa compreensão madura e elevada.

Gullar partiu rumo aos mistérios insondáveis, porém continua vivo, alimentando diálogos fraternos, como entre José Sarney e eu. Seguimos juntos, buscando iluminar caminhos passados e novos, reacendendo os lumes que o tempo jamais vai apagar. Nos 90 anos desses dois irmãos, não podemos deixar de celebrar a vida que bate, na clandestina esperança de que viver sempre vale a pena.”

Roberto Viana

Intelectual e empreendedor



Foto: Acervo Roberto Viana



Foto: Luciano Andrade

Presidente José Sarney com os ministros Rubens Bayma Denys, Moreira Lima e Leônidas Pires Gonçalves, acompanhando o lançamento do foguete Sonda IV. Outubro de 1987.

“

A estreita convivência que tive com o ex-presidente José Sarney, durante o período de cinco anos de governo, desde e sempre muito estimado amigo, como assessor presidencial para Assuntos Militares e da Política e Estratégia de Segurança Nacional, permite-me formular um abalizado conceito sobre as suas elevadas qualidades de estadistas e grande patriota.

Ao assumir o cargo de presidente da República, no âmbito de uma conjuntura política muito instável, após o falecimento do presidente Tancredo Neves, o presidente Sarney, com longa experiência e larga visão políticas, anteviu como prioritária a necessidade de assegurar a estabilidade do governo que recém assumira, a fim de realizar com sucesso o processo de redemocratização do país, no que foi plenamente vitorioso ao cooptar o apoio das principais lideranças políticas para realizar a redemocratização com as FFAA, e não contra elas, como muitos desejavam. “No Brasil, estamos fazendo a redemocratização com os militares”, disse o presidente Sarney ao presidente Alfonsín, da Argentina.

No encontro com o presidente Alfonsín, em novembro de 1985, por ocasião da inauguração da ponte Tancredo Neves, em Foz do Iguaçu, durante um jantar oferecido por Alfonsín, os dois presidentes, por iniciativa de José Sarney, iniciaram um processo de cooperação continental e de eliminação de desconfianças mútuas nas relações entre Argentina e Brasil. Nesse encontro, o presidente Sarney, após considerações sobre o afastamento dos países sul-americanos, longe do hemisfério norte, onde os países se organizaram em blocos econômicos, para melhor se beneficiarem do fluxo do comércio mundial, propôs que Argentina e Brasil criassem também um bloco econômico, o que foi de pronto aceito pelo presidente Alfonsín. Ainda no jantar, o presidente Sarney fez comentários sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu e convidou o seu colega argentino e sua comitiva a visitarem suas instalações, o que foi realizado no dia seguinte. A partir desse encontro, o nível de confiança entre os dois governos possibilitou os entendimentos iniciais com o Uruguai e com o Paraguai para a criação do Mercosul e também para estreitar o relacionamento no campo nuclear, com a realização de atividades conjuntas de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologia própria. Pela primeira vez, as instalações nucleares consideradas sensíveis nos dois países — Aramar e Ipen, no Brasil, e Ezeiza e Picanieyu, na Argentina — foram visitadas pelos respectivos presidentes e respectivas comitivas, nas quais estavam presentes os principais técnicos envolvidos com os respectivos programas.

A visão política e estratégica de José Sarney deve-se a sua clara compreensão da base continental brasileira e de que um futuro promissor para o país está ligado ao fortalecimento conjunto dos países sul-americanos, o que muito depende do nosso país em proporcionar facilidades para a integração continental. Com esse propósito, promoveu o desenvolvimento equilibrado e harmônico das regiões de fronteira do Centro-Oeste e da região do “Calha Norte”. Durante todo o seu mandato, a Amazônia mereceu especial atenção por entender ele que a prioridade estratégica de defesa do país deveria ser deslocada do Cone Sul para o Norte pois a cobiça internacional em relação às imensas riquezas da região está cada vez mais evidente. Ao fazer um balanço das ações no âmbito do Programa Calha Norte, o presidente Sarney afirmou: “Durante quase cinco anos, trabalhamos em silêncio na conquista deste Brasil rico e ignoto que ocultava na profundidade da mata seu fascínio e seu mistério.”

Rubens Bayma Denys

General do Exército, ex-ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência



José Sarney, Rubens Ricupero, Raul Alfonsín e Julio Maria Sanguinetti, em São Paulo, na Faap, no encontro Conversa de presidentes, em 2005.



O legado de um estadista: o governo Sarney 30 anos depois

No momento em que se vive um processo gradual e sistemático de erosão das instituições criadas na democratização e na Constituição de 1988, deve-se reagir às ameaças à democracia com o exemplo do mais importante que nos ficou do governo Sarney. Acima de outras dimensões igualmente estimáveis, o inconfundível legado que distingue Sarney dos governos anteriores e sucessores consistiu na reconstrução da democracia, da liberdade, dos direitos humanos.

Em meio a obstáculos de toda ordem, levou a bom termo o processo de dotar o país de instituições livres, democráticas, progressistas, afinadas com os avanços da consciência moral da humanidade. É óbvio que se tratou de edificação coletiva na qual desempenharam papéis maiores ou menores os grandes estadistas brasileiros da época.

Coube a José Sarney, porém, nas condições adversas geradas pela súbita e inesperada morte de Tancredo Neves, a tarefa mais difícil de fornecer o quadro de normalidade e segurança dentro do qual se conduziu o reerguimento dos fundamentos da vida democrática destruídos pelos militares. Não é proeza qualquer, obra comparável a outras. A reconstrução, na verdade a primeira fundação entre nós de democracia participativa de massas, com conteúdo de direitos humanos, constitui a conquista por excelência, a condição da possibilidade de outras realizações.

Bastaria por si só à glória de qualquer governo. Houve, contudo, muito mais naqueles anos em que o país dava a impressão de redescobrir a alegria de experimentar caminhos inexplorados, que se perdera desde o fim do governo de Juscelino Kubitschek.

Dentre as inúmeras realizações perduráveis do primeiro governo da democratização, é justo destacar a renovação da diplomacia, com ênfase no realinhamento da política externa no sentido de uma aproximação sem precedentes com a Argentina e a América Latina.

Impregnado de romances e poesia hispano-americanos, José Sarney foi o mais latino-americano de todos os chefes de Estado brasileiros. Completou o *aggiornamento* da diplomacia iniciada por Geisel e Azeredo da Silveira ao promover o restabelecimento das relações com Cuba. Chegou muito mais longe que qualquer dos seus predecessores em estabelecer, a princípio com os presidentes Alfonsín, da Argentina, e Sanguinetti, do Uruguai, em seguida com os demais latino-americanos, relacionamento pessoal de colaboração sem nenhum ranço de formalismo e arrogância.

Deve-se a ele, mais que a qualquer outro, o impulso que transformaria qualitativamente a natureza das relações com a Argentina, nosso principal vizinho. A construção da confiança mútua no domínio nuclear e os projetos concretos de integração econômica permitiram ultrapassar em definitivo quase dois séculos de rivalidade e antagonismo. No devido tempo, frutificariam em duas das mais impressionantes conquistas da diplomacia brasileira: o Mercosul e a substituição dos projetos secretos de arma atômica pela cooperação no uso pacífico da energia nuclear.

Mostrou também aguda sensibilidade e coragem política nas questões da Amazônia e do meio ambiente. Quando, em dezembro de 1988, o assassinato de Chico Mendes no Acre desencadeou contra o governo brasileiro campanha internacional de denúncias, soube agir de forma rápida e decisiva. Em vez de fechar-se na habitual reação defensiva

de negação da realidade, mobilizou todo o potencial da Presidência da República para combater o desmatamento.

Paralelamente, em gesto de audácia, ofereceu o Brasil para sediar o que viria a ser, já sob o governo de Fernando Collor de Mello, a Rio-92, a maior conferência das Nações Unidas de todos os tempos pela repercussão e os resultados concretos alcançados.

Haveria muito a dizer em outros campos, mas me limito aqui a lembrar, para concluir, a paixão pessoal de Sarney pelos temas da cultura, sua original decisão de escolher para chefiar o Ministério da Cultura a poderosa personalidade intelectual de Celso Furtado, o carinho com que sustentou e animou a criatividade nas artes, na ciência, na cultura.

O Brasil daqueles dias respirava tolerância, inventividade, ousadia cultural. Em tudo, no espírito de liberdade, de reforma social, na política exterior, na relação com a Argentina, no meio ambiente, na cultura, não se pode imaginar contraste mais chocante com os tempos atuais de retrocesso democrático, demolição da tradição diplomática, do prestígio internacional, dos avanços ambientais, de degradação da política cultural.

Passados agora 30 anos do seu fim e contraposto aos sete governos que o sucederam, o governo Sarney aparecerá a olhos isentos como o que semeou muito do que outros haveriam de colher, como a fase inevitavelmente árdua de lançamento das bases sobre as quais deveria ser edificada a democracia de massas no Brasil. Sobretudo, a comparação tornará claro que esse já distante passado foi muito melhor que nosso triste presente. Se não formos capazes de resgatar os valores daquele começo, estaremos condenando o futuro a ser pior que nosso passado.”

Rubens Ricupero

Diplomata e ex-ministro dos governos Itamar Franco
e Fernando Henrique Cardoso

“

Gratificou-me o convite dos autores desta iniciativa para compartilhar da publicação em homenagem aos 90 anos de vida de José Sarney.

Ainda estudante o conheci pela mão generosa e hospitaleira de José Aparecido: ele, Sarney, jovem deputado federal pelo seu Maranhão.

E desde então, faz mais de 60 anos, tenho acompanhado a sua rica trajetória de político e rara figura humana. Na vida política, são três mandatos na Câmara dos Deputados e 39 anos, parece que inéditos, no Senado Federal, cuja presidência exerceu por quatro biênios. Sua trajetória no legislativo interrompida, primeiro, pela governança do Maranhão e, depois, pelo quinquênio na Presidência da República, a qual ascendeu, eleito vice-presidente, com a doença, às vésperas da posse, e à morte, semanas depois, de Tancredo Neves.

Sobre o mandato presidencial, que exerceu em circunstâncias difíceis, afirmou Sarney: “Meu legado são a redemocratização e os direitos sociais”.

**E assinalou, ao termo dos seus vários mandatos eletivos:
“Acredito que consegui chegar ao fim graças ao meu
temperamento, à minha capacidade para dialogar, à minha
habilidade para compor, sem ser um radical”.**

A essa preciosa autoanálise, que correligionários, amigos e até adversários leais subscreveriam, mas, também, acrescentariam a sua irretocável probidade, reputação que não lograram atingir o desvario de acusações levianas e aventureiras, as quais o Supremo Tribunal, liminarmente, tem repellido.”

Sepúlveda Pertence

Ex-ministro do Supremo Tribunal Federal



Foto: Will Shutter



Foto: Acervo José Sarney

“

José Sarney**O brasileiro que venceu ataques leais e desleais, traições e futricas para deixar um legado para a História**

José Sarney é um predestinado. Várias imagens do filme Maranhão 1966, de Glauber Rocha, sobre sua posse em 31 de janeiro de 1966, como 48º governador do Maranhão, são usadas num outro épico do cineasta baiano: Terra em transe.

Premiado em Cannes e outros grandes festivais, Terra em Transe, que tem no seu elenco figuras notáveis da arte nacional, como Jardel Filho, Paulo Autran e José Lewgoy, sobrevive atualíssimo em sonhos revolucionários, golpes, traições políticas, censuras, poesia, populismo, críticas da esquerda, críticas da direita, tropicalismo, para se tornar um clássico do cinema brasileiro.

A vida e a obra do editor, jornalista, político, escritor e poeta José Sarney seguem a mesma trajetória utópica, polêmica e conflitante de uma verdadeira Terra em transe. E não é para menos. Não só por ter participado na juventude de movimentos literários em jornais e revistas, mas por ter ocupado todos os cargos eletivos. Dos 90 anos, 71 foram vividos no transe da terra jornalística e política. Sarney é o mais longo político da História brasileira.

José Sarney é um recordista. Foi tudo na República. Foram 61 anos de mandatos eletivos de primeira grandeza: 39 como senador — cinco mandatos, sendo um incompleto

por ter sido eleito vice-presidente da República em 1984. Como deputado foram 12 anos, como governador foram 5 e como presidente da República também 5 anos. Foi quatro vezes presidente do Congresso Nacional e, como senador, representou o Maranhão e o Amapá. Ultrapassou o recorde do Patrono da Casa, Ruy Barbosa, que ocupou a cadeira do Senado por 31 anos. José Sarney ocupou-a por 39. O mais surpreendente é que chegou ao mais alto posto político do país, tendo a complexa missão de substituir Tancredo Neves como presidente da República na vida real, quando Tancredo era o Salvador da Pátria no imaginário popular.

José Sarney é um pensador. Incrível! Seu lado intelectual é menos lembrado, mas é mais forte e consistente do que o lado político. A literatura fala muito mais alto em sua biografia, ganhando em 8 anos da política. Em 1947, começa como profissional ao ganhar um concurso de reportagem do jornal *O Imparcial*. Aos 19 anos, cria o suplemento literário de *O Imparcial* e logo é eleito para a Academia Maranhense de Letras. Em 1950, edita a revista *A Ilha*, com Luiz Carlos de Bello Parga e Bandeira Tribuzzi. Lançou seu primeiro livro de poesia, *Canção inicial*, em 1952. José Sarney contabiliza 73 anos de literatura. Escreveu 122 livros com 172 edições, vários deles traduzidos em 12 idiomas. Hoje é membro e decano da Academia Brasileira de Letras.

José Sarney é meio ambiente. A História há de registrar que o governo José Sarney foi um divisor de águas em relação ao meio ambiente. Para refrescar a memória: foi Sarney que criou o Programa Nossa Natureza, o maior estudo de meio ambiente feito no Brasil. Esse estudo resultou na criação do Ibama, na implementação do Prevfogo, na criação do maior número de unidades de conservação num só governo e, mais importante, reduziu em 30% as queimadas e desmatamentos na Floresta Amazônica.

Mais: a Conferência de Desenvolvimento Sustentado da ONU, de 1992, seria realizada no Canadá. Sarney se empenhou pessoalmente e conseguiu trazê-la para o Brasil. O ex-presidente autorizou o embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima a negociar a troca de Toronto pelo Rio de Janeiro, oferecendo a Secretaria-Geral do evento ao canadense Maurice Strong. Assim, a Rio-92 se tornou referência ambiental do planeta, quando 175 chefes de Estado e de governos marcaram presenças na primeira semana de junho de 1992. O próprio Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho, nasceu no Brasil justamente pelo sucesso da Rio-92.

Dois fatos ainda a relembrar: foi Sarney que proibiu a pesca da baleia no Brasil e, no seu governo, o Brasil deixou de ser vilão do meio ambiente para dar exemplo ao mundo.

José Sarney é irrigação. Vindo do meio rural, profundo conhecedor e defensor da Embrapa, Sarney resolveu dar condições para a agricultura de sequeiro. O interesse era abastecer o mercado interno, mas queria que o Brasil tivesse a oportunidade de entrar no mercado internacional. Passar a ser um exportador de sobremesa (frutas) para países ricos. Chamou o pesquisador e ex-presidente da Embrapa Eliseu Roberto de Andrade Alves, colocou-o na Codevasf e deu-lhe a missão: investimento em projetos públicos de irrigação e atendimento à agricultura familiar da região do vale do rio São Francisco.

O Banco do Brasil, BNDES e o Banco do Nordeste foram alimentados com recursos para financiar a irrigação. Na área externa, destacaram-se o governo japonês, o Banco Mundial e o BID, principalmente nos projetos públicos de irrigação e na eletrificação rural. Investiram-se, num primeiro momento, 15 milhões de dólares na elaboração de projetos pela Codevasf e pelo Dnocs. As universidades responderam ao desafio, com a criação de cursos de nível superior e de pós-graduação. A Embrapa criou cursos específicos na área de irrigação. Ampliou-se muito a presença da pesquisa e extensão rural, em nível de agricultura irrigada. A iniciativa privada respondeu positivamente e trouxe as demandas do mundo inteiro para comercialização de frutas. A área irrigada expandiu. Mais do que dobrou. Quando Sarney iniciou o governo, em 1985, a área irrigada era de 1,8 milhão de hectares. Quando deixou o Palácio do Planalto, em 1990, o Brasil tinha uma área irrigada de 2,4 milhões de hectares.

José Sarney é cultura. A cultura brasileira teve dois momentos históricos: a criação do Ministério da Cultura, em 1985, e a aprovação da Lei de Incentivos Fiscais em benefício às atividades culturais, em 2 de julho de 1986, batizada como Lei Sarney. Quem se lembra? A Lei Sarney foi assinada em 2 de julho de 1986. A escolha da data tinha motivo. O autor queria fazer três homenagens: ao Dia da Bahia (Dois de Julho), ao seu compadre Jorge Amado e à aniversariante do dia, escritora Zélia Gattai, mulher do maior escritor brasileiro. O casal veio a Brasília especialmente para participar da cerimônia de assinatura da lei no Palácio do Planalto.

A Lei da Cultura é uma teimosia de José Sarney. Durante o seu primeiro mandato de senador, em 1972, apresentou a primeira proposta de uma lei de incentivos à cultura. Houve dificuldades para implementar a parceria público-privada em pleno governo militar. Nos anos subsequentes, Sarney tentou por quatro vezes aprovar o mesmo projeto. Não conseguiu.

Os projetos eram sempre arquivados com a justificativa de serem inconstitucionais, pois parlamentares não podem criar despesas orçamentárias.

De 1972 a 1984, por cinco vezes, José Sarney tentou aprovar uma lei da cultura. Só conseguiu fazê-lo, em 1986, porque era o presidente da República. A sistemática da lei era pautada no cadastramento da empresa proponente e não por projetos. Isso deu margem a várias distorções que precisavam ser adequadas.

Em 1991, Fernando Collor, ao tomar posse como presidente da República e diante de suas malquerenças com seu antecessor, extinguiu o Ministério da Cultura e criou uma Secretaria. O embaixador Sérgio Paulo Rouanet, então secretário nacional da Cultura, fez aperfeiçoamentos na Lei Sarney e mandou um novo projeto de lei para o Congresso, atualizando o anterior, agora pautado no cadastramento de projetos e não de empresas.

O presidente Collor sancionou a nova lei em 23 de dezembro de 1991 e fez questão de mudar-lhe o nome de batismo. A Lei Sarney virou Lei Rouanet. O mercado político é assim mesmo. Cheio de vaidades. Não faltam padrinhos para filhos bonitos.

José Sarney é lusófono. Duas iniciativas culturais globais nasceram na cabeça do ex-presidente. A criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e o Tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, chancelado pela Unesco em 7 de dezembro de 1987. Ambos projetos foram tocados com competência e determinação pelo ex-ministro da Cultura e ex-governador de Brasília José Aparecido de Oliveira.

A IILP nasceu em novembro de 1989, quando por iniciativa do ex-presidente se reuniram em São Luís do Maranhão todos os países lusófonos. A IILP foi o berço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que agrega hoje nove países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

José Sarney é um meteoro. Viu a luz do sol pela primeira vez em Pinheiro, interior do Maranhão, em 24 de abril de 1930. Impressionante que, sempre guiado por um simples candeeiro, teve oportunidade de conhecer a luz elétrica – símbolo da modernidade – somente aos 12 anos, quando foi fazer exame de admissão no Liceu Maranhense, em São Luís. No escuro e na luz, José Sarney soube atravessar florestas, pular riachos, cruzar fronteiras, subir montanhas e garimpar estrelas. Ganhou de seus pares, de sua família e de

seus amigos este livro-depoimento para, ao lado de sua Marly, guardar o reconhecimento, o carinho e a história de um brasileiro suave.

O suave voa alto. O suave não cai.”

Silvestre Gorgulho

Jornalista, ex-secretário de Cultura de Brasília e chefe da Secretaria de Comunicação no governo Sarney de outubro de 1987 a 28 de abril de 1988



Foto: Acervo Silvestre Gorgulho

“

“O magnânimo tende para aquilo que é grande”, assim o filósofo Santo Tomás de Aquino já nos ensinou.

No dia 17 de abril de 2019, houve o lançamento de um dos meus livros aqui no Rio de Janeiro. Eu estava recebendo as muitas pessoas que me honraram com suas presenças, para escrever as dedicatórias em seus exemplares. Eu estava completamente imerso nestas funções, quando, em algum momento, alguém ligou para a livraria onde estava ocorrendo o evento, querendo falar comigo. Naturalmente, no momento, não foi possível eu atender. Só soube bem depois que era o confrade José Sarney. Compreendi que ele havia deixado sua extensa agenda em Brasília de lado para estar comigo naquele momento.

Aproveito este momento aqui e agora para deixar pública a minha admiração por este gesto delicado, esperando assim reforçar nossos laços fraternos.

Tenho me absterido ultimamente de escrever, por vários motivos que me escapam ao controle, mas a este valioso membro da cultura pátria, não poderia deixar de fazê-lo. Assim é que decido romper o meu silêncio para, com plena liberdade, comunicar-me com um dos líderes que ornaram a vida nacional.

Meu caro Sarney, você tem seguramente seu nome incluído entre os valores do nosso país.”

Tarcísio Padilha

Membro da Academia Brasileira de Letras



Foto: Júlio Lellis

“

As espatódeas da democracia

Em março de 2005, na crônica que escrevia na Folha de S.Paulo, José Sarney evocava os dias tensos de 20 anos antes, quando, não mais que de repente, teve que assumir a Presidência no lugar de Tancredo Neves. Falou do insondável que o esperava naquelas difíceis circunstâncias políticas, de seus temores e da determinação de Ulysses Guimarães e do general Leônidas Pires Gonçalves: ele assumiria no dia seguinte e pronto. Sem espaço para retrocessos. Tudo isso eu acompanhara como repórter, mas o que me ficou na cabeça, daquela crônica, foi a frase final: “Naquela manhã encoberta de Brasília, as espatódeas vermelhas enfeitavam os gramados verdes”. Político algum, que não carregasse dentro de si também um poeta, prestaria atenção às espatódeas naquela hora. Desde então associo Sarney às flores alaranjadas que se abrem em cálice para receber as últimas chuvas, antes que venha a seca na capital federal.

Naquele 15 de março de 1985, no Palácio do Planalto, antes de ler o discurso deixado pelo presidente eleito que sofrera uma cirurgia há poucas horas, Sarney confessou: “Estou com os olhos de ontem”. Nunca esqueci também essa forma delicada de dizer que não dormira. Ninguém dormira naquela noite mas assistíamos, entre a esperança e o receio, ao fim da ditadura e à restauração da democracia.

Em meus 40 anos de jornalismo, Sarney foi dos políticos com quem mais convivi, e dos poucos a quem devoto sincera afeição, creio que recíproca, pelas delicadezas que lhe devo. Eu estava lá, na sede do PDS, quando ele renunciou à presidência do partido, deflagrando a dissidência crucial para a transição via Colégio Eleitoral. Segui-o num velho corcel azul, de sua casa na SQN 309 até o Hospital de Base, quando estourou a notícia de que Tancredo fora internado às pressas. Cobri todo o seu governo, acompanhei-o a Nova York para falar na Assembleia Geral da ONU, com parada improvisada no México para solidarizar-se com o

presidente De La Madrid. O terremoto da véspera fora devastador. No dia do lançamento do Plano Cruzado, senti que a História novamente passava à minha frente, mas a hiperinflação ainda não seria derrotada daquela vez. Vi também nascerem, sob seu governo, os primeiros programas sociais e o lançamento das bases do SUS. Mais que tudo, lembro-me do dia em que ele enviou ao Congresso a emenda constitucional convocando a Constituinte. Agora, sim, iríamos coroar a transição pelo voto popular.

Seu governo certamente teve falhas, como todos, mas o legado da democracia suplanta qualquer uma. Eu ainda iria conviver por muitos anos com Sarney no Senado, desfrutando de sua amabilidade, de sua preferência pelo diálogo ao conflito, de sua capacidade de articular com a paciência de um tapeceiro. Na passagem de seus 90 anos, num tempo em que as conquistas das últimas décadas são diariamente ameaçadas, a presença de Sarney nos lembra que, mesmo no luto, as espatódeas vão florescer. Que falamos dele todas as vezes em que defendemos a democracia.”



Foto: Acervo Tereza Cruvinel

Tereza Cruvinel
Jornalista

“

José Sarney é senhor de um domínio extraordinário da conversa, da generosidade, do humor e da criatividade. Qualidades que se manifestavam sempre que o encontrava, ainda deputado, mas já trazendo um projeto cultural para um Ministério da Cultura, e nesse documento citando o fato de seu primo Turibio viver na França pois era muito difícil sobreviver de música clássica no Brasil, mesmo sendo um intérprete privilegiado de Villa-Lobos.



Foto: João Wilney

Festejo seus noventa anos, seu sangue frio assumindo num momento difícil a presidência do nosso país, seu respeito pela democracia, pela cultura do povo brasileiro e pelo envolvimento com o Maranhão dentro de uma concepção maior do Mercosul.

Meus parabéns a esse grande cidadão!”

Turibio Santos
Violonista e compositor

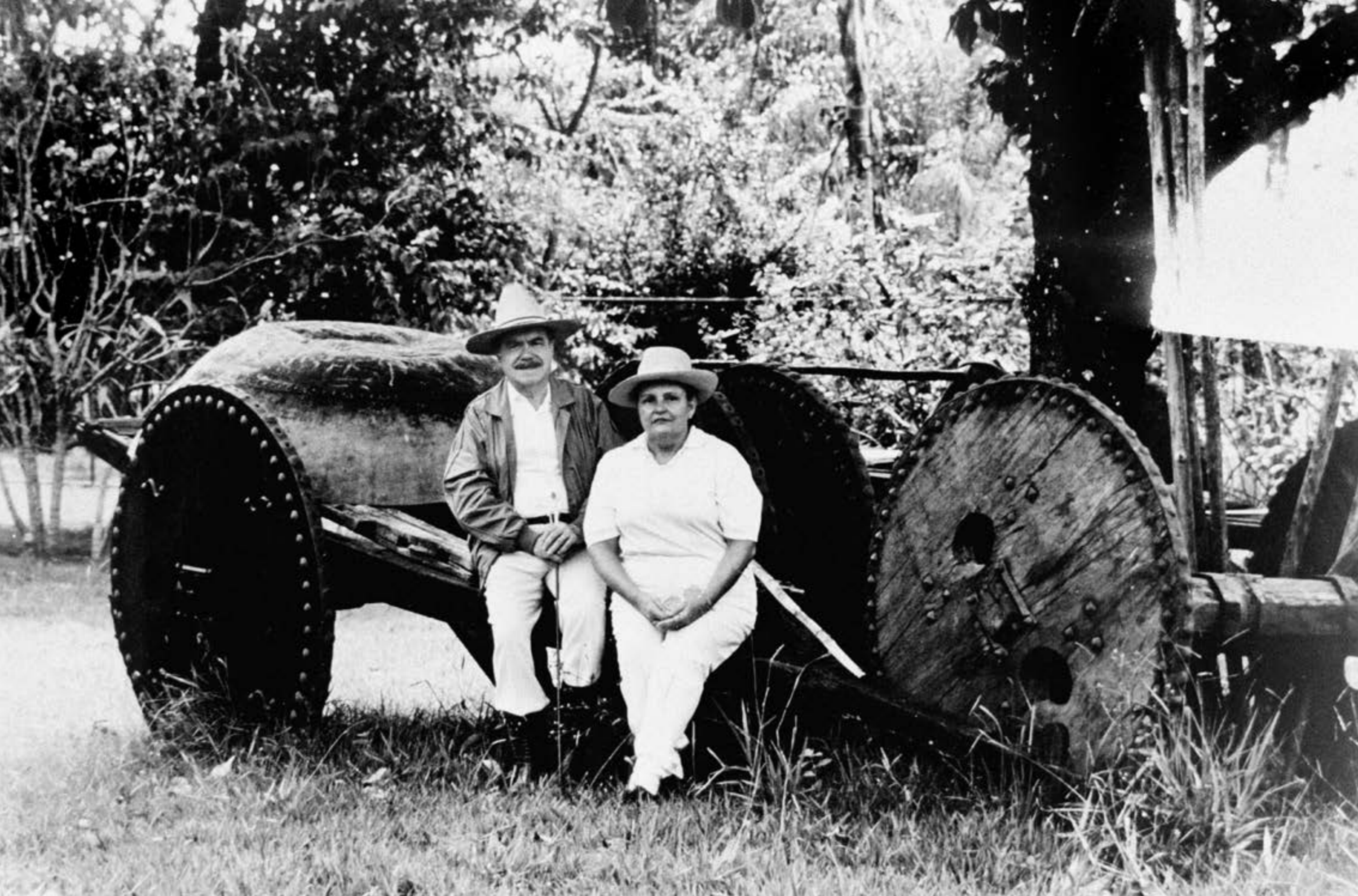


Foto: Acervo José Sarney

Foto: Acervo José Sarney



Em tempos incertos, confraternizam os deputados e grandes amigos Ferro Costa (UDN-PA), José Sarney (UDN-MA) e Magalhães Pinto (UDN-MG). Ferro Costa foi cassado em 10 de abril de 1964, e Magalhães Pinto foi líder civil do movimento que levou à instauração da ditadura militar no Brasil.

O momento político e a solução dos problemas nacionais

Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 18 de março de 1964.

Em março de 1964 o Brasil estava às vésperas do desenlace de uma crise que já se estendia por um ano: a pressão da esquerda por uma solução de força por um regime socialista e a da direita para impedir qualquer reforma que ampliasse a justiça social. Espremido entre as duas correntes, o Presidente Goulart tendeu naturalmente para onde estava a maioria de seus amigos, a esquerda — o que implicava, de certa maneira, conflito com seus interesses de latifundiário. Este discurso sustenta que as barreiras que existem contra as reformas são políticas, um e outro lado buscando enfrentamento que não atende ao interesse nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a tônica de todos os discursos proferidos nesta legislatura, e já na legislatura anterior, é a grave crise nacional. Aliás, ela já se tornou um fato cotidiano na nossa vida. Acima das palavras, encontramos a gravidade do momento presente na própria divergência entre a estrutura social e a política. Há um ano, na União Democrática Nacional, ao inaugurarmos a legislatura, tentamos nós, um grupo de deputados, fixar uma posição que desse ao partido e à nação a clareza dos pontos de vista que nos traziam à Câmara e com os quais conseguíramos ser reeleitos em praça pública. Essa coerência de atitude já vinha de um grupo nosso, que na legislatura anterior achava que o problema que o Brasil enfrentava no momento não era somente da liberdade política, mas a inteira interdependência da liberdade política com a liberdade econômica e a liberdade social. Lançamos um manifesto em 1959, no qual procurávamos, dentro da União Democrática Nacional, estabelecer os rumos e os caminhos que haviam de nortear nossa atitude dentro do Congresso Nacional. Ao sabor das lutas que se processavam dentro do partido e fora dele, continuamos numa linha de coerência de atitude até o momento. Há um ano, dizia eu, o nosso grupo da União Democrática Nacional estabeleceu certos princípios, pelos quais procurava identificar, no presente, a linha histórica que fizera desse partido um dos maiores do Brasil, resultando a sua presença em todos os momentos da vida pública. Se a União Democrática Nacional propugnou, no passado, pela liberdade política no Brasil, hoje, mais do que nunca, devia fazê-lo, mas não deveria deter a sua tarefa e a sua posição exclusivamente nesse terreno da liberdade política, porque ela nada vale se não aliada à liberdade social e à liberdade econômica.

Não havia nenhuma incoerência nessa conduta, que nós defendemos dentro da União Democrática Nacional, achando que assim estávamos cumprindo com o dever para com a nossa geração e, mais do que isso, com o próprio país. Neste momento em que realmente no Brasil esse impasse que há longos anos se processa, atinge aspectos dramáticos, não temos outra coisa a fazer senão reafirmar os pontos de vista que nos trouxeram à Câmara dos Deputados e, sobretudo, com determinação, com clareza e com isenção, focalizar e tornar presente à nação que continuamos com a mesma coerência, com a mesma atitude, com os mesmos pontos de vista. Se nossos rumos se cruzam com os rumos traçados por outras correntes políticas no Brasil, isso não nos faz recuar em nossa posição, mas, ao contrário, nos traz a evidência de que este caminho é tão grande e verdadeiro que não é só nosso, mas se encontra entre todos os partidos, entre homens de pontos de vista de todas as condições sociais. Estamos chegando realmente, Srs. Deputados, a um impasse histórico neste país, o que a nossa geração está enfrentando e principalmente o Congresso Nacional — que é estuário de todas as representações do povo, com a conjuntura que ele tem — é o problema das reformas sociais, políticas e administrativas. Nós não podemos ladear esse problema e afastá-lo. Ele se liga, ele se intercomunica, ele se junta, indiscutivelmente, ao problema político e nós não podemos dar solução política sem que antes entremos nessa solução política com as de maior profundidade que exigem o momento histórico e o povo brasileiro. Dizia isto porque realmente acho que o Brasil e a nossa democracia enfrentam momento extremamente difícil e perigoso.

Não depende a nossa democracia, a sua sobrevivência, da vontade de ninguém, nem da resistência de grupos, mas ela depende sobretudo do esforço e da determinação de todos no sentido de dar uma solução que realmente atenda às necessidades do presente.

Daí por que não desejo ladear, falando com a sinceridade que os meus companheiros de partido sempre ouviram de mim desde que aqui cheguei, falando com a sinceridade que deve nos nortear a todos e com a convicção de estar servindo ao meu país, a minha geração e a esta Casa, o nosso jogo é o jogo da realidade política. Não podemos neste instante estabelecer medidas de valor em relação a homens, a pessoas, a grupos. Certa vez, o embaixador Osvaldo Aranha, quando presidente da Organização das Nações Unidas, afirmou no seu discurso inaugural, em face da divisão do mundo e das correntes que se digladiavam dentro das Nações Unidas, que a massa das soluções políticas é a massa da realidade do mundo político. Nós não podemos obscurecer que as pedras que temos de jogar para solucionar o problema do Brasil de hoje têm presente todas as correntes,

todos os grupos, todas as inquietações. Não devemos solucionar pela força, subjugando a minoria ou a maioria, porque democracia é regime de maioria e, muito mais do que isso, é regime que assegura às minorias o direito de existir, o direito de sobreviver. Há uma vontade da maioria que está exigindo de todos uma reforma profunda nos métodos sociais, políticos e também administrativos. Daí por que não desconheço que o Congresso Nacional, que as instituições políticas, correm perigo, mas elas não hão de correr perigo tanto pela vontade de um só homem, pela vontade de algum grupo, mas correm muito mais perigo pela tática que os homens públicos estão a empregar — a mais errada para solucionar o problema do Brasil de hoje.

Não podemos dar solução para a sobrevivência do Congresso tendo, ao invés de um Congresso forte, capaz de cumprir sua missão constitucional, um Congresso que ladeie soluções e se lance no intrincado jogo da inércia política.

Daí não podermos recusar, como uma prática para a sobrevivência das instituições e do Congresso, o debate das reformas que está posto. Não queremos saber se foi oportuno ou inoportuno. Não queremos saber se está a jogá-lo ou a comandá-lo o Sr. Presidente da República; não queremos saber se estão a condená-lo grupos que não deviam condená-lo. Devemos considerar é que o problema das reformas está presente e exige uma decisão de todos os homens públicos do Brasil. (Muito bem.) No fim, se esta decisão não atender à média daquilo que representa a necessidade e a tranquilidade do povo brasileiro, aí, então, correremos o maior perigo, porque as dificuldades, os embaraços que as soluções possam trazer serão gravosas e terríveis para o regime democrático.

Mas não devemos morrer antecipadamente, procurando, em vez de cumprir nossa missão constitucional, ladear o problema para buscar soluções políticas.

Acredito, pessoalmente — e, assim fazendo, penso interpretar a vontade de uma parcela ponderável desta Casa — que precisamos fazer que o Congresso Nacional funcione a todo vapor, discutindo os problemas lançados ao seu debate. Por que nos recusarmos liminarmente a essa discussão? Se jogarem ao Congresso o problema das inelegibilidades, estaremos aqui para discuti-lo, para dar-lhe solução constitucional, que a maioria deste Plenário há de exigir. Não devemos entender que o simples debate do problema seja desairoso para o Brasil.

A reforma agrária, devemos discuti-la, votá-la, urgentemente. Será a sobrevivência desta Casa e do próprio regime. Em caso contrário, poderemos ficar à mercê da vontade, do temperamento, da exploração ou das palavras não só do presidente da República, mas de qualquer grupo de políticos que desejem fechá-la, fechando o caminho das soluções democráticas para o Brasil.

Eu e minha geração temos autoridade para fazer tais afirmativas. Nasci e cresci num período em que a liberdade política não existia neste país, em que não havia o direito de opinar. Eu mesmo, menino ainda, aos 14 anos fui preso nas ruas de minha cidade, quando lutava em prol das liberdades políticas. Temos sido coerentes até hoje. Nosso comportamento mantém-se inflexível. O mesmo acontece com a maioria do Congresso, porque foi através do processo democrático que o povo brasileiro conseguiu chegar ao ponto a que chegamos.

O regime de opressão e de opróbrio jamais satisfiz ao povo, mas às minorias que conseguem empolgar o poder. Foi através da democracia, da manifestação do pensamento em praça pública e do voto que os trabalhadores conseguiram conquistar a situação de que hoje desfrutam. Por isso mesmo recuso-me a acreditar que uma política popular possa em algum momento conjugar-se com as supressões das liberdades políticas.

(...)Ao iniciar este discurso, tive a oportunidade de focalizar nosso pensamento de que os problemas políticos do Brasil de hoje não podem resolver-se, absolutamente, na área política, mas têm de receber soluções mais profundas. As de cunho político não resistirão: vigerão inteiramente fora da realidade as soluções alicerçadas na política. Daí por que, ao enfrentar o problema da posição do presidente da República, acho questão muito pequena, em face do problema muito maior. S.Exa., por imperativo constitucional, exerce mandato perecível, mandato que tende a extinguir-se. Mas aquelas soluções que hão de marcar o futuro e a presença do Brasil no nosso hemisfério e no mundo são imperecíveis, obras de muitas gerações. E a nossa há de dar sua parcela, sem embargo das soluções absolutamente divergentes. V.Exa. diz muito bem, não é motivo de desonra para o nosso partido, mas muito mais de enaltecê-lo, que nossas divergências possam ser colocadas dentro do partido como fora dele, na tribuna da Câmara como na tribuna das praças públicas, porque até hoje constituímos um partido livre e democrático. No dia em que a União Democrática Nacional não tolerasse a existência de nossas coerências e de nossos ideais, se esse partido democrático ingressasse pelo caminho da intolerância, teríamos chegado ao fim, pois esse território de debate, o único que existia, já não estaria aberto aos homens que desejam pensar livremente. Se amanhã a União Democrática Nacional não nos der o direito que nos deu em Curitiba, que nos dá agora e nos dá na nossa bancada, nós aí teríamos, sim, necessidade e motivos para deixar de achar, não que abandonávamos a UDN, mas que a UDN nos abandonava naqueles ideais que tinham feito toda a nossa vida dentro dela. Daí por que acho que V.Exa. faz muito bem, trazendo a esta Casa os motivos das nossas divergências, que não são tão profundas, mas são de natureza a marcar posições nítidas e a configurar posições políticas de extrema coerência. Estou defendendo aquilo que V.Exa. me viu defender desde o dia em que me teve como companheiro nesta Casa e que o povo da minha terra também me viu defender desde os dias em que pleiteei o seu apoio para chegar a esta tribuna mais alta.

Tenho amor à democracia porque só através dela eu, que percorri os caminhos mais difíceis do povo, vim das suas camadas mais humildes, sem pertencer a castas nem grupos, pude chegar a esta situação de dialogar com os companheiros na mais alta tribuna do país.

E se hoje correntes políticas do meu Estado me escolhem para que seja o intérprete contra a oligarquia que lá domina há tantos anos, só é possível isso através da democracia, dos caminhos da democracia. Mas reconheço que, muito mais do que a liberdade política, ela está perecendo, porque estão a solapar no fundo das suas bases, no fundo dos seus ideais, no fundo das suas pilastras e há aquilo que é muito mais terrível, que é a possibilidade de a maioria do povo ser esmagada por uma minoria que, muitas das vezes, não há compreendido a necessidade que têm as democracias para sobreviverem, de adaptarem-se às contingências e às soluções dos problemas sociais.

(...)Sr. Presidente, irei concluir. Realmente, meu pensamento foi bem interpretado pelos companheiros de partido. Não acho possível, para enfrentar o problema com a maior clareza e sem subterfúgio algum, que dependa da vontade do Sr. Presidente da República ou da nossa vontade — vontade pessoal — o problema do seu continuísmo ou do seu não continuísmo. Se ele deseja continuar e tiver à sua frente um Congresso vitalizado e vital, um Congresso que cumpra a todo o vapor suas funções constitucionais, em sintonia com a realidade política do Brasil, sua vontade não prevalecerá contra o Congresso. Se, por outro lado, o presidente da República não tiver vontade de continuar e o problema social agravar-se cada dia mais, e ao deputado Abel Rafael juntar-se o deputado Corbisier, juntarem-se centenas de partidários seus, e na praça pública, em vez do debate que aqui se trava, exclusivamente do jogo floral das palavras, se em vez desses relatos do deputado Abel Raphael tivermos os relatos dos mortos em praça pública e se, ao lado disso, se trouxer à consciência da nação o problema da república que possa prevalecer, mesmo que ele não deseje ficar, mas sair; porque, nesses momentos, sua permanência ou saída será um simples acidente, pois não poderá salvar a democracia no Brasil.

Esta realidade o Congresso Nacional tem o dever de enfrentar sem meias palavras e sem nenhum subterfúgio. Na realidade, o que nos pode salvar é a unidade de todos, a fim de enfrentar os problemas sociais e econômicos do Brasil.

Não estamos fazendo coisa nova, e temos um exemplo histórico, o maior dos nossos exemplos, nos Estados Unidos da América do Norte. Lá também, deve ter havido, no passado, em circunstâncias em que o mundo não se encontrava tão amadurecido, a necessidade de aquela nação definir os rumos que lhe dariam no futuro o comando da humanidade, e os

rumos haveriam de lhe dar talvez o caminho de uma nação socialista.

Mas, na verdade, não pode existir democracia capitalista, como a desejamos, nos termos em que ela é praticada nos Estados Unidos, em que os fatores da produção também não estejam representados dentro do processo político.

O capital é importante nas democracias capitalistas, mas também muito importante, igual a ele, é o trabalho. Nos Estados Unidos, o presidente Franklin Roosevelt, aquele inexpugnável sentinela da democracia tal como a desejamos e praticamos, também teve de enfrentar no momento mais difícil daquela nação, situação talvez tão angustiosa quanto a nossa. E que fizeram os grandes homens de lá? Conjuraram-se para uma solução política capaz de sufocar os grupos que estavam querendo modificá-la, aprisionaram, desterraram, mataram ou jogaram o país na subversão? Não. Alguns homens tiveram a grandeza, que significou a consolidação da democracia americana, de unirem-se em torno de um programa político que constituiu o New Deal. E, hoje, nos Estados Unidos, quem conhece o funcionamento da democracia americana há de compreender que ela vive num equilíbrio em que as corporações dos trabalhadores têm poder tão grande, igual ao das corporações das empresas. Isto deu a eles o quê? Os trabalhadores têm os salários mais altos de todo o mundo, porque os problemas entre o capital e o trabalho estão inteiramente superados. Quando vejo, nesta tribuna, defender-se a necessidade de continuarmos a consolidar a democracia capitalista no Brasil e, ao mesmo tempo, julgar-se insolúvel o problema dos sindicatos, não compreendo como se pode conciliar o sistema de caminhar no sentido da democracia capitalista liberal, que se deseja, e o problema de alijarem-se deste processo as forças do trabalho, dos trabalhadores, dos sindicatos, dos operários e dos estudantes. Eles existem, são uma realidade.

E a democracia só pode sobreviver no momento em que não houver a preponderância de um grupo mais forte contra uma minoria, mas possa ser o encontro de opinião entre os proprietários progressistas e os trabalhadores.

Nesse dia, ela poderá sobreviver. Fora daí, não vejo como possamos realmente dar outra solução.

Este o sentido das minhas palavras, este o sentido da minha presença nesta tribuna: marcar uma posição no momento em que considero que cada um deva marcar sua posição. Temos como resultado de tudo isso uma inflação em termos dos mais terríveis e também não podemos concebê-la como fenômeno monetário simplesmente, mas como fenômeno estrutural, associado a forças muito mais profundas.

Daí por que estas minhas palavras devessem ter o sentido de dizer ao Congresso que não nos salvará uma caminhada apressada de 60 dias para nenhuma cidade; que não nos salvará uma reunião de líderes; que não nos salvará a formação de blocos; que não nos salvarão as brigadas do deputado Abrel Raphael, como também não nos hão de salvar as represálias ou as brigadas do deputado Roland Corbisier.

A democracia só poderá ser realmente salva no dia em que possamos tê-la para defendê-la; no dia em que ela não precise de grupos, mas tenha a defendê-la a vontade da maioria do povo brasileiro, consolidado nas consciências e no Parlamento.

Fora daí, eminente companheiro, fora daí, Srs. Deputados, fora daí, Sr. Presidente, o que estamos fazendo é esperar que de um momento para o outro sejamos mortos, que vejamos rolar este país num processo que ninguém sabe para onde vai, que ninguém pode prever para onde vai, mas que, certamente, selará nossa presença nas páginas de nossa história como uma geração que se há demitido, que não teve a clarividência de ver, no devido momento, as dificuldades que enfrentamos.

Minha palavra não tem o sentido de dividir, mas de unir; não representa uma controvérsia, mas uma unidade, unidade que desejo conseguir para que tenhamos força a fim de retirar do debate eminentemente político a solução de nossos problemas e dar ao Brasil, à Câmara e às nossas instituições a solidez que todos desejamos que elas tenham, para praticarmos no Brasil uma democracia que seja duradoura, justa e humana.

Foto: Acervo José Sarney

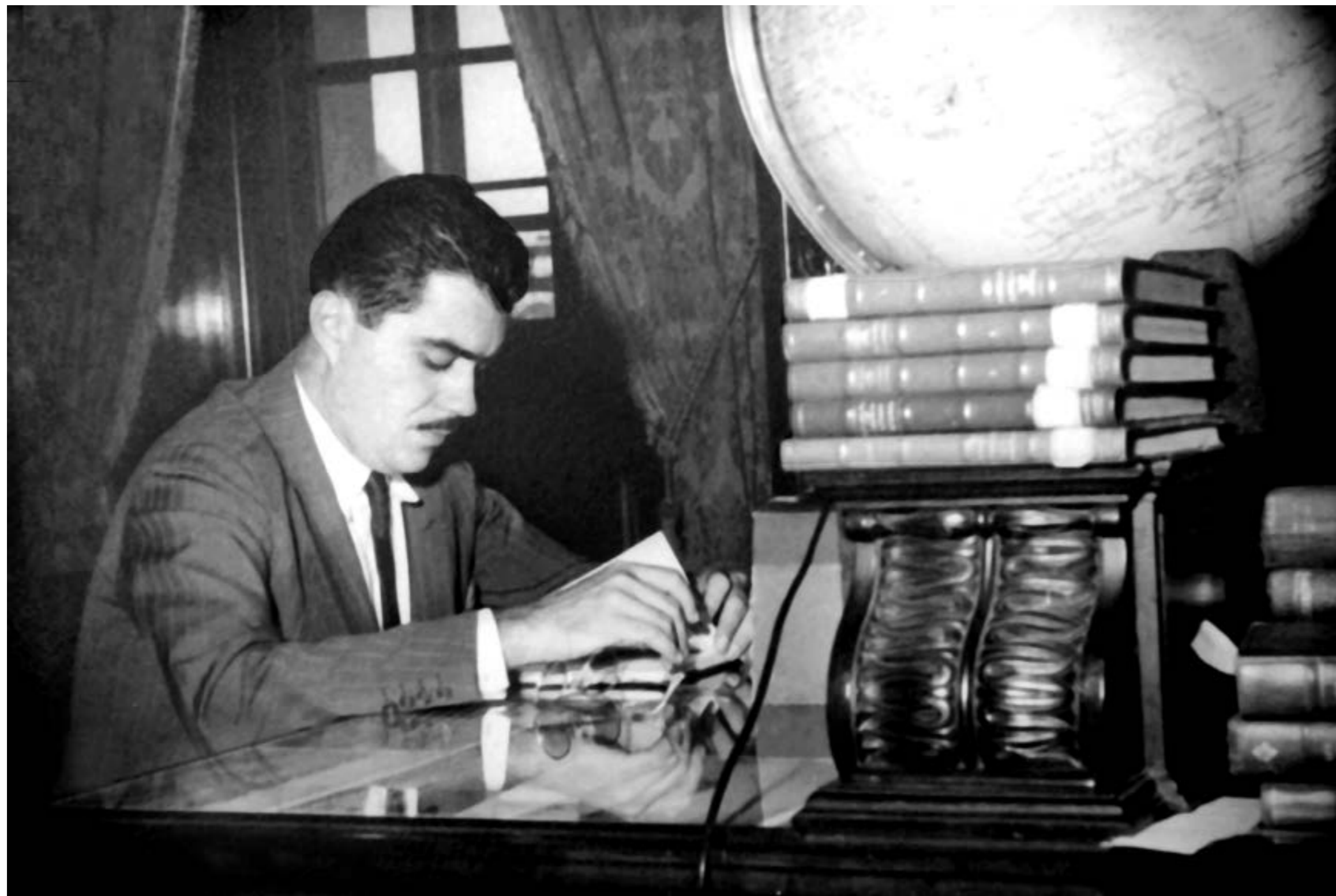




Foto: Acervo José Sarney

GOVERNADOR DO MARANHÃO
(1966 - 1970)

Um bom governo é aquele que melhora a sorte do povo

Assembleia Legislativa, São Luís do Maranhão, 31 de janeiro de 1966.



Foto: Acervo José Sarney

A multidão foi às ruas levar o aplauso ao novo governador no dia de sua posse

José Sarney assume o governo do Maranhão em praça pública, enfatizando seus compromissos com uma grande transformação da política e da ação governamental.

Aqui estamos, qualificados pelo povo, para um ato em que se manifesta a própria essência do regime democrático: a legitimação do poder pela substituição do governo. Aqui, neste instante, um novo governo do Estado do Maranhão é constituído: é esse o compromisso que, sob a forma de juramento, este novo governo assume para com o povo e as instituições democráticas do Estado e do Brasil. Bem sei que este juramento, à força de se repetir a cada período, com as mesmas palavras e no mesmo recinto, tem muito do seu significado obscurecido pela emoção e pela imponência desta cerimônia.

Não quero, entretanto que, nem a emoção, que é legítima, nem a imponência, que é natural, sejam pretexto para o obscurecimento das palavras com as quais jurei respeitar as instituições e promover o bem-estar do povo maranhense. Porque este não é um juramento protocolar que termina nesta solenidade, nem um compromisso que se esgota neste instante.

Consciência do juramento

E a consciência de que este compromisso se prolonga dia a dia, por cinco anos de mandato, deve ser daqui por diante – já que não foi até hoje – o divisor de águas entre duas concepções do dever governamental e da responsabilidade administrativa. Estou convencido de que somente a deliberada e consciente fuga aos compromissos que um governo assume num momento como este pode explicar a desídia em relação aos interesses do povo, a má-fé na aplicação dos recursos públicos e as sucessivas violentações do comportamento político institucional. E porque muitos juraram para trair, e porque muitos assumiram compromissos sabendo que deles iriam fugir, é preciso que fique marcado, neste instante, que o juramento do meu governo foi feito para ser cumprido. A palavra de um governo não pode ser menos honrada que a palavra de um homem de bem, e a palavra do meu governo é o compromisso que acabo de assumir diante desta augusta Assembleia Legislativa. Respeitar e fazer respeitar a Constituição; não erro ao dizer que esta constitui a primeira grande exigência do povo maranhense decidida nas urnas. Não farei mais do que o meu dever e a minha vontade ao atender o povo nesta que é também uma exigência minha, pois que outros não respeitaram nem fizeram respeitar o exercício do poder, e é necessário que se devolva aos maranhenses a confiança perdida na ação governamental, a segurança contra os critérios pessoais na gestão da causa pública e da coisa pública. Se uma palavra existe que possa definir o caráter democrático do governo, essa palavra é confiança. Confiança do povo nos homens a quem o poder foi delegado, e esforço destes homens para não trair essa confiança, sob pena de romperem unilateralmente o vínculo de uma representatividade que só existe se o comportamento corresponde, de fato, ao que dos eleitos esperava o povo que os elegeu.

Ruptura e reencontro

Sob este aspecto nada temos a continuar, tudo temos a inovar, em nosso Estado. Paradoxalmente, o governo que hoje se inicia tem o caráter de uma ruptura e de um reencontro. Ruptura com o passado recente, no que ele tem de aviltamento do exercício governamental e do comportamento dos desmandos; reencontro do governo com o povo e do povo consigo mesmo, nessa comunhão de esperanças que se abrem e de responsabilidades que se afirmam.

De fato, nesta hora de festa e de alegria para o povo maranhense, estamos sepultando um passado embrutecido pela ausência, pelas carências de toda a ordem. Um passado em que as instituições foram empobrecidas e deformadas, quando não corrompidas ou viciadas. Um passado que nos encheu de vergonha, de pobreza e de mistificação; um passado que por tudo isso deve ser sepultado para sempre.

O governo que ora se institui será solidário com o Poder Legislativo e com o Poder Judiciário, na pesada tarefa de reconstruir os padrões de moralidade e de eficiência da vida pública do Estado do Maranhão. Não será mais o Executivo, podeis estar certos, o grande criminoso, o grande corrupto na relação entre os três Poderes. E isso está implícito no juramento que acabo de fazer: o Executivo será o grande solidário, o grande empenhado na harmonia e na pureza dessas relações com o Poder Judiciário e o Poder Legislativo.

...saberei ser cuidadoso e ... interessado na colaboração e no respeito mútuo que devem fazer dos três Poderes um perfeito sistema de vasos comunicantes.

Vindo de um mandato legislativo na Câmara Federal para a chefia do Poder Executivo deste Estado, podeis bem compreender a imagem e a vivência que tenho de vosso trabalho e responsabilidade. Por isso mesmo saberei ser cuidadoso e permanentemente interessado na colaboração e no respeito mútuo que devem fazer dos três Poderes um perfeito sistema de vasos comunicantes.

Mas não basta respeitar e fazer respeitar as instituições como se isso fosse apenas um exercício de boa conduta pessoal. As instituições precisam e devem ser respeitadas pelo que elas traduzem para o bem público, e um governo passa a não se respeitar a si próprio quando não dá respostas concretas e oportunas aos desafios da realidade social. Um bom governo é aquele que melhora parte do povo e que respeita e faz respeitar as instituições, porque estas estão ao serviço daquele e não de interesses pessoais ou grupais.

Daí o sentido que preciso realçar da segunda parte do meu juramento, qual seja o de promover o bem-estar do povo do Maranhão.

Herança desoladora

A herança política e administrativa que nos legam as administrações anteriores, a paisagem econômica e social com que nos deparamos não convidariam, por certo, ao otimismo; sem exagero podemos afirmar: essa herança e essa paisagem têm muito de desolador, e chega a estarrecer ver como puderam a imprevidência e a falta de compreensão dos deveres políticos, e tantos outros vícios, conduzir terra tão promissora e tão magnífico povo às vésperas do desastre. Mas a verdade deve ser dita por um dever de responsabilidade. Que é hoje o Maranhão, a que estado reduziram o segundo Estado do Nordeste em extensão territorial, com população de mais de 3 milhões de habitantes, privilegiadamente compreendido entre as desolações da região sem água e as devastações da encharcada terra amazônica, cortado de rios perenes e com imensas áreas ainda virgens e férteis?

Pois está o Maranhão reduzido a campeão de analfabetismo, com apenas 30% das crianças em idade escolar frequentando as escolas. Um leito hospitalar para quase 3.000 habitantes, contra 1 para 500 no Pará e em Goiás; 1 leito para 200.000 habitantes no interior do Estado; apenas 8 municípios com abastecimento de água e apenas 2 com instalações sanitárias, num total de 128 municípios.

A educação média e superior são permitidas a faixas ínfimas da juventude: apenas 1 em 200 habitantes chega ao ensino médio, contra 1 em 50 no Pará, 1 em 80 em Goiás e 1 em 100 no Piauí.

Números trágicos no que tange às endemias, com áreas onde a verminose atinge cerca de 90%, a esquistossomose a mais de 50%, e o tracoma a mais de 40% da população.

A situação não é menos dramática no setor de infraestrutura, como transporte e energia: a rede rodoviária com extensão de apenas 4.980 km, dos quais somente 514 de construção pelo Estado, contra 21.554 km no nosso vizinho e pobre Estado do Piauí, 12.098 no Ceará e mais de 30.000 km no Estado de Goiás. Um total de potência instalada de 7.784 kW, contra 28.000 kW no Amazonas, mais de 40.000 kW no Pará e quase 30.000 kW no Ceará. Um só edifício no Rio de Janeiro, o Avenida Central, dispõe de quase o dobro da energia que se consome em todo o Estado do Maranhão.

A produção agropecuária, em termos rotineiros e de baixa rentabilidade por hectare, a produção industrial ínfima e numerosas chaminés de fábricas se apagando, levando ao desemprego milhares de trabalhadores.

O porto do Itaqui deixando o lendário para o anedotário; grandes regiões do Estado inteiramente isoladas e tendo como centro de integração os Estados vizinhos.

A renda *per capita* em último lugar da escala nacional: cerca de 1/3 da renda per capita média do Brasil.

E, sobretudo, fruto e raiz de tudo isso, o subdesenvolvimento político: a imagem dos calamitosos dias da grilagem oficialmente patrocinada, dos enriquecimentos vertiginosos à sombra do poder, das negociatas oficializadas, das violências policiais, da corrupção e das coações, dos vilipêndios que fizeram do governo alguma coisa de sombrio.

Paixão e determinação

A alguém poderia parecer que tal herança e tal paisagem serviriam de desestímulo a quem se propusera recuperar e ampliar numa dimensão de grandeza a imagem que o Maranhão projetou, no passado, para todo o Brasil. Tais destroços administrativos, tão desalentadora realidade econômica e social, não são por certo estimulantes para ninguém,

ou não o seriam para quem não tivesse como nós a paixão de restaurar a grandeza da terra-berço, a determinação de ser fiel à multidão de esperanças desencadeada no coração do povo em tantos anos de lutas e de sofrimentos, de amargas decepções e indestrutível bravura de milhões de maranhenses.

Chegamos ao poder, porque pudemos unir e despertar, compreender e proclamar, e não tivemos medo de afirmar, protestar e condenar.

Chegamos ao poder, porque o povo que nos fez candidato estava conosco, como estávamos com ele, e nosso diálogo de esperança e de decisão teria de conduzir, como conduziu, à vitória. Chegamos ao poder, porque tínhamos do nosso lado as forças políticas mais vivas deste Estado.

Chegamos ao poder com o compromisso de servir o povo, por um Maranhão de dignidade, que, sob a imagem de um passado glorioso, há de projetar-se ainda mais num futuro magnífico.

Chegamos ao poder sem compromissos inconfessáveis, mas apenas com o claro, o manifesto compromisso de servir o povo, de trabalhar pelo povo, com o povo, por um Maranhão de dignidade, de liberdade e progresso e de grandeza, que, sob a imagem de um passado glorioso, há de projetar-se ainda mais num futuro magnífico. Sabem todos quantos nos conhecem que a determinação faz parte de nossa maneira de dizer e de agir. Este Maranhão da dignidade, da liberdade, do progresso e da grandeza, não é apenas uma figura lendária: é a realidade que deve ser construída e, com a ajuda do povo, haveremos de construí-lo.

Sabemos que nossa voz está sendo agora escutada não apenas nesta alta Casa do Poder Legislativo, mas em todos os rincões do Estado; está sendo atentamente acompanhadas por aquelas mesmas centenas de milhares que nos escutaram em memoráveis comícios de campanha e cujas mãos tivemos a ventura de apertar calorosamente e cuja expressão de alegria jamais poderemos apagar da nossa lembrança. Também estamos aqui sentindo sua presença e queremos reafirmar solenemente todos os compromissos afirmados no pacto da comunhão de vontades. Acabou o tempo da prepotência e da violência, das aviltações e das perseguições, das coações, dos abusos e das corrupções.

A garantia do futuro

A partir de hoje reinaugura-se neste Estado a democracia, com todos os seus prodigiosos frutos.

A dignidade e a competência como pressupostos do exercício da administração, o empenho para promover o bem-estar coletivo, a era da responsabilidade, do planejamento, da efetiva sintonia entre o povo e o governo.

Muita coisa contaminou aqueles que exerceram o poder em nossa terra, mas não puderam e nem poderiam viciar a riqueza natural nem distorcer a vocação dos maranhenses para os grandes ideais. Se, portanto, a herança que recebemos chega a ser maldita de ação e omissão, a riqueza da terra e a grandeza do povo é a melhor garantia de que sobre as ruínas poderemos erguer um grande futuro. Esse grandioso projeto do Maranhão do futuro que delineamos na campanha é a base do programa de governo, e inspirado na filosofia cristã, de quem tem o poder por instrumento da promoção do bem-estar geral, que pressupõe entendimento das exigências do ser humano no que diz respeito à conveniência material e à satisfação espiritual. Temos, portanto, a trilhar um duro caminho de realização espiritual. Temos, portanto, a trilhar um duro caminho de realizações ordenadas pelo seu sentido prioritário. Esse plano de governo, confiado à elaboração de técnicos maranhenses de elevado gabarito, visa a implantar a condição de infraestrutura e realizar investimentos sociais que possibilitem no Maranhão a grande arrancada de desenvolvimento que resumiremos nos seguintes itens: reforma administrativa, visando à moralização e à eficiência da máquina do governo; energia e transportes, educação e saúde, fomento agropecuário e industrialização. Para tornar este plano realidade, escolhemos uma equipe de governo que a opinião pública já conhece e que é toda integrada de nomes que se impõem ao respeito e à admiração, pela extraordinária capacidade moral e competência.

Um governo que se instala assim constituído, com a cooperação dos Poderes Legislativo e Judiciário e com o apoio decisivo e entusiasta do povo, há de realizar as grandes tarefas que não são apenas do governador nem do governo, nem de cada um dos Poderes: são de todos nós. De todos os maranhenses que querem viver numa terra de dignidade e de liberdade, de progresso e de grandeza. Já se disse que a crise da democracia em nosso tempo não era crise de valores, mas de realizações imperfeitas. É na medida que os governos deixam de realizar os seus objetivos, os objetivos da coletividade, os objetivos do desenvolvimento econômico e da justiça social que entram em conflito com o regime democrático.

Mas a democracia não é uma atitude ultrapassada, nem uma impostação teórica para adiar ou sonegar permanentemente o diálogo do povo com os seus problemas. A democracia na verdade é esse diálogo e a ação, a colocação desses valores na agenda diária dos governantes. É, portanto, em termos de eficiência e não de retórica que um regime deve ser julgado, aprovado ou condenado. E o regime democrático, sobretudo no Maranhão, não pode ser julgado pelos que o traíram, pelos que o malsinaram, para negar a ação que o povo espera no regime que é de desenvolvimento econômico e de justiça social.

Democracia

A nossa tarefa, portanto, é a de responder aos inimigos da democracia e aos desesperados, que o governo que emana do povo, em seu nome e em seu benefício será exercido. E assim será para que se instalem no Maranhão a democracia das oportunidades, a democracia do respeito à pessoa humana, a democracia do trabalho, a democracia da vigilância, a democracia do amor à verdade, a democracia das soluções viáveis e não das conversas impossíveis, a verdadeira democracia e não esse triste arremedo de democracia que aqui se vinha exercendo.

Esse compromisso resulta dos ensinamentos que recolhemos junto ao povo, durante a nossa própria jornada. Esse conceito de democracia não o recebemos agora, mas se fez mais nítido na campanha que empreendemos. Não recebemos o governo como uma dádiva de um grão-senhor, nem o exerceremos como um condomínio de privilegiados. Sabemos exatamente a natureza da luta que foi a nossa, da maioria absoluta do povo maranhense. Este governo é uma conquista trabalhada dia e noite na angústia, na perseguição sofrida, nos insultos recebidos. Não houve minuto em que o escárnio e a violência adversários não alimentassem, não fortalecessem a nossa decisão e ânimo.

Uma decisão assim tão firme, assim tão castigada, tinha necessariamente que fazer vingar os valores pelos quais ela foi tomada. E esses valores são inquestionavelmente os que reclamam a implantação, no Maranhão, de uma autêntica democracia e de um governo de autêntica inspiração democrática. Um governo, repito, que seja honesto para trabalhar, que trabalhe para realizar e que realize para melhorar a sorte do povo. O historiador Arnold Toynbee, inglês e católico, afirmou certa ocasião que “a nossa época será lembrada por crimes ou por suas dimensões, mas também por ser a primeira, desde o início da história, em que a humanidade ousa acreditar ser possível o benefício da civilização colocado ao alcance de todos os homens”. Pois que assim seja para todos nós. Que os crimes até ontem praticados sejam apenas a marca do passado, menos que isso, dos homens que passaram. E a crença nos benefícios da civilização seja reforçada dia a dia, pela distribuição desses benefícios do Criador, nosso juiz e também nosso fiador.

Agradeço a presença, neste recinto, das autoridades que honraram esta solenidade, e ao povo do Maranhão, aos nossos deputados, aos nossos amigos, devo neste instante dizer que peçam a Deus que me inspire para um governo com justiça e que para sempre esta solenidade seja lembrada nos nossos corações realmente como um marco para uma grande jornada.



Foto: Acervo José Sarney

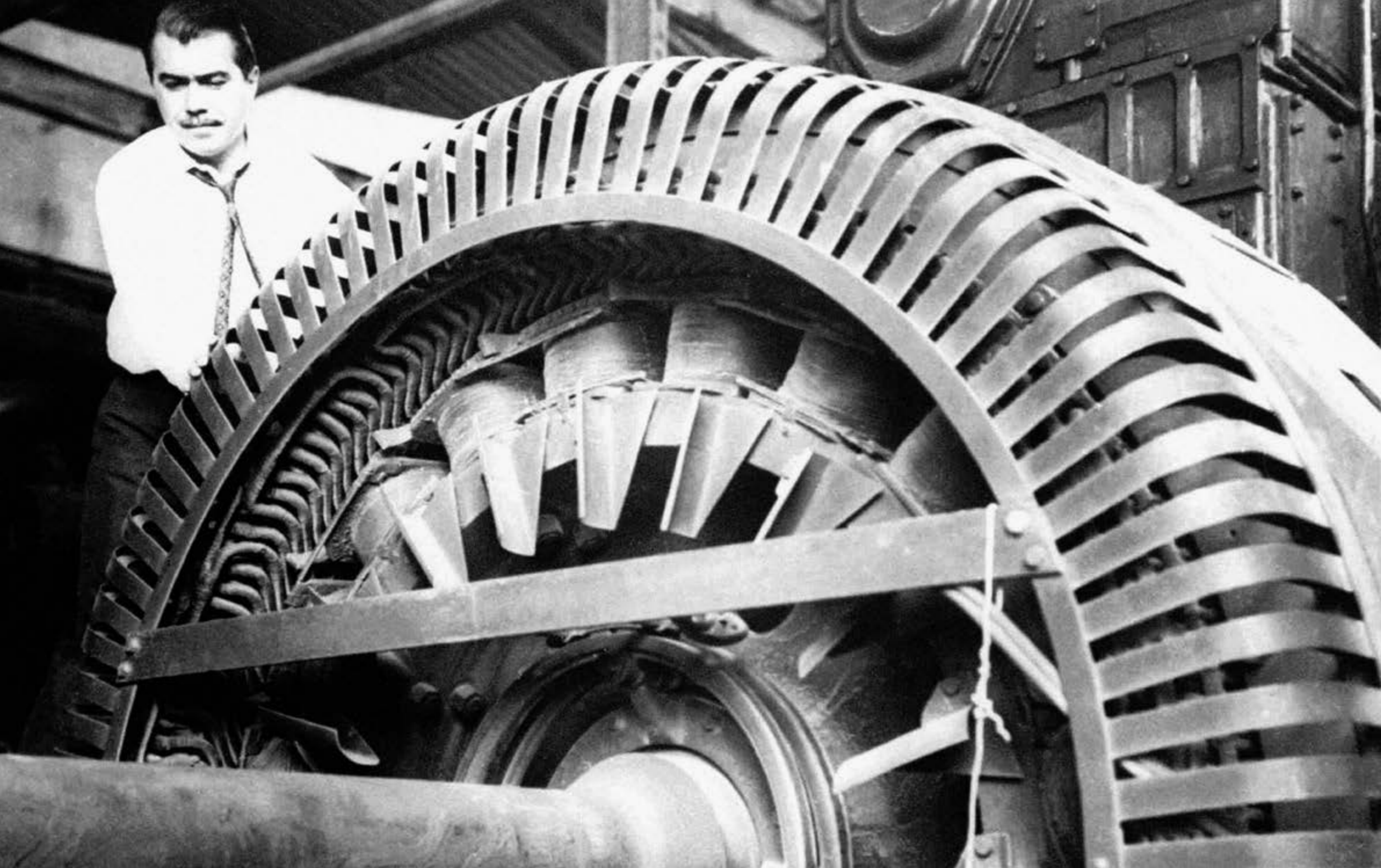


Foto: Acervo José Sarney



Foto: Acervo José Sarney

SENADOR PELO MARANHÃO
(1971 - 1985)

A Conferência de Estocolmo

Senado Federal, Brasília, DF, 19 de junho de 1972.

Relato sobre a Conferência de Estocolmo, primeira reunião internacional sobre meio ambiente, e uma das primeiras vezes em que o assunto é tratado no Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, realizou-se e foi encerrada, ontem, em Estocolmo, a conferência que as Nações Unidas convocaram para debater os problemas do meio ambiente. É a primeira tomada de posição da humanidade, através dos estados, sobre um problema que se tornou evidente com o avanço da era industrial. Os resultados parecem muito pálidos. A sua preparação difícil e as controvérsias não ajustadas na agenda preliminar continuaram até o fim dos trabalhos, enfraquecidos pela não participação do Leste Europeu.

Talvez que a pergunta preliminar fosse sobre a utilidade das conferências. Neste caso, porém, qualquer que tenha sido o seu resultado, a humanidade deu um passo à frente. Ela começou a se entender sobre os problemas da sua antiexistência.

Há dois anos, ouvi numa conferência do professor Van Gelder do Museu de História Natural de Nova Iorque, no seu Departamento de Mamalogia, que a *Big Word* no mundo atual era ecologia e que dela falavam locutores públicos com a mesma magia como no passado se falava de Deus e da criação.

A verdade é que a conquista espacial, com o cotidiano das naves tripuladas, limitadas nas suas missões pela contingência de provisões esgotáveis, trouxe ao mundo a projeção do seu próprio exemplo:

a Terra nada mais é do que um navio espacial com recursos limitados e sujeitos às restrições do seu uso. E esta projeção passou a ser a base de algumas verdades filosóficas. A partir de então os homens desconfiaram que a Terra estava doente e que havia algo de novo sob o sol.

Os benefícios da civilização industrial começaram a ser vistos por outra dimensão. Desenvolvimento econômico e expansão deixaram de ser sinônimos absolutos de progresso. E nascem as revisões de conceitos e as reflexões e dúvidas sobre o caminho certo ou errado.

O ministro Oichi, da pasta para Preservação do Ambiente do Japão, país orgulho de crescimento e exemplo da poluição universal, delegado à Conferência de Estocolmo, falou melancólico e saudoso de sua pátria, do Japão xintoísta, suas belezas naturais incorporadas à pessoa do próprio Deus, dos jardins milenares, das lagoas plácidas, das pedras reverenciadas, dos delicados musgos que cobrem os muros dos seus templos (Góngora dizia que “o tempo tem carícias para as coisas velhas”) e, num ato de confissão, bateu no peito, comparou o Japão de hoje com suas montanhas de detritos plásticos com o Jardim do Sol Nascente do passado e exclamou contrito:

“O povo japonês começa a perguntar-se se a frenética busca do aumento do Produto Nacional Bruto tem alguma coisa a ver com a felicidade do homem”.

Já o presidente Nixon, dos Estados Unidos, com seus milhares de dólares de renda per capita, em 1970, afirmava: “Tomei conhecimento do persistente argumento de que existe algo de fundamentalmente contraditório entre o crescimento econômico e a qualidade da vida em si, de tal modo que para se conseguir um, ter-se-á de abandonar o outro. Em resposta, não abandonaremos o crescimento, todavia, vamos procurar imprimir-lhe uma nova direção”.

Outra não é a posição dos sociólogos. Richard Falk, por exemplo, no seu livro *This endangered planet* conclui dramático: “A grande ironia do desenvolvimento consiste no seguinte: na medida em que cresce o desenvolvimento, a situação do mundo piora”.

E Lévi-Strauss vincula o problema físico com o problema moral ao entrelaçá-los, concluindo: “Nós estamos segregando toxinas, tanto morais como psicológicas”.

O que fez o homem duvidar dos valores do seu progresso? Da sociedade de consumo, essa sociedade que segundo Aires “é o melhor meio de vida que o mundo conheceu”. “Nosso povo nunca esteve” — diz ele — “tão bem informado. Estamos no apogeu da revolução industrial e tecnológica e vivemos na idade de ouro da perfeição científica e do aprimoramento geral das artes.”

Esse fato não evita que os construtores da era atômica, das pesquisas científicas que deram suporte à revolução material de nossos dias comecem a cantar a “Balada do Cárcere

de Reading” e exclamar com Wilde que “todos os homens matam aquilo que amam”. Não é outro o sentimento de Alvin Weinberg, diretor do maior centro de estudos de energia nuclear, o de Oak Ridge, quando diz:

“Para mim, o trabalho da ciência consiste em criar um mundo mais humano, restaurar o estado de equilíbrio entre o homem e o meio ambiente, resolver os sofrimentos básicos do homem, a fome, doenças e guerra”.

O mundo dos países desenvolvidos parece que começa a sentir as consequências psicológicas e humanas do crescimento econômico que determinam certas zonas de cansaço. A violência como exercício do cotidiano, em todos os setores, não oferece a esses países aquela tranquilidade que a riqueza pressupunha.

Políticos, professores, cientistas, teólogos — principalmente nestas nações em que o desenvolvimento criou uma saturação de bens materiais — começam uma outra meditação e a permanente insatisfação dos homens com os seus próprios êxitos faz renascer aquela angústia existencial, que faz que todas as coisas voltem a seu lugar de origem, recomeçando tudo de novo. É o *Huis-Clos* de Sartre.

A preocupação do homem sempre foi a de encontrar sua salvação. Para isso, construiu e racionalizou em todos os lugares, povos e épocas a doutrina de ficar eterno. A natureza era infinita, mas, ele, o homem, criatura de Deus acima das coisas, tinha os dias contados. Para superar sua própria morte, buscou a salvação na imortalidade da alma. A vida continuaria de outra forma, imperecível, fora das contingências da matéria. A esse sentimento Unamuno chamou o “sentimento trágico da vida”. Identifica ele para justificar a adesão do homem ao cristianismo com a extraordinária aceitação que alcançou na Antiguidade que ele trazia uma original contribuição à busca do homem eterno. O cristianismo trazia a ideia da ressurreição da carne. “Voltaremos com os mesmos corpos e as mesmas vestes.” E para conseguir essa eternidade bastava construir dentro de si mesmo mecanismos morais capazes de uma conduta reta, livre da ânsia de riqueza. Os dez mandamentos recebidos por Moisés foram sintetizados em um só, numa lei admirável: “Amai-vos uns aos outros”. (...)

O homem que se julgava objeto da criação e fora da natureza começa a duvidar de sua primazia e antes de salvar-se ele sabe agora que precisa salvar a Terra. O que adiantaria o desenvolvimento, a alma imortal, a vida em si mesma, se ela não vai mais ter espaço para existir?

Esta é a raiz de toda a dúvida que está levando as nações a pensar na natureza, não mais em termos de sua beleza, do usufruto de suas dádivas, de sua exploração. Mas, pensar na natureza em termos de que ela pode chefiar uma rebelião impossível contra o próprio homem, criando a antiexistência.



Foto: Acervo ONU

É neste ponto fundamental que as nações jovens não podem lavar as mãos para assistir ao incêndio, mas têm uma extraordinária autoridade para afirmar que se a Terra está doente, começa a dar sintomas de enfraquecimento, a culpa não é dos países em desenvolvimento, mas dos super-ricos que, na ânsia de exploração, foram predatórios e incapazes de seu próprio destino.

Devemos, então, distinguir nesse assunto dois aspectos nitidamente separados. O primeiro, o que diz respeito a todos nós, como gênero humano, integrados na natureza e responsável pelo destino da humanidade. O outro, é a nossa responsabilidade como nação, também obrigada a cumprir o seu próprio destino, defender os seus valores, sob pena de sermos indignos da missão que nos foi entregue pelos nossos antepassados.

Não é fácil assim — quando estas posições entram em conflito como aconteceu na Conferência de Estocolmo — fazer que os outros compreendam que as nossas prioridades são as de agir como nação, pois não podemos dissociar o nosso sentimento nacional da nossa conduta, pois basicamente, se participamos do universo, o fazemos porque somos brasileiros. Todos os homens são marcados pelo nascimento, uma noção de lugar e nação. Herbert Read dizia que quanto mais regional, mais universal.

Outro aspecto importante, também, neste assunto, é poder fazer uma justa avaliação dos seus ângulos para não sermos tragados nem pela paixão nem pela alucinação do juízo final.

A primeira dessas avaliações é, sem dúvida, a de saber qual o conceito de poluição, pois a ser considerada poluição toda interferência do homem na natureza para defender-se das leis naturais do equilíbrio ecológico e biológico, o agente poluidor seria o próprio homem e a solução de salvar a Terra seria a extinção do gênero humano. É verdade que desde os primeiros dias em que o homem deixou de ser nômade, graças à criação da agricultura, que teve condições de buscar alimentação num determinado local, que começou a habitar a beira dos rios para facilitar a vida, começou a poluir o solo e a água.

O primeiro com as queimadas, a destruição das florestas naturais e a segunda com o despejo dos seus detritos nos cursos d'água.

Não é objetiva a colocação do problema nestes termos. A Conferência de Estocolmo foi convocada por um gesto inicial do governo sueco e uma motivação particular: a presença de altos índices de enxofre na atmosfera desse país vindo das fábricas de países do centro europeu, principalmente das coqueiras do Rhur. *L'Express* trazia, há duas semanas, o problema do rio Reno e as queixas da Bélgica em face do estado com que as águas chegavam poluídas ao seu país, trazendo ao debate o problema dos rios de cursos sucessivos.

Quais são as espécies realmente assustadoras de poluição que podem ameaçar a ecologia da Terra?

1. A poluição do ar, que é derivada de muitas das mais importantes tendências de nossos tempos: desenvolvimento tecnológico, crescente urbanização, crescente demanda de produtos, serviço e energia. A maior porcentagem da poluição do ar provém da produção de energia e dos serviços de transporte. Essas duas fontes examinaremos separadamente.

2. A poluição das águas, que é derivada de muitos dos processos que são necessários para a manutenção do crescimento demográfico. O crescimento populacional necessita de vasto suprimento de alimentos. Essa quantidade de alimentos requer fertilizantes e pesticidas para assegurar adequado crescimento. Porém, quando as chuvas lavam os

solos, carregam as matérias químicas para os nossos rios. Para esta poluição devemos também adicionar a poluição da limpeza. Os detergentes impregnam nossos rios e, devido às suas qualidades químicas, provocam o rápido crescimento das algas marinhas na água, que absorvem o oxigênio necessário para a vida de nossos peixes.

Assim, da mesma forma que nas nações mais desenvolvidas, nosso progresso agravará gradualmente o estado dos nossos recursos naturais, e em algum lugar devemos achar um equilíbrio entre os dois estados de existência — a subsistência do povo e a preservação do ar e dos cursos de água.

O que são estas fontes de poluição? Como elas se manifestam e como se pode impedir e/ou resistir a suas ocorrências? Vamos, portanto, examinar estas fontes de poluição para possibilitar uma justa avaliação de seus efeitos, no estágio atual do Brasil.

Fontes de poluição do ar

Combustíveis fósseis que foram acumulados durante centenas de milhões de anos estão sendo agora convertidos em gases e cinzas numa voracidade assustadora que teve início há mais de um século. Toda essa combustão — combustão interna dos transportes, combustão externa das indústrias, usinas de força, aquecimento residencial e incineração — é o principal contribuinte para a sujeira das cidades e do ar. Poluição do ar não é um problema recente: as cidades industrializadas do século XIX tinham milhares de chaminés fumegantes queimando carvão e emitindo uma fumaça mortífera. Desde então, o rápido crescimento industrial acentuou desesperadamente a situação do século XIX, ameaçando ficar muito pior no futuro se a sociedade não revisar a tradicional orientação do engineering para maiores eficiências e economias sem prejuízo da sanidade ambiental. No Brasil, apenas a cidade de São Paulo, com seu vertiginoso progresso e concentração industrial, dá mostras desses males.

As melhores invenções da antipoluição são contrárias a certas realidades predominantes. A fome das nações e dos seus povos para o consumo de energia parece insaciável. A combustão dos combustíveis fósseis — particularmente carvão e derivados de petróleo que são os piores agentes da poluição — deverá aumentar nos próximos anos e, provavelmente, alcançará níveis múltiplos dos atuais no fim do século. Os únicos processos ainda abertos parecem ser a limpeza das existentes fontes de combustão e a substituição de processos não combustíveis na produção de energia. Essa pesquisa está sendo feita nos países desenvolvidos e é possível, quando a nova industrialização for intensa, que já possa haver soluções.(...)

Sob a influência da luz solar, alguns hidrocarbonetos reagem com os óxidos de nitrogênio para formar uma variedade de complexos orgânicos. Muitas destas substâncias fotoquímicas são particularmente danosas para as plantas. Por causa da permanente névoa fotoquímica, plantas folhadas tais como a alfaca e o espinafre não podem ser mais cultivadas, em certas partes do mundo.

O dióxido de enxofre foi tachado como a causa de muitas mortes em vários desastres de poluição do ar, servindo como exemplo os seguintes casos: Vale do Meuse, na Bélgica, em 1930, em Danora, Pensilvânia, em 1948, e em Londres, em 1952. Esses desastres aconteceram quando inversões atmosféricas de temperatura combinaram com a baixa ventilação prendendo a fumaça de carvão sobre áreas povoadas. Diversos estudos muito habilidosos sugerem que o dióxido de enxofre é a causa da intensificação de várias infecções respiratórias, mesmo não ocorrendo situações de inversão. Parece que o gás age mais profundamente em conjunto com partículas poluentes que podem carregar profundamente o dióxido de enxofre para os pulmões e segurá-lo contra os tecidos sensitivos.

Poluição da água

O tratamento normal de água falhou na América do Norte e na Europa devido ao incremento ocorrido no setor industrial e na demografia. Fosfatos, por exemplo, existem em grandes quantidades nos detergentes e fertilizantes. O fósforo ressaltou como grande agente de poluição somente nos últimos anos. O nitrogênio, outro nutriente chave para o crescimento de algas, é muito difícil de controlar visto que algas azuis-verdes podem absorvê-lo diretamente do ar. Desde que o fósforo é mais controlável, sua remoção dos efluentes é um passo criticamente importante no controle da poluição, pois limita-se o crescimento das algas.

Recentemente, quando parecia que os rios e os lagos dos Estados Unidos e da Europa iriam se converter em estradas de espuma branca de detergentes, os fabricantes converteram a base detergente para uma substância biologicamente muito mais degradável. Efetivamente isso reduziu a quantidade de espuma, mas não reduziu a quantidade de fosfatos. As montanhas de espumas diminuíram, mas esteiras verdes de algas continuam crescendo. Os criadores de detergentes falharam ao considerar somente os possíveis efeitos laterais. Cada falha das previsões e do pensamento sistemático foi o que levou aos abusos ambientais de hoje e isto deveria ser evitado a todo preço aqui no Brasil. O consumo de detergentes no Brasil ainda é muito pequeno. Não passamos das 50 mil t de tripolifosfato.

Planejou-se nos Estados Unidos e na Europa substituir para bases não fosfóricas a fabricação de detergentes. Os trabalhos estão progredindo nesta direção.

Há poucas esperanças de substituir o fosfato dos fertilizantes. É duro de encarar um fertilizante que é nutriente quando aplicado à terra e não nutriente quando mistura-se na água. O método de reduzir a poluição da água originada de terras cultivadas seria o de reduzir a quantidade de fertilizantes químicos que os agricultores aplicam em seus campos. O fertilizante em excesso não absorvido pelas plantas é levado para os rios e também penetra nos lençóis subterrâneos. Através de acordos sociais e econômicos os agricultores podem ser persuadidos a usar menores quantidades de fertilizantes químicos e usar em maiores escalas os fertilizantes orgânicos, como o húmus. Melhorando a textura dos solos, bem



Foto: Acervo José Sarney

como fornecendo nutrientes de baixa solubilidade, o húmus pode reduzir a necessidade de fertilizantes comerciais mantendo ao mesmo tempo o resultado das colheitas. A nossa agricultura ainda não alcançou consumo de adubos que possa oferecer problemas críticos.

Numa nova tentativa que está sendo desenvolvida na Europa, o esgoto bruto é clarificado com agentes químicos para a remoção da maioria dos materiais orgânicos em suspensão, incluindo os fosfatos. Depois, passando por uma absorção carbônica, o efluente passa por camadas filtrantes de carbono ativo granular, similar àquele usado nos filtros de carvão ativo para cigarros. Entre a clarificação e a absorção, cerca de 90% dos fosfatos são removidos. O carvão pode ser regenerado em fornalhas, reusado e as matérias orgânicas capturadas podem ser queimadas. A absorção em carvão ativado tem a grande vantagem adicional de remover das águas matérias orgânicas industriais que passam sem impedimento por um tratamento secundário biológico com agentes químicos.

A utilização do carvão ativado no combate à poluição abriu perspectivas para a utilização do carvão de babaçu, quer para filtros, como também para utilização direta na siderurgia, pois o mesmo não é poluente como o carvão mineral. Nos Estados Unidos tive oportunidade de ver as experiências que estão sendo feitas nesse rumo.

Os lagos e os rios têm uma impressionante capacidade de purificação. A luz solar branqueia alguns poluentes. Outros repousam nos leitos dos rios e outros ainda estão sendo consumidos por micróbios benéficos. Esses micróbios precisam de oxigênio que é de vital importância para a autopurificação. O oxigênio que sustenta os micróbios bem como os peixes e outros organismos é substituído por geração natural da atmosfera e dos processos vitais de plantas aquáticas. As dificuldades começam quando a demanda para exigência dissolvida excede o disponível. Grandes quantidades de poluentes orgânicos, tais como efluentes de esgotos, alteram o balanço. Os micróbios, alimentando-se com os poluentes, multiplicam-se, consumindo o oxigênio e criando, dessa forma, acúmulos de detritos orgânicos. Áreas anaeróbicas se desenvolvem, portanto, onde microrganismos que não podem viver e crescer sem oxigênio livre, decompõem os sólidos. Esta putrefação produz odores viciados. Espécies de peixes sensitivos pela deficiência de oxigênio não podem sobreviver. Possivelmente é este o fenômeno da Lagoa Rodrigo de Freitas, na Guanabara.

Atualmente a poluição da água é muito complexa em sua composição, com tendência para aumentos gradativos. Em rios e lagos poluídos podem ser encontrados centenas de contaminantes diferentes: micróbios e vírus; pesticidas e herbicidas; fósforos de fertilizantes, detergentes e esgotos principais; traços de metais; ácido dos drenos de minas, matérias químicas orgânicas e inorgânicas. Muitos desses contaminantes são tão recentes que ignoramos seus efeitos a longo prazo sobre a saúde humana. Estes efeitos devem e serão estudados para remediar esta situação antes que ela chegue ao Brasil. (...)

Poluição automobilística

Em termos de simples volume de poluição, o automóvel é o principal agente de poluição do ar nos Estados Unidos, onde existem dados estatísticos, contribuindo com cerca de 40% dos 200 milhões de toneladas de emissões anualmente soltas na atmosfera. A enorme gama de demandas colocadas nos motores dos automóveis — incluindo rápida aceleração — resulta num compromisso de eficiência e pureza de combustível. O valor acima mencionado de 200 milhões de toneladas, certamente não representa a história inteira. Dado suficiente tempo e espaço para seu serviço, a natureza pode limpar o ar de tais emissões. Entretanto, a poluição é agudamente agravada em áreas urbanas superpovoadas, onde existe, por exemplo, uma densidade elevada de tráfego.

Enquanto esforços para se encontrar um substituto para a máquina de combustão interna tem absorvido recentemente muitas atenções, é possível que a melhor solução para o problema da poluição automobilística para as próximas décadas será a limpeza da presente máquina de combustão interna, ou de seus combustíveis, ou de ambos. Apesar dos intensos e dispendiosos esforços, ninguém parece ter-se aproximado de uma alternativa comercial dos atuais sistemas de propulsão, que podem piorar os ângulos do problema.

Não existe nenhuma perspectiva para a produção econômica de baterias leves e células que possam fornecer uma combinação de distância, velocidade e habilidade de subida que os motoristas continuam a requerer. Diversos planos indicaram outras soluções para a propulsão por baterias; se a maioria dos operadores dirigisse carros elétricos, a força para a carga das baterias indubitavelmente teria de ser absorvida de um sistema de utilidade elétrica. Isso significaria algo como dobrar a capacidade da força elétrica e imensa poluição adicional de ar originada das usinas de força.

A poluição causada pelo automóvel é um encontro que teríamos marcado com o futuro breve. Contudo, como o problema é universal, esperamos que, também, em breve, o assunto esteja equacionado.

Poluição de usinas de força

Poluição de usinas de força manifesta-se nas formas gasosa e sólida. Os poluentes gasosos são os dióxidos de enxofre e os óxidos de nitrogênio. Os dióxidos de enxofre originam-se das pequenas parcelas de enxofre que são formadas na maioria dos combustíveis de carvão e óleo. Os óxidos de nitrogênio são formados nas câmaras de combustão em reações de elevada temperatura do nitrogênio e oxigênio do ar, usado para queimar os combustíveis.

A principal forma sólida de poluentes aparece como cinza. Esta cinza origina-se no carvão. A maioria dos carvões tem em suas composições cerca de 15% a 20% de cinzas.

Para limpar a usina de força de poluentes, os combustíveis têm de ser processados ou os produtos da combustão têm de ser tratados.

Combustíveis de petróleo podem ser tratados para a produção de óleo de baixo conteúdo de enxofre. Nas cidades do leste dos Estados Unidos, foi determinado um padrão equivalente a 1% de enxofre nos combustíveis no período 1968/1970, 0,5% no período 1970/1971 e 0,3% a partir de 1971.

O tratamento de carvão betuminoso de alto conteúdo de enxofre é difícil com a atual tecnologia. O processo de limpeza é deslocado para o estado gasoso depois que o carvão for queimado.

Existem vários processos para absorção do dióxido de enxofre de gases de chaminé. Um que está sendo construído comercialmente em grande escala é o processo de reciclagem de lama de magnésio. O dióxido de enxofre e o óxido de magnésio se unem para formar sulfato de magnésio. Este sulfato é por sua vez separado, seco e processado numa usina auxiliar. Nesta, o sulfato de magnésio é calcinado para produzir o óxido de magnésio que é depositado para ser usado novamente na remoção do SO_2 prejudicial.

Este, separado, é levado para uma usina próxima para produção de ácido sulfúrico. Este ácido é um produto básico no comércio e, portanto, acrescenta rendimento para o processo de limpeza da poluição.

A matéria sólida, as cinzas, das chaminés é colocada em precipitadores eletrostáticos e a massa colhida está sendo usada como enchimento de terraplenagem.

No que se refere aos óxidos de nitrogênio, uma solução é suprir as caldeiras de oxigênio puro. Uma outra é ajustar a temperatura de combustão a fim de evitar a formação de óxidos de nitrogênio. Em todo caso, uma solução pode ser encontrada para este problema.

No programa energético brasileiro, as usinas de força queimando combustíveis fósseis não têm prioridade. As usinas que temos ainda são insignificantes para causar poluição ambiental.

Procurei, assim, mostrar que os problemas mais graves de poluição, preocupação máxima dos países desenvolvidos, ainda não ocorrem no Brasil.

O exaustivo e detalhado exame destes fatores ofereceu a nós, brasileiros, a consciência tranquila de não os haver provocado e felizmente de ainda não termos ingressado na era dos seus efeitos. O Brasil ainda está bem longe de viver os problemas decorrentes da poluição enfrentados em outros países. É claro que é do nosso interesse evitá-los em nossa pátria e aprender com a experiência dos outros. Bismarck dizia: "Os imbecis dizem que aprenderam com suas próprias experiências; eu aprendi pela experiência dos outros". E se ainda não conhecemos esses males é porque ainda não atingimos o estágio que os países desenvolvidos atingiram. Porque, como vimos, as ameaças à ecologia são fruto da era industrial e nós já optamos por ela. A nossa posição, assim, é de alerta para o problema. Não parar, mas não cometer o suicídio da imprevidência. Para esse problema o Brasil tem tempo e muito cedo acordou.

A nossa posição não é nova e foi muito firme. Ela apareceu pela primeira vez sendo ministro das Relações Exteriores o nosso colega Magalhães Pinto, quando o Brasil resolveu não assinar o tratado da não proliferação de armas nucleares e adotou uma política internacional contra o congelamento do poder mundial. Na realidade o interesse das superpotências é no sentido de exercer o monopólio de algumas técnicas que elas verificaram constituir perigo para a humanidade. Mas elas não admitem renunciar a essas armas. Reconhecem que são terríveis e de efeitos absolutos e por isso mesmo devem ser privativas. A nossa posição é de não renunciar ao direito de ter acesso à tecnologia nuclear, já que ela é um instrumento de força e prestígio.

O embaixador Araújo Castro, com sua inteligência e lucidez de sempre, formulou de maneira lapidar essa posição ao denunciá-la perante as Nações Unidas, há dois anos, quando

falou da despolitização daquele órgão que gradativamente abandona as questões políticas fundamentais para discutir aspectos técnicos. Ele voltaria a repisar o tema na conferência que fez aos estagiários da Escola Superior de Guerra.

"Por outro lado" — disse ele — "tende-se a colocar uma ênfase demasiado forte nos perigos da rápida industrialização. Acentuam-se os perigos da poluição, certamente graves para os países altamente industrializados, quando a maior parcela do planeta ainda vive num estágio de pré-contaminação ou, em outras palavras, ainda não teve oportunidade de ser poluída. Duas terças partes da humanidade estão muito mais ameaçadas pela fome e pela penúria do que pelos males da poluição".

O embaixador Miguel Osório de Almeida, inteligência extraordinária, estudioso dos problemas mundiais, a quem deve a diplomacia brasileira um dos estudos mais lúcidos e até proféticos sobre a Ásia e particularmente sobre a China — examinando o assunto do meio ambiente e como os países subdesenvolvidos poluem, conclui que a nossa poluição é a poluição da pobreza. "As favelas, e o baixo nível de saúde do povo, endemias, destruição das terras férteis pelo fogo e pela erosão", afirma ele.

Há cerca de um ano, neste Plenário, tive oportunidade de dizer, em aparte a um ilustre colega que abordava o problema da poluição, que o nosso maior problema era este, a miséria de nossas populações pobres, principalmente as do Nordeste, e que não podíamos ter duas políticas, uma, no setor internacional, outra de uso nacional.

Assim, os debates que se processaram em Estocolmo devem também servir para correção de alguns erros internos. A posição do Brasil é perfeita e deve ser coerente porque consulta os interesses nacionais, são afirmações do ministro Costa Cavalcanti, da pasta do Interior:

"A deterioração ambiental vai muito além da poluição industrial. Há outras formas de degradação, tanto em zonas urbanas como em zonas rurais, que constituem a poluição da pobreza ou do subdesenvolvimento".

Esta visão é a visão dos países em desenvolvimento e certamente pela própria diferença de ângulo do problema não é a mesma dos países desenvolvidos. Os Estados Unidos, por exemplo, pela evidência dos seus problemas atuais, reconhece que é impossível a humanidade alcançar, toda ela, os índices de crescimento que eles alcançaram. Caso isso acontecesse, os recursos da Terra estariam esgotados. Só esse fato devia determinar uma mudança de orientação.

O assessor para Alimentação do presidente da República dos Estados Unidos, Sr. Jean Mayer, para fixar a posição do seu país em face do problema, deu o exemplo da China. Diz ele:

"Não deve ser fácil a situação da China com 700 milhões de habitantes pobres, contudo,

700 milhões de chineses muito ricos arruinariam a China em poucos dias. Isso porque é a expansão desordenada da riqueza que está ameaçando contaminar o meio ambiente". "Minha maior preocupação" — disse ele — "se volta para as áreas da Terra onde o povo fica cada vez mais rico. Isso porque os ricos ocupam mais espaço, consomem mais tudo quanto possa existir, causam maiores problemas ecológicos em escala muito maior que os pobres. Portanto, sob este ponto de vista, torna-se mais urgente controlar o número de ricos do que controlar o número de pobres".

Muitas das vezes é justificável aquele desabafo que já existiu dentro de cada um de nós neste mundo louco. Para uns a poluição é a pobreza, para outros é a riqueza. E não faltam certamente os que nos apontam o caminho da volta à civilização da pedra lascada, com a mesma ingenuidade com que Malherbe, no século XVII, dizia aos franceses que deviam seguir o exemplo de felicidade daqueles pobres índios do Maranhão que Claude d'Abbeville conta haverem sido levados para Paris e foram temas para inúmeras divagações e, sem dúvida, inspiraram Rousseau muito tempo depois nas utopias da felicidade do selvagem e das dúvidas sobre o progresso. Acredito, assim, que cabe ao Brasil, como a todas as nações em desenvolvimento, uma tarefa excepcional na construção do mundo do futuro. Essas nações poderão evitar o erro das nações mais velhas e colocar o seu poder criador para compatibilizar o crescimento econômico irreversível com a felicidade do homem. O papa Paulo VI em sua Mensagem a Estocolmo indicou esse caminho:

"A pior poluição" — afirmou — "é a miséria humana. As nações jovens estão construindo um melhor futuro para seus povos à custa de grande esforço, tentando assimilar as conquistas positivas da civilização tecnológica, mas, rejeitando seus excessos e desvios. É uma esperança não realista contar que essas nações jovens se transformem nos pioneiros de um mundo novo".

Sr. Presidente, não há dúvida que a humanidade está em perigo. Os argumentos da ficção científica, hoje, são dados de uma realidade cotidiana. Mas, a fundamental origem deste perigo é o "inconquistável espírito do homem". De que adiantará a declaração de Estocolmo obrigar as nações a diminuir as quantidades de enxofre na atmosfera, diminuir as pesticidas e matadores de ervas, limparem os seus rios e protegerem os seus mares, quando as superpotências mantêm um arsenal atômico fantástico, estoques de armas bacteriológicas e gases mortíferos, capazes de destruir toda manifestação de vida da face do planeta?

Há perigo maior para a humanidade do que este?

"A ONU gasta atualmente" — informa o embaixador Araújo Castro — "apenas um décimo de um por cento, duzentos e trinta milhões de dólares, em seu programa de desenvolvimento nas nações pobres."

O que pediu o Brasil? Que as Nações Unidas gastassem apenas um por cento dos gastos

militares da humanidade nesse programa. "Um por cento da loucura humana", falou o nosso representante, e poderíamos multiplicar substancialmente a capacidade da ONU de ajudar os pobres. O tema da poluição tem vários ângulos e não está esgotado. A Conferência de Estocolmo foi positiva. Ela é o começo de uma grande reflexão que terá de ser feita pela humanidade. Ou nos salvaremos todos, ou todos pereceremos. A tecnologia, paradoxalmente, possibilitou, em termos da existência, a não existência de privilegiados. Esta realidade talvez leve a humanidade a construir um outro futuro, com o domínio do universo e as fontes da própria vida. Para isso, contudo, será preciso livrar o próprio homem do ideal da violência e ensinar-lhe a viver em paz.

Mas, enquanto não chegarmos lá, viveremos à beira do grande perigo, entre a ânsia de viver mais e o risco de morrer logo.

Para alimentar nossas esperanças, citemos finalmente Nancy Newhall: "De todos os recursos, o mais crucial é o espírito do homem. Não aquele espírito entorpecido, mas aquele espírito evoluído capaz de criar e de amar. O homem ainda é um caçador, embora sua caça possa ser uma esperança, um mistério ou um sonho".

Era o que tinha a dizer.



Foto: Acervo José Sarney

ACADÊMICO

Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras

Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, RJ, 6 de novembro de 1980.

Ao tomar posse na Academia, José Sarney destaca a importância da literatura em sua vida, ao mesmo tempo em que faz elogio a outro político e escritor — José Américo de Almeida, autor de *A Bagaceira*. Havia uma lenda sobre os acadêmicos ocupantes dessa cadeira — Santos Dumont, por exemplo — darem azar. Sarney contrariou quem o considerava supersticioso e, ao ocupar a cadeira durante 40 anos, mostrou que a sorte se faz.

Casa de Machado de Assis, símbolo dos nossos valores espirituais.

À sombra dos meus deuses o sortilégio dos meus caminhos me fez chegar. Nada mais alto, aqui é o infinito. O deus primeiro, o Deus da minha fé, da minha submissão à sua voz semeadora dos destinos, que me guardou nas dúvidas, encheu de certezas os meus clarões de perplexidades, estendeu-me a mão firme de pai para que eu a apertasse no calor de suas crenças; que me criou José, que me fez Sarney e cobriu a minha cabeça da coroa fria e sem vaidade dos dias que me entregou e eu plantei. Encheu-me de estrelas que cintilaram em baldes de juçaras e de sofrimentos, nesta vida, como todas as vidas amassadas no barro frio e duro do trabalho, em dias vividos na alegria mais aberta, de risos e de alvíssaras, horas que cheiravam desde o mais simples canto de aniversário até a paixão sem barragens, das multidões que olhavam nos meus olhos e seguiam os meus passos. Dias, também, turvos, em que sangraram lágrimas e flores murcharam.

Chamas do bem-querer

Odes e elegias, vitórias e chagas.

Mas aqui estou, também, sob a proteção de outra divindade, o Criador da convivência, que me deu irmãos e amigos, mesa larga de acalantos, rios de solidariedade, mananciais claros de ternura, gestos de amor e de sacrifício, chamas do bem-querer, vamos-juntos, vida-e-morte. Amigos, extensão de nossas almas, encheram este gosto de existir com a ânsia de que não se apagassem nunca, ligados todos nos meandros tecidos pelo conviver. Louvo os que aqui estão. Fecho os olhos da ausência para pensar nos que

No dia da posse, com a esposa Marly e a mãe, Dona Kyola



Minha infância está povoada dessas visões que apontaram o caminho da vocação onde jamais consegui chegar.

Mãos quentes de irmão que apertei a vida toda, mãos frias de eternidade que num domingo cinzento de agosto, aqui, nesta casa, beije, na saída da morte.

A Academia era para mim um horizonte longínquo. Leve sedução transformada na ambição que, sem coragem de ser desejo, era um desejo de desejá-la e, desejando desejá-la, tornou-se desejo, esperança e sonho. Sonho que se realizou e, como diz Jorge Luis Borges, quem realiza um sonho, constrói uma parcela de sua própria eternidade.

Chego trazido, acima de tudo, pela vocação das letras, que me fascinaram desde menino, quando ouvia nas madrugadas o meu velho avô, mestre-escola de uma pequena cidade das fraldas da floresta amazônica, tanger os bichos para o curral, recitando redondilhas de Camões.

Esse canto das rimas e da transfiguração das palavras era como uma toada de aboio que eu não entendia, contudo me levava do despertar ao feitiço dos sons que tinham o misterioso encantamento da levitação e da fantasia.

É este avô a marca dessas querências literárias. Tempos para lembrar o primeiro olhar àquele velho livro, na estante tosca, que se abriu e mergulhou-me nos primeiros versos: *As Primaveras*, de Casimiro. Vejo o couro envelhecido, páginas amarelas, livro de interior, sofrido, amargo.

A vocação da política veio-me do outro avô, de quem ouvi lendas de sagas e violas. Era outra magia, a do menino parado em meio à gente grande, assistindo na noite silente dos campos, ao mar do desafio, entre lamparinas de bicos largos e fuligens por todos os caibros, tiquiras e meladinhos, noites da fazenda, só os homens e as estrelas. Crescia a cantoria, a viola, o quadrão, a choradeira, o repente, o romance e o baile como maré, nas altas e baixas das luas, ganhando a noite de pregões e rimas, no trotar das mangações violentas, marcadas por bichos, terra e gentes.

Essas marcas não morreram com meus avós.

A extraordinária figura de meu pai sintetizou as duas vertentes: das letras e da política.



O avô materno, Assuero Ferreira



José Adriano da Costa, avô paterno

Sensibilidade e inteligência, gosto e saber. Em nossa casa, nunca existiu estante vazia, nunca se fecharam os ouvidos à voz do destino dos pobres. Orgulha-me dizer: “*Causa fuit pater his*”.

Minha infância está povoada dessas visões que apontaram o caminho da vocação onde jamais consegui chegar.

Mas se na vida fui deixando pelas ribanceiras dos rios, nas travessias das lagoas, na enchente das decepções, desejares, gostos, anseios, ambições e querereres — à literatura não deixei.

Foi o meu refúgio, e não passou dia nem noite sem que para ela eu não tivesse um aceno, um olhar, um convite de noivado. O mundo da criação literária deu-me condições de suportar o saibo das amargas. A esta fidelidade, a este amor sem volta, a vossa escolha reconheceu. E agora, na comunhão dessa paixão comum, estou aqui, menor que todos vós e maior do que eu mesmo.

Maranhão, poesia e cravo

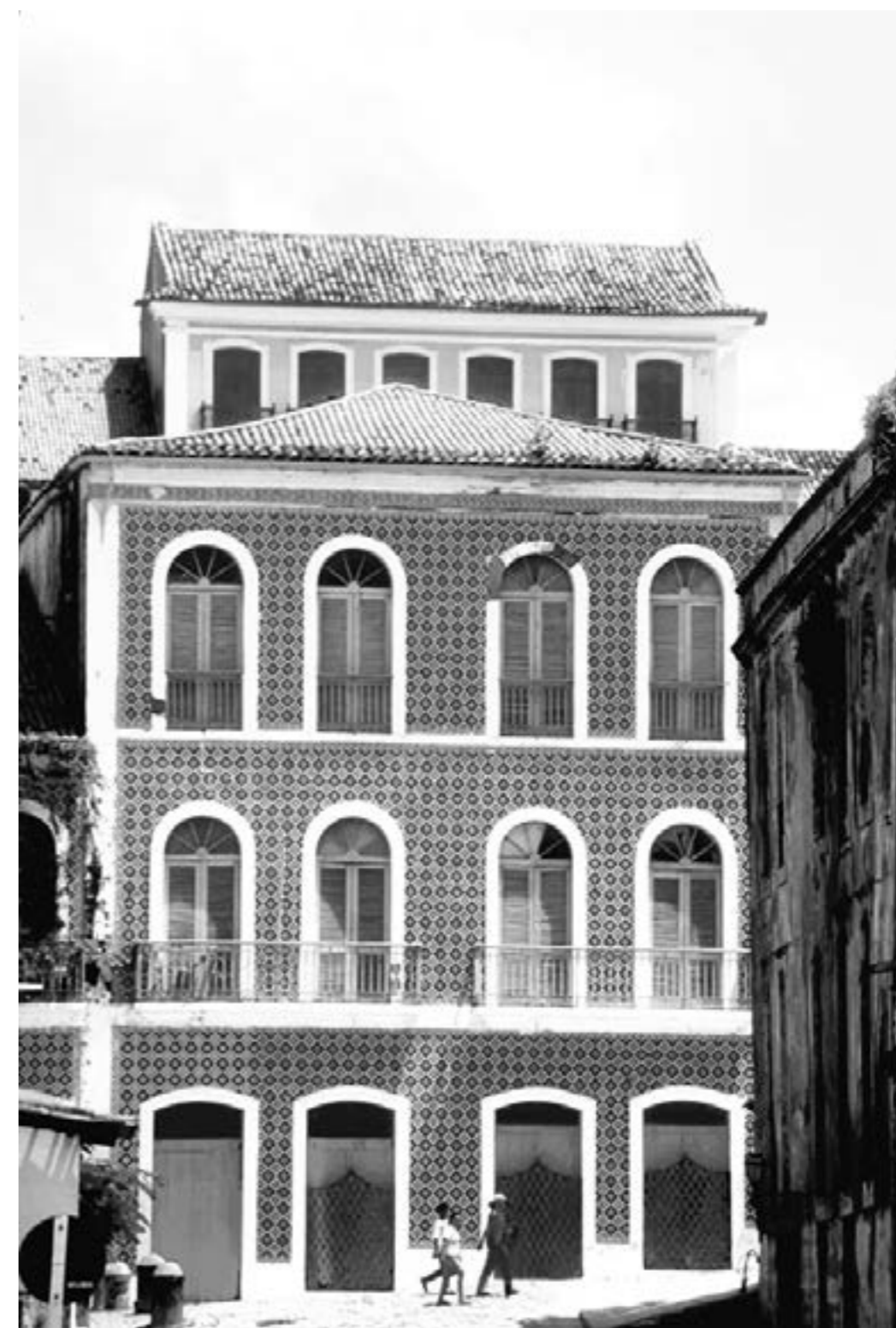
A força poderosa da tradição cultural da minha terra obrigou-me a este gesto de audácia. Maranhão geográfico que vai das areias brancas dos lençóis do mar às barrancas vermelhas que morrem no Tocantins. Das serras que têm nome de Gado Bravo, das Meninas, da Chita, do Penitente, do Piracambu. Das Chapadas de Mangabeiras, do Peito de Moça, do Urucurana. Cidades como Olho d’Água das Cunhãs, S. Benedito do Rio Preto, Pinheiro do Pericumã, São Bento dos Peris, Buriti da Inácia, Vila de S. José das Mentiras, do Vale-Quem-Tem, do Quem-Diria, Centro dos Boas, Buritirana, Jejuí, Bom-Lugar, Pinto-Velho, Pau-Caiado, Água-Fria, Boi-Morto, Salvaterra do Destemor, Canafístula do Jovino.

Padre Vieira diz que o Maranhão está nas escrituras sagradas, nas Profecias de Isaías:

“A terra de que fala é terra que usa embarcações, que tem nome de sinos; e estas são pontualmente os maracatins dos Maranhões”.

Claude d’Abbeville, que escreveu a História dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e fez parte da missão da ocupação francesa, afirma:

“Não há neste país outro jardineiro senão Deus e tão-somente a natureza cuida das árvores, dos enxertos e das podas. Haverá melhor jardineiro? E em verdade o Maranhão na terra do Brasil é bonito, bom e tão bem ordenado que com acerto se pode dizer: *hortus odoratis cultissimus herbis*”.



E o capitão holandês Morris de Jonge, pedindo que o povo de Nassau não saísse do Maranhão?

“O lugar, pela sua fertilidade e amenidade, bem pode ser comparado ao Jardim do Éden”.

Vieram os portugueses e Simão Estácio da Silveira, navegador do século XVIII, alerta os lusitanos:

“Eu me resolvo que esta é a melhor terra do mundo, onde os naturais são muito fortes e vivem muitos anos, e consta-me que, das que correram os portugueses, a melhor é o Brasil, e o Maranhão é o Brasil melhor”.

Não fosse o Maranhão eu aqui não estaria. As letras no Maranhão dão título de nobreza e brasões de prestar.

Maranhão, onde os púlpitos guardam até hoje a voz de fogo daquele padre clamando contra o morticínio e escravidão dos índios: Vieira, o Vieira que escrevia e falava com os homens comuns, reis e Deus, orando e protestando com a mesma voz.

Maranhão de Luís Alves de Lima, que afirmava em sua proclamação de despedida ter “saudades do Maranhão”. Quem era seu secretário, cronista da guerra? O poeta Domingos Gonçalves de Magalhães, fundador do romantismo no Brasil, que escreveu Suspiros poéticos e saudades.

Não só o Maranhão passado, também o contemporâneo, tão grande quanto o outro, com poetas como Odylo Costa, filho, Bandeira Tribuzzi, Ferreira Gullar, José Chagas, Lago Burnett, Luci Teixeira, Nauro Machado; historiadores como Jerônimo Viveiros, Rubem Almeida, Mário Meireles; escritores como Franklin de Oliveira, Domingos Vieira Filho, João Mohana, Carlos Madeira, Nascimento Morais Filho, Jomar Morais, Reis Perdigão, Bandeira de Melo, Carlos Cunha e tantos outros; mestres da língua, como Joaquim Campelo, brilhante colaborador de Aurélio; pintores como Floriano Teixeira, Péricles Rocha, Antônio Almeida; romancistas da culminância de Josué Montello, que tem hoje lugar sagrado na história da literatura brasileira.

E, se passarmos do Maranhão erudito para o Maranhão popular, chegaremos à beleza anônima dos folguedos das cheganças e do boi-bumbá, da língua do povo cheirando a poesia e cravo, à cantiga inocente e maliciosa de João do Vale, no Pisa na fulô, ou o grito de uma nova Canção do exílio, dessa extraordinária cantora brasileira, Alcione, filha do cantador Nazareth: “Oi Maranhão, oi Maranhão...”.

Dos 40 membros iniciais da Academia Brasileira de Letras, cinco eram do Maranhão: Artur Azevedo, Graça Aranha, Coelho Neto, Aluísio Azevedo e Raimundo Correia. Dos escolhidos para patronos: João Lisboa e Joaquim Serra, Odorico Mendes e Sotero dos Reis. Depois vieram Humberto de Campos, Viriato Correia, Odylo Costa, filho. E temos Josué Montello.

De quem recebe parecer — depois Lei nº 726, de 1900, de iniciativa do deputado Eduardo Ramos — o projeto que concedia sede à Casa? Do chefe político maranhense, senador Benedito Leite. Escreve, na ocasião, Lauro Müller a Machado de Assis: “Vejo que anda bem informado, porque de fato entreguei o projeto da Academia ao senador Benedito Leite, maranhense e, portanto, ateniense, quer dizer, homem de saber e de bom parecer”. E Benedito Leite relata a proposta: “Recusá-la seria desconhecer a utilidade das letras e ter amor à obscuridade”.

Norte das Águas

Meu acompanhamento não se esgota. É o instante dos meus dragões, e entram minha gente, minha alma, meu vinho. São amigos para a vida e para a morte, ponta de faca e disputa de moça, que nasceram dentro de mim e em mim cresceram. Só nós, eu, o tempo e eles. É gente de alpercata, pé dilacerado pela caminhada longa. Dos sertões úmidos do Brejal para o lusco-fusco desses brilhos. Peço licença para invadirem o salão e abancarem-se como se estivessem debaixo de um pé de tamboril. Que tirem os farnéis, puxem viola, citem as flores bestas da jitirana e do boizinho-de-são-caetano, invadam a casa com a fatiota lavada e os aromas das cantigas, sebo-de-holanda e azeite de mamona, chitas de ramagens alegres, jasmims e chumbinhos. Venham Olegantino, Amordemais, Flordasina, Dordavida, Frasmamédia, Padecência e Ordivo, Merícia, Javali e Zé do Bule. Maribondos de fogo que ferem, picam e devoram, falando das gaiolas vazias com o sopro do adeus, as novilhas berrando nas noites e as águas conversando:

“... águas nos cercaram, vindo do céu de todo lado e o vento zumbindo e as águas caindo e todas gritando como um bando de moça donzela, assim como se fossem moça e anjo, voando e batendo no capim e escorrendo para os ribeiros, e elas todas cantando cantigas de aboio. Águas de toda cor, azul, verde, água branca, água araquá, água fusca, água alazão...”

Lá fora, amarrando seu cavalo, está Vitofurno, gordo do calcanhar ao pé do pescoço, mãos leves, as rédeas brandas nos seus volteios; chapéu de palha, sandálias, o 38 mais longo que o cano, escorre nas ancas largas. Vem dos campos, montado em animal de estimação, com chicote de bola, sela molhada e macia, de cabeçote alto, saltando no congozado do vento, com sangue de capelobo. Para. Ressurge da morte e aqui está para ouvir o elogio de outro guerreiro valente, contador de histórias, velho firme e duro, lutador de engenhos e veredas, chefe de bando dos patriotas do Nordeste, José Américo de Almeida. (...)

Mago do sertão, profeta das ruas

Escritor e político é também José Américo de Almeida, a figura solar que tenho a honra de suceder. O núcleo de sua personalidade é o político, o idealismo do homem público com um grande amor à sua região.

Numa manhã ensolarada de João Pessoa estava o grande morto. A Paraíba e o Brasil inteiro o choravam. Fui o último orador e afirmei:

“Apaga-se a grande chama que iluminava este povo sofrido. Em breve o quente sol do Nordeste queimará as flores que depositamos em seu túmulo. Nesse instante, Paraíba, José Américo não estará mais aqui. Ele é espírito, é estátua, é história, e pairará sobre o Brasil. As flores de pedra, que não morrem, serão esculpidas pela eternidade, para perpetuar homens que, como ele, sendo de carne, transformaram-se em mármore”.

Escritor e político, mas um escritor que somente pôde ser escritor porque era político. Ele afirma que a política foi o destino; eu acredito que não, foi a vocação irrecusável. Um talento literário pode fugir à estrada das letras. Uma vocação política jamais pode eludir o seu destino. A política só tem uma porta, a da entrada. Afinal, destino e vocação estão ligados. Que incompatibilidade tem a política com a literatura? São dois rios, duas faces, dois mundos não antagônicos. Um, o mundo pragmático, da realidade, do cimento. Outro, do abstrato, da criação, da cor, dos sons, da palavra. Mas política “tem muito de realidade e de sonho”. E acrescento: de ficção.

Em política, a ação é em grande parte palavra — tanto a que se diz e a que se cala como a que se ouve e a que se guarda; a que se imagina ter sido silenciada como principalmente a que se cumpre.

Por sua vez, em literatura, a palavra é essencialmente ferramenta do comunicar, o instrumento integral da palavra — a palavra cumprida que diz todas as coisas geradoras das emoções e sensações do que se disse, do que foi ouvido, do que se guardou, do que se silenciou. Sono de silêncio que transmite vida.

Políticas e letras

Defendendo a Academia contra o partidarismo político, Nabuco afirmava no discurso de instalação da casa, como secretário:

“Nós não pretendemos matar no literato, no artista, o patriota, porque sem a pátria, sem a nação não há escritor e com ela há forçosamente o político. A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se resente em cada povo a literatura toda de uma época...”.

“

Minha vida dividiu-se entre a política e a literatura. A literatura foi minha vocação e a política, como dizia Napoleão, o meu destino.”

José Sarney

Josué Montello, no seu estudo sobre Machado de Assis e a Academia, diz que há “essencialidade política nas academias”. O mesmo pensamento era o do fundador da Cadeira 38: “Na Academia” — afirma — “o sentimento eleitoral é o mais ativo de todos e a ABL, graças ao seu quociente de mortos, jamais foi uma Academia morta. Os abençoados mortos deram-lhe a mais preciosa das vidas — a vida eleitoral”.

Os biógrafos de Machado de Assis ressaltam que aqui foi “o seu Senado Vitalício”. Acolheu os antigos políticos do Império e da República. “Os novos escritores e os remanescentes da monarquia.” “Realizou-se, politicamente, sem se afastar da obra literária.”

Magalhães Júnior, estudando o lado desconhecido de Machado de Assis, pôs em evidência o seu gosto pela política e no seu livro dá o testemunho da candidatura do notável escritor a deputado pelo 2º Distrito de Minas Gerais, em 1866.

Nada melhor para um país do que verificar que os homens públicos prezam os valores do espírito. É possível pensar em Nabuco, em Rui, em Graça Aranha, em Tobias Barreto, João Neves, Otávio Mangabeira, Afonso Pena Júnior e em Afonso Arinos, em Luís Viana, em Alceu Amoroso Lima, em José Américo, em Barbosa Lima, Afrânio Peixoto, Aníbal Freire e em Gilberto Amado sem pensar na política?

Churchill? De Gaulle? Mao?

E o que não dizer do mais político que escritor, que escreveu das mais belas páginas construídas pelo homem. Aquele lenhador, Lincoln, advogado de província que forjou com o próprio sangue a definição de democracia, no discurso de Gettysburg, da Casa Dividida, dos Espinhos não cravados? E Jefferson, na precisão da Declaração da Independência? A expressão “busca da felicidade”, que inseriu, é a poesia da palavra — felicidade — que ganha transcendência para ser tudo não sendo quase nada. Felicidade, aí, é um mundo, é pão, é glória, é paz.

Um mundo real imaginado

Toda a obra de José Américo é um discurso político. Ela tem sempre um interlocutor. Esse interlocutor, para ele, jamais seria o leitor despojado em busca de um livro. É um homem integral, consciente dentro do universo, senhor de direitos e deveres, que tem fome, tem sede, sofre, arde, dilacera-se. Não é literatura engajada, enlatada, induzida. Mas o testemunho espiritual de quem cria um mundo imaginário para modificar o mundo real que ele imaginou. José Américo confessa esse fato. “A *Bagaceira* é um grito de reforma agrária”. Ele o escreveu num desabafo, achando que apenas ocupava seu tempo, e surpreso exclama: “Eu não sabia que o livro era tão grande”.

A obra de José Américo de Almeida está toda analisada e dissecada em mínimos detalhes. *Paraíba e seus problemas, A Bagaceira, Coiteiros, Boqueirão, Reflexões de uma cabra* foram objeto de estudo dos grandes críticos brasileiros. Nada há a acrescentar. O autor assistiu em vida à glorificação de sua obra e à glória dos que a glorificaram.

Cabe-me pintar um quadro impressionista em pinceladas largas e vivas, sem detalhes nem requintes porque ele será sempre maior que o elogio. Nasceu José Américo em 1887, no Engenho Olho d’Água, em Areia, Paraíba. Ali estive. Vi a serra da Borborema. Os bolsões verdes dos vales onde a paisagem tem quatro olhos, dois para o Brejo, dois para o sertão.

A infância e essas terras marcaram-no definitivamente e deram-lhe um certo gosto de ficar só. Depois da morte do pai, vem a casa do tio, padre. O silêncio das rezas, o incenso que paira nos corredores dos curas do interior. Breviários ensebados, bíblias gastas, clássicos, sermões e o hábito das verdades eternas como fonte da vida. Casas onde as portas somente se abrem para as confissões, o viático, a esmola.

Depois o seminário, outra reclusão comum das orações em conjunto, das lições de latim, da atitude em guarda de todos, para evitar que a impureza afaste as vocações. O diabo sempre ronda os seminários. Disciplina, silêncio e eterna imobilidade dos santos de altar.

A educação induzida do religioso logo se apaga. Escolhe outra estrada: o caminho do Direito. Vai habitar as repúblicas de estudantes, sem contudo conseguir afastar-se de sua sempre presente solidão. Já agora ela é um hábito. Dentro de seu espírito germina o mundo triste e dramático de “agouro, presságios, honras, paixões”. “Tudo se desfaz, menos os elos nativos que prendem o homem à terra”, ele dirá para sua Areia. Gilberto Freyre, para defini-lo, citará Mauriac: “Revive no meu íntimo a atmosfera de minha infância e juventude: eu sou meus personagens e seu mundo”.

Nessa fase de sua vida, a Faculdade de Direito do Recife ainda respira o romantismo do século XIX. É uma escola com sabor de teatro, e esse teatro tem um nome de santa, Santa Isabel. Recife das rebeliões populares, do povo de arcabuz e jasmim, entre o sangue e a lágrima, entre a revolta e a paz. É Pedro Ivo, é Frei Caneca, são os heróis anônimos; é o Capibaribe, o Beberibe; é o vento, é a lembrança da ocupação, é o orgulho e o amor da resistência, a recifencidade, palavra sagrada, para untar os que ali passam com os santos-óleos da terra.

Essa faculdade passou por José Américo sem tocá-lo. Incólume, não será jamais arrastado pelo sentimento de Pernambuco. Tudo nele é a paixão da Paraíba. O Brejo de Areia. O engenho. O amor à sua terra.

Formado, depois de uma breve passagem em Sousa, como promotor, é nomeado procurador-geral do Estado. O cargo obriga-o à companhia de velhos desembargadores, de toga preta, passos lentos, autos manuseados, questões de terra, vistorias, *habeas corpus*, apelações,

embargos e, em meio a tudo, os livros grandes de distribuição, os beleguins e a soturna justiça das sentenças com citações em latim e evocações mitológicas. É um isolamento que bem se ajusta ao seu gênio. Longe de tudo, acima, bem acima, só, solitariamente remoendo e moendo a denúncia que deveria explodir. É nesse período, na Rua das Trincheiras, que escreve o grande romance.

Em 1928 ele aparece. O gajeiro Alceu aponta: “Romancista ao Norte!”. Só neste ano saem três edições de *A bagaceira*.

O testemunho dos ocasos

Chega a celebridade. Tem grande legião de amigos e admiradores. Entre eles está João Pessoa, que lhe enseja a grande oportunidade preparada pela vida para cumprir um destino político. Ingressa na campanha e sai de sua solidão para a solidão das ruas. O desejo de mudança prepara a sociedade brasileira para a revolta. O fogo surge na tragédia que abala e comove o país: o martírio de João Pessoa, sangrado no ódio e na paixão que varrem o Nordeste. O Brasil crespa, surge 1930 e logo a vitória.

Agora governo — e como é difícil a tarefa de governar —, enfrenta a prova da reconstrução. Ministro da Viação, vem a seca de 1932. Assistira à de 1897, no Brejo aguado, para onde acorriam os famintos. Agora, não é o olheiro: — tem o timão. Ei-lo um retirante do Rio, no caminho inverso dos infortúnios, a ganhar o sertão árido no ambiente de tragédia dos açudes secos. Sente na realidade o drama que já construía no seu livro.

Profeta dos sertões, mago do Nordeste, voz do povo humilde, chamou-o Odylo Costa, filho.

José Américo não tem certeza dos rumos da Revolução de 1930. Começa a fazer uma revisão crítica da sua participação no governo. Esse processo leva-o a, em 1934, deixar o ministério e recusar a embaixada no Vaticano. Eleito senador, renuncia ao mandato. Depois confessará que o fez não somente pelo apelo de ficar no Brasil, mas pelo desencanto dos rumos da situação nacional e paraibana.

Em 1935, triste e angustiado, refugia-se na literatura e publica dois livros — *Boqueirão* e *Coiteiros* — que não tocaram no diapasão da estreia.

Joaquim Nabuco diz que “a obra de quase todos os grandes escritores resume-se em algumas páginas; ser um grande escritor é ter uma nota distinta, e uma nota ouve-se logo; de fato ele não pode senão repeti-la”.

Em 1937 é o candidato que arrasta multidões. É o instante de transformar *A Bagaceira* naquela denúncia pública que lançou, de que “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã”.

E as frases célebres:

“O mais tremendo grito de guerra é o grito da fome.”

“A missão de governar é um apostolado de soluções humanas.”

“Ninguém grita de boca cheia.”

“Nem direita, nem esquerda. São formas de hemiplegia moral.”

É o mesmo José Américo que, analisando o fenômeno da inflação, afirma que ela é terrível “porque não tira do bolso, tira da boca”.

Em contraponto a esse tema, recolhi esta quadra de um cantador de Bacabal:

“Eu vi a cara de fome / Na seca de vinte e um. / Oi bicha de cara feia / Só mata a gente em jejum.”.

A campanha de 1937 morre na ponta de um golpe de Estado. Vem a escuridão. José Américo somente retorna à cena em 1945, bradando pela liberdade de imprensa.

O caminho da volta

Volta, então, à política diária, já que ela voltou.

Eleito senador em 1946, confessa que gosta da nova experiência, diferente da de 1934. Ernani Satyro testemunha a sua irritação com os apartes. Mas o Senado não tem a sedução dos palanques de campanha. Ele é orador da praça pública. A oratória parlamentar vive de lampejos, de emendas, de projetos, de pareceres e discursos que se constroem muito no ambiente, nos atos e fatos da hora.

Dessa época vangloria-se, apenas, de ter sido acusado de falar sempre literariamente. José Américo respondeu que somente sabia falar assim. Desse mesmo defeito foi acusado o visconde do Rio Branco, que se desculpou:

“— Aprendi com o marquês de Abrantes, que aconselhava: ‘Converse sempre em linguagem apurada, como se tivesse de falar em público.’”

Abrantes, o homem das elegâncias parlamentares.

José Américo, porém, não tem o gosto da tribuna senatorial. É o homem dos provérbios, das verdades que não devem ter apenas o pequeno espaço dos anais ou dos plenários.

Em 1950 volta à Paraíba, às suas primeiras ambições. Elege-se governador. Dessa época é sua famosa frase: “Voltar é uma forma de renascer. E ninguém se perde na volta.”

Em 1952, encanta-se de novo pela aventura nacional, aceita o convite de Vargas e retorna ao Ministério da Viação. Experiência amarga, volta perdida e trágica. Vem testemunhar mais um dos seus ocasos de sangue. É outro peito em chaga. Consumada a tragédia, como refúgio, vai cumprir o resto do mandato de governador. Tenta pacificar o Estado, mas os amigos o obrigam a uma nova candidatura em 1958. Ele não resiste. Cede.

Prova o gosto ácido da derrota em sua própria terra. Despede-se para sempre dessa paixão tentadora de disputar eleições. Reconcilia-se com os inimigos, prepara a morte, vivendo a velhice de glória, na solidão sem silêncio, de Tambaú. Sua casa é transformada num símbolo do país, capela de peregrinação. Venerado e beatificado, recolhe-se aos livros e chega à Academia. Confessa que não realizara o seu derradeiro sonho: ser membro do Conselho Federal de Cultura. Já não é aquele vulcão, aquele gigante gladiador. É um pai da pátria, tranquilo, sem desafetos, só admiradores, só cantares, só louvação. Assiste à sua obra ser analisada, redescobertos os mais escondidos tesouros de suas páginas. Saem edições e mais edições, as universidades estudam a sua linguagem, o seu estilo, suas hipérboles, suas reticências. É a consagração. A glória sedimentada na visão dela mesma. Nessa fase, testemunha seu filho Reinaldo Almeida: “Meu pai ficou mais compreensivo e mais tolerante”.

O romance nordestino

Diz-se que o romance nordestino, cuja temática social inaugurou um tempo novo, veio de 1930, e que *A Bagaceira* é um marco precursor. Ovsianico Culicovsqui afirma que “não há possibilidade de compreender a literatura de uma determinada época sem conhecer previamente a vida social e pública do país e o modo de ser econômico-social que forma a base desta vida”. É verdade que nenhuma temática conseguiu ser mais presente como deflagradora do fenômeno literário do que a temática do drama nordestino no tratamento que lhe foi dado por José Américo, José Lins, Graciliano, Raquel, Jorge Amado. Os precursores perderam-se pelos caminhos do tempo, do esquecimento ou da injustiça, como Carlos Dias Fernandes, Domingos Olímpio, Franklin Távora, Juvenal Galeno, Gustavo Barroso, Rodolfo Teófilo, Farias Brito, Carlos Vasconcelos e outros. *Dona Guidinha do Poço*, só na década de 1950 descoberto, é um cenário do sertão com todos os ingredientes da paisagem que seria embrião para os romances modernos. A versão do gênero na poesia popular, através dos romances de tradição portuguesa, antecedia de muito o tratamento que lhe foi dado na atualidade. O romance naturalista, como exemplo, perdeu-se no Brasil, porque surgiu quando ainda não havia povo nas cidades com sentimento para recebê-lo. Seu modelo era o romance burguês, forma europeia com séculos de vivência. O romance da terra, que nasce com Aluísio Azevedo em *O Mulato*, não pode ser visto somente no estereótipo de uma escola literária, pois ele é o veio que, em temas e paisagens diferentes, chegará a ter ponto alto na geração dos romancistas das secas. José Lins afirma que Gonçalves Dias e Alencar, inovando em ritmo e palavras, forma e espírito, conduziram o Brasil à libertação literária. “A presença do Nordeste está em ambos como condição essencial” é a sua conclusão.

Otto Maria Carpeaux assinala que dois fatores: “a raça e o ambiente — estão em oposição irreduzível ao fluxo cronológico dos acontecimentos literários: são fatores constantes; produzem continuamente obras e fatos que a evolução histórica já ultrapassou ou ainda não deixa prever”. Daí os muitos precursores e “atrasados que transformam a história literária em verdadeira corrida de cavalos”. A bagaceira nasceu de uma motivação política: o drama social. As mudanças que se processavam no mundo, chegando atrasadas àquelas bandas, determinaram uma literatura diferente que alcançava uma dimensão maior que o simples contemplar romântico do fenômeno físico das secas. Não bastava constatar nem sublimar o sofrimento, nem a tragédia dos retirantes, nem a morte e vida naquelas terras. Nem a pobreza das cidades, nem a ira santa dos fazedores de revolta. Era necessário descobrir o elo oculto das injustiças maiores para que a arte de escrever fosse, também, um protesto, uma inconformação social. Quem lê a história daquela região vê que em nenhum lugar as palavras revolução, revolta, reforma são tão presentes. O desejo permanente de renovar, modernizar, foi uma constante. A própria história é a história de uma saga que não tem fim. Em José Américo toda a sua obra, a de político e de escritor, é uma denúncia. Ela começa por um fato político. Epitácio Pessoa pede que ele faça, juntamente com Celso Mariz, um relatório das obras realizadas na Paraíba. Era uma maneira de atrair o jovem intelectual. José Américo jogou-se de corpo e alma na tarefa. Este livro poderia ter a dimensão de um grande livro, na linha do de Euclides da Cunha ou de Gilberto Freyre, *Os Sertões* e *Casa-grande e Senzala*. Na realidade, é um estudo em profundidade da sociologia do Nordeste, análise do homem, da terra e dos costumes, que perde a dimensão que devia ter quando se regionaliza para dedicar-se aos problemas locais. Mas é justamente aí que está a semente que vai frutificar em *A Bagaceira*.

Euclides da Cunha revela, no seu discurso de posse na ABL, que foi escritor por acaso. Do trabalho que deveria escrever saiu o grande e monumental livro.

É importante notar que o romance nordestino é grande porque é brasileiro em tema e tratamento. Não tem modelos. Na literatura americana os argumentos nasciam dos motivos criados pela nova terra; aqui a literatura do Centro-Sul era predominantemente voltada para o padrão da Europa. A região dos Estados Unidos que mais se aproxima do destino seguido pelo nosso Nordeste é o Sul. O livro de Darwin, *Sobre a Origem das Espécies*, teve muito maior repercussão, àquela época, no Mundo Novo do que na Europa. Nos Estados Unidos abalou o transcendentalismo, que era a base da filosofia que formara a nação americana. A era do romance pioneiro é a era da filosofia do pragmatismo. Pragmatismo que Papini disse ser tão difícil de conceituar que podia, na verdade, ser definido “como menos uma filosofia do que o método de passar sem ela”.

Viana Moog estuda a falta de homogeneidade da cultura brasileira e delimita regiões culturais: uma é o Nordeste. Num estudo de literatura comparada, Cassiano Nunes nos adverte de que o modernismo americano buscava valores bem aproximados do modernismo brasileiro: a

identidade nacional. No Nordeste, algumas conquistas do modernismo já estavam incorporadas à nossa literatura. O desamor ao gramaticismo, à linguagem popular, uma temática simples em que os personagens não tinham os conflitos existenciais das velhas sociedades. Tinham paixões. Na história literária do país, a rotina era outra. A escravidão e o sofrimento indígena, como exemplos, produziram obras românticas e os pretos e os índios dessas obras são como os das gravuras de Debret ou óleos de Vítor Meireles. A alma, a tragédia interna, aflora, informe, no grito condoreiro do *Navio Negreiro*, na linha dos discursos da abolição, mas *A Escrava Isaura* não é a escrava Isaura. O grande verdadeiro romance da escravidão veio a ser escrito cem anos depois, por Josué Montello, com *Os Tambores de São Luís*.

José Américo é um precursor com a força dos precursores. Em *A Bagaceira*, ele mesmo proclama: “fiz um romance social”. É uma história em que o amor está misturado com a injustiça. Um grande crítico descobre no livro “sabor de romance russo”. Acho que essa definição se refere ao caráter daquilo que Vogué diz ser na literatura russa “paradas no niilismo e no pessimismo, podendo confundir-se Tolstói com Flaubert”.

“Os José Américo com seus livros o fizeram confiar mais no Brasil que os aliás por ele admirados e, na verdade, admiráveis Andrades, Mário e Osvaldo, de São Paulo.”

“*A Bagaceira* mais que *As Três Marias*. Os pensadores e artistas do Nordeste mais do que os supereconomistas do Rio e de São Paulo, com seus superprojetos de superdesenvolvimento.” São afirmações de Gilberto Freyre.

Será impossível completar a figura de José Américo sem falar no grande orador. A *Bagaceira* veio para a rua em seus discursos famosos. Provérbios, denúncias, protestos, poesia, revolta, exaltação, ternura e patriotismo.

João Neves da Fontoura, também orador, e dos maiores, afirmava nesta casa que jamais os povos se comoveram ou lutaram por uma causa sem o estímulo e o apoio dos oradores.

A Bagaceira vai criar uma mentalidade nova, uma visão diferente das secas, um despertar de posições. Na literatura inicia-se um veio perene e forte. Na política, uma visão científica e social do Nordeste.

Podemos fechar este elogio ligando José Américo a Ferreira Viana.

José Américo, rijo ser, dura cepa, acusado de falar de si mesmo, responde:

“— Falo porque posso.”

“— E por que não envelhece?”

“— Porque não quero!”

Lembro-me de Ferreira Viana:

“— O que disse está dito. A minha vida inteira não é senão um protesto.”

Os livros, como as pessoas, envelhecem e morrem. Há casos de ressurreição, como ocorreu há pouco com o redescoberto *O Guesa*, de Sôsândrade.

A Bagaceira tem 50 anos. As gerações novas não o podem ler com a paixão da nossa, mas ali descobrem o elo não perdido das histórias passadas, de um Brasil que desapareceu e ficou na desgraça do homem nordestino, dessa nação de andantes que têm coragem até para escrever romances de amor: *Edade e Cio*. *Soledade e Lúcio*.

Povo de cinzas

Despeço-me da Paraíba que está em mim, não apenas nos romances, mas na carne. Meu avô saiu daquele chão, cidade do Ingá, Ingá do Bacamarte, nos anos de 1920. Trouxe mulher e filhos, o dia e a noite, os braços rijos do trabalho em busca dos vales úmidos do Maranhão. Largava as secas e a sujeição. Jogava-se na aventura eterna desse povo nômade.

Antes, casara-se em Pernambuco para que se cumprisse a alegria do meu destino de uma gloriosa mãe pernambucana. Nasceu na cidade de Correntes. Ali estive na curiosidade afetiva de saber dos meus antigos, e o que recolhi foi apenas a história de uma bisavó, a última de todos os que saíram e que levou os ossos do marido, num modesto cofre de zinco, para que o amor resistisse às mesmas cinzas, à tragédia e à pobreza.

Eu ouvi com ouvidos tênues de menino o relato do cantochão das caminhadas. A epopeia daquelas fugas em um tempo sem estradas. O tição de brasa, como uma borboleta de chamas sacudindo aqui e ali, em busca de vento, para alumiar as puídas estradas por onde passam os pés rachados, os jegues, os burros, as miragens.

Jamais deixei de ouvir um chocalho sem que o associasse ao grito de angústia que no pescoço dos animais anunciam aos que estão a chegada dos que trazem a marca do êxodo heroico irmanados na lágrima enxuta de todos os retirantes.

Aquele tinir de ferro bronzeado, trabalhado no fole, assoprado por peito suarento nas artes de ferreiro. A bigorna da safra dobrando e fechando. A aranha e o badalo. A hora do caminho de barro, a velha louça com o bronze derretido para fazer o som fino ou grosso.

São essas as vozes que no Maranhão se ouvem para anunciar a chegada dos sem-destino. É o primeiro canto. Depois, o descarregar dos alforjes, as trempes, a canastra surrada, trapos e santos velhos de estimulação que afastam as visagens das andanças e protegem destinos.

É um movimento eterno. Quando se chega, não chega. Os capins estão sempre nascendo e morrendo.

O canto da cigana, o grito do rasga-mortalha acompanham as tropas onde os homens “são mais pobres do que as cabras”.

Quanto vi chegarem, quanto vi saírem. Minha metade viajante me faz estar sempre com uma ânsia de espaço. No Maranhão não temos a seca, mas temos o martírio dos que dela fugiram. Lá é a saga da sobrevivência.

É este o ambiente, a visão, o sonho, que tenho dessas passagens contadas e vividas na literatura do Nordeste.

São histórias da Paraíba que me chegaram desses ancestrais de quem não sei o nome e que lutaram contra Antônio Silvino e Cocada e cujos diálogos faziam parte da crônica familiar.

Meu avô rememorava o relato épico. O tiroteio, a morte saltando de bala em bala, a faca, o rifle, o assalto. E a voz do diabo:

“— Morreu, Assuero?”

A resposta heróica:

“— Ainda não, desgraçado.”

Foi desse avô que recebi a melhor definição de academia.

Eu era bem jovem, publicara A canção inicial e, festejado na província, elegeram-me para a cadeira de Humberto de Campos. Escrevi ao velho avô, que morava na roça, lavrando a terra de machado e foice num lugar que ele mesmo batizara de “Salvação”, dizendo do meu grande feito e da minha alegria. Com a notícia chegada, soltaram-se fogos de festa naquela casa de barro, e houve sorrisos e orgulhos. A vizinha, D. Tudinha, sem saber o motivo, perguntou ao velho a razão da folgança:

“— Meu neto José entrou para Academia!”

E ela, curiosa, perguntou:

“— E o que é Academia, Seu Assuero?”

Ele respondeu, em cima da pisada:

“— Eu não sei. Eu sei que é coisa grande.”

Coisa grande, aqui se guardam os valores espirituais, aqui se busca aquele “sentimento da alma” de que nos fala Bergson. Galbraith, economista e humanista, diz que o que deve valer é a qualidade de nossa vida e não a quantidade de bens. A sociedade industrial cria valores materiais. A cultura deve estar hoje na mesa do planejador, numa prioridade que



Foto: Acervo José Sarney

possa fazer entender que o Brasil somente será uma potência econômica, política e militar quando for uma potência cultural.

O Brasil deve investir maciçamente no setor cultural. Precisamos criar o nosso renascimento.

O canto da despedida

A presença do Exmo. Sr. Presidente da República João Figueiredo testemunha seu apreço à Academia como instituição cultural que simboliza valores eternos da nação.

A casa está cheia de amigos de todos os Estados e do meu querido Estado. Amigos, pedaços de nossas vidas.

Dizia o padre Massieu que o agradecimento é a memória do coração.

Ao nosso presidente Austregésilo de Athayde e a todos os acadêmicos — como expressar este sentimento? Com a palavra gratidão ou com a palavra coração? Deixo as duas. Sei que a eleição acadêmica não é um julgamento, é uma escolha e, como escolha, é um desejo de convivência. Esta, não abandonarei jamais.

Minhas homenagens a Pedro Calmon pela entrega da espada, a Luís Viana pela aposição do colar e a Josué Montello pela bondade da saudação de chegada.

Afrânio Peixoto dizia que um acadêmico são dois discursos. Um, que ele ouve no dia da posse; outro, que não ouvirá mais, na sua sucessão, já nos domínios da morte.

Agora, vou ouvir aquele que ouvirei, o único dos dois.

Antes de partir me chegam vozes e sons. Ouço as matracas do bumba-meu-boi, das madrugadas de minha terra. Elas anunciam o instante da despedida. A voz do cantador pede licença:

“Adeus, eu já vou embora.
É chegada a hora de me despedir.
Assim como o dia se despede da noite,
Eu me despeço de ti.”

São as últimas encantorias que ficarão na lembrança deste instante. Esta é uma alegria que não murcha.

Foto: Acervo José Sarney



O então presidente da República João Figueiredo e o presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, no dia da posse de Sarney na cadeira 38



Foto: Acervo José Sarney

PRESIDENTE



Foto: Acervo José Sarney



Fotos: Acervo José Sarney

Discurso inaugural

Palácio do Planalto, Brasília, DF, 15 de março de 1985.

O discurso inaugural, um pequeno improviso, é extremamente revelador do estado em que estava o País naquela manhã do dia 15 de março de 1985.

Eu estou com os olhos de ontem.

E ainda prisioneiro de uma emoção que não se esgota.

O Deus da minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade. Ele não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes da paciência, do equilíbrio, da coragem, do idealismo, da firmeza e da visão maior das nossas responsabilidades perante esta nação e sua história.

Na forma da Constituição Federal assumi a Presidência da República, na impossibilidade de fazê-lo o Sr. Presidente Tancredo de Almeida Neves, a quem, tenho absoluta certeza, dentro de poucos dias entregarei o governo na forma da Constituição e das leis, desejo e vontade do povo brasileiro.

Os nossos compromissos, meus e dos senhores agora empossados, são os compromissos do nosso líder, do nosso comandante, do grande estadista Tancredo Neves, nome que constitui a bandeira de união do país.

Exerceremos os nossos deveres, eu e os senhores, como escravos da Constituição, das leis, do povo e dos compromissos da Aliança Democrática, compromissos estes, das mudanças e das transformações, os quais, com determinação, jamais abandonaremos.

Desejo a todos os senhores ministros êxito em suas tarefas. Declaro empossado o ministério e encerrada esta solenidade.



Fotos: Acervo José Sarney

“

A transição é a tarefa mais difícil da política. Ela tem sido o túmulo de grandes estadistas. Transforma heróis em vilões, santos em demônios, mártires em inquisidores, democratas em ditadores e reduz a cinzas grandes lideranças. Na transição tudo tem marca do já. Mudança já, desenvolvimento já.

Eu sou político e poeta. Não deixo de acreditar no impossível, nem de sonhar com otimismo.”

Trecho do discurso Labirintos de transição (Uma experiência pessoal)
Council on Foreign Relations, Nova Iorque, 15 de maio de 1991



Foto: Acervo José Sarney

Sepultamento do presidente Tancredo Neves

Cemitério da Ordem Terceira, de São Francisco de Assis, São João del-Rei, MG, 24 de abril de 1985.

Ao falar em S. João del-Rei, sob profunda emoção, Sarney assumiu compromissos em relação a Tancredo e a seus desejos políticos.

O Brasil te conheceu, Minas Gerais, em dias de glória. Em dias de festa, em que os sinos de tuas centenárias catedrais repicavam em alegrias.

O Brasil te conhece pelo sangue de teus mártires e pela tua paixão da liberdade.

Hoje é um instante diferente. Nesta noite fria, dobram os sinos em silêncio e em finados. O Brasil entrega a Minas Gerais, nesta santa terra de São João del-Rei, a relíquia do corpo de um dos maiores homens de sua história. A sua alma, liberta da vida, neste instante, flutua na eternidade. Perante Deus ela não chegará só. Ela irá acompanhada de brasileiros que ontem partiram, na Praça da Liberdade, num simbolismo trágico, como anjos do povo, acompanhando Tancredo Neves no caminho da morte. Deixa Tancredo Neves para esta nação um grande legado. Deixa o legado da dignidade na vida pública. Deixa o legado do amor ao povo. Deixa o legado da tolerância, deixa o legado da conciliação e deixa o legado da grandeza na vida pública.

Nós saberemos honrá-lo. O seu compromisso, já o disse, será o nosso compromisso.

A sua promessa será a nossa promessa. O seu sonho será o nosso sonho.

Tancredo Neves será, sem dúvida, nos momentos e nas encruzilhadas de dificuldades, inspiração. E será força. Porque neste país, em nenhum instante de sua história, tantas esperanças se somaram a tantas dificuldades.

Neste momento, em sua honra e em sua memória, diante deles, como presidente deste país, eu penso nos pobres, penso nos humildes, penso nos que sofrem, penso nos que estão sedentos de justiça. E é desse pensamento que nós vamos extrair o barro de construção e da construção da Nova República.

Tancredo Neves, em nome do povo brasileiro, adeus, até sempre, saudade.



Foto: Acervo José Sarney

Convocação da Assembleia Nacional Constituinte

Palácio do Planalto, Brasília, DF, 28 de junho de 1985.

Ao convocar a Assembleia Nacional Constituinte aos três meses de governo, cumpre compromisso de campanha de Tancredo.

As nações, como os homens que a constituem, são imperfeitas construções da História. Não há povos — nem homens — servidos apenas de virtudes, nem aqueles submissos inteiramente aos pecados.

Mas ao mesmo tempo as nações, como os homens, carregam em si, com suas imperfeições, a busca do ideal e da perfeição, procurando recuperar os caminhos que tenham sido perdidos nas tardes da aventura e nas noites do medo. É, pois, sinal do homem, assim como das nações, a ânsia da perfeição.

Reunimo-nos hoje para um ato de grandeza nacional. Vamos, com a consciência da importância deste gesto, pedir ao povo que, através dos delegados que vier a escolher, reordene a vida institucional do país. Cumprindo o mais grave dos compromissos que, em aliança democrática, assumimos com a nação, estamos encaminhando ao Legislativo proposta de emenda constitucional que dê aos seus representantes, a serem eleitos em novembro do ano próximo, poderes para elaborar e promulgar a nova lei fundamental e suprema do país.

A primeira das nossas crises está no desajuste entre a ordem jurídica e a realidade política e social. Não há leis que possam sobrepor-se à vontade dos cidadãos, por mais que se subordinem à sabedoria e à ética. As leis que pretendam, pela força do Estado, disciplinar e elevar a cidadania produzem resultados inteiramente opostos. As virtudes que se decretam mudam-se em vilania e só o terror pode manter de pé tais sistemas insensatos.

Por outro lado, não há instituições que durem mais do que as circunstâncias que as tenham estabelecido. Vivemos em tempos de mudanças, e os homens, ao transformarem a natureza, transformam-se também, reclamando novas normas de convívio social.

Encontram-se, na história de todas as nações, respostas institucionais a desafios inesperados. Quando há perigo iminente para a sobrevivência dos povos reunidos em Estados, cabe à inteligência política encontrar, e com decisão, a resposta certa.

Recordo-me, entre outros exemplos, da coragem de Roosevelt com o New Deal, naqueles assustadores anos 30. Não fora a ousadia do grande líder em adotar, na emergência, medidas que rompiam amarras, e talvez outros tivessem sido, uma década mais tarde, a sorte da guerra e o destino do mundo.

Senhores, a proposta que enviamos ao Congresso Nacional corresponde às circunstâncias da atualidade política. Não há normas que determinem o modo de convocar-se poder constituinte; para os que a promulgam, a Constituição será sempre documento com intenção de permanência.

A Constituinte será — graças ao bom senso político de toda a nação — um marco seguro no caminho da conciliação.

Assim, depois de haver consultado as forças políticas que compõem a nossa coalizão de governo e de ouvir eminentes constitucionalistas, optei pelo rito de propor ao Congresso a presente emenda constitucional.

Tenho, nestes meses, procurado governar com a visão maior do que representa para o país o Congresso Nacional. Estou convencido de que todos nós, nesta hora difícil, saberemos assumir as nossas responsabilidades para com a pátria. Os nossos problemas são graves demais para que nos permitamos o desfrute do capricho da intolerância, o equívoco do radicalismo e a arrogância da soberba. Não podemos, os homens públicos, ter hoje outro orgulho que não seja o de pertencermos a um povo que tem sabido sofrer sem desespero e que, mais uma vez, dá às elites do país lições de patriotismo.

A convocação, agora, do Poder Constituinte para as eleições de 1986 irá facilitar e estimular o debate político em torno do Estado. É uma circunstância que favorece a Nação. Não iremos votar uma Constituição às pressas, com um poder constituinte escolhido no açodamento. Vamos começar — aliás, já começamos — a votá-la, na realidade, nos debates que ocorrem de norte a sul do país.

Ninguém é mais criador que o povo.

O debate amplo haverá de conferir, como desejava Tancredo Neves, representação mais autêntica aos delegados constituintes. Haverá tempo para que os eleitores lhes conheçam as ideias e programas e deles alcancem o compromisso de criar um documento que atenda às reivindicações nacionais.

Senhores, quero encerrar com um agradecimento ao povo brasileiro.

Disse à nação, em um dos momentos mais fortes destas

jornadas carregadas de crises, que eu procuraria ser maior do que sou, para responder a uma responsabilidade histórica. Não perderei nunca o senso grave de meu dever, e o apoio de nossa gente serve a minha modéstia com a coragem e a energia que a nação espera e exige de seu presidente.

A todos quero dizer que as dificuldades não serão maiores do que a minha determinação, e que, com a lucidez de nossos homens públicos e a sabedoria da nação, levaremos este país ao seu grande destino democrático.

Agradeço aos presidentes da Câmara e do Senado, aos líderes dos partidos, aos congressistas e a todas as autoridades presentes o prestígio que emprestam a esta solenidade.



Abertura dos debates da Assembleia Geral da ONU — Afirmção da soberania brasileira

Plenário das Nações Unidas, Nova Iorque, EUA, 23 de setembro de 1985.

Esta tribuna impõe respeito e dignidade. É a mais alta na comunidade das nações, onde grandes e pequenos ficam menores, porque maior é a carga da história do gênero humano exercida pela tarefa que é o barro do seu trabalho — a paz —, pelos problemas que a desafiam, pelo esforço de transformar discordâncias em solidariedade.

Há quarenta anos tem o meu país, o Brasil, o privilégio de abrir o debate geral da Organização das Nações Unidas.

É com trêmula emoção que exerço essa prerrogativa. Pesam-me graves problemas, responsabilidades imensas.

Recorro a versos do maior poeta de minha terra, para definir minha comoção. A poesia não é incômoda nem anacrônica no cenário dos grandes debates:

“Que tempo de viver-se!

... Que sonho raro

Será mais puro e belo e mais profundo do que esta viva máquina do mundo?”

É com esse sentimento do mundo que falo em nome de uma das maiores nações do globo, complexa e pujante sociedade, a oitava economia do Ocidente, país de contrastes e de grandezas: o Brasil dos vários brasis, em que a opulência e a pobreza, o árido e o fértil, a seca e a inundação fazem uma geografia de amostragens opostas, abrigando num vasto continente um povo unificado que soube construir uma democracia racial e uma unidade de cultura que é a força invencível do seu destino.

Homem simples, nasci e vivi numa das regiões mais castigadas da Terra, o populoso e pobre Nordeste brasileiro.

Percorro há trinta anos uma carreira política, mas foi no bojo de uma tragédia e espanto, de forma abrupta e inesperada, que assumi a chefia da nação.

Presidente da República orgulho-me de ser um escritor em que o gosto da palavra não confinou o espírito na expressão da obra estética. Dela fiz um elemento de identificação profunda com o povo, para viver os anseios do homem e da sociedade.

A Literatura e a Política são vertentes a obrigar uma visão social e humanista do universo. Não posso conceber a busca das conquistas materiais sem um substrato do espírito que possa dar à aventura humana a dimensão das coisas eternas.

Tenho fé, e malsinado o homem que não tiver vergonha de pensar na Terra sem a companhia de Deus.

O Brasil acaba de sair de uma longa noite. Não tem olhos vermelhos de pesadelo. Traz nos lábios um gesto aberto de confiança e um canto de amor à liberdade. Quem é prisioneiro do passado não enxerga o futuro. Moisés não ficou de costas para a Terra da Promissão.

O instrumento de nossa viagem do autoritarismo para a democracia foi a capacidade de conciliar e de entender, sem violência e sem traumatismos.

Nossa determinação, coragem e resignação foram tão fortes que suportamos a perda de nosso herói, Tancredo Neves, na noite em que clareavam os nossos céus em festa os fogos da vitória. O nosso sofrimento foi transformado em força e obstinação para fazer do seu sonho o nosso sonho, e não nos dispersarmos.

Mais forte do que a morte foram os valores da mudança. Estes valores projetamos no campo das classes sociais, abolindo distâncias e barreiras, numa patriótica convivência de todas as correntes de ideias, na busca do ideal efetivo de justiça, de conciliação e da consolidação institucional do poder civil.

Consideramos que a visão do social é a própria seiva do liberalismo moderno: a liberdade que se ocupa com as condições reais de vida, com a realização completa da felicidade individual, com a universalidade das franquias e do direito de ser livre.

Estou nesta tribuna para homenagear as Nações Unidas, no seu aniversário de 40 anos. O Brasil esteve no seu nascimento, está agora, estará no futuro, para defender o espírito da organização. Esse espírito não é servir como arma dos fortes, mas como a voz dos fracos. Dos que não têm exércitos, nem arsenais, nem veto a impor ou a anular decisões.

Estou aqui para dizer que o Brasil não deseja mais que sua voz seja tímida. Deseja ser ouvido sem aspirações de hegemonia, mas com determinação de presença. Não pregaremos ao mundo o que não falarmos dentro de nossa fronteira. Estamos reconciliados. A nossa força passou a ser a coerência. Nosso discurso interno é igual ao nosso chamamento internacional. E desejamos, agora, revigorar, com redobrada afirmação, nossa presença no debate das nações. Uma política externa independente, dinâmica

e voltada para a solução das questões internacionais de conteúdo social. Não seremos prisioneiros de grandes potências nem escravos de pequenos conflitos.

Há quarenta anos, nossos fundadores estabeleceram, sobre os estertores da guerra e as ruínas da opressão, os fundamentos do edifício da paz, o concerto das nações e a ilimitada cooperação entre os povos. As potências da Terra e os países emergentes foram convocados a liquidar a exploração colonial. Proclamaram ao universo o valor dos princípios democráticos de igualdade e justiça. Condenaram o racismo e a intolerância. Legitimaram o direito universal à saúde, ao bem-estar e à educação. Reafirmaram a dignidade do trabalho e o poder aprimorado da cultura.

Hoje, tendo vivido sem guerra generalizada o dobro do tempo que a humanidade viveu entre um e outro conflito mundial, podemos dizer que o papel da ONU nem sempre foi reconhecido; seu desempenho quase nunca foi suficiente. Porém sua ação, longe de ter sido inútil, foi, é e continuará a ser necessária.

Os seus fundadores estavam certos!

Sr. Presidente, em nome do Brasil, saúdo V.Exa. por sua expressiva eleição para a Presidência da Quadragésima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Congratulo-me com os representantes dos estados-membros aqui reunidos, que comemoram quatro décadas na vida ativa desta egrégia organização. Dirijo meus sinceros cumprimentos ao Sr. Secretário-Geral, embaixador Javier Pérez de Cuéllar, de cujo talento e experiência diplomática nós os latino-americanos tanto nos orgulhamos.

Sr. Presidente, é natural que minha primeira abordagem seja a América Latina. América Latina, cujo esforço extraordinário de criar uma ordem democrática é o mais surpreendente e comovedor fato político ocorrido nestes anos, e que passa indiferente aos olhos descuidados do centro do poder mundial. Poucos examinam o amadurecimento institucional da região, o drama e a conquista. Sem ajuda e envolvimento, temperados apenas com a força de convicções, enfrentamos a ameaça da tentação totalitária e a ganância dos que só veem com os olhos da exploração. Saímos sincronizados, num movimento solidário, para a floração de instituições livres. Optamos, como um todo, em caráter irreversível, pelo trinômio: sociedade aberta, instituições livres, economia dinâmica. É com base nessa tríplice definição democrática que exercitaremos o diálogo, procuraremos ser a ponte entre o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul, velhas e novas culturas, regimes e ideologias.

Gandhi, o Mahatma, disse que a verdadeira missão do homem da lei é lançar uma ponte sobre o abismo que separa os adversários. A ONU é a lei; nós somos homens dessa lei.

Há ventos novos em nosso continente, que revigoram a nossa tradição democrática, refletida em compromissos que antecedem a criação da ONU.

Assim é que somos paladinos do princípio da autodeterminação dos povos e do dever de não intervenção, da solução pacífica de controvérsias, da distensão nas relações Leste-Oeste, refratários ao antagonismo agudo da política de blocos, defensores do primado da negociação sobre as perigosas demonstrações de força.

Com o espírito democrático militamos, há tantos anos, pelo desarmamento, e recusamos, por precária, violenta e irracional, a ideia de uma paz sustentada pelo equilíbrio dos arsenais atômicos.

O Brasil acredita que não há tergiversação possível face a esses ideais, nem qualquer concessão que admita sua suspensão, em qualquer nível, em nome do que quer que seja!

E é também por fidelidade ao credo universalista da democracia que somos antirracistas. Profunda, entranhada e intransigentemente antirracistas.

O Brasil, senhores, é um grande país mestiço que se orgulha de sua identidade. Várias das mais altas expressões criadoras da nossa cultura provieram da mescla racial, da mútua fertilização das etnias. A maior e mais completa sensibilidade literária que produzimos até hoje — Machado de Assis — era um mestiço. Como mestiços foram, nas artes plásticas, o grande escultor barroco, o Aleijadinho, e, na música, o universal Villa-Lobos. Recordo o quanto o Brasil deve, na sua cultura popular, ao gênio negro e ao espírito ameríndio.

No Brasil, a discriminação racial não é só ilegítima — é ilegal, é crime previsto nas leis penais. Por isso nos repugna a recrudescência do conflito racial ditado pela intolerância racista, ou a persistência de configurações coloniais. Reitero solenemente nossa total condenação ao apartheid e nosso apoio sem reservas à emancipação imediata da Namíbia, sob a égide das Nações Unidas.

Não concebemos que a ONU comemore sua idade da razão sem uma ofensiva em regra contra os resíduos do racismo na Terra.

Como presidente do meu país, renovei há poucas semanas a proibição de exportar petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes para a África do Sul, bem como suspendi as atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com o governo de Pretória.

O racismo é contra a humanidade e contra o futuro.

O racismo, um colonialismo diferente, amoral e perverso, não pode manchar a página de ouro da descolonização.

Mais do que as hecatombes dos conflitos mundiais, mais do que o confronto estéril da Guerra Fria, a descolonização ficará como a grande contribuição do século XX à história da humanidade.

O êxito da descolonização foi fruto de uma vontade internacional. Esse caminho, a busca de soluções consensuais, há de permitir superar a frustração que hoje sentimos diante dos desafios da corrida armamentista, da multiplicação de tensões e conflitos.

Sr. Presidente, os direitos humanos adquirem uma dimensão fundamental, estreitamente ligada à própria prática da convivência e do pluralismo.

O mundo que os idealizadores da Liga das Nações não puderam ver nascer, e cuja edificação ainda esperamos, é um mundo de respeito aos direitos da pessoa humana, que as Nações Unidas procuram promover através dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é, sem dúvida, o mais importante documento firmado pelo homem na História Contemporânea. E ela nasceu no berço das Nações Unidas.

Com orgulho e confiança, trago a esta Assembleia a decisão de aderir aos Pactos Internacionais das Nações Unidas sobre Direitos Cíveis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Com essas decisões o povo brasileiro dá um passo na afirmação democrática do seu Estado e reitera, perante si mesmo e perante toda a comunidade internacional, o compromisso solene com os princípios da Carta da ONU e com a promoção da dignidade humana.

Nessa tarefa, destaco a promoção dos direitos da mulher, que no Brasil acaba de ganhar impulso com a criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher. A decisiva participação da mulher na transformação por que passa a sociedade brasileira articula-se, em nível mundial, com o extraordinário movimento de afirmação feminina, cujo impacto vem renovando em profundidade as relações humanas deste fim de século.

Estamos numa encruzilhada das muitas que marcaram estes 40 anos de existência da ONU. Os povos percebem que as concessões feitas às realidades do poder são uma avenida de uma só mão. Apenas a vontade conjunta da maioria pode recompor, numa atitude nova, o panorama emoliente criado pela confrontação e pelos mecanismos do poder.

Sr. Presidente, Srs. Delegados, “Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas. O mundo possui outros pontos cardeais”, dizia há 22 anos, o embaixador Araújo Castro, representante do Brasil nesta Assembleia-Geral. O Brasil reconhece nas relações internacionais muitos aspectos negativos, mas procura perceber o mundo de uma perspectiva rica e multifacetada.

Exploremos este tempo para a cooperação e a ciência; nele, as naturais diferenças não são empecilho para a convivência. Os espaços celestes sempre foram a imagem mais pura da paz. Preservemos os infinitos céus como fronteira que as armas não devem violar.

Os brasileiros acreditam em valores como o respeito à individualidade de cada país e a responsabilidade solidária perante os impasses e dilemas deste fim de século.

Vemos com aflição que inúmeros conflitos afetam países em desenvolvimento, paralisando esforços de progresso. Esses conflitos agravam as difíceis condições criadas pela persistência de uma ordem internacional injusta e colocam mais distante o ideal de paz e segurança. A transferência, para o cenário de muitos desses conflitos, de temas do choque Leste/Oeste agrega um elemento poderoso de dilaceração e mascara suas verdadeiras causas.

Temos exemplos à nossa volta.

O Brasil junta-se aos demais países latino-americanos para proclamar a necessidade urgente de uma solução política, duradoura e estável, para os embates que rasgam a América Central.

Por essa razão, devota o Brasil todo o seu apoio à iniciativa de Contadora, que traduz o sentimento da América Latina na busca de uma solução que preserve a paz e o entendimento no continente e corresponda à vontade dos povos centro-americanos.

Meu governo juntou-se a três países irmãos na criação do Grupo de Apoio a Contadora, para traduzir em providências concretas o amplo respaldo que aquela iniciativa vem recebendo.

O caráter político e profundamente ético de Contadora é a resposta latino-americana às teses da confrontação; é um amparo ao diálogo onde existe radicalização; é um convite à negociação onde existe a ameaça do uso de força; e é uma vigorosa defesa da autodeterminação e da não ingerência contra as tentativas de internacionalização do conflito.

O Brasil sente-se ligado por laços de grande amizade a todos os povos do Oriente Médio. A sociedade brasileira consterna-se com o clima desolador do Líbano e reconhece o direito de todos os povos do Oriente Médio, inclusive Israel, de viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Deseja ver concretizada a criação de um estado nacional palestino, aspiração deste sofrido e grande povo, a evacuação dos territórios árabes ocupados e o acatamento das Resoluções das Nações Unidas sobre a região.

Ligado ao Irã e ao Iraque por laços de amizade e cooperação crescente, o Brasil exorta esses dois países a encaminharem suas divergências pela via pacífica e negociada.

Preocupam-nos o Afeganistão e o Camboja. Não haverá fim para a violência nesses países enquanto persistir a presença de tropas estrangeiras e não forem reconhecidos expressamente os direitos de seus povos à livre manifestação de sua vontade.

É nosso dever ainda exigir visão e postura construtivas sobre a questão das Malvinas. Desde 1833, o Brasil apoia a justa reivindicação argentina da soberania sobre as Ilhas Malvinas, encarecendo uma solução negociada como única forma de resolver o problema.

O Brasil fará todos os esforços que estiverem a seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões.

Firmemente empenhado no esforço de proscrever as armas nucleares do continente, o Brasil assinou e ratificou o Tratado de Tlatelolco, cujo objetivo pioneiro foi transformar a América Latina na primeira zona desnuclearizada em território habitado pelo homem. A desnuclearização da América Latina deve ser o primeiro passo de um novo impulso para deter a acumulação vertical e horizontal das armas nucleares, liberando-se o milhão e meio de dólares desperdiçados cada minuto pela corrida armamentista para o combate à fome, à doença, à ignorância e à miséria.

A maratona armamentista é uma síndrome do mal que ameaça a lucidez, um hiato negro da consciência humana.

Vivemos uma nova revolução científica que, a cada momento, transforma o mundo sob nossos olhos. Dominar os avanços que se sucedem vertiginosamente nos setores de ponta da ciência e da tecnologia passou a ser questão vital de sobrevivência. No plano de trabalho a que a ONU deve dedicar seus próximos anos, temos de inserir uma estratégia para que o mundo não se fragmente em blocos tecnológicos fechados, mas coloque o conhecimento técnico e científico a serviço das necessidades básicas de todos os homens.

Sr. Presidente, estes são os problemas visíveis. Mas há um outro, maior, que permeia as relações internacionais e que insidiosamente ameaça a todos, pobres e ricos. Os pobres,

pela desestabilização; os ricos, pela insegurança; e todos pelo desmoronamento, se a nossa postura for de imobilidade.

Desejo falar do problema econômico, que concentra sua virulência no Terceiro Mundo, em particular na América Latina.

Esmagados sob o peso de enorme dívida externa vivem os países da região um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e violência. Apanhados por uma conjugação viciosa de fatores econômicos — alta dos juros internacionais, queda dos preços dos produtos primários e seletividade de mercados nos países desenvolvidos — enfrentamos uma crise só comparável à que atingiu as economias de mercado no início dos anos trinta.

A carga da dívida externa impõe uma política econômica voltada para obtenção de saldos comerciais destinados ao pagamento dos juros. Os organismos internacionais propõem políticas de ajustamentos inadequados. Essa rota conduz à recessão, ao desemprego e à renúncia da capacidade de crescer. Essa política debilita as lideranças civis, torna explosiva a crise social, ameaça as instituições, compromete a ordem e, conseqüentemente, é uma ameaça às estruturas democráticas. Para aumentar nossas dificuldades, os mercados dos países desenvolvidos fecham-se às nossas exportações. Multiplicam-se as barreiras protecionistas e somos injustamente acusados de práticas desleais de comércio.

Confunde-se mesmo o protecionismo com que se procura cercar setores obsoletos dos países desenvolvidos com o legítimo direito dos países em desenvolvimento de criarem condições propícias e transitórias para a instalação de indústrias nascentes que absorvam tecnologias modernas indispensáveis à sustentação do nosso crescimento, exercendo, assim, a nossa soberania e independência.

E o paradoxo é que todo nosso esforço se faz justamente para transferir divisas para os mesmos centros que nos atacam e discriminam. Vivemos assim entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência.

Fazemos um esforço extraordinário para competir. Nossas empresas exportam com escassos lucros e nossa mão de obra recebe baixa remuneração. É triste confessar que o nosso salário mínimo é de 50 dólares mensais.

Para completar o quadro de nossas dificuldades, temos a obrigação de manter uma balança comercial superavitária para pagar, em quatro anos, juros de cerca de 50 bilhões de dólares.

Esta é a situação de um país que tem potencialidades, uma pauta diversificada de exportações que vai de produtos primários a derivados de petróleo, produtos

industrializados, máquinas e até aviões. Podemos avaliar o impacto destes fatores em outros países sem as nossas condições.

Nossa tradição é cumprir os compromissos externos. Mas temos o dever de alertar o mundo de que o quadro existente tem que ser reestudado. Necessita de outro ordenamento. Porque é injusto. E tudo o que leva o germe da injustiça, do absurdo, não sobrevive.

O Brasil não deseja fazer da dívida uma questão ideológica, não deseja que ela se transforme num tema de confrontação Norte/Sul, Leste/Oeste. O Brasil é um país de arraigados ideais cristãos e ocidentais. Nós acreditamos que em qualquer lugar do mundo em que a liberdade de iniciativa entrou em colapso, a liberdade desapareceu. Acreditamos no poder criativo da economia de mercado, através da competição. Assim não nos move, ao denunciar esta ordem, qualquer motivação política. Desejamos única e exclusivamente defender os nossos mais sagrados interesses. E esse dever nós o cumprimos, exortando a comunidade internacional a procurar conosco a solução. E essa solução não pode ser exclusivamente a das leis de mercado.

Sr. Presidente, ao final da Segunda Guerra Mundial, as potências vitoriosas tiveram a compreensão de que era essencial à paz a criação de um reordenamento internacional disciplinado, que regulasse as relações econômicas e financeiras entre as nações.

Fundamental para a instituição dessa ordem econômica foi a percepção de que a reconstrução da Europa era indispensável para a estabilidade e para a própria segurança internacional. O êxito do programa de reconstrução da Europa demonstra a capacidade de realização dos projetos de cooperação entre as nações, quando concebidos com uma visão ampla de reciprocidade dos interesses e uma consciência clara da ligação entre os problemas políticos e os econômicos.

Vivemos hoje uma situação que reclama, novamente, visão criativa e renovadora. Os pilares da ordem vigente encontram-se desgastados e obsoletos. É necessário que se discutam medidas concretas para adequar a ordem econômica internacional às realidades de hoje.

Depois da prosperidade, quando veio a recessão, passou a reinar mais a salva predatória de Hobbes do que a fecunda anarquia harmoniosa de Adam Smith.

O endividamento da América Latina não é mais um problema de caráter regional, tal o seu impacto na estabilidade dos mecanismos financeiros do mundo ocidental. A consciência desse problema levou à formação do Consenso de Cartagena, manifestação solidária dos países latino-americanos mais afetados pelo problema da dívida externa, em busca de uma solução pela via do diálogo e do entendimento.

É imperioso, do ponto de vista latino-americano, que a crise do endividamento seja negociada em sua dimensão política. Agora, como há quarenta anos, é preciso que os

governos dos países credores conscientizem-se da ocorrência de uma situação excepcional, cuja solução transcende a simples ação das forças econômicas.

Ao conclamar os líderes das nações industrializadas a uma ação política concentrada para solucionar o problema dos débitos externos, faça-o com a serenidade de um país que não tem medido esforços para cumprir com rigor seus compromissos internacionais.

Temos feito um esforço gigantesco. Mas, mesmo a persistir nossa trajetória atual de crescimento, somente em 1990 teremos recuperado a renda per capita que já havíamos alcançado em 1980.

Nosso povo chegou ao limite do suportável. É impossível solicitar sacrifícios adicionais de uma população depauperada como a nossa. Ao contrário, temos que garantir aos brasileiros que as oportunidades de emprego estarão aumentando nos próximos anos.

Nossa vulnerabilidade à elevação das taxas de juros internacionais é tão alta que todo o resultado acumulado vai desmoronar se taxas escorchantes voltarem a ser praticadas.

Maiores serão as dificuldades para formarmos uma sociedade liberal e pluralista, se não mantivermos e ampliarmos nossos contatos com o exterior. A crise da dívida externa, no entanto, vem forçando nossa economia a um processo de isolamento e de autarquia, a traduzir-se em possibilidades mínimas de importação e em ligações débeis e insatisfatórias com o mercado financeiro internacional. Não desejamos o isolamento e a autarquia, temos o direito de esperar de nossos parceiros internacionais formas equitativas e justas de cooperação, que aceitem democraticamente uma partilha concreta de responsabilidade. Não podemos ficar apenas na retórica do ajustamento da economia, supondo que o sacrifício é tudo que deve fazer um devedor do Terceiro Mundo para equacionar suas contas externas. Esta visão estreita esquece estarmos tratando de populações que têm direito a um padrão sério de sobrevivência e de países com legítimas aspirações nacionais. Ou conscientizamo-nos de que a solução da dívida externa é uma tarefa conjunta de credores e devedores, ou arriscamo-nos a atear fogo no barril de pólvora que ameaça o continente.

Esse quadro justifica o caldeirão social da América Latina, indefesa diante das seduções messiânicas e demagógicas, do canto das ideologias totalitárias e presa a uma injusta situação, fruto de erros acumulados no passado.

É um milagre que o clarão que ilumina a América Latina, neste instante, seja o facho da liberdade e da democracia e não o da convulsão.

A posição do Brasil está tomada. A dívida não nos leva à dúvida. Optamos por crescer sem recessão, sem nos submetermos a ajustamentos que signifiquem renúncia ao desenvolvimento.

O Brasil não pagará a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome. Temos consciência de que, a pagar essa conta, com estes altos custos sociais e econômicos, teríamos em seguida de abdicar da liberdade, porque débito pago com miséria é conta paga com a democracia.

Assim, desejo afirmar com toda a seriedade e firmeza: não há solução fora de uma reformulação profunda das estruturas econômicas internacionais.

Por último, Sr. Presidente, devo falar da paz, o ideal maior do homem. Mas, o que é paz?

Será somente a ausência da guerra, da guerra entre as nações, da guerra entre os homens? Ou paz é algo mais transcendental que significa a libertação do homem de todas as formas de violência, de todos os seus conflitos?

Acredito que deva ser um estado de espírito interior projetado pelo homem como uma conduta para todas as nações. Mas realisticamente sabemos que passarão muitas gerações, antes de essa viagem chegar a esse porto.

É diferente a realidade que nos sustenta. A matéria de nosso trabalho é a dura paisagem de nosso tempo: a paisagem da violência, dos egoísmos, da retaliação, da dependência, do atraso, da servidão, da guerra nuclear, das doenças, da fome, do desnível cultural, dos atentados ecológicos, da poluição, do terrorismo, da ganância, da exploração.

A paz hoje ainda não é paz, é a dissimulação da guerra. O primeiro caminho da paz é a liberdade. E a organização política da liberdade é a democracia. Os povos livres não se guerreiam; não haverá guerra entre povos democráticos que decidem do seu próprio destino sem a submissão a autoritarismos pessoais e a fanatismos ideológicos.

Guerra e democracia, guerra e liberdade são termos incompatíveis. Clausewitz assinalou que só existiria guerra quando existissem estados soberanos. Da mesma forma, podemos afirmar que prevalecem as soluções pacíficas e consensuais quando existem nações livres e democraticamente desenvolvidas, instituições permanentes, poderes funcionando, povo decidindo. Assim, a melhor maneira de a ONU trabalhar pela paz é trabalhar pela democracia. Nós do Brasil temos esse exemplo. Saímos do conflito pela democracia. No dia em que o povo sentiu que ele decidia, não decidiu pela violência. Decidiu pelo diálogo, pela negociação.

Estamos chegando ao fim do século. A tarefa das Nações Unidas tem sido a de administrar conflitos circunstanciais. É hora de reagirmos com vigor a esse papel residual, restituindo à organização as prerrogativas e direitos que decorrem da responsabilidade solidária de todos os povos em matéria de paz e segurança. A prioridade da quinta década de vida da ONU deve ser um programa de revitalização com os seguintes objetivos:

- contribuir para superar as tensões da renovada confrontação bipolar entre os dois blocos de poder;
- criar uma nova ordem econômica inspirada no desenvolvimento e na justiça social;
- explorar todo o potencial de negociação da organização para encaminhar soluções aos conflitos regionais que se multiplicam no Terceiro Mundo;
- recuperar uma função central nas negociações para a redução, controle e eliminação de armamentos, com ênfase nos de maior poder destrutivo.

Mas a liberdade não se esgota no exercício de um bem político. No bem-estar de cada um de nós está embutida uma grande dívida social, uma dívida moral com todas as populações pobres do mundo inteiro que participam do gênero humano a quem chamamos de irmãos, mas que tratamos como se não o fossem.

O sentido da liberdade, para o homem contemporâneo, não é somente a ausência de coerção ou de interferência. É a perspectiva de uma vida feliz, para si e para os seus. Daí a concepção de liberdade que se preocupa concretamente com as condições reais da vida livre e se esmera em promover a mais ampla igualdade de oportunidades. O homem moderno é alguém que vivencia no presente o sonho de Jefferson: a procura, pessoal e coletiva, da felicidade.

A equalização de oportunidades é o alimento da liberdade social, para que o mercado sirva aos homens em vez de os homens serem servos do mercado. Sem diversidade de valores e múltiplas formas de vida não viceja a liberdade, que se estiola no privilégio e se afoga na opressão.

Sr. Presidente, Churchill e Roosevelt, em Hyde Park, pouco antes da criação da ONU, tiveram um diálogo. Perguntou Roosevelt como a paz poderia ser assegurada. Respondeu Churchill: "Com a aliança anglo-americana".

Ponderou Roosevelt: "Não. É com a melhoria das condições de vida em todo o mundo".

Para que haja paz, repito, tem de haver democracia e liberdade. Liberdade contra a fome.

O mundo não pode ter paz enquanto existir uma boca faminta em qualquer lugar da Terra, uma criança morrendo sem leite, um ser humano agonizando pela falta de pão.

O século que virá será o século da socialização dos alimentos. A imagem da Mater Dolorosa dos desertos africanos nos humilha. Os alimentos não podem continuar sendo apenas mercadorias especulativas das bolsas. A ciência e a técnica estão aí, através da engenharia genética, anunciando uma nova era de abundância. A humanidade, que foi capaz de romper as barreiras da Terra e partir para as estrelas longínquas, não pode ser incapaz de extirpar a fome. O que se necessita é de uma vontade mundial, é de uma decisão sem vetos. É urgente um plano de paz pela extinção da fome.

O Brasil, que vive o paradoxo de ser grande produtor de alimentos, enquanto luta para eliminar de seu território os bolsões de fome, está disposto a participar com entusiasmo de um esforço de mobilização da comunidade internacional para eliminar esse flagelo antes do fim do século. Este desafio poderá ser a oportunidade para que a ONU e suas agências superem o descrédito do multilateralismo, demonstrando sua eficácia e validade.

Para isso, o homem tem que ter uma visão humanista da política, senão ele só enxergará e só semeará mísseis e ogivas nucleares.

A conquista dos mares deu ao homem o humanismo renascentista.

A conquista do cosmo amplia nossa vista para uma solidão infinita. O mundo ficou maior e menor. Temos de ser solidários nesta viagem em que todos os homens estão condenados à grande sedução da vida. O novo humanismo deve estar centrado na solidariedade e na paz. A paz só existe com a liberdade; a liberdade, com a democracia; e a democracia, quando olharmos pelos segregados, pelos famintos, pelos desempregados. Quando amarmos, nas nações pobres, as regiões mais pobres; nas nações ricas, os homens pobres; nas nações mais pobres, os mais pobres homens.

Há quarenta anos trabalhávamos sobre os escombros claros de uma guerra; hoje devemos trabalhar para evitarmos escombros da guerra anônima que é a fome.

A miséria é negação da vida.

Esta a grande missão do homem: transformar a vida, transformando o mundo.

Estamos avistando o século XXI.

Olhemos os novos tempos com olhos de amor à natureza, com olhos de caçadores de sonhos.

Tenhamos a coragem de proclamar: liberdade e paz são o fim da miséria, da fome.



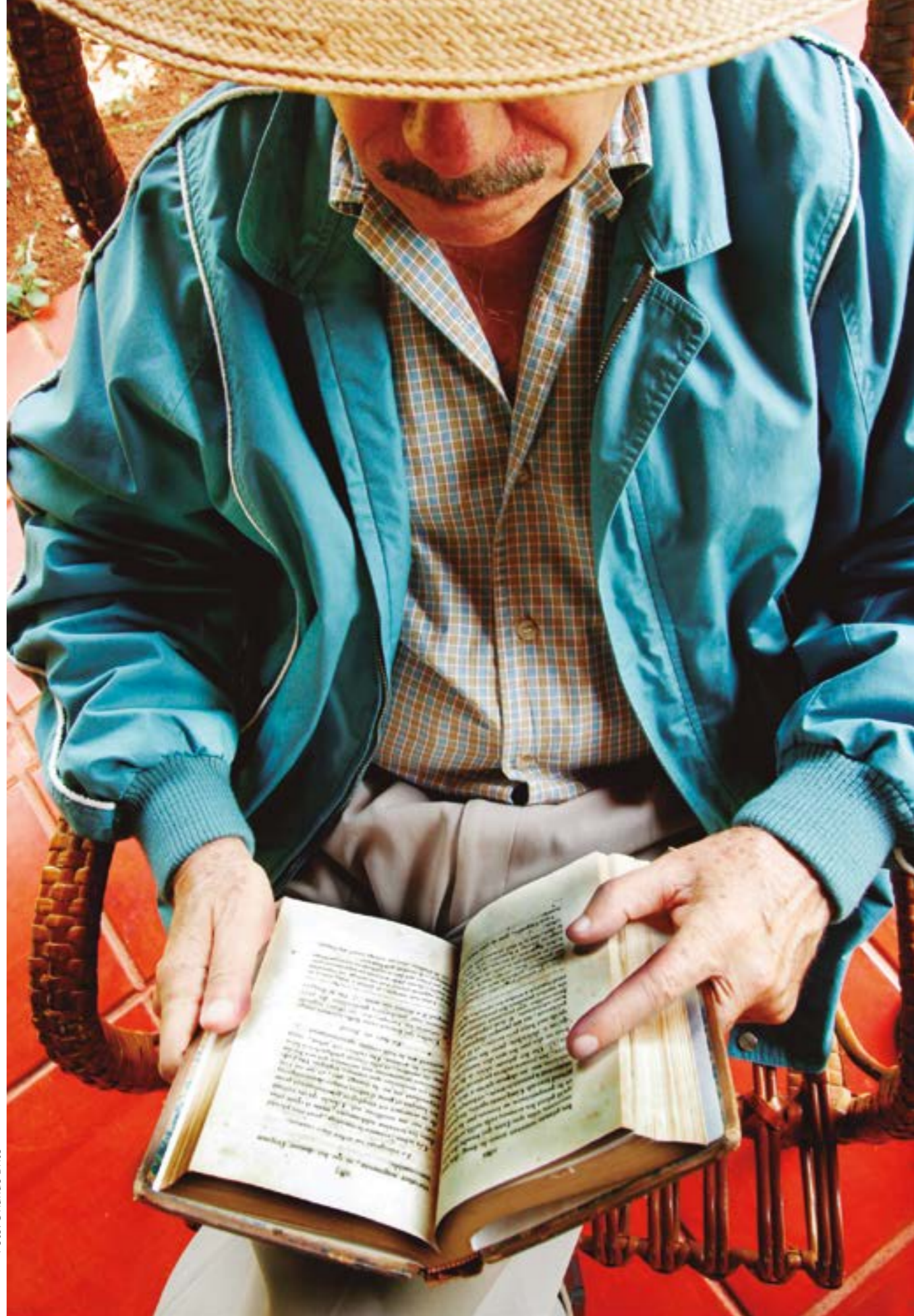


Foto: Orlando Brito

INCENTIVO À CULTURA

Ao assinar mensagem da Lei de Incentivos Fiscais para a Arte e a Cultura

Palácio do Planalto, Brasília, DF, 4 de junho de 1986.

Em 1972 apresentou projeto de incentivo fiscal à cultura, reapresentado várias vezes, a última em seu afastamento do Senado, a 14 de março de 1985. Presidente da República, finalmente conseguiu que fosse aprovada a “Lei Sarney”, que depois daria lugar à “Lei Rouanet”.

Minhas primeiras palavras são da gratidão pelo brilho que a presença de todos que aqui estão confere a esta solenidade. Aqui estão presentes as figuras mais expressivas da intelectualidade do país, das letras, das artes, do empresariado.

E estamos juntos para encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei que concede incentivos fiscais para a arte e a cultura no Brasil.

Este é um projeto que me toca especialmente. Não apenas como presidente, não como escritor, mas como brasileiro.

Há 11 anos, senador da República, apresentei-o pela primeira vez ao Congresso. Repeti o gesto nas legislaturas seguintes. E não quis dizer adeus àquela minha Casa sem antes, no último dia como senador, ao despedir-me, reapresentar o projeto que não pudera ser examinado, por impedimento constitucional, dada a exclusividade da iniciativa do Executivo em matéria fiscal. Foi minha última participação no Legislativo. Mas desejava que o tema continuasse como objeto dos debates parlamentares.

Creio que este projeto é tão importante que, tivesse ele sido aprovado então, eu o consideraria talvez minha mais importante contribuição, como parlamentar, para o desenvolvimento do meu país.

Alguns outros passos dados foram o aumento de recursos para a área, a isenção de tributos de importação para instrumentos musicais e materiais de pintura — reivindicação velha de dezenas de anos —, a própria criação e estruturação do Ministério da Cultura, e outras iniciativas no setor.

Do Ministério da Cultura, ou, em destaque, do ministro da Cultura, pois considero que este é um ministério que depende muito do ministro, em si. Deve ter alguém que possa participar do governo e, em pé de igualdade, participar da discussão de todos os problemas



Foto: Acervo Silvestre Gorgulho

Com Jorge Amado, Zélia e Dona Marly, no dia em que sancionou a Lei Sarney

do país. Os órgãos culturais poderiam existir sem o ministério, como já existiam, mas não sem uma participação nesse nível.

Esta é a importante participação que o ministro Celso Furtado está desempenhando, demonstrando objetividade e trabalho.

Orgulho-me, aliás, de ter no governo homens como ele e outros, que discutiram comigo este projeto, compreendendo o papel fundamental que tem a cultura e a inteligência no desenvolvimento do país.

Não foi à toa, para dar um exemplo, que os Estados Unidos importaram a quantidade de cérebros e de obras de arte. Graças a essa sementeira, construíram uma nação, desenvolveram a energia nuclear, foram ao espaço; têm os maiores museus e as mais numerosas e melhores orquestras; lá moram, desde o pós-guerra, grandes pintores, poetas e romancistas, dançarinos, músicos, homens de teatro e de cinema — e eles são de todas as nacionalidades. E, como os Estados Unidos, também apoiaram estrategicamente a cultura a França e a Inglaterra, a União Soviética e o Japão.

Ninguém pode ser potência de qualquer natureza sem ser uma potência cultural.

O dinheiro colocado em bolsa de estudos, em livros e em outros insumos culturais nunca foi supérfluo ou luxo; é, antes, o investimento mais inteligente e de melhor retorno. Como diz o velho ditado chinês: “Ensina o homem a pescar...”.

Devo contar um pequeno episódio: recentemente, ao visitar Cabo Verde, perguntei a seus dirigentes em que o Brasil poderia ajudá-los. Responderam: “Mandem-nos livros.” E foi uma grande lição de um povo tão necessitado!

O respeito à inteligência é marca que procuro imprimir ao governo, onde haverá sempre lugar para a integração com artistas, escritores e os que trabalham com cultura.

No governo, eles estarão dentro do Palácio, em torno da mesa de trabalho, tentando juntos encontrar caminhos para construir um Brasil.

O objetivo é criar um renascimento cultural que se intensificará nos próximos anos. Isso se dará não só pela vontade do governo, mas porque esse renascimento já começou, vindo pelas mãos da liberdade que chegou e da discussão sem travas de nosso momento e de nosso destino.

Não bastam, no entanto, o clima de liberdade e de criação e o ambiente de reencontro e redescoberta, que respiramos. É necessária a modernização do artista e de seus sistemas de produção; que escritores e artistas melhorem sua preparação técnica e se profissionalizem, e que editoras, companhias de teatro e dança, orquestras de música, museus e entidades culturais sejam administrados com objetividade.

É necessário também, para isso, além de boas escolas e centros de formação, muito apoio. E apoio realista. Flandres, Veneza tiveram seus banqueiros; Florença teve seus médicos; Viena, seus príncipes; Paris, no começo deste século, teve seus financistas; os Estados Unidos tiveram suas indústrias e seus pequenos contribuintes.

Cada grande momento cultural tem por trás uma acumulação econômica ou uma grande motivação social. O que nós queremos agora é que os financiadores desse novo surgimento sejam a própria sociedade, do indivíduo comum à grande empresa. Não mais o governo, paternalmente, sozinho.

Essa é a grande mudança que a lei propõe.

Devo dizer que o projeto de lei não somente destina recursos; possibilita um grande volume de recursos para a cultura, mas muda, sobretudo, uma filosofia. A sociedade industrial gera valores materiais, não gera valores espirituais. Países em desenvolvimento em geral

têm destruído os seus valores culturais sem criar novos valores culturais e, às vezes, sendo vulneráveis a uma colonização cultural.

O projeto de lei que vai ao Congresso destina-se a colocar a cultura dentro da sociedade industrial que nós estamos construindo. Ela passa a fazer parte dessa engrenagem e, na mesa do planejador, não estarão somente objetivos econômicos mas, também, objetivos culturais. Essa é a grande filosofia que o projeto modifica. Teremos, a partir do próximo ano, já com possibilidade de utilizar este ano, se o Congresso Nacional mais rapidamente aprovar o projeto, cerca de Cz\$ 2 bilhões para serem investidos em bens culturais. Esse será realmente um volume de recursos extraordinários. Porém, mais do que isso, será a sociedade envolvida a partir de agora, tendo como um dos seus objetivos um grande projeto cultural.

Toda inovação é uma experiência, a ser revalidada oportunamente nos seus resultados, mas que, mais que valores frios que poderão ou não tornar-se realidade, pretende mudar a ideia de que é o Estado, e o Estado apenas, que deve sustentar a arte e a cultura.

Fazer isso será permitir que o Estado arbitre qual arte e qual cultura devem ser apoiadas, e também permitir que cada governo que goste menos de cultura, ou cada período de dificuldade econômica sufoque e deixe ao desamparo a produção cultural, os artistas, os escritores. Essa é a razão, aliás, de termos poucas instituições culturais fortes: é que instituições culturais precisam de tempo para se firmarem e criarem raízes na sociedade e no viver dos indivíduos. E nunca lhes demos tempo para isso. Antes de crescerem, vem a geada da falta de verbas, o desencanto e o desestímulo.

Por outro lado, se conseguirmos ajudar, didaticamente, o povo brasileiro a se tornar responsável ele próprio, diretamente e sem maiores entraves burocráticos, por sua arte e por sua cultura, por sua criação e por sua memória, ficando o estado apenas como regulador do processo, corrigindo as distorções onde as houver e ajudando as áreas e os produtores culturais mais carentes, estaremos mudando a mentalidade da sociedade brasileira. Estaremos inserindo a sociedade brasileira no conjunto das sociedades industriais modernas. Conjunto de sociedades onde o saber, a arte e a cultura têm um lugar tão importante que faz com que, apenas em Nova Iorque, por exemplo, os recursos envolvidos com arte e cultura no ano de 1984 tenham sido da ordem de 30 bilhões de dólares.

Finalmente, esta lei pretende, junto com outras medidas que tenho tomado em várias áreas, ajudar a fazer a sociedade voltar-se para o futuro.

Não podemos continuar olhando para as dificuldades de ontem, quando temos mundos a conquistar, minérios e petróleo sob nossos pés, tanto alimento para ser colhido e horizontes imensos à nossa frente. Olhem para o futuro!

Que esta lei abra espaço para os teatros, para programas culturais na televisão, os livros, os pincéis, os estúdios, os arquivos, os discos, as ruas, a arte e a cultura, erudita ou popular! Que se abram novas livrarias, que voltem os suplementos literários a ser um instrumento motivador do movimento da literatura brasileira.

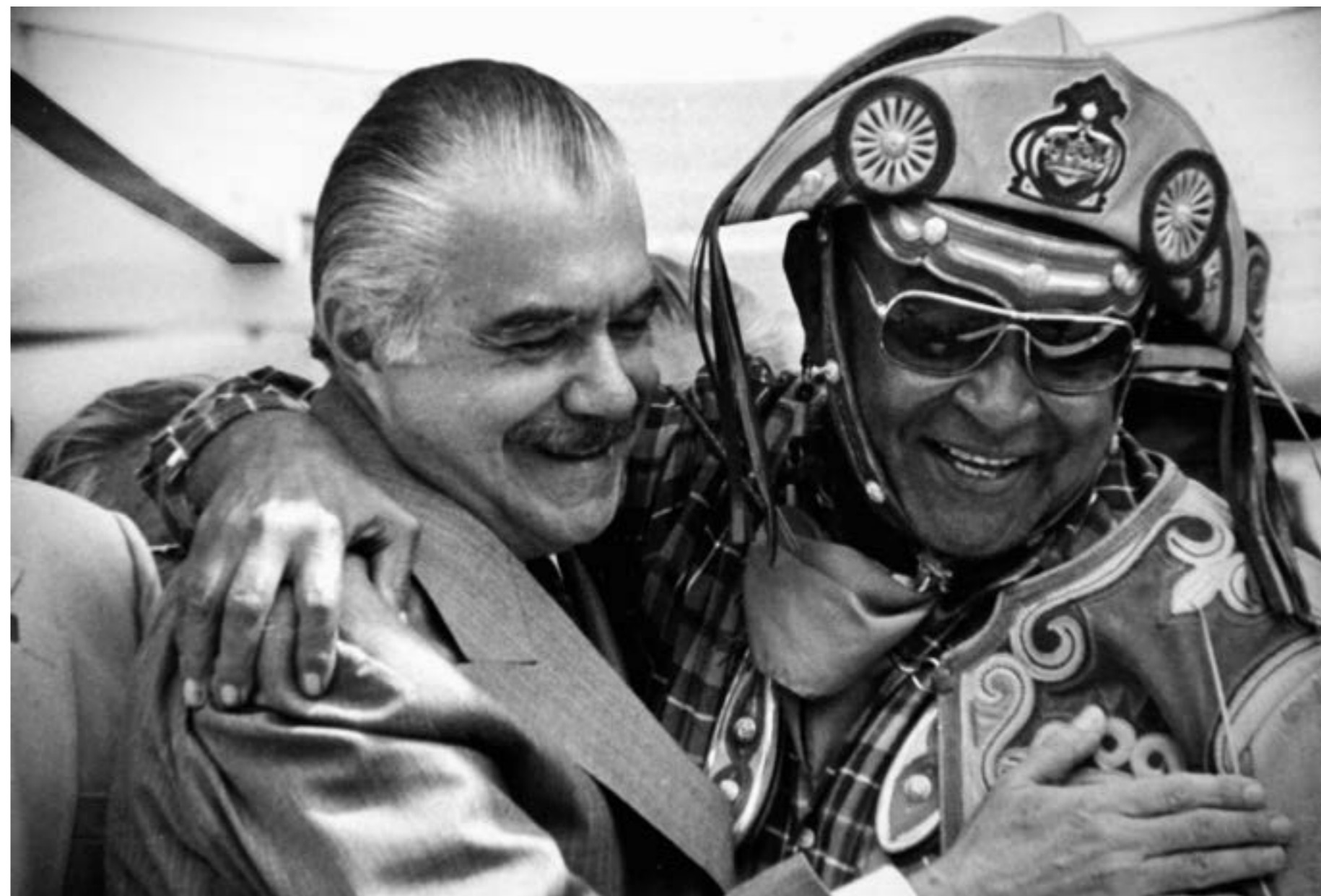
Que o mais humilde e o menos humilde dos brasileiros tenham orgulho de sua língua, de sua maneira de ser, de sua dança e de seu canto. Que a literatura e o folclore tenham apoio para manter a chama que não morre nunca.

Que o brasileiro aprenda a respeitar e cultivar a sua cultura, sabendo que isso só depende dele próprio.

Os regimes autoritários matam em primeiro lugar a liberdade da inteligência. De criar, de pensar, de ousar. Só a literatura e a arte podem germinar a libertação. Um país não se faz sem poetas. E aí, na generalidade de poeta, estão todos os homens de espírito. Deve repetir: eles sonham. E sonhar é desvendar o futuro e a eternidade.

Que aqui se respire sempre liberdade e criação, e que a arte e a cultura, a beleza e a inteligência, respeitando integralmente o que somos e o que fomos, abram as portas para os amanhãs de nossa terra.

Agradeço a palavra generosa dos oradores que se referiram ao presidente e a este projeto. Jorge Luis Borges dizia que "quem realiza um sonho constrói um pedaço da eternidade". E este projeto é um sonho que começa a se realizar.



José Sarney e o cantor e compositor Luiz Gonzaga



Foto: Acervo José Sarney

“

universal, capaz de manifestar-se em vários âmbitos internacionais, imbuída dos direitos do homem e dos valores de respeito à vida, à pessoa, à natureza.”

Ao falar pela terceira vez nas Nações Unidas, na abertura da III Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre Desarmamento, enfatiza a paz, o fim da corrida nuclear na América Latina e a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Nova Iorque, EUA, 7 de junho de 1988.



Foto: Acervo José Sarney

BALANÇO POLÍTICO

Abertura do Ano Legislativo de 1990

Congresso Nacional, Brasília, DF, 15 de fevereiro de 1990.

Sarney foi pessoalmente ao Congresso levar a mensagem presidencial e fazer o balanço político de seus cinco anos de mandato.

Senhores Congressistas,

Envio ao Congresso Nacional a última mensagem do meu mandato.

Renovo, mais uma vez, minha homenagem a esta instituição, coração e alma do sistema democrático.

Lanço os olhos no tempo. Recordo a manhã de 15 de março de 1985. Com a doença, e depois a morte de Tancredo Neves, coube-me dirigir a nação no seu período mais difícil, porque mais cheio de cobranças políticas, em toda a nossa História.

Somavam-se esperanças e dificuldades. As liberdades, até então represadas, explodiam em reivindicações e gestos de intolerância. A ânsia de mudanças atropelava os fatos. Tive a tarefa gigantesca e quase impossível de administrar e dar equilíbrio a uma aliança de forças heterogêneas que fora construída, em precária engenharia política, para possibilitar a travessia do regime autoritário para o pleno estado de direito.

Há um tempo de semear e um tempo de colher. É possível que o tempo de colher seja mais glorioso. Mas é o tempo de semear que determina o que se vai colher. Num período de múltiplas transições internas e externas, que vivemos nos últimos cinco anos, coube-me plantar e poucas vezes colher.

Plantei o exemplo da paciência política, essencial à convivência democrática.

Plantei os ventos da liberdade que varreram o país inteiro. Plantei as modificações institucionais promovidas sem hesitação.

De logo, toda a legislação autoritária foi revogada, restabelecendo-se ampla liberdade política e de associação sindical. Realizávamos a primeira eleição: de prefeitos das capitais e nos municípios de segurança nacional. Os partidos com estigma de clandestinos vêm à luz da legalidade, grupos e facções que operavam fora da lei são cooptados pelos novos tempos e exercitam suas ideias dentro do sistema partidário, sem medo e sem restrições. Acabam-se as discriminações, criam-se novos partidos. Registram-se centenas de novos sindicatos. As grandes centrais operárias se organizam e se legalizam. A imprensa falada e escrita adquire total capacidade de ação. Vivifica-se o tecido social e estimula-se o poder criativo de uma sociedade verdadeiramente livre e aberta.

Semei o exemplo de respeitar, até o limite dos exageros, a liberdade de imprensa, do rádio e da televisão, porque entendo que a prática da liberdade corrige os excessos. Não apenas nos veículos de comunicação, mas em todo o processo de circulação de informações da sociedade. Nunca usei do direito legal de medidas judiciais. A Presidência tem um poder que não deve ser usado como força inibidora da crítica, nem para intimidar, promover a autocensura, policiar consciências, discriminar veículos.

Paciência e liberdade

Semei a conciliação e a tolerância políticas na busca da mais ampla convivência democrática. Os poderes da Presidência foram contidos para que maior fosse o poder do povo. A sociedade libertou-se do medo, e está pronta para exercitar seu direito de opinião e de crença.

Semei o exemplo da paciência, da tranquilidade e da compreensão como antídoto às paixões deflagradas. Preferi ser injustiçado a cometer injustiças; silenciar, a fazer calar. E hoje me orgulho de ter contribuído, através de meu comportamento pessoal, para que o país reencontrasse, na paz, o caminho da reconciliação de uma sociedade dividida pelo ódio, pelo ressentimento, pela amargura e pela prepotência. O presidente da República devia ser o árbitro e não o protagonista. O que a muitos parecia fraqueza, na verdade era a força da coragem para esta radical mudança na vida nacional, cuja consciência vivia submetida e entorpecida pelo receio da tutela.

A diretriz era a de, sob qualquer sacrifício, criar uma sociedade verdadeiramente democrática, e não um simples exercício simulado de elites.

Tornava-se necessário abrir espaços para a maioria desprotegida e pobre. Para que ela não somente tivesse o voto formal, mas também o poder de opinar, de participar, de decidir.

Inicia-se um novo tempo. O fim de uma era do monopólio dos privilegiados. Os trabalhadores organizam-se e têm liberdade para reivindicar de maneira firme. Deflagram-se

mais de dez mil greves. O governo absorve até mesmo os ataques mais violentos, as injustiças de que é alvo, sabendo que fazem parte de um momento de travessia.

Os dissídios nunca mais serão caso de polícia: resolvem-se pela via do entendimento ou pelo julgamento superior da Justiça. Nenhuma prontidão militar, nenhum ruído quanto a hierarquia e a disciplina. Nenhuma manifestação terrorista conspiratória. Nenhuma violência. Os militares profissionalizam-se, modernizam suas Forças. O presidente da República exerce em plenitude o comando supremo, consciente de que entre suas atribuições está a de zelar pelo prestígio dos comandados. Estes cumprem seu dever constitucional de garantir a transição, e exercem sua missão com impecável lealdade à nação.

Em 1986, realizam-se eleições para governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Novos quadros participam da política nacional. Concomitantemente, a democracia se derrama por um sistema de capilaridade irreversível a todos os setores. O povo se organiza. Associações são criadas: de bairro, de donas de casa, de moradores, religiosas, de lavradores, de operários, comerciantes, de pequenas indústrias, patronais, de produtores, de profissionais liberais, de estudantes, de intelectuais. Surgem milhares de novos sindicatos. Enfim, todos buscam participar. É a democratização da sociedade.

Mas, para que esse processo possa fluir livremente, é indispensável a liberdade. E a liberdade existe, não é retórica. Ela dá força, conteúdo, base, e permeia o processo. A união, a consciência da cidadania, dos direitos, são exercidas, e começa a pertencer a todos o poder político, que é a síntese de todos os poderes, e não a democracia formal e sem povo.

O grande ideal da República, de integração do povo, que há cem anos perseguimos, começa a se concretizar.

Para muitos, esse panorama em ebulição é a anarquia, a debilidade, a exigir a força da autoridade. Para os verdadeiros democratas, essa paisagem e essa efervescência constituem afirmação de vitalidade e mutação, e não manifestação patológica.

Compreender esse fenômeno é compreender a formação histórica. Estamos ainda muito próximos dos fatos, para visualizá-los em profundidade. Nós somos parte dos próprios fatos, protagonistas, participantes, atores e público, sujeito e objeto deles, como um todo. Deles não participei passivamente. Eu tinha consciência de que somente essa postura transformaria a sociedade. Outra atitude levaria ao confronto, à violência, à derrota da democracia.

A absoluta atmosfera de liberdade que respiramos sepultou o tempo dos temores, dos truncamentos institucionais, das ameaças de golpes, das conspirações, das fraudes, das interferências governamentais para influenciar e deformar a vontade do povo, das baixas práticas eleitorais, do subdesenvolvimento político, das manobras para a continuidade no poder.

E essa conquista a sociedade deve encará-la com equilíbrio e naturalidade, sem cair no fosso de um desencanto insatisfeito nem subir à euforia de quem acha que tudo foi alcançado.

Em nenhuma das eleições realizadas durante meu mandato houve qualquer arguição de interferência do governo. Nenhuma denúncia de manipulação, nenhuma querela eleitoral. E tivemos cinco eleições: 1985, 1986, 1987 e duas em 1989.

Sei que é difícil ver esse trabalho com isenção, porque ele não se insere no rol dos bens materiais. É uma obra política e, portanto, impalpável. E a memória política vive do instante, das luzes momentâneas das vitórias ou da escuridão solitária das derrotas. Ela não tem a perpetuidade e a neutralidade do mármore.

A liberdade que conquistamos prova que viramos a vertente da História. E

a História não fala somente daqueles que construíram estradas, levantaram templos ou monumentos; ela acolhe principalmente aqueles que criaram sistemas, apontaram caminhos, guiaram com probidade sua conduta de governo, edificaram e consolidaram as instituições democráticas e respeitaram os direitos do homem.

Democracia sem recessão

O Brasil saiu de longa noite sem os olhos vermelhos dos pesadelos. Traz hoje nos lábios o sorriso aberto da confiança na liberdade. Entender e caminhar não são debilidade e omissão, e sim conduta de um efetivo e firme exercício de governo, eficiente para afastar violências e exorcizar traumatismos, consolidar o caminho da liberdade e assegurar o respeito aos direitos humanos.

Optamos, em caráter irreversível, pela democracia e contra a recessão. Preferimos crescer e defender o trabalho e o emprego, afastando toda medida que representasse ajustes desumanos. O desemprego liquida toda força de expansão do movimento trabalhador. Seu poder de participar das decisões é nulo. Com ele não há transformações políticas importantes e todas as decisões ficam com o capital. Não é por acaso que a maior liberdade no país, que é esta que vivemos, corresponde à menor taxa de desemprego aberto de nossa História.

O caminho do desenvolvimento passa pela democracia. É difícil, penoso, mas capaz de dar sentido ao direito de viver. Prestei uma contribuição valiosa, em nome do nosso país, para que este ideal fosse conquistado, também, no continente. É latino-americana a maior onda

de democratização que o mundo conheceu desde o último pós-guerra. Fui um dos que mais batalharam por esta causa. É necessário agora que os valores democráticos que construímos sejam capazes de responder às questões do sofrimento, miséria, pobreza, desigualdade, exploração e violência que se integram em nosso cotidiano.

Que esses nobres valores da democracia deem esperança a essa juventude faminta e desprotegida da América, presa fácil da vida da morte das drogas — a antívida —, versão atual da adolescência miserável que perpassa pelas páginas mais tristes de Charles Dickens, Victor Hugo e Dostoiévski.

A economia é o efêmero. É um dado momentâneo que atinge o presente, está em constante mutação e pode ser corrigida.

Já a liberdade é presente e é futuro, e quem perde a liberdade perde o futuro no flagelo da autodestruição, do desencanto, do pessimismo, do niilismo, da sedução permanente do terror contra a escravidão. A liberdade, com seu poder criativo ilimitado, tem asas para voar o infinito.

Gandhi, o Mahatma, disse que a missão do homem da lei é lançar uma ponte sobre o abismo que separa os adversários. Passamos a construir nossas aspirações sob o império da lei. Como intelectual e político, vivi a angústia entre o ideal e os meios. O intelectual é o homem da justiça absoluta; já o político é aquele que busca a arte do possível, com os instrumentos da contingência. Mas quem governa vive suas circunstâncias. Não decide sobre abstrações, mas sobre fatos. Minha opção foi esta: governo de liberdade.

Apesar de todas as limitações, não descuidamos dos problemas conjunturais. O Brasil, que vinha de uma recessão, cresceu nestes cinco anos 25%, e o produto per capita expandiu-se em 12%, vindo de uma redução de 10,8% no período anterior. Em nenhum ano tivemos crescimento negativo. Abrimos o país para a modernidade. Houve conquistas extraordinárias na área da ciência e da técnica. Dominamos a tecnologia do enriquecimento do urânio, da água pesada, da grafite nuclear, dos lasers de alta potência, do radar, das fibras de carbono, dos materiais supercondutores, das fibras óticas. Estimulamos a formação de recursos humanos em massa nos grandes centros de excelência do mundo inteiro. Defendemos a universalização dos saberes, que não podem ser monopólio de poucos países ricos. Batalhamos pela transferência de tecnologia e acesso aos domínios da ciência. Registramos progressos notáveis em biotecnologia e manejo de solo, com aumento de produtividade, que nos deram força para colhermos as três maiores safras agrícolas de nossa História. Semeei a mística da irrigação, hoje, uma consciência nacional, irreversível, com frutos visíveis e programas de grande êxito.

Técnicas de marketing nos fizeram assegurar a presença brasileira no mundo inteiro, garantindo grandes saldos comerciais, obtendo depois do Japão e da Alemanha Ocidental o terceiro superávit mundial. Passamos do oitavo para o sétimo lugar no produto industrial do Ocidente.

Nossas reservas internacionais são altas e os estoques estratégicos de alimentos, outrora quase nulos, vão hoje a mais de dez milhões de toneladas de grãos.

A capacidade de energia elétrica instalada no país era de 41.600 megawatts. Passa para 54.790 megawatts, isto é, cresceu 31%. E as linhas de transmissão são ampliadas em 57%. Em nenhum período presidencial houve avanço tão expressivo num setor fundamental ao desenvolvimento econômico.

As empresas, com saudável liquidez e capitalizadas, mostram a estrutura poderosa da economia, mesmo em tempos de crise, e estão prontas a retomar os investimentos em larga escala, logo que sejam resolvidos os desequilíbrios do setor público endêmicos desde o Império.

Os programas sociais são consequência e extensão das diretrizes da democratização. Oito milhões de litros de leite são distribuídos diariamente às crianças carentes, dentro de um programa de suplementação alimentar apontado pela Organização Mundial da Saúde como o mais importante do mundo e modelo a ser seguido por países que tenham elevadas taxas de desnutrição. A mortalidade infantil caiu mais de 30%. Dez milhões de crianças, gestantes e nutrízes recebem suplementação alimentar. A taxa de analfabetismo baixou. Interiorizamos o ensino técnico, através de dezenas de grandes estabelecimentos disseminados no país inteiro. Milhares de creches atenderam mais de 2 milhões e 200 mil crianças. Centenas de centros de convivência de idosos se espalham pelo Brasil inteiro. A estas ações da Legião Brasileira de Assistência somam-se 70 milhões de atendimentos sociais:

- semeamos o seguro-desemprego;
- o salário móvel adotado em todas as políticas salariais destes anos;
- a valorização do salário-mínimo;
- o vale-transporte;
- a universalização da saúde, que passou a ser direito de todos, e muitas outras decisões que modificaram as relações de trabalho, em favor dos mais pobres.

A Secretaria de Habitação e Ação Comunitária beneficiou mais de 50 milhões de brasileiros, com 26 milhões de pessoas atendidas por 52 mil pequenos projetos de mecanização, telefonia, postos médicos, agrícolas. Criaram-se mais de um milhão de pequenas e microempresas e empresas artesanais.

A política indigenista sofreu radical tratamento: demarcamos mais de 30 milhões de hectares de terras indígenas, fazendo em cinco anos duas vezes mais do que foi feito em 75 anos, o tempo de existência do Serviço de Proteção ao Índio, iniciado em 1910.

Ao governo deve-se o primeiro passo no sentido de adotarmos uma política independente de proteção e gestão dos recursos naturais e defesa do meio ambiente. Nestes últimos anos, a política ambiental ganhou no país identidade própria, sem qualquer ingerência externa, e firmou diretrizes que se fundam na preservação de ecossistemas essenciais para a sobrevivência humana, na face da Terra, a fauna e a flora. A defesa do meio ambiente no Brasil é ato de soberania a ser resolvido dentro de nossas fronteiras, pelos brasileiros. Repelimos ingerências e resistimos a grandes pressões que se desencadearam contra o Brasil, com o objetivo de criar organismos supranacionais e, assim, abrir a porta à internacionalização da Amazônia, há tantos anos objeto de cobiça externa.

A Lei nº 7.505/86, a Lei Sarney, constitui o instrumento mais produtivo e eficaz da promoção intelectual. Em três anos, ela é a base de um renascimento cultural. Cadastraram-se entidades de investimentos, com milhares de projetos na área artística: cinema, música, teatro, artes plásticas, edições, restaurações e proteção do patrimônio histórico. Essa política faz com que a sociedade industrial passe a colocar os valores espirituais entre seus objetivos.

Na área das contas públicas existe total transparência. Hoje, sabe-se o que é o Orçamento. Ele mostra claramente o que se arrecada e o que se paga, sob a autorização do Congresso Nacional e fiscalização do Tribunal de Contas da União. Fruto do esforço imenso de racionalização e de redução de gastos, inédito na história administrativa do Brasil. Só em 1989 o déficit do Tesouro Nacional cai, em termos reais, em 34%.

Mas não podemos falar somente do que se conseguiu fazer, mas também da frustração por mais não se ter podido fazer.

Confesso, com humildade, que não alcançamos êxito nas tentativas heróicas para mudar a economia. Não me faltou nem vontade nem coragem. Faltou-me a colaboração de algumas forças sociais que colocaram seus interesses acima da coletividade, forças dos que se favorecem da miséria coletiva. Não conseguimos ganhar a batalha contra essa manifestação antipatriótica do egoísmo. Setores que se beneficiaram nesse período nos negaram apoio na hora das dificuldades. Os problemas estruturais de nossa economia são grandes e têm causas que escapam da nossa decisão. Dentre eles, está a dívida externa, a maior do mundo.

Sem apoio, tivemos que enfrentar nossos credores, e o fizemos com coragem e sem concessões. Na moratória, isolados, sofremos sanções e combate, sem o necessário respaldo interno.

Cercados, ilhados, enfrentamos o boicote da comunidade financeira internacional, a suspensão de investimentos. Resistimos. Não entregamos um milímetro da soberania e do interesse nacional, como contrapartida para qualquer negociação.

A inflexível postura do mundo desenvolvido em face da dívida é preocupante. O remédio por eles proposto até hoje tem melhorado a saúde financeira dos credores. Para os devedores, uma receita de estagnação e empobrecimento. Sem a retomada do crescimento nenhuma solução é leal, e não é possível crescer quando se remete para o exterior, todos os anos, cerca de um terço da poupança interna.

Sem desenvolvimento não há solução, e não se pode pagar a dívida com a desgraça do povo.

Em todos os organismos internacionais levantei a tese, hoje aceita, do tratamento político da dívida, solução que até agora não veio.

Em meio a estas dificuldades convivíamos com a crise do Estado. Sua força debilitada, a União recebendo maiores encargos e menores receitas. Com o novo sistema tributário, tivemos uma sangria de 3,5% do Produto Interno Bruto. Reconheço que o problema do Estado é grave. Não é para nós um problema ideológico, mas a constatação fria da realidade. Minha experiência me faz afirmar que Estado fraco é fonte de instabilidade e ingovernabilidade. O Estado deve ser o regulador das atividades produtivas, árbitro de redistribuição de rendas na sociedade. No Brasil, ele desempenhou papel decisivo na transformação do País e em sua formação econômica, em nossa fase industrial e na criação de sua infraestrutura. Não pode ser julgado sectariamente, pela simples denúncia, nem pela realização imperfeita dos seus objetivos.

O Plano Cruzado, embora não tenha alcançado seus fins, foi um marco econômico e político em nosso país.

Foi a primeira grande redistribuição de renda. O povo brasileiro, em movimento inédito, assumiu seus direitos, sentiu sua força, até mesmo para condenar.

Ele será objeto e análise de historiadores e cientistas econômicos e políticos.

Sem dúvida, na História do Brasil, raríssimas vezes tivemos um movimento de massa, da consciência nacional, de tamanha profundidade. A partir daquele momento, o povo descobriu sua força e passou a exercer seus direitos e viver a cidadania.

Renovei o seu objetivo nos Planos chamados Bresser e Verão. Muitas vezes senti o travo da solidão na crença de seus êxitos. Mas perseverarei no desejo de acertar.

Paguei custos políticos de grande envergadura pela ausência de resultados no combate à inflação e tornei-me o mais agredido e combatido presidente do Brasil.



Foto: Acervo José Sarney

Os presidentes do Brasil, José Sarney, da Argentina, Raúl Alfonsín, e do Uruguai, Julio María Sanguinetti

Mas, em benefício da transição, resisti a tudo e busquei forças no cumprimento do dever, na austeridade pessoal e no respeito aos meus concidadãos.

Fui severo com abusos, distorções e corrupção. Nenhuma denúncia deixou de ser apurada, remetida à polícia e entregue à Justiça, único poder constitucional capaz de julgar alguém culpado. Temos, como exemplo, um doloroso e lamentável balanço nos inquéritos, nas demissões, nos processos.

Não há governo que mais tenha punido a improbidade. A conduta de severidade na administração pública está expressa pelo seguinte número: em 1985 tínhamos 710.832 servidores — em dezembro de 1989 este número estava reduzido para 694.764. Extingui, com vagas ocorridas e cargos não preenchidos, 358.918 cargos. Nas estatais, em 1985 tínhamos 608.072 empregados, e em 1989 o número era de 598.455, já incluídas as contratações previstas na Constituição de 1988.

Encontrei em 1985 um mundo de conflito ainda dilacerado pelas fronteiras ideológicas. Em 1990, temos uma paisagem transformada. Mudanças nunca imaginadas se processam. O mundo renuncia à política da força e busca os caminhos do diálogo. Não há mais lugar para radicalismos, embora esteja longe o tempo de um mundo sem angústia, tensões e medo.

Nestes cinco anos, a política exterior do Brasil alcança um momento marcante em nossas relações internacionais. Fomos protagonistas de decisões importantes e participamos ativamente do debate dos grandes problemas mundiais.

A zona de paz do Atlântico Sul, a abertura de novas formas de cooperação, sem preconceitos ideológicos, com o Leste Europeu e com países de nosso porte, como a China e a Índia. Não ficamos prisioneiros das grandes potências nem de pequenos conflitos.

Coube-me semear e colher os primeiros frutos de uma política de integração com a América Latina,

participando da fundação do Grupo dos Oito, promovendo uma diplomacia presidencial com nossos vizinhos, leal e objetiva, lançando as bases do Mercado Comum. Vivi e tornei-me andarilho desta causa, com grande paixão.

Desejo ressaltar, pela sua importância histórica, que transcende nossos dias para projetar-se no futuro, termos acabado com uma espécie de guerra fria, que jogava nações irmãs como a Argentina e Brasil numa disputa inútil. Afastamos qualquer sombra de competição na área nuclear.

O Brasil, antigamente de costas para os vizinhos, assume nova postura e dá as mãos para a tarefa fraterna e solidária de vencer o subdesenvolvimento, a fome, a pobreza, a miséria, a quarentena da História.

Em 1987 e 1988, vivemos a Assembleia Nacional Constituinte. Ela já encontra a sociedade brasileira liberta. Milhões de pessoas pressionam em favor de seus direitos. Assegurei todas as condições ao seu pleno funcionamento. Algumas vezes questionei suas decisões, até mesmo a governabilidade, mas o fiz no exercício do direito de discordar, direito exercido no Parlamento, Casa em que durante mais de 20 anos aprendi a ouvir e a opinar, a respeitar o debate, o direito de dizer. A contradição tão salutar dos plenários legislativos.

A Constituição incorporou avanços importantes. Tive, como presidente, o encargo de viabilizá-los. Direitos sociais e fortalecimento do Congresso. Não há democracia sem Congresso forte. Não há democracia com injustiças sociais. Tudo o que é injusto é uma aberração, e perece.

A Constituinte foi a primeira na história republicana que não anunciou um estuário de confronto. Em 1824, termina na dissolução do Parlamento. Em 1891, desemboca na espada de Floriano. Em 1934, cai no Estado Novo. Em 1946, cria a clandestinidade para as esquerdas. Hoje, abre-se no estuário da liberdade. O presidente da República nunca confundiu a História com o seu destino pessoal.

Vivemos grandes transformações, a que me orgulho de ter presidido. Elas marcam este sofrido mandato.

Em 1988 — eleições para prefeitos e vereadores. Surge a democratização dos instrumentos da cidadania. Oitenta milhões de eleitores, a terceira democracia do mundo ocidental, uma modernização de procedimentos e rotina, que é um avanço fantástico.

Em 1989 — eleições para presidente da República, as mais livres, mais amplas, mais democráticas da História do Brasil.

O país viveu uma festa, a festa da liberdade. A transferência do poder se processa com normalidade, civilidade e educação política inéditas.

Chegamos ao fim de mandato. Os espaços foram abertos. Os trabalhadores chegam a dois palmos do poder, eles que outrora não alcançavam dois passos na esfera das decisões.

O povo escolhe, decide, manda.

Sob meus ombros pesaram, solitariamente, os fardos das dificuldades desse processo. Todas as culpas, todos os agravos. Mas nada ficou.

Meus olhos, que eram de ontem quando assumi em tempo de tragédia, hoje são olhos do amanhã. De confiança no futuro.

Atravessamos o desafio institucional. Agora é ordenar e construir o processo de crescimento.

Dentro de 30 dias terá o país um novo presidente da República.

Volto a minha casa de cabeça erguida. Lamento não ter podido fazer mais e melhor. Ter governado num tempo de imensas limitações e dificuldades. Cheguei à Presidência sem qualquer ambição de poder. A ela fui alçado no bojo de grave crise nacional. Busquei exercê-la com grandeza e respeitá-la nos menores atos e em todas as circunstâncias, com dignidade, com os olhos no futuro do país. A todos ouvi, espírito aberto, com deferência e sem preconceitos. Posso afirmar “que nunca, por meu desejo, cravei espinho algum no peito de ninguém”.

Tenho certeza de que prestei relevantes serviços à minha pátria.

Tempos de mudanças. Os valores materiais se sobrepõem aos valores morais e espirituais. A sociedade permissiva e concessiva. A violência, a corrupção e o respeito se diluem na efervescente queima das transformações.

Eu acredito que a História, no seu conjunto, busca o racional, embora nem sempre pelos caminhos sensatos. A aceleração da História no rumo da democracia representativa, a que assistimos em poucos meses, em vários países, tornou obsoletas cristalizações ideológicas que truncaram, durante largo tempo, o caminho para a racionalização de muitos problemas econômicos. O mundo abre-se hoje à universalização dos mecanismos econômicos. A humanidade vislumbra caminhos que há menos de um ano pareciam vedados ou temerários.

O Brasil, estou certo, saberá inserir-se nesta nova conjuntura internacional que elimina preconceitos e idiosincrasias.

Não ignoro, nem subestimo as consequências de algumas decisões, sobretudo na área econômica, que fui obrigado a tomar. Por todas elas sou responsável, dentro das minhas circunstâncias.

Mas ninguém governa abstrações. E cada país tem de atravessar etapas. Tenho a consciência das que atravessamos. O passo adiante só pode ser dado porque o gargalo institucional foi transposto.

Nenhum outro governante precisará operar com a carga de preconceitos e de desconfiâncias com que tive de me haver.

Relembro Lincoln: "... no fim, quando estiver retirado das rédeas do poder, mesmo tendo perdido todos os amigos da Terra, ainda tenho um amigo, e este estará dentro de mim".

Sei que, no exemplo de São Paulo, combati o bom combate, e guardei a minha fé. Conforta-me saber que maldito é o homem que, na face da Terra, recusa a companhia de Deus.

Meu mandato tem o valor da vida e de amarga luta.

Deixo o país em paz, a transição concluída, mas, infelizmente, vivendo uma grave crise econômica e do Estado.

Agradeço ao Congresso Nacional o apoio recebido nas horas difíceis. Se não foi total, foi o necessário e patriótico para chegar até aqui.

Creio, porque nele vivi, que no Congresso está uma grande reserva de valores cívicos que nos momentos críticos encontra, com patriotismo, solução para os anseios de nossa nação, para que ela continue o seu caminho e ocupe o lugar que lhe está reservado no mundo.

Desejo renovar minha homenagem ao Poder Legislativo, afirmando que nestes anos, juntos, lançamos a base fundamental da sociedade democrática brasileira, o governo da liberdade! Os historiadores dirão sobre este tempo.

Ele será um instante solar das instituições democráticas, porque "todo poder humano é um conjunto de tempo e paciência", como dizia Balzac.

A democracia, hoje, não é a planta tenra de que nos falava Otávio Mangabeira, mas o carvalho, de Rui Barbosa, a cuja sombra espero que nos deixem perpetuamente elaborar e cumprir os roteiros de salvação do povo secularmente sofrido deste país.



Foto: Orlando Brito

SENADOR PELO AMAPÁ
(1991-2015)



Foto: Acervo José Sarney

Saudação ao Supremo Tribunal Federal por ocasião de seu centenário

Senado Federal, Brasília, DF, 18 de abril de 1991.

Mais uma vez falando pelo Senado Federal, Sarney fez o retrato do Supremo Tribunal Federal, ressaltando o papel central que lhe cabe na estabilidade do Estado.

É com uma grande emoção que retorno à tribuna do Parlamento. A paixão da política, do bem comum, é mais forte do que a paixão pela vida. Volto hoje para cumprir esta missão tão honrosa de falar em nome do Senado Federal para saudar os cem anos do Supremo Tribunal Federal.

A História do Supremo Tribunal Federal é a História da República. Elas se interligam e se integram nas grandezas e vicissitudes, nos dias de glória e nos instantes de sombra.

O Senado quis marcar perante a nação o significado da passagem dos cem anos de instalação do Supremo Tribunal Federal para dizer que a Suprema Corte nunca faltou à nação, nesta longa trajetória. E o faz num momento em que o país vive a plenitude da democracia, o governo das leis, das liberdades, das garantias individuais, do estado social de direito, em que as instituições se consolidam e as sombras e ameaças dos intervencionismos, dos golpes, das ditaduras, são passado, e banidas foram todas as formas, ostensivas ou disfarçadas, de autoritarismo.

Bem diferentes os tempos em que o Supremo Tribunal Federal completou seus 50 anos, em 1941. Tempos de obscurantismo em que fechados estavam o Congresso Nacional, as assembleias, as câmaras legislativas; os Estados, sob intervenção; o presidente do Supremo Tribunal Federal, nomeado pelo ditador; campeando o arbítrio, a censura, as prisões, os exílios, as perseguições, as torturas e, no dizer de Paulo Brossard, “transcorria o cinquentenário da República sem República e sem federação”. Para coroar estas mazelas, funcionava o Tribunal de Segurança, mancha negra na História do país.

O panorama mundial não era diferente. Vivíamos o terror da Segunda Guerra.

Hoje, pode-se olhar para trás e verificar um mundo transformado. O declínio das ideologias, o fim das confrontações, a busca da paz, da solidariedade internacional, e cada vez mais os homens pensando na utopia do domínio da justiça absoluta.

Com esta nova realidade aqui estamos reunidos. Há cem anos, o Supremo Tribunal de Justiça do Império era transformado na instituição republicana do Supremo Tribunal Federal. Não mudava somente o nome, mudava também o tribunal: o velho tribunal instituído por D. João VI, pelo alvará de 10 de maio de 1808, para suprir a impossibilidade, criada pela vinda da família real, de julgar as causas do Brasil pela Casa de Suplicação de Lisboa. Havia o mar e Junot entre o Brasil e Portugal.

Era o velho Supremo monárquico uma corte sem dimensão política, que servia a um Estado unitário, sob a invocação do imperador; o novo tribunal, uma instituição republicana, federativa, e a ela estava confiada a guarda da Constituição.

Nada melhor para compará-los que as mensagens que lhes justificavam a criação. O rei D. João VI argumentava a necessidade de proteger os “sagrados direitos de propriedade que muito desejo manter como a mais segura base da sociedade civil”.

Na República a exposição de motivos que acompanhou o Decreto no 848, de 11 de outubro de 1890, assinada pelo ministro Campos Sales, tem uma visão liberal. Vale recordar: “... o que principalmente deve caracterizar a necessidade da imediata organização da Justiça Federal é o papel de alta preponderância que ela se destina a representar, como órgão de um poder, no corpo social”.

“Não se trata de tribunais ordinários de justiça, com uma jurisdição pura e simplesmente restrita à aplicação das leis nas múltiplas relações do direito privado.”

“A função do liberalismo no passado... foi opor um limite no poder violento dos reis: o dever do liberalismo na época atual é opor um limite ao poder ilimitado dos parlamentos.”

“Essa missão histórica incumbe, sem dúvida, ao Poder Judiciário, tal como o arquitetam poucos povos contemporâneos e se acha consagrado no presente decreto.”

E concluía: “O ponto de partida para um sólido regime de liberdade está na garantia dos direitos individuais”.

O Supremo republicano tem uma estreita vinculação com o Senado. Começa com o Decreto 848 do governo provisório, que afirma no art. 50: “O Supremo Tribunal Federal terá a sua sede na capital da República e compor-se-á de quinze juizes, que poderão ser tirados dentre os juizes seccionais ou dentre os cidadãos de notável saber e reputação que possuam as condições de elegibilidade para o Senado”.

Os novos ministros deviam ter as condições de elegibilidade para o Senado. Por que o legislador não explicitou os requisitos? A idade, a nacionalidade, o gozo dos direitos políticos ao invés da referência ao Senado?

É evidente que existia a imagem da estreita vinculação do Senado americano à Suprema Corte, paradigma do novo modelo. Mas também existia outra.

Tenho uma observação sobre essa vinculação. Embora extinto, a imagem do Senado era a imagem do grande órgão do Império, de suas grandes virtudes, de suas grandes figuras. Como a República chegou sem evangelização, ela estava nos fatos mas não estava nas mentes. O desejo de um Supremo à moda americana era completado com uma composição à moda da Monarquia brasileira. Sabe-se que D. Pedro II tinha duas obsessões quanto a escolhas: catedrático do Colégio Pedro II e Senador do Império, embora, quanto a este, fosse acusado muitas vezes da preferência pela “cunha”, aquele nome que não era o do favorito. Incidentes foram criados por esse zelo do imperador, alguns deles importando mesmo em queda de gabinetes, como o foi o de Zacarias, com a subida de Itaboraí, quando o monarca não cedeu na preferência por Inhomirim.

O texto constitucional vinculou a imagem do ministro do Supremo à do senador vitalício e austero do Império desabado.

Nabuco, na sua monumental obra *Um estadista do Império*, magistral no desenho de perfis, diz que o Senado era o “mais ambicionado e o mais conservador dos centros do poder”. Ali chegavam os sobreviventes, porque a idade limite era de quarenta anos e o critério censitário exigia o “rendimento anual por bens, indústria, comércio ou empregos a soma de oitocentos mil réis”.

Afirma ainda Nabuco, retratando aqueles tempos: “Na vida do homem público, a escolha senatorial era outrora o fato principal; era a independência, a autoridade, a posição permanente, a entrada para a pequena aristocracia dominante”.

Machado de Assis, o incomparável cronista de *O velho Senado*, também nos oferece este testemunho: “A vitaliciedade dava àquela casa [o Senado] uma consciência de duração perpétua que parecia ler-se no rosto e no trato de seus membros”.

Há um episódio que bem retrata o cuidado do imperador na escolha dos senadores. Bem elucidativa dessa conduta, é, sem dúvida, a história que se conta a respeito do conselheiro Pedro Luís Pereira de Sousa.

Numa festa do Paço, ele dançava com a Viscondessa de Cavalcanti. Era considerado moço, e destacava-se o conselheiro numa carreira brilhante pelos cargos que já ocupara como ministro de Estrangeiros, presidente da província, deputado, e também um escritor

consagrado. Vendo-o dançar, aproxima-se um amigo do imperador e segreda-lhe, ao ouvido, numa insinuação direta: “O Pedro Luís está maduro para o Senado”.

Ao que o velho imperador retruca: “Mas, ele ainda baila...”.

Os senadores e os ministros do Supremo não podiam bailar...

E o poeta da Sombra de Tiradentes não pisou no Senado, porque logo a morte o colherá, aos 45 anos de idade.

Por outro lado, o Senado tinha a aura da magistratura. O conselheiro Nabuco de Araújo já preconizara que “o Senado não faz política”, e Rui Barbosa, poucos meses antes da República, em 2 de maio de 1889, no Diário de Notícias, ilumina o conceito de Nabuco, a respeito de o Senado não fazer política:

“O Senado não faz política; isto é: está na alçada ordinária do Senado, como está na da Câmara dos Deputados, mudar, por operação instantânea do seu voto, a direção geral da política do Estado, exautorando os gabinetes, a um aceno contrário da sua opinião”.

Esta concepção de um Senado isento, severo protetor da grande nação, misto de Tribunal e guardião das altas virtudes políticas, estava sem dúvida na mente de Rui e Campos Sales, quando imaginaram o Supremo Tribunal Federal e o vincularam à elegibilidade para o Senado.

O Senado Republicano não se sabia como seria. A visão do que era e seria o Senado era a visão do Senado do Império. A vinculação entre o Senado e o Supremo tinha assim outras raízes.

Entre algumas notas encontradas nos papéis do marechal Deodoro, fundador da República, há uma sobre a reunião feita para discutir a nova Constituição. Propuseram os autores do anteprojeto a nomeação dos ministros pelo Senado e redigiram uma proposta para o que seria o art. 64: “O Supremo Tribunal Federal se compõe de 15 membros, nomeados pelo Senado da União dentre os juizes federais mais antigos e jurisconsultos de provada ilustração”.

O velho Deodoro faz sua ressalva e deixa rascunhado: “Nomeados pelo governo, segundo a antiguidade e somente entre juizes federais”.

E acrescentou — certamente com uma certa restrição a advogados: “O juiz professa a Justiça, e o que professa o advogado?”

É desse tempo a carta que o Marechal Deodoro dirigiu a Rui, cinco meses depois da Proclamação da República, já sofrendo as dores da Presidência, doença do cargo, também encontrada em seus papéis:

“Ilmo. Amigo Sr. Dr. Rui Barbosa — 6 de maio de 90. Praticamente, para mim é-me impossível o alto cargo de que fui investido — o de chefe do Governo Provisório — porquanto nem tenho a paciência de Jó, nem desejo os martírios de Jesus Cristo: se por sermos filhos do pecado, temos de pagar neste mundo os erros de origem, contudo nos ficou a faculdade de evitar sofrimentos; e assim não tendo eu a louca pretensão de querer me aproximar de Jó nem Jesus Cristo, me julgo sem forças para continuar em tal cargo. A V.Exa. portanto, que é o primeiro vice-chefe do governo, entrego os poderes que me foram conferidos e retiro-me para o meu quartel, onde me achará quando, em matéria de profissão, se precisar do velho soldado.

Com estima e consideração, sou de V. Exa. amigo agradecido — Deodoro”.

Rui respondeu com a célebre frase: “Eu posso sair, o Senhor não”.

Quantas vezes, na Presidência, pensei nesta frase, quando recebia pedidos de demissão de ministros de Estado, invertendo-a: “O Senhor pode sair, eu não”.

A estreita correlação e vinculação do Senado ao Supremo não vem somente de suas origens. A Constituição dá ao Senado o poder de julgar os ministros do Supremo, e ao Supremo o de julgar os senadores. O Supremo tem competência para conceder segurança e injunção contra atos ou omissões do presidente ou da Mesa do Senado. O Senado aprova as indicações para ministro do Supremo e completa a função política e constitucional do Supremo, na competência de “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Esta competência faz do Senado participante da obra judicial.

“Seria supérflua a disposição que convertesse o Senado em porteiro dos auditórios para solenizar a decisão do Supremo Tribunal Federal. Era mais simples, nesse caso, declarar que ficariam sem nenhum efeito as leis julgadas inconstitucionais pelo STF” — são palavras de Aliomar Baleeiro, ao examinar a matéria e autonomia do Senado em estabelecer, *erga omnes*, a aplicação da lei.

O Senado jamais teve períodos de tensão com o STF e nunca faltou à instituição. Floriano, no conhecido episódio da nulidade do Código Penal da Marinha decretada pelo Supremo, nomeou ministros do Tribunal o médico Barata Ribeiro e os generais Inocêncio Galvão de Queirós e Raimundo Everton Quadros, baseado na interpretação de que o preceito constitucional “reputação e notável saber” não se referia apenas ao saber jurídico. O Senado não aprovou as nomeações.

Do Senado americano não se pode dizer a mesma coisa. Algumas vezes foram ameaçados ou instaurados processos de impeachment contra membros da Corte Suprema. Recordemos, como o último e mais rumoroso incidente, o que Roosevelt patrocinou contra a Suprema Corte

ao ameaçar nomear um juiz para cada membro que tivesse mais de 70 anos, a fim de assegurar a continuidade das ações do *New Deal*, bloqueadas pela Corte conservadora e envelhecida.

O clima de tensão entre o Legislativo e a Corte, que ali se estabeleceu, sempre pode ser resumida numa afirmação do juiz Harlan: “...se nós não gostamos dum ato do Congresso, não temos muita dificuldade em achar fundamentos para declará-lo inconstitucional...”.

Nos Estados Unidos também os presidentes mantiveram violentas pugnas com a Corte Suprema. Grandes presidentes, como Lincoln, Roosevelt, Jefferson, não fugiram à regra.

Aqui no Brasil, o Supremo Tribunal teve sempre ao seu lado, por parte do Senado, um clima de confiança e admiração pela sua tarefa. Há um ilimitado respeito pela suprema dignidade de sua magistratura.

Basta notar que na História deste país o Poder Legislativo, por atos de força, foi fechado algumas vezes e teve suspensas as suas funções algumas vezes; tivemos revoluções, tivemos violência de toda natureza ao longo da História da República, mas ninguém teve coragem de fechar o Supremo Tribunal Federal.

Mas o STF teve de conviver com um país em constante turbulência. Poucos meses depois de sua instalação, o vendaval batia as suas portas. O Congresso era dissolvido. Vem o levante da Armada, tendo à frente o almirante Custódio José de Melo. Deodoro renuncia. Floriano assume e corta a cabeça dos governadores. Estado de sítio, deportações, quebra das liberdades e das garantias individuais. A violência impera. O Supremo Tribunal é chamado a desempenhar sua função política constitucional. A História republicana se move e se contorce, iniciando um doloroso calvário.

Rui, que sonhara o Supremo como a Corte Suprema dos Estados Unidos, defensora das leis, responsável pelo primado do Direito, chama-o a seu dever. Deseja combater a força das armas, o poder do arbítrio, pela força da lei.

Impetra *habeas corpus* para 46 pacientes, generais, almirantes, jornalistas e até o poeta Olavo Bilac.

Não adiantaram as exortações de Rui ou as considerações de Campos Sales, no decreto de instalação do órgão sobre a função excelsa do Supremo, criado para revelar o espírito da Constituição e conter o arbítrio.

Recordemos o idealismo de Rui e sua visão do STF. Vamos reconstituir o cenário. Depois da República, o abolicionista, o juriconsulto, o homem de estado, construtor das instituições, volta a ser o advogado e, pela primeira vez, assoma à tribuna do STF. Vê o Tribunal formado, e ali materializado o seu sonho. Para ele é um Tribunal sagrado. Tem todas as energias.



Foto: Orlando Brito

José Sarney e obra do artista Gustavo Hastoy que retrata a assinatura da primeira Constituição Republicana do Brasil, acervo do Museu do Senado.

Empunha a espada da Justiça. Em sua mente, ali não estão homens, ali não está o Tribunal, mas a Corte que tem a força gigantesca da lei, do controle constitucional, pairando acima de tudo. Rui sente-se menor. Sua vaidade, sua segurança, sua cultura desaparecem e suas palavras parecem uma prece, têm o cheiro dos incensos nas liturgias. O silêncio daquela sala simples ouve a voz do grande mestre:

“Minha impressão” — diz Rui — “neste momento, é quase superior às minhas forças, é a maior com que jamais me aproximei da tribuna, a mais profunda com que a grandeza de um dever público já me penetrou a consciência, assustada da fraqueza do seu órgão. Comoções não têm faltado à minha carreira acidentada, nem mesmo as que se ligam ao risco das tempestades revolucionárias. Mas nunca o sentimento da minha insuficiência pessoal ante as responsabilidades de uma ocasião extraordinária, nunca o meu instinto da pátria, sob a apreensão das contingências do seu futuro, momentaneamente associado aqui às ansiedades de uma grande expectativa, me afogaram o espírito em impressões transbordantes, como as que enchem a atmosfera deste recinto, povoado de temores sagrados e esperanças sublimes”.

E acrescenta: “Nós, os fundadores da Constituição, não queríamos que a liberdade individual pudesse ser diminuída pela força, nem mesmo da lei. E por isso fizemos deste Tribunal o sacrário da Constituição, demos-lhe a guarda de sua hermenêutica, pusemo-lo como um veto permanente aos sofismas da razão do estado, resumindo-lhe a função específica nesta ideia”.

Sofreu o que muitas vezes sofrem todos os advogados.

O *habeas corpus* é negado. Mas a derrota não o faz descreer do Tribunal nem arrefecer sua confiança na Justiça, e, num gesto que ficou na História do Tribunal, beijou a mão de Piza e Almeida, o único voto divergente.

Está isto marcado e repetido, indelevelmente, na História do Supremo Tribunal Federal.

Aqui, como nos Estados Unidos, o Supremo Tribunal Federal viveu épocas de grande tensão com o Poder Executivo.

Floriano, a exemplo de Andrew Jackson contra Marshall, teria afirmado em face da concessão de inúmeros *habeas corpus* pelo Supremo: “Eles concedem a ordem, mas depois procuram saber quem dará *habeas corpus* aos ministros do Supremo”.

Não respeitou decisões e escreveu: “Considero em pleno vigor as limitações feitas pelo art. 47, do Decreto no 848 ao direito de concessão de *habeas corpus* e não posso deixar de manter em vigor o Código Penal da Armada”.

Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil, em mensagem ao Congresso, externou sua insatisfação com a conduta do Supremo: “Não dissimulo” — afirmou — “que foi grande minha decepção vendo a ação do Poder Judiciário... [que] abalou a harmonia entre os poderes...”.

Com Campos Sales e Rodrigues Alves não se verificaram atritos visíveis. Foi um tempo em que a Corte mudou a sua composição. Os velhos juizes do Império cederam lugar aos que absorviam o novo espírito da casa e sua posição em face do regime.

Hermes da Fonseca desacatava o Tribunal constantemente, não cumpria decisões e reivindicava em pé de igualdade competência como executor da lei e de intérprete da Constituição.

Com Venceslau Brás melhora o convívio. Carlos Maximiliano, ministro da Justiça, procurou estabelecer relações corretas com o Judiciário. Foi um tempo de tranquilidade que durou pouco. Epitácio Pessoa, que tinha sido ministro do Supremo, também não fugiu à regra de rugas com a sua antiga casa, e Artur Bernardes passou para a história dos incidentes com o Judiciário ao não cumprir a ordem de *habeas corpus* concedido a Raul Fernandes, então presidente do Rio de Janeiro.

Getúlio Vargas, com a Revolução de 30, diminuiu o número de juizes e aposentou aqueles que tinham tomado parte nas decisões de 22 e 24 nos *habeas corpus* da Coluna Prestes, entre eles Pires e Albuquerque, um dos maiores juizes que passaram pela Corte.

Vargas perpetrou um dos mais terríveis atos contra a instituição da Justiça. Anulou, por decreto, uma sentença do STF e avocou a si a nomeação do presidente do Supremo, prática anulada quando o ministro José Linhares assumiu a Presidência da República depois dos episódios de 29 de outubro de 1945.

Juscelino Kubitschek não teve atritos com o tribunal, mas teve a sua investidura conturbada pelos pronunciamentos militares, quando surgiu a doutrina Nelson Hungria, de duvidosa aceitação, que negou os *habeas corpus* pedidos pelo deposto presidente Café Filho, ao considerar que a Corte desarmada não enfrenta o ruído das baionetas.

A Revolução de 64 limitou a competência do Supremo. Este que, ao longo de sua história, vivera confrontos com o Executivo, viu restringida a sua ação e colocados fora da proteção da Justiça os atos emanados da força e os atentados aos direitos individuais. Dessas terríveis restrições nasce a relativa calma nos vinte anos da Revolução de 64. Mas nem assim podemos dizer que o Supremo não resistiu e falhou a sua missão. Ao contrário. O presidente Castello Branco, que tinha uma dimensão dos valores institucionais e que desejava uma revolução limitada, que imediatamente voltasse ao leito da normalidade, teve de enfrentar

pressões e tensões, e salvou o Supremo das cassações. Mas teve de aumentar o número dos seus juizes e o fez por motivos revolucionários, embora na crença de que principalmente atendia aos reclamos da Justiça, morosa e tardia, em face do volume de processos que chegava à Suprema Corte.

Já o presidente Costa e Silva, no AI-5, alterou a composição do Tribunal e aposentou juizes, como Victor Nunes Leal, um dos brilhantes ministros que ali tiveram assento e construtor da súmula que alguns veem concebida no Decreto no 2.684, de 23 de outubro de 1875.

Mas foi nesse período que o Supremo teve um dos seus momentos mais altos. Um dos seus grandes juizes, Aliomar Baleeiro, que foi meu colega no Congresso e companheiro de liderança, de quem tenho o orgulho de dizer que fui amigo, revelou-se no Supremo um grande magistrado. Sua cultura e lucidez estiveram a serviço da Justiça.

Refiro-me ao julgamento da constitucionalidade do Decreto-Lei no 322. Numa época de temores e de evasivas, em que em nome da Segurança Nacional se abusava e pisava, Baleeiro conduziu o Supremo a declarar a inconstitucionalidade do Decreto-Lei no 322, construindo a doutrina de que os poderes de editá-los, “de urgência” , “interesse público relevante”, “segurança nacional” não estavam imunes à consideração do tribunal. A matéria tratada não exigia a urgência constitucional da medida invocada pelo Executivo, e fulminou:

“O conceito de segurança nacional não é indefinido e vago, nem aberto àquele discricionarismo do presidente ou do Congresso. Segurança nacional envolve toda a matéria pertinente à defesa da integridade do território, independência, sobrevivência e paz do país, suas instituições e valores materiais ou morais contra ameaças externas e internas, sejam elas atuais e imediatas ou ainda em estado potencial próximo ou remoto.

Repugna a Constituição que, nesse conceito de segurança nacional, seja incluído assunto miúdo de direito privado, que apenas goza com interesses miúdos e privados de particulares”...

Esta exemplar decisão marca a continuidade da conduta do Supremo nesta etapa da vida pública nacional, dentro de sua melhor tradição.

Fui presidente da República, mas falo em nome do Senado. Presidi o país num momento de transição, em que as pressões contidas explodiam. Filho de magistrado, em nossa Casa nunca houve estante vazia nem ouvidos fechados

para as injustiças. Menino, peregrinei de município em município no interior mais pobre do Brasil, vendo meu pai, a extraordinária figura de meu pai, cujo nome é consagrado no Fórum do Maranhão, com aqueles livros sofridos e velhos, amassados pelas viagens e pelo tempo, repositórios dos princípios sagrados do Direito. Quantas noites o revejo, nas noites escuras do sertão à luz das lamparinas, a redigir sentenças e despachos.

Na Presidência da República entronizei a Constituição em minha mesa de trabalho e na sala inteira. Inerente aos meus atos e presentes nos meus deveres estava o espírito da Justiça, na lembrança do Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, a me alertar sobre os caminhos da ilegalidade, quer por desconhecimento, quer pelo poder. Para fugir do primeiro recorria aos mestres e, do segundo, a uma vida inteira, erigindo estátuas à Justiça, na tradição de uma família de bacharéis, que abominava a força e sempre acreditou na prudência, na paciência, no diálogo, nas virtudes maiores dos valores do espírito e do Direito.

Coube-me presidir o Brasil, num momento da volta ao estado de direito — a plenitude das liberdades públicas, sem quaisquer restrições. E a transição é a mais difícil de todas as crises políticas a serem administradas. É obra complexa, exige sabedoria, experiência, compreensão. Exige postura de renúncia e de humildade. Alto é o seu preço político. Ela tem sido o túmulo de grandes estadistas. Transforma heróis em vilões, santos em demônios e, às, vezes, democratas em ditadores. Tivemos cinco eleições, a Constituinte mais polêmica deste país. Nenhum recurso, nenhuma acusação contra abuso de poder, nenhuma ameaça, nenhum receio, nenhuma sombra sobre a liberdade.

Em longa vida política nomeei, como governador e presidente, mais de uma centena de juizes. Provi os cargos dos novos tribunais criados pela Constituição. Nunca estabeleci qualquer relação entre a escolha e a função judicante, nem procurei opinar no julgamento da elaboração das listas de mérito. Em nenhum momento interferei direta ou indiretamente na administração da Justiça. Para marcarmos a normalidade constitucional, a simplicidade do sistema democrático, o então presidente do Supremo, ministro Moreira Alves, foi chamado a exercer a Suprema Magistratura do nosso país, na ausência do titular e de seu substituto, na confiança absoluta de nossas altas responsabilidades.



Foto: Orlando Brito

O Supremo é também a história dos seus ministros. Eles fazem a História da casa.

Eles participam da História da República.

A nomeação dos ministros do Supremo sempre recebeu do Poder Executivo e do Senado um tratamento de grande relevância. Os escolhidos não vêm ao Supremo para fazer carreira, mas trazem ao Supremo prestígio de seu saber e consagração. A Constituição entregou ao Senado a competência de zelar por este princípio.

Rui Barbosa, o vigilante defensor do Judiciário, não deixou de advertir os presidentes para este ângulo. Em carta a Afonso Pena, alertava: “Costumo dizer que, se há inferno, ali deve estar reservado lugar de honra aos presidentes que, cedendo a tais móveis (visão política), elegem magistrados ruins”.

O próprio Supremo não tem ficado ausente desse aspecto, zelando pelo prestígio da casa, embora de modo velado ou contido.

O ministro Luís Gallotti contou a esse respeito que, para a vaga do ministro Aníbal Freire, o presidente Dutra ia escolher um nome que não estava à altura do Supremo. O presidente de então, Laudo de Camargo, pediu a Gallotti que fosse intérprete perante o presidente da República da opinião do Supremo.

No Catete, o presidente ouviu as ponderações do tribunal. Disse Gallotti em sua argumentação: “Presidente, ao escolher este nome o senhor corre também o risco de vê-lo não aprovado pelo Senado”.

O presidente respondeu: “Esse risco eu não me importaria de correr, mas indicar para o Supremo Tribunal alguém que o tribunal não julga digno da investidura, isso não farei”.

É o mesmo ministro Luís Gallotti quem relata outro fato.

Para a escolha daquele que foi um dos seus maiores juízes — Pires e Albuquerque — moveu-se o Supremo. Pedro Lessa — o maior dos nossos juízes na opinião de muitos — foi a ele dizer do desejo do tribunal de que, para a vaga existente, fosse ele o escolhido.

“Pires de Albuquerque respondeu: — Em suma, Dr. Lessa, o que o Senhor me pergunta é o seguinte: Que preferiria eu? A nomeação para ministro da nossa mais alta Corte de Justiça ou a honra, sem precedentes, de ser indicado para o cargo pelo Supremo Tribunal, mesmo não sendo nomeado. Eu prefiro esta honra”.

Nos Estados Unidos a história da Corte é marcada pelos grandes nomes de Marshall, Holmes, Warren. Aqui, de Piza e Almeida, Pedro Lessa, Pires e Albuquerque, Barradas, Gallotti, Baleeiro, Victor Nunes Leal, para falar dos mortos.

No Brasil o art. 102 da Constituição entregou ao Supremo Tribunal Federal a maior de todas as responsabilidades do país: "Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição".

A guarda da Constituição!

Dessa competência já tinha Rui uma ampla visão, que expressou no discurso de posse na presidência do Instituto dos Advogados, em 1914:

"Sendo essa instituição peculiar ao tipo federativo de origem americana, o Supremo Tribunal Federal está de vela, na cúpula do estado, a todo o edifício constitucional, sendo [...], essa instituição equilibradora, por exigência do regime, a que mantém a ordem jurídica nas relações entre a União e seus membros, entre os direitos individuais e os direitos do poder, entre os poderes constitucionais uns com os outros, sendo esse papel incomparável dessa instituição — a sua influência estabilizadora e reguladora influi de um modo nem sempre visível, mas constante, profundo, universal, na vida inteira do sistema. Nem ela, sem ele, nem ele, sem ela, poderia subsistir".

Avulta, desse modo, o papel do Supremo Tribunal na vida do país, ainda agora posto em relevo com elevado número de ações diretas de inconstitucionalidade de dispositivos de Constituições estaduais, desbordantes dos princípios consagrados na Constituição Federal. O Tribunal é, assim, guarda incorruptível da vida da federação, velando pelos princípios que a inspiram na Carta da República.

Aqui as declarações de inconstitucionalidade foram maiores que nos Estados Unidos.

Mas não só em julgar arguições de inconstitucionalidade o Supremo Tribunal supera a Suprema Corte americana. Revela acentuar, para efeito de comparação, que o procedimento da Suprema Corte nos Estados Unidos é bem diferente do adotado no tribunal brasileiro, em relação aos processos que sobem ao seu exame e julgamento. Naquela Corte, há três formas de procedimento: pode o juiz simplesmente recusar a apreciação do caso, por considerá-lo irrelevante, devolvendo por simples despacho. Essa forma alcança, anualmente, noventa por cento das causas submetidas à Corte. Na segunda hipótese, a Corte aceita o caso para ser julgado e o submete a "procedimento completo", o que inclui sustentação oral e decisão sobre o mérito. Poucos são os processos que logram esse tratamento. Na última forma, a Corte aceita o caso para examiná-lo sem argumentação oral e o decide em breve sentença, não fundamentada, que é conhecida no fórum como *per curiam*. Essa seleção de processos resulta em sensível redução do volume de serviços na Corte Suprema.

Já no Supremo Tribunal brasileiro, os processos vão necessariamente ao exame do relator, que os põe na maior parte das vezes em pauta, para o julgamento pela turma ou pelo plenário, conforme a natureza da causa. O recurso pode ser conhecido e provido ou apenas não conhecido, mas sempre pelo voto dos juízes. Raros são os casos em que os processos deixam de ser liminarmente conhecidos. É de acentuar que com maior número de legitimados para ação direta de inconstitucionalidade da lei, avultou-se o número de processos dessa natureza que vão a plenário, não raro por duas vezes: para decidir sobre a medida cautelar e para o julgamento final.

Como se vê, a judicatura do Supremo Tribunal, que os Srs. Ministros conhecem tanto, mas que aqui desejo ressaltar para conhecimento desta Casa, no instante desta homenagem, é um labor constante. Ali se levanta um poder independente e silencioso, atento aos deveres como baluartes das liberdades e garantias constitucionais.

É a esse Tribunal que esta Casa presta esta homenagem, reverenciando a sua integridade e sua fidelidade aos anseios de nossa nação, conduzindo-se como maître savant da vida republicana.

Mas, como tudo na vida, o Supremo não recebeu só flores. João Mangabeira disse que, das instituições republicanas, a que mais falhou à República foi o Supremo. Falava por ele o ressentimento dos meses de prisão, vítima da violência política e da injustiça. Infelizmente ele não pôde ver a floresta; viu apenas a árvore.

Ele não viu o Supremo criativo que abriu, a golpes de audácia, a teoria do habeas corpus, buscando a concepção maior da violência, ao admitir que o direito de locomoção era o fim de uma infundável trilha de violações de direito que podiam ficar ao largo da proteção da justiça; não viu o Supremo que não se curvou a governantes autoritários, que não defendeu interesses de castas, que se modernizou, que aprovou as intervenções do Estado na ordem econômica em busca de harmonizar os conflitos sociais e os mais desvalidos; não viu o Supremo respeitado, íntegro, austero, digno, onde a nação vai agasalhar-se nas suas horas de tempestade.

O Senado, ao aprovar os juízes, investe-os no reconhecimento constitucional do saber e da reputação ilibada. A responsabilidade do Senado é julgar os juízes que irão julgá-lo. O Supremo não faltou à República, e o Senado não faltou ao Supremo ao dar-lhe grandes juízes. Se o presidente escolhe, é o Senado quem lhes aprova as condições e que os investe na dignidade suprema do cargo. E a soma de todos os juízes é menor do que a instituição do Supremo.

Vive o Supremo neste seu centenário um instante de glória em sua história. No esplendor do seu prestígio, de seu respeito, é a ele cometida a grande missão que foi dada à Corte Suprema, nos Estados Unidos, quando teve que dar vida à Constituição votada no século XVIII.

A Constituição americana é um texto conciso. Basta ver o que fez o juiz Warren. Esse experimentado político, que também se revelou um grande juiz, passa à história como um dos maiores magistrados de todos os tempos. Eu me recordo que li, no New York Times, em 1961, quando estava nas Nações Unidas, um editorial no qual se dizia que, quando daqui a mil anos se falar na década dos anos 60, não será dito que essa foi a época das grandes descobertas científicas na direção do átomo; mas, sem dúvida, se dirá que foi a era do juiz Warren.

Foi ele quem colocou os negros dentro das escolas, quem abriu caminho para a liberdade religiosa, e por isso foi atacado, dizendo-se que ele teria expulsado Deus das escolas. Foi ele, portanto, um grande juiz.

No Brasil tem hoje o Supremo Tribunal Federal uma grande responsabilidade: a tarefa de aplicar e construir, pela doutrina, a nova Constituição de 1988.

Nos Estados Unidos a Corte Suprema teve de abrir espaços. No Brasil, o STF terá de buscar a alma, o espírito do texto constitucional, para que ele não escape no emaranhado difuso das palavras. Temos uma Constituição liberal, protetora dos direitos individuais e aberta à ampliação dos direitos sociais, contra os abusos do poder econômico, pelo primado da lei e submissão de todos os poderes ao poder político, que é a síntese de todos os poderes, porque delegado da soberania nacional. Ela sem dúvida estabeleceu também um estado social de direito. Seus defeitos residem no hibridismo e na falta de coragem de definir com clareza os mecanismos de governabilidade.

O grande desafio do Supremo nesta hora é, assim, repito, viabilizar a Constituição de 88; buscar o seu espírito; podá-la dos excessos; ampliá-la nas suas lacunas, para que seja um instrumento de estabilidade, de segurança, de defesa dos direitos sociais e civis. E que a Corte jamais seja acusada de ter negado um direito ao escravo Dred Scott, como o foi a Corte americana, envolvendo-se nas causas da Guerra da Secessão.

Nós fizemos a nova Constituição, desde os brasileiros que elegeram os constituintes que foram participantes da Constituição até todos aqueles que a ela deram a sua contribuição. O que desejamos? Desejamos aquilo que desejam todos os que fazem as constituições: que ela dure além das nossas vidas, da vida dos nossos filhos, das vidas dos nossos netos, porque quanto mais velha, mais sábia e mais sagrada.

Estou chegando ao fim. Mas está faltando, sem dúvida, a palavra que sei que o Supremo desejaria ouvir: está faltando a palavra maior ao eterno patrono e ao advogado perpétuo do Supremo Tribunal Federal; a evocação do grande arquiteto, do seu grande apanágio, aquele que profetizou e viu a sua missão; que em palavras de ferro e de fogo o defendeu; que nele depositou todas as certezas da história e transmitiu até nós esta devoção, que é a devoção sagrada do país, pelo seu Supremo Tribunal Federal: Rui Barbosa!

Basta dizer-lhe o nome. Porque ele é o elo perpétuo entre o Senado, Casa a que pertenceu, e o Supremo, como senador e patrono da Corte.

Há palavras eternas. Quase todos os oradores que falaram pelo Supremo repetem estas palavras. Mas, por mais que sejam repetidas, elas não podem ser substituídas. E assim, vou repeti-las. Rui nos ensinou buscando nos gregos: "Eu instituo este Tribunal venerando, severo, incorruptível guarda vigilante desta terra, através do sono de todos, e o anuncio aos cidadãos, para que assim seja de hoje e pelo futuro adiante".

Nós, senadores, renovamos perante o Supremo, aqui presente, o nosso juramento também, que aqui fizemos, de defender a Constituição, a democracia, a justiça, a liberdade contra o medo, o direito dos cidadãos, e abominar todas as formas de tirania. Agora e para sempre!

Muito obrigado.

“

Os parlamentos atravessam a maior crise da História. Hoje se questiona, no mundo inteiro, a sua legitimidade. Com o surgimento de um novo interlocutor da sociedade democrática, a opinião pública, que veio para ficar expressa pela mídia e pela sociedade civil organizada, o eleitor também ficou prisioneiro desse sistema e passou a ser um refém no universo da comunicação.

Nesse clima, o Poder Legislativo é o mais vulnerável dos três Poderes, porque os seus conflitos são públicos, não temos paredes para ocultá-los. É um Poder desarmado e um Poder indefeso.”

Trecho do discurso de posse na Presidência do Senado Federal, 1 de janeiro de 1995



Foto: Acervo José Sarney

Vinte anos de democracia

Senado Federal, Brasília, DF, 15 de março de 2005.

Balanço de seu governo, da difícil estabilidade do poder até os insucessos e sucessos econômicos — medido em dólares, o PIB per capita dobrou, nos cinco anos —, e de sua prioridade para o social.

Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim; Sr. Governador de Minas Gerais, Aécio Neves; Sr. Ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo; Sr. Vice-Presidente da Casa, Senador Tião Viana; Sr. Senador João Alberto; Sr. Senador representante da Paraíba, Efraim Moraes; Sras. e Srs. Senadores; Srs. Ministros de Estado; ilustres Ministros do meu governo que tiveram a bondade de aqui comparecer; auxiliares que, comigo, àquele tempo, trabalharam pelo nosso país; minhas senhoras e meus senhores — e, se a Casa me permite fazer uma reminiscência e matar saudades, já que estamos falando ao Brasil inteiro —, brasileiras e brasileiros:

As datas redondas nos seduzem sempre a tentar marcar o tempo. É isso o que ocorre hoje, quando estamos aqui procurando marcar esse tempo de vinte anos da restauração democrática brasileira.

Ninguém governa o tempo em que governa. Há tempos em que a gente administra realidades simples; há tempos em que se administra escassez, ou fartura, a rotina do dia a dia, as crises que permanentemente têm os governos. Porém, há instantes em que a História se contorce juntamente com a tarefa de governar. Contorce-se de tal maneira que as decisões dos governantes podem se transformar em mudanças de rumo, podem se transformar em retrocessos.

Correspondeu justamente ao tempo em que exerci a Presidência da República um desses momentos da História em que ela, poderosamente, se movimenta, exigindo dos homens públicos assumir posições, que em geral não são chamados a assumir quando administram tempos tranquilos.

Àquele tempo reproduzíamos no Brasil a velha tradição brasileira, em momentos em que a História se movia, de sabermos encontrar um terreno comum para que o país pudesse prosseguir na marcha em direção ao seu destino.

Não é fácil falar quando se é, de certo modo, um participante da própria História. Mas a História do Brasil é marcada justamente por aquele mesmo sentimento que nos uniu naquele momento difícil.

Recordo que, na Independência, não nos matamos entre portugueses que aqui estavam e brasileiros. Foram José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo, José Bonifácio que começaram a conversar com o imperador, de modo que ele depois dissesse o “Fico”, comandasse a Independência, convocasse a Constituinte. Dessa forma, o Brasil se inaugurava não como os países de língua espanhola, separados por lutas sangrentas, formados em campos de batalha, que dividiram-se desde o tempo em que Bolívar pensou na Grã-Colômbia, mas como uma construção do poder político, síntese de todos os poderes.

No Brasil, conseguimos construir nossa História com um espírito de conciliação que nos une sempre nos momentos de dificuldades.

Enfrentamos a abdicação do imperador, a maioria, o Ato Adicional, a questão da escravidão. Chegamos, finalmente, à República. Republicanos e monarquistas unem-se para encontrar a saída para o país. Foi assim sempre, e isso explica a unidade nacional. O Brasil só é esse continente, só se manteve unido, porque os homens públicos brasileiros — essa construção política do Brasil — souberam manter o país na sua integridade.

Esse espírito é sempre encarnado por um homem. Naquele momento, a História tinha preparado para colocar todo esse peso da tradição brasileira num homem que se chamava Tancredo Neves. Tancredo mesmo dizia: “Eu sou um conciliador”. Essa era a sua essência. É por isso que ele falava muito em Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, que tinha sido do Ministério da Conciliação. E, até para fazer uma pequena restrição, dizia: “Só não transijo com os princípios”. Era quase aquilo que Gandhi dizia, quando falava dos pecados do mundo: não há penitência sem dor e não há política sem princípios.

O centro da ação política de Tancredo Neves, sua característica maior, residiu no espírito de conciliação. Conciliar é admitir que não somos donos da verdade, e que nossas ideias podem conviver com outras ideias.

É o campo da pluralidade, ideal democrático, muito difícil de se alcançar na política, onde muitas vezes se toma como inaceitável a convivência. A visão do político menor limita suas obrigações às suas verdades e dogmas e aos interesses dos partidos e facções. Outro terreno é o espaço dos estadistas quando, acima da política, está o interesse de todos. Todos. Nessa palavra-chave está a chave do homem de estado. Quem melhor o definiu foi Tiradentes, que se dava como missão trabalhar para todos. Tancredo tem esta marca de pensar em todos e toda sua vida é marcada pela palavra conciliação, que é a busca de servir a todos.

Tancredo dizia que a conciliação não podia ser confundida com um mero oportunismo, mas como uma opção pragmática e circunstancial. É uma negociação sempre desejável na sociedade pluralista e aberta, para evitar barganha política indesejável, substituindo-a por um meio “legítimo de resolução de conflitos vividos pela sociedade”.

A História tinha preparado Tancredo para essa tarefa, pois ele era um homem que conhecia o Brasil, os homens, a arte política. E só foi possível que se construísse a transição graças a esse conjunto de qualidades que ele encarnava.

Tancredo tinha o trabalho do passado, das crises que vivera. Ele chorara diante do túmulo de Getúlio, falara, comovido, naquela compulsão nacional que foi a morte do presidente. Tancredo fez um discurso de conciliação, pediu que o Brasil não se dividisse no sangue e no gesto de Vargas. Assim se comportou naquele momento.

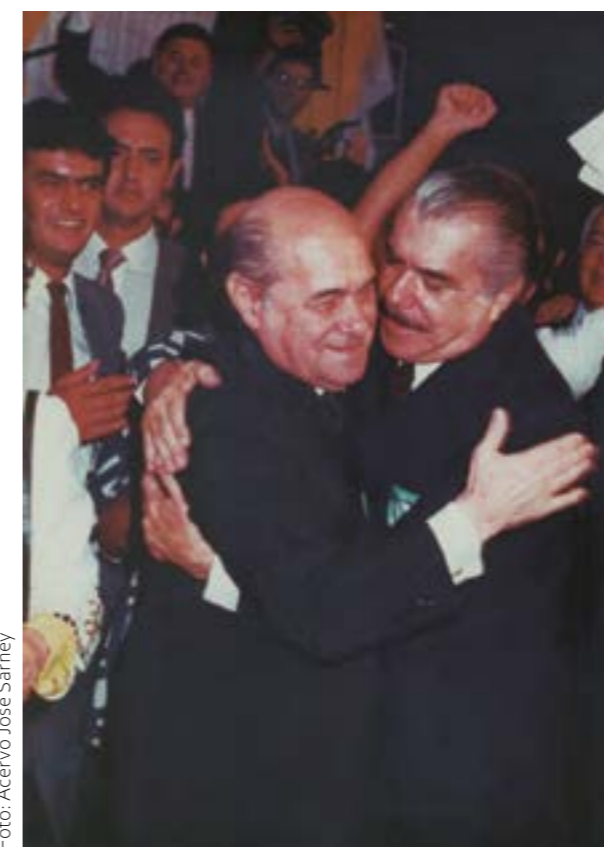


Foto: Acervo José Sarney

Com Juscelino Kubitschek e a crise da maioria absoluta, é Tancredo quem costura, com a sua capacidade, aquilo que depois se tornou a posse de Juscelino Kubitschek. O presidente assumiu marcado para ser deposto, porque havia uma reação das Forças Armadas, uma reação política muito grande. Por isso, ele saiu do Rio de Janeiro em busca de Brasília, como D. João VI saiu de Portugal para o Brasil por causa das tropas napoleônicas.

Na crise de 61, com a renúncia de Jânio, a solução é construída pela conciliação. Só há um homem para essa tarefa, aceito por todos. E quando se diz que Jango Goulart foi empossado e se criam várias teses para analisar aquela crise, meu testemunho de quem viveu os fatos é o de que foi o penhor do equilíbrio de Tancredo Neves à frente do governo parlamentarista a chave da solução. Ele inspirava confiança. E como ele soube exercer sua capacidade tática de negociar! Como formou um gabinete que, na heterogeneidade, tinha a

unidade de objetivos. Quais eram eles? Manter Jango no poder? Uma questão pessoal? Não. Era atravessar uma etapa. E ele fez admiravelmente bem: baixou a temperatura política, impessoalizou sua tarefa, dissolveu as nuvens da discórdia.

Em março de 1978, Tancredo torna-se líder da Bancada do MDB na Câmara. Em novembro, mês em que acaba o bipartidarismo, elege-se senador. Articula, então, a criação do Partido Popular (PP), de centro, que reúne dissidentes do MDB e da Arena, inclusive seu histórico rival Magalhães Pinto. Solução mineira: Tancredo é o presidente e Magalhães o presidente de honra. É a tentativa de criar uma opção de poder de centro, democrática, diferenciada da esquerda e da direita radical. No final de 1981, o governo Figueiredo passa o voto vinculado e abate o PP que, então, reage e se funde com o PMDB. No final de 1978, caíra o AI-5, com a emenda constitucional de que fui relator.

Eleito governador de Minas em 82, Tancredo assume, em março de 83, e prossegue a luta pela redemocratização. “O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade.” “Liberdade é o outro nome de Minas.” Então, age no Congresso, na imprensa, na prática permanente do diálogo e da conciliação. No governo de Minas, acerta com Aureliano Chaves o Acordo de Minas — Aureliano, outro patriota, grande brasileiro, a quem a nação muito deve. Se um dos dois saísse candidato a presidente, o outro apoiaria. Participa da campanha por eleições Diretas Já para presidente no início de 84. Prega a união nacional. Trabalha exageradamente e diz com ironia: “Para descansar, tenho a eternidade”.

Com apoio de amplo espectro ideológico, compõe, costura e aglutina as forças de oposição e dissidentes do governo — como Aureliano Chaves, Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira, eu próprio e muitos outros — e sai candidato à Presidência no Colégio Eleitoral. Tece engenhosa articulação dentro do PMDB. Une os diversos grupos e correntes, rompe resistências no seu partido, recebe a adesão do grupo autêntico, atrai o apoio de Ulysses. Dialoga com setores do governo, vai à sociedade civil, dialoga com lideranças militares, quebra resistências, vence manobras políticas. Faz vibrante campanha por todo o país, recebendo a aprovação direta do povo nas ruas e praças, sempre com a bandeira da conciliação nacional, sem revanchismo, como saída para o impasse e a crise.

Transige e negocia. Transforma a energia política da campanha das Diretas Já em combustível da vitória no Colégio Eleitoral. Faz impensável engenharia política. Coerente, é sempre o moderado fiel à liberdade. Prega mudanças, promete a convocação de assembleia nacional constituinte, pede união e condena o sentimento de represália. O projeto é a democracia. Tranquiliza todos, militares e civis. Faz o que adora fazer: política. A grande política.

Muitos presidentes, na História do Brasil, assumiram com a vocação de serem depostos. Como Deodoro, Bernardes, Getúlio em 1950, Juscelino, Jango, também posso dizer que

fui um presidente que assumiu com todas as condições para não terminar o seu mandato:

não tinha um grande partido, não fora a pessoa que compusera o ministério, não conhecia os programas de governo. Sempre dizia a Tancredo Neves que eu me preparava para ser o vice-presidente fraco de um presidente forte.

De repente, naquela noite — aqui lembrada e que não quero lembrar para não repetir as amarguras e as emoções que vivi naqueles instantes de tristeza e de comoção —, às 3 horas, o general Leônidas Pires me telefonou dizendo: às 10 horas, o senhor vai assumir a Presidência da República.

Pensem o que é, para uma pessoa de responsabilidade, assumir a Presidência da República, com todas aquelas fragilidades! Meus olhos estavam voltados para o futuro e eu perguntava: o que vai acontecer? O que vamos ter? O que vai acontecer comigo? O que o destino quer fazer comigo? Por que me trouxe de tão longe para, neste momento, desafiar a minha capacidade?

Fui quase que levitando jurar a Constituição. Foi um momento que jamais esquecerei na minha vida e que me marca profundamente. Mas, hoje, 20 anos depois, estou aqui, não com aqueles olhos no futuro, procurando o que ia saber, mas com os olhos no passado, sabendo que todos fizemos uma grande transição democrática neste país. (Palmas.)

Foi obra de todos nós, foi obra de Ulysses, foi obra de Tancredo, porque Tancredo dava o exemplo. Ele dizia ao Dr. Dorneles que só aceitava ser operado se o presidente Figueiredo me transmitisse o poder, porque ele lutara por aquilo. Seus olhos estavam sempre voltados para o objetivo de sairmos daquela situação naquele instante. E o Dr. Dorneles, de certo modo, forçando os acontecimentos, disse a Tancredo: “Você pode se operar, porque o Figueiredo vai dar posse ao Sarney.” E ele disse aos médicos: “Então, me operem”.

Esse homem jogava a sua vida pelos interesses do país. Ele não estava pensando simplesmente em tomar posse pela posse; ele estava pensando em tomar posse pelo país. É por isso que acho que a frase de Afonso Arinos é a mais perfeita de todas. Diz: “Na História do Brasil, muitos deram a sua vida pelo país, mas Tancredo é o único que deu a sua morte pelo Brasil”.

Eu seria injusto se, na lista dessas evocações, não incluísse a figura de Aureliano Chaves.

E o faço até por um dever pessoal, até por um dever de consciência, porque, quando eu dizia que não aceitava ser vice-presidente, que não queria ser vice-presidente, ele me chamava e pressionava: “Não se exclua! Se você não for o vice-presidente, eu não farei a Aliança Democrática!”. Com isso, ele me impunha. E é com a evocação da minha gratidão

eterna por ele ter acreditado em mim naquele instante, que tenho a obrigação de relembrar, perante esta Casa, o que foi a presença de Aureliano na junção daquelas nossas forças.

Muitos dos que participaram daquele momento estão aqui. No início, éramos Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira e eu, dentro do PDS. Depois, se agregaram a nós Antônio Carlos, Aureliano, Marco Maciel, e começamos a ampliar de tal maneira esse conjunto, que foi possível chegarmos à decisão que tivemos que tomar.

Mas Tancredo era um homem experiente, sabia que eu não podia ser vice-presidente apenas por ser indicado pela Frente Liberal, eu precisava também ter a legitimidade da sua escolha. Ele, então, chamou-me, uma noite, a Minas Gerais, à casa de Murilo Mendes. Dona Risoleta jantava com a senhora Murilo Mendes em uma mesa separada. E disse-me — sabendo que isto não era tudo, mas me legitimando naquele momento: “Sarney, se você não aceitar ser vice-presidente, eu talvez não possa sair do governo de Minas.” Talvez essa fosse uma maneira de falar. E argumentei: “Tancredo, você tem tantos candidatos e pode escolher qualquer um deles”. Ele respondeu: “Mas você conhece o mapa da mina do PDS”.

Ele julgava que, por eu ser presidente do partido, eu conhecia todos os delegados. E ele, então, grande articulador político, legitimava-me na escolha que a Frente Liberal fazia e entregava-me uma missão ainda mais dura, que era a de procurar a maioria dentro do nosso partido.

Vejo aqui Aecinho — chamo-o assim. Quando ele assumiu interinamente a Presidência da República, como presidente da Câmara dos Deputados, eu, que passei a me considerar um herdeiro dos compromissos de Tancredo Neves, fui visitá-lo. Quando entrei na sala, ele estava sentado como presidente da República. E eu disse: “Vim aqui trazer-lhe um presente que você não esperava que existisse, algo que certamente você iria receber. Eu vim trazer um beijo do seu avô Tancredo Neves!”.

Foi o que fiz. Eu o conhecia e via o amor que ele tinha por Aécio Neves. Eu via sempre o carinho. Como ele estaria feliz, hoje, nesta sessão, vendo seu neto como governador de Minas Gerais, ouvindo que o seu exemplo ficará na História do Brasil, não no seu nome, mas na pedra, no bronze e na eternidade!

Devo prosseguir, mas não poderei ser tão breve como desejava e como todos esperavam que eu fosse.

Quais foram as minhas dificuldades? Devo este depoimento ao Brasil, neste dia. Sempre pensei que eu precisava me legitimar e, muitas vezes, conversei sobre isso com Antônio Carlos. Ninguém pode ser presidente da República sem ser legítimo. E tracei um plano estratégico de como devia conseguir essa legitimidade. Não fui no escuro.

Ninguém pense que eu estava no meio dos acontecimentos como se fosse levado por eles! Não!

Em primeiro lugar, eu tinha de abrir totalmente o país, fazer um pacote político no qual todos os espaços nacionais fossem abertos às forças que emergiam da clandestinidade, dos partidos políticos que estavam banidos. Acabei com as eleições indiretas imediatamente, convoquei a Constituinte e eleições para novembro. Pensaram: “Que coisa mais absurda começar um governo com essas dificuldades e convocar eleições para novembro!”. Mas eu pensava que deveríamos abrir espaços para, em vez de violência e gente procurando se afirmar pela força, termos a liberdade florescendo, e para que o país pudesse, respirando esses ventos da liberdade, encontrar-se com seu destino e sua construção. Assim, começamos a fazer essa parte.

O Brasil não era mais uma ditadura, porém estava longe de garantir o pleno exercício da democracia. O mundo estava cheio de exemplos de transições políticas traumáticas, como em Portugal e na Grécia, para não me referir aos sucessivos abortos institucionais na América Latina. Os próprios processos argentino, chileno e uruguaio preocupavam. Não era possível resolver tudo ao mesmo tempo. O Tancredo tinha um projeto cauteloso de transição. Mas ele chegava ao poder com um cacife político extraordinário, uma verdadeira federação de apoios populares. Podia, portanto, estabelecer prioridades tanto na política como na economia. Eu, não. Eu chegava desamparado à Presidência, numa verdadeira armadilha do destino.

Para legitimar o meu governo, eu tinha de buscar um caminho próprio que me levasse diretamente à opinião pública. Mostrar que eu tinha intenção e estrutura para comandar a transição. Eu resolvi, então, abrir todas as portas à liberdade. Correr o risco de ampliar espaços e estabelecer uma sociedade em condições de retomar a prática da liberdade em todas as dimensões de seu cotidiano. É claro que essa decisão tinha seus custos: 12 mil greves, imprensa com total independência e sequiosa de testar seus limites que, como se viu, eram ilimitados. Legalizei logo o Partido Comunista e convoquei a Constituinte unicameral. O objetivo era claro: romper os bolsões de pressão, criar espaços onde a energia para a contestação fosse liberada. Era o caminho da minha legitimação. Quem melhor compreendeu essa estratégia foi o PT, que aproveitou esses espaços para se consolidar, enquanto os partidos de talhe tradicional disputavam posições de governo em vez de apoiá-lo em um programa e pacto para a transição.

O primeiro dever do presidente é permanecer no poder e legitimar-se. Esta tarefa era difícil. Alguns ministros nem no olhar me poupavam de saber que não me aceitavam nem por mim tinham simpatia. Foi uma tarefa árdua avançar pouco a pouco, incutir-lhes a certeza de que não estavam lidando com quem não sabia nem previa o que estava acontecendo e o que seriam agora suas responsabilidades.

As Forças Armadas eram a única instituição capaz de exibir uma posição de força. Só elas têm planos estruturados para uma emergência de crise. As Forças Armadas sempre têm

programas para evitar o caos. Naquele momento, elas ainda eram as fiadoras do processo político. Essa foi outra área na qual tivemos o mais absoluto êxito. O que ocorria? Os militares ainda tinham grandes reservas, estávamos saindo de um regime difícil. Então, tive a oportunidade de chamá-los e de estabelecer com eles duas regras, com as quais conseguimos governar. Eles voltaram aos quartéis, profissionalizaram-se e mantiveram as Forças Armadas baseadas na Constituição e na lei, como estão até hoje, integradas na vida nacional. Foram as seguintes as regras, das quais o general Leônidas, que está aí, foi um dos principais interlocutores: primeiro, seguimos a orientação de Tancredo, que não desejava revanchismo — “a abertura tem que ser feita com as Forças Armadas, e não contra as Forças Armadas.” — e, com isso, evitamos a luta que podia ser desencadeada. Em segundo lugar, chamei todos os comandantes e disse: “Se sou o comandante em chefe, o dever de todo comandante é zelar pelos seus subordinados. A partir de hoje, os senhores não precisam mais fazer notas em ordem do dia, falando indiretamente, sobre qualquer assunto”, como sistematicamente se fazia. “Quem fala em nome das Forças Armadas sou eu e serei o seu maior defensor.”

Com isso, atravessamos um período em que não tivemos uma prontidão militar sequer; não tivemos qualquer insubordinação. Assim, foi possível que as Forças voltassem aos quartéis. Demos recursos para que pudessem trabalhar, modernizaram-se e hoje estão integradas à vida nacional, integradas ao poder político, que é a síntese de todos os poderes.

Um terreno estava à margem da disputa política: a política externa. Concentrei-me nela. Iniciei a prática da diplomacia presidencial amparada por um projeto coerente: o da afirmação de nossa soberania e de nossa inserção na América Latina. Avançamos muito. Firmamos a adesão do Brasil ao Convênio contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes — o Pacto de San José. Criamos, por iniciativa do Brasil nas Nações Unidas, a zona de paz do Atlântico Sul. Iniciamos, no mês de agosto, junto com o presidente Alfonsín, o Mercado Comum latino-americano com o programa de integração com a Argentina e o Uruguai, e aberto a todo o continente. Promovemos iniciativas bilaterais com os países amazônicos para defesa do meio ambiente. Reatei relações com Cuba. Visitei os EUA, mas também a Rússia e a China. Por três vezes falei na abertura da Assembleia das Nações Unidas. Realizei duas grandes e importantes reuniões históricas neste país, com presidentes do mundo inteiro. Lembro da reunião realizada em São Luís, de oito presidentes dos povos de língua portuguesa. Lembro a reunião que realizamos em Manaus, de sete presidentes de todos os países da Bacia Amazônica. Tivemos participação ativa no Grupo dos Oito, que também ajudamos a fundar. Lutamos nos organismos internacionais por um tratamento político da dívida. E tudo fizemos para que o país pudesse caminhar num tempo de grandes dificuldades, que não foi um tempo somente nosso, mas de todo o mundo que assiste neste instante a grandes transformações.

Na busca de legitimidade econômica — aqui estão Calabi, que foi da equipe, e Maílson, que foi depois meu ministro da Fazenda, que sabem disto —, fomos ver o que se tornaria o

Plano Cruzado. Mandamos Pêrsio Arida a Israel para procurar saber o que estava sendo feito lá, na busca de um plano econômico não ortodoxo, mas heterodoxo. Eu sabia que não poderia fazer um plano ortodoxo, nem seguir nenhuma norma de conduta de cartilha internacional. Se o fizesse, iria optar pela recessão, pelo desemprego, pelo atraso. Recusei-me a fazer isso.

Partimos para o Plano Cruzado, sabendo de todas as dificuldades. Não iniciei o Plano Cruzado sem saber os riscos que correríamos. Lembro-me — e Calabi está aqui — da noite em que nos reunimos, quando eu disse: “Sei, perante todos os senhores, que estou colocando a minha cabeça na guilhotina, mas temos de ter ousadia. Vamos ousar! Vamos tentar romper essa barreira para tentar dominar a inflação!”.

A inflação não foi uma invenção minha, nem do meu governo. O Figueiredo já deixou a desvalorização da moeda perto dos 300% ao ano. No final de meu governo a economia sofreu como nos meses que antecederam o governo do presidente Lula. A inflação subiu de 5%, em março de 1989, quando começou a campanha eleitoral, para 82%, em março de 1990. Essa inflação não foi minha. Era fruto da expectativa do futuro governo.

Posto muitas vezes diante da alternativa da recessão, minha opção pessoal foi de indexar os salários, corrigindo-os mensalmente. A correção mensal porque era o colchão no qual se apoiavam os assalariados para diminuir o impacto da inflação. Fala-se em inflação com correção monetária e em inflação sem correção, como se fossem a mesma coisa. São coisas impossíveis de comparar. Eu digo que uma inflação de 6% ao ano sem correção monetária, como vinha ocorrendo com o salário do funcionalismo, é mais corrosiva do que a de 80% ao mês daquele tempo, corrigida mensalmente. Pergunte a qualquer trabalhador, com mais de 35 anos, o que ele acha das duas situações. O desemprego caiu de 8% para 2,36%, o menor de nossa História. E qual foi a inflação real em meu governo? O dado é da consultoria Tendências: a inflação em dólares foi de 17,3%.

Cometemos erros e acertos. Reconheço muitos erros que cometi. Foram muitos, muitos erros. Não vou relatá-los, porque levaria muito tempo. Mas, na verdade, em alguns momentos, também tivemos muitos acertos.

Hoje, posso dizer da tribuna do Senado que aqueles não foram anos em que o Brasil recuou, atrasou-se. Ouço, muitas vezes, dizerem que foram anos perdidos. A década de 80 não foi perdida. Se separarmos os períodos de 1980 a 1985 e de 1985 a 1990, verificaremos que, de 1985 a 1990, obtivemos números na economia que até hoje não foram superados no Brasil. Naqueles cinco anos, crescemos 99% no nosso PIB; chegamos a ter o terceiro saldo exportador internacional, depois do Japão e da Alemanha. A renda per capita — tratando sempre de desempenho econômico, para não atrapalhar —, em 1984, era de US\$ 1,468 e, em 1989, chegou a US\$ 2,923. Hoje, está em US\$ 2,789. Isso demonstra que aquele não foi um período de paralisação. Ao contrário, o Brasil avançou, e muito, durante aquele período.

Enfim, saí do governo consciente de que ninguém, naquelas circunstâncias, teria mais desejo de acertar do que eu tive. Por exemplo: o déficit primário do Tesouro, em 1984, foi de 2,58% do PIB e, quando saí, deixei um superávit primário de 0,8%. Buscávamos o equilíbrio.

Vejamos outros dados:

A dívida externa passou de 54% para 28% PIB.

Na energia elétrica, a produção cresceu 24,1%; o número de consumidores cresceu 22,3%; os investimentos foram da ordem de 29 bilhões de dólares.

Passamos do oitavo para o sétimo lugar em economia industrial no mundo. No petróleo, passamos de 2,7 bilhões de barris para 8 bilhões.

Tivemos três safras agrícolas recordes, passamos de 50 para 70 milhões de toneladas de grãos.

Em estanho, com 400 mil toneladas, passamos a ser o maior produtor do mundo. Em manganês, multiplicamos por 4 nossa produção, chegando a 810 mil toneladas. A Siderbrás passou de quinto para segundo maior grupo siderúrgico do mundo.

Passamos de oitavo para sexto produtor maior produtor mundial de aço.

Nosso desafio passava por uma modernização da administração pública. Melhorei a eficiência do serviço público, dando aumentos reais ao funcionalismo, além do 13o salário. Criei a Enap, a Escola Nacional de Administração Pública, seguindo o modelo francês, na tentativa de criar uma carreira geral do serviço público, e começamos a implantar a isonomia salarial.

Extingui a conta de movimento do Banco Central no Banco do Brasil, unificamos totalmente o Orçamento Geral da União, com a inclusão de todas as despesas de natureza fiscal, inclusive as realizadas pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil, como as operações de crédito rural, criamos a Secretaria do Tesouro Nacional. Criei o Siafi, abrindo as informações sobre o Orçamento.

Abrimos o país para a modernidade. Houve conquistas extraordinárias na área da ciência e da técnica. Dominamos a tecnologia do enriquecimento do urânio, da água pesada, da grafite nuclear, dos lasers de alta potência, do radar, das fibras de carbono, das fibras óticas. Estimulamos a formação de recursos humanos em massa nos grandes centros de excelência do mundo. Demos mais de 113 mil bolsas de ensino superior, mais que o total dos 33 anos de existência anterior do CNPq.

Reformulamos a política nuclear, redimensionando-a, adequando-a às reais necessidades e possibilidades do país. Lançamos as bases para uma política de química fina e biotecnologia.

Na área dos transportes, foram restaurados 11 mil e 700 quilômetros de rodovias, pavimentados 4 mil e 508 quilômetros de estradas vicinais, e executados mais de 7 mil e 100 quilômetros de revestimento primário. Passamos de 7 para 12 mil o número de postos de correio.

Houve um aumento de mais de um milhão de hectares da área irrigada, o que significa a ampliação de 56% do que se fizera até então.

Começamos a reforma agrária. Transformamos o programa em ministério no meu governo. O nome sugerido era Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Eu disse: “Não. Vamos chamar de Ministério da Reforma Agrária, porque essa palavra é maldita; temos de colocá-la na ordem do dia do Brasil” — peço o depoimento do Nélson Ribeiro, que está aqui presente, e que sabe que foi isso que ocorreu. Desapropriamos 4 milhões e 500 mil hectares, além da regularização fundiária de 4 milhões e 300 mil hectares, 10 vezes mais do que havia sido feito nos últimos 21 anos, desde a criação do Estatuto da Terra. Foram mais de 200 mil famílias beneficiadas.

O meio ambiente, o futuro do homem na face da Terra, a proteção da natureza passaram a ser prioridade e um tema dominante em nossas preocupações. Criamos o programa Nossa Natureza e o Ibama. Criamos 6 milhões de hectares de reservas ambientais.

Até nosso governo, desde Rondon, haviam sido demarcados 12 milhões de hectares de reservas indígenas; nós demarcamos 32 milhões de hectares.

Com o programa Calha Norte, livramos a Amazônia do narcotráfico, do contrabando, do refúgio das guerrilhas, protegemos as populações e transformamos fronteiras mortas em fronteiras vivas.

Até então, no Brasil, administrar era sempre tratar de infraestrutura, dos grandes problemas de construção. A partir dali, colocamos a área social em evidência, e daí o nosso lema “Tudo pelo social”.

Transformei a Presidência numa grande gerência de programas especiais de combate à pobreza. Mandei pesquisar e identificar, município por município, quais as dificuldades mais prementes sofridas pela população. Foram definidos 16 projetos de ajuda direta às comunidades carentes, dirigidos por agentes das próprias comunidades, como as pastorais, escolas, entidades assistenciais, etc. A mais radical diminuição da pobreza, no Brasil, ocorreu durante o meu governo. Por causa, evidentemente, dos programas de ação comunitária de ação direta, sem intermediação política ou administrativa. 26 milhões de pessoas foram beneficiadas com o vale-transporte; 18 milhões de beneficiados, diariamente, com o vale-refeição; 7,6 milhões de famílias atendidas diariamente pelo programa do leite; 11 milhões de crianças, gestantes e nutrizas no programa de alimentação suplementar; 2 milhões de crianças nas creches casulos; 50 milhões de estudantes e 8 milhões de irmãos de estudantes atendidos pela merenda escolar, que passou de 140 para 260 dias; e assim por diante. A farmácia básica da Ceme atingiu 50 milhões de pessoas com seus 44 medicamentos. A mortalidade infantil foi reduzida em 41% graças ao programa de saúde na comunidade. (Aliás, fiquei satisfeito de, em entrevista recente, Maria da Conceição Tavares atribuir a diminuição da mortalidade infantil nos últimos anos ao meu Programa do Leite.) 230 mil voluntários foram mobilizados nesses programas...

Criamos a universalização da saúde. Antes, no Brasil, o excluído — essa é a palavra que designava o trabalhador que não tinha carteira — não podia tomar uma injeção. Só podia recorrer às Santas Casas. A partir daquele tempo, criamos o direito de universalização da saúde, o direito à saúde e o direito à assistência médica.

Nós, por um sistema de liberdade e de capilaridade, conseguimos que a sociedade brasileira como um todo se tornasse democrática. Abriam-se os sindicatos, abriam-se as universidades, abriu-se a imprensa, abriam-se todos os clubes de associações de bairros. Ninguém tinha medo, e o Brasil tornou-se uma sociedade democrática.

Esse é o grande legado daqueles cinco anos que Tancredo nos deixou, dos quais fui o executor. Foi o legado de não somente restituirmos instituições democráticas ao Brasil — não voltou somente o Congresso a funcionar plenamente, não voltou somente a funcionar a imprensa em sua absoluta liberdade —, mas de começarmos a ser uma sociedade democrática.

Muitos países que fizeram a abertura democrática naqueles anos não construíram sociedades democráticas. Vamos citar o exemplo do Chile: até hoje, o país tem hipotecas militares e luta para sair delas. Há o exemplo da Espanha, que todos dizem que teve êxito. A Espanha até hoje vive no sangue das divisões, sem conseguir unir-se em um país. Nós, aqui, mantivemos, com forças as mais divergentes, um país unido em uma transição que, como já se disse hoje, foi a mais bem-sucedida de todas.

Portanto, olhar para esses vinte anos que passaram é perceber que as forças políticas brasileiras foram capazes de atravessar um período histórico dos mais difíceis para que o país começasse uma nova vida e um novo momento.

De tal modo que, já em 1989, tínhamos um candidato à Presidência da República que era operário e que quase ganha a eleição. Chegou muito perto do primeiro colocado. Por quê? Porque a sociedade havia mudado. Se a sociedade não tivesse mudado, isso não existiria; sem a conquista da liberdade, isso não ocorreria; sem a conquista do social, isso não seria possível. E, quando se fala em construção das elites, vamos verificar que as elites, em especial as políticas, participaram juntas na construção dessa sociedade democrática.

Não devo me alongar mais. Tomei umas notas, mas não posso fazer um balanço de governo aqui, no Senado, em uma sessão como a de hoje. Quero apenas fazer alguns agradecimentos.

O primeiro agradecimento é a Ulysses Guimarães. Ulysses, que, como eu ressaltava, ontem, no programa Roda Viva, foi meu conselheiro de todas as horas. Ele liderara a oposição durante os difíceis anos do regime militar. Fora a grande força durante as Diretas Já. Era o fiador da Aliança Democrática, obra, também, de sua capacidade de articular.

Mas devo dar aqui meu testemunho sobre o seu desprendimento naquela noite terrível de 14 para 15 de março de 1985. Em nenhum momento ele colocou os interesses pessoais ou partidários acima dos interesses da transição. Ele podia, com legitimidade, avocar para si a Presidência da República. Em torno a ele, muitas eram as vozes que propunham essa solução. Convencido de que a Constituição e o processo indicavam meu nome, foi o primeiro a insistir comigo, a me dizer que era o meu dever tomar posse.

Depois, durante os anos de meu governo, sempre teve um papel central. Conduziu a Assembleia Constituinte e foi um apoio decisivo na construção da sociedade democrática.

Quero finalmente pedir licença para citar os nomes dos meus ministros que aqui estão.

Quero agradecer ao Célio Borja; quero agradecer ao Pertence, que foi procurador-geral da República. Foi quando começou todo o processo que transformou o Ministério Público, com a ação civil pública. Quero também saudar o Fernando Lira. Quero saudar o general Leônidas Pires Gonçalves, que eu conhecia desde o tempo de major — agora é que ele está sendo promovido a coronel —, e que foi um grande auxiliar também durante o meu governo, com os outros ministros militares.

Quero me dirigir ao Dr. Francisco Dorneles, também pessoa muito ligada a Tancredo, seu sobrinho querido, que muito me ajudou não só naquele tempo como depois, tendo sempre uma compreensão muito grande das minhas dificuldades e dos meus deveres. A Vicente Fialho; Aníbal Teixeira; a Antônio Carlos Magalhães, a quem devo uma palavra especial pela velha amizade que durante tanto tempo nos une e que, mais do que ministro, era sempre



um conselheiro que eu tinha ao lado. Certa vez, eu o ouvi dizer que tinha um grande respeito pelo presidente da República. Sempre teve e passou a ser muito formal. Isso, aliás, é também atitude dos militares. O Leônidas sempre me chamava de Zé. A partir do dia em que me tornei presidente, ele dizia: "O Sr. Presidente". Nunca mais me chamou de Zé. O Antônio Carlos, um dia, me disse: "Tenho o meu temperamento" — e acrescentou, modesto —, "mas o seu deve ser melhor do que o meu, porque você já foi presidente da República!".

Quero lembrar também a Marco Maciel, que aqui está presente; a João Alves; a Paulo Tarso Flecha de Lima; a Paulo Lustosa; a Jorge Bornhausen, com quem criamos 150 escolas técnicas no Brasil inteiro; a Prisco Viana; a Mailson da Nóbrega; a Waldir Pires; a Roberto Santos; a Pedro Simon; a Flávio Peixoto; a Dante de Oliveira; a Seigo Tsuzuki, admirável colaborador.

Também devo lembrar Leopoldo Bessone; Pimenta da Veiga, que foi líder do meu governo; Marcos Vilaça, um grande colaborador; Artur Virgílio, que também foi líder naquele tempo; general Baima Denys, a quem devo grande gratidão pelo apoio que me deu e com quem formulei uma nova política nacional de segurança, na qual colocamos a inversão das prioridades brasileiras, o que possibilitou a ausência de problemas no Sul do Brasil para voltarmos os olhos para a fronteira dos nortes, onde começava a nova ordem mundial.

Quero também agradecer a presença de Celina Ferro Costa, esposa do Ferro Costa; quero também citar, como colaborador e amigo daquele tempo, Mauro Santayanna; Mauro Sales; Dona Antônia Gonçalves, uma secretária muito dedicada a Tancredo, que também aqui está; Joaquim Itapary; brigadeiro Moreira Lima; o nosso Rafael de Almeida Magalhães, o nosso grande Rafael, que sempre foi um homem de ideias; Iris Rezende; Borges da Silveira; Joaquim Campelo e Augusto Marzagão, amigos especiais; meus secretários de imprensa, Fernando César Mesquita, Getúlio Bittencourt, Carlos Henrique Almeida Santos, Frota Neto e Toninho Drummond.

Também quero lembrar, com muito pesar — V. Exas. me desculpem, porque é da minha obrigação, embora o tempo realmente esteja longo —, aqueles que morreram, que desapareceram, mas que deram uma grande contribuição ao meu governo e que trabalharam comigo.

Recordo, em primeiro lugar, Dilson Funaro.

Recordo José Hugo Castelo Branco.

Chamo Marcos Freire. Recordo Roberto Cardoso Alves, Roberto de Abreu Sodré, Renato Archer, Carlos Sant'Anna, Celso Furtado.

Há dois dias, perdemos um dos homens mais importantes que o Brasil já teve, um grande colaborador, o almirante Henrique Sabóia, um grande patriota.

Assim, Sras. e Srs. Senadores, quero me despedir desta tribuna e dizer que conseguimos deixar para o país, por herança de Tancredo Neves, um grande legado democrático. Esse

legado aí está consolidado, e eu, que assumi o governo pensando que a democracia podia morrer em minhas mãos, saio desta tribuna dizendo que, graças a Deus, nas minhas mãos a democracia não morreu nem retrocedeu no Brasil. Ela floresceu para torná-lo o grande país democrático que é e para nos transformar na grande sociedade democrática que somos.

Muito obrigado.



Foto: Acervo José Sarney

Juscelino Kubitschek

Diamantina, MG, 12 de setembro de 2005.

Em uma visita a Diamantina, faz uma homenagem ao outro Presidente, lembrando as dificuldades que atravessara e como soubera transformá-las em um grande legado.

Vejo Diamantina com os olhos de quem a conhece de muitas vezes, tempos e anos, fascinado com o conhecimento de sua história, revivendo a paisagem dos seus faiscadores e pioneiros, caminhantes da Estrada Real, no sonho das pedras feitas do brilho do sol, com a sua poderosa cultura popular, o encanto dos sons de suas modinhas.

Diamantina! meus olhos a veem no símbolo de sua dimensão eterna para Minas e para o Brasil.

São lembranças culturais de livros e referências, mas, também, do fascínio que esta cidade sempre despertou e fazem com que o viajante caminhe por suas ruas, veja seu tempo colonial, seus becos e encontros, seus sons e seus perfumes, como se fosse uma saudade que se realiza no gosto de ver de novo. Mas devo confessar que meu aprendizado maior sobre esta cidade me foi dado através das memórias que Juscelino escreveu sobre sua infância, por suas recordações, suas evocações da terra natal.

Diamantina está na memória do Brasil por tudo que ela é, mas, sobretudo, pelo berço que representa. Além de todas as suas glórias, teve a glória da figura do seu grande filho, que paira sobre o seu casario. Ele não é maior do que a sua cidade, porque ela faz parte dele, no universo em que a representa em sua dignidade e grandeza.

Diamantina de Juscelino Kubitschek. O filho que ela deu ao Brasil, que marcou a sua história e para coroar seu destino, tornou-se pedra e bronze. Pedra e bronze que não se destroem nem desgastam na solidão para sempre dos grandes homens que fizeram o Brasil.

Minas Gerais, não só Diamantina de Juscelino, mas todas suas cidades são páginas do Brasil. Tiradentes de Tiradentes; São João del-Rei de Tancredo Neves, a permanente inspiração da política brasileira, nos seus exemplos de conciliação, de serenidade, de honestidade, de amor a Minas Gerais, a quem marcou com sua célebre definição: "Minas é o novo nome da liberdade!"; Itajubá, de Venceslau Brás; Santa Bárbara, de Afonso Pena; Viçosa de Arthur Bernardes; Ouro Preto de Bernardo Pereira de Vasconcelos e Francisco Antonio Lisboa, o Aleijadinho; Paracatu dos Arinos; Jacuí, de Honório Hermeto Carneiro Leão, a grande figura do Império, Marquês do Paraná; Cordisburgo de Guimarães Rosa; Itabira de Carlos Drummond de Andrade; Ponte Nova de Milton Campos; Santos Dumont de Santos Dumont. Aqui e ali, nas montanhas e nos vales, na literatura, na política, nas letras e nas artes, são pedaços eternos da História do Brasil.

No dia 12 de setembro de 1902, há 103 anos, num sobrado da Rua Direita, perto da Praça da Matriz, nasceu o filho da professora Júlia Kubitschek. Em suas memórias Juscelino conta que a mais antiga lembrança que guardou foi de quando, aos três anos, viu da sacada a passagem do enterro de seu pai.

A infância e juventude de Juscelino Kubitschek marcaram a extraordinária personalidade do presidente, sua capacidade de encarar os desafios da vida, de ser um pioneiro, um desbravador de caminhos. Aqui, desde cedo, aprendeu a coragem, a conciliação, a tolerância, a ausência de ressentimentos, a bondade de ser.

Afonso Arinos, que fora seu grande adversário, ao sucedê-lo na Academia Mineira de Letras, disse que a marca que Juscelino deixou foi de “humano, tolerante, amigo da liberdade”.

Como Afonso Arinos, fui da UDN durante seu governo. O presidente conhecia, como antigo congressista, todas as artes que se exercitavam no debate parlamentar. Fazíamos um esforço imenso para combatê-lo. A UDN não lhe dava tréguas e nós a acompanhávamos.

Juscelino enfrentava com grande sabedoria o desenrolar da luta política. Não era homem de represálias, ao contrário, era de abrir portas e, generoso, acreditava mais no convencimento do que nos instrumentos de coação do governo.

A nossa grande dificuldade era defender a bancada dos encantos do presidente, da admirável figura humana que era. A grande luta se concentrava na mudança da capital para Brasília, que passou a ser fundamental para seu governo.

Com o tempo, foi-se consolidando a minha visão de que Juscelino teria sido deposto, se tivesse permanecido no Rio de Janeiro, pelo tamanho da oposição que o combatia, de natureza política e militar. Como Dom João VI fez quando acossado pelas tropas de Napoleão, Juscelino tomou o rumo do Planalto Central. E então, com a imagem da construção de Brasília, com o símbolo de Brasília, conseguiu fugir do fantasma da deposição que rondava o seu governo e das dificuldades maiores que o cercavam. Ele mesmo confessou seus temores. Sua determinação de construir Brasília não punha em jogo só a construção de Brasília, mas se tratava de um gesto político que evitava que o Brasil sofresse uma ruptura do processo democrático.

Todos os presidentes têm momentos de dificuldades. Ninguém mais do que ele os teve. Mas ninguém mais do que ele teve a competência de atravessá-los.

A ideia da construção de uma capital no interior refletia a velha ideia da visão geográfica de José Bonifácio, o sonho secular do Patriarca, nas palavras de Lúcio Costa. Fui um dos poucos deputados da UDN a apoiar a construção de Brasília e o primeiro congressista a mudar-se para a nova capital. Meu gesto, de um deputado da oposição, da UDN, era também uma decisão pessoal de afirmar sua irreversibilidade, tão temerosa naqueles tempos.

A mais forte motivação do presidente Juscelino, como ele mesmo disse, era fugir das grandes pressões. É frase sua: “É impossível governar no Rio, as pressões são muito grandes”.

Hoje, quando a política de multidões, anárquica e desordenada, encontra nas ruas e no ambiente das grandes metrópoles condições para derrubada de presidentes, como ocorreu na Argentina, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e todos os países da antiga Cortina de Ferro, é fácil avaliar o quanto devem o Brasil e suas instituições ao gesto do presidente Juscelino de fundar Brasília, onde as tensões se dissipam nos espaços do Planalto Central. Não tenho dúvida de que Brasília foi assim e é um fator de estabilidade para a democracia brasileira.

Seu esforço para concluir o seu mandato dentro das liberdades públicas foi memorável. Enfrentou os levantes de Aragarças e Jacareacanga. Sua resposta foi dar anistia aos revoltosos. Sua preocupação maior era a meta democrática — a mais importante de todas. Num depoimento a Maria Vitória Benevides, ele afirmou: “A glória de meu governo foi manter o regime democrático, apesar de todas as tentativas, todos os esforços para derrubá-lo”.

Relembro aquele tempo, com a visão dos homens que faziam política, que, por mais dura que fosse, tinham o brilho do talento e o respeito à coisa pública, cientes dos valores morais e da força da austeridade e da dignidade. Sou uma das poucas testemunhas políticas daqueles tempos.

Conservo dele lembranças de grande emoção, que correspondem à admiração pelo homem de Estado.

Nunca fui de sua bancada de apoio durante o seu governo e com ele muitas vezes, no embate parlamentar, certamente fui injusto.

Na véspera de ele deixar o Rio de Janeiro, porém, para ir transmitir o poder a Jânio Quadros em Brasília, fui ao Palácio do Catete em companhia de Aluísio Alves. Disse-lhe o

quanto lamentava minhas discordâncias durante o seu governo, mas desejava parabenizá-lo pelo trabalho que realizara pelo Brasil. Deu-me uma foto autografada, que guardo com grande carinho.

Em 1965, fui eleito, em eleições diretas, governador do Maranhão. Juscelino já se encontrava com seus direitos políticos cassados. De junho de 1964 a abril de 1967, vivera no exílio. Em 1968, em plena efervescência do regime militar, os estudantes de economia da Universidade do Maranhão convidaram-no para paraninfo da turma e a mim para patrono. Os militares o tinham como inimigo. Todos indagavam se eu teria coragem de recebê-lo. Eu o recebi, juntos participamos da festa de formatura e ofereci-lhe um jantar. Falei, chamei-o — como devia — de presidente e ressaltéi o quanto ele tinha trabalhado pelo Brasil. Era o depoimento de um adversário que o tinha combatido enquanto vice-líder da oposição durante o seu governo.

Ele agradeceu e depois chamou-me e disse: “Governador Sarney, o senhor foi da oposição e me recebe assim. Deu-me uma das maiores alegrias de quem vive perseguido. Em Minas Gerais, minha terra, onde o governador é meu correligionário e amigo, pediram-me que, se o fosse visitar, entrasse furtivamente no Palácio da Liberdade para que os militares não me vissem. Nunca mais ali coloquei meus pés”. Seus olhos encheram-se de lágrimas. Eu vi o homem sofrido, vítima de tantas injustiças.

Em seguida continuou: “O senhor foi o amigo do meu ostracismo. Nada posso lhe dar senão a gratidão pelo seu gesto”. E ficou em longo silêncio.

No dia seguinte, 13 de dezembro de 1968, viajamos juntos no mesmo avião, um Caravelle da linha regular. Eu ficaria em Recife para uma reunião da Sudene, ele seguiria para o Rio de Janeiro.

Neste dia, à noite, foi editado o AI 5. Ao chegar à Guanabara, nessa viagem, Juscelino foi preso.

Alguns dias depois as autoridades militares da área do Maranhão abriam um inquérito sobre a passagem do ex-presidente pelo Estado, e eu, governador, respondi a esse inquérito, fui ameaçado de cassação por tê-lo recebido e saudado com as palavras com que o fiz. É um dos orgulhos da minha vida este gesto de justiça.

Sobre esse fato, dele recebi, alguns meses depois, uma carta extremamente generosa, falando de sua visita ao meu Estado. Vou ler os termos desta sua carta, na sua terra de Diamantina, para marcar o quanto me sinto, nesta solenidade, entre a emoção e a gratidão:

“Ao chegar ao Maranhão no dia 12 de dezembro de 1968, tive uma das mais agradáveis

surpresas que um homem público no Brasil pode receber. Encontrei o Estado entregue a um governador jovem, inteligente, corajoso, digno e que realizava uma obra indispensável ao seu progresso e desenvolvimento.

Aquele discurso pronunciado no jantar do Club, realizado em minha homenagem, deixou-me muito sensibilizado e, ao mesmo tempo, preocupado. Temi, sinceramente, pelas consequências de suas palavras generosas a meu respeito, porém, bravas e corajosas no tocante às afirmações que fazia.

Voltei para o Sul convencido de que na fileira das boas figuras do país, o governador do Maranhão se colocava, incontestavelmente, em primeiro lugar”.

Sei que não merecia essas palavras. Foram de extrema bondade, mas elas dizem do homem bom e sensível, generoso e humano que era. Depois, estive outras duas vezes com o presidente Juscelino: no enterro do Pedro Aleixo, em Belo Horizonte, e com Carlos Murilo, em Brasília, quando disputava sua eleição para Academia Brasileira de Letras, e tentei ajudá-lo.

Cinco dias antes do seu falecimento, tomei um avião para São Paulo. Nesse avião viajavam Juscelino e Ulysses Guimarães. O avião, pelo mau tempo em São Paulo, pousou em Campinas e os passageiros foram de ônibus. Ficamos no salão do aeroporto esperando a condução. Sentamos em um sofá. Ele lembrou junto a Ulysses os episódios de 68 no Maranhão. Seguiu para São Paulo num automóvel com Ulysses Guimarães. Os demais passageiros, entre os quais eu estava com minha mulher, fomos de ônibus.

Em São Paulo, alguns dias depois, era domingo. Marly me chamou chorando. A televisão acabara de noticiar o acidente com o presidente Juscelino na Via Dutra. Ouvi a notícia. Fiquei calado. Também chorei.

Governador Aécio Neves, agradeço-lhe a honra da comenda que me confere e a oportunidade de prestar a Juscelino a prova de minha veneração, como o fiz, em seus tempos tristes. Vossa Excelência renova aqui, mais uma vez, este ato que é uma lâmpada votiva à memória do grande brasileiro. Como Tancredo, ele não pertence só a Minas, mas ao Brasil.

Fico feliz em vê-lo, governador Aécio, na chefia do Estado, fazendo um governo brilhante, fiel às tradições de Minas e vigilante na defesa dos interesses nacionais. Desde cedo eu vislumbrei as responsabilidades públicas que o destino iria dar-lhe, pelo seu talento, inteligência e vocação.

Juscelino é o exemplo de que a História se faz com crises e com a lenta sedimentação da vida, inclusive e sobretudo

da vida política. Uma e outra têm sido construtoras ou destruidoras. Cabe aos políticos agir de maneira a construir.

Atualmente todos os poderes do Estado, Legislativo, Judiciário e Executivo, Congresso e partidos em particular, são atingidos pela onda de descrença que varre a opinião pública.

Estamos com a impressão de que o atual sistema eleitoral-partidário chegou ao fim. Apodreceu. Não pode sobreviver. Não temos o direito de deixar que sobreviva. Ele, sem nenhuma dúvida, tem responsabilidade sobre os males que atravessamos, sobre a qualidade de recursos humanos que surgiram na vida partidária.

Que aqueles que denegaram os valores da política sejam punidos e afastados da vida pública. Nada de conseqüências nem acomodações. Mas não podemos dar absolvição às instituições políticas que produziram um caldo de cultura que permite o desmoralizante abuso do poder econômico, o uso de métodos e procedimentos que viciam e corrompem a vida pública.

Nestes sombrios dias em que se discutem os valores morais da política, em que atravessamos uma crise de caráter e de conduta, que Minas Gerais seja uma prece de esperança, de renascimento, na evocação de Juscelino Kubitschek, que foi uma luz de otimismo, de perseverança, de obstinação, de construção e de amor às instituições.

Mas o Brasil é maior do que todos seus problemas. Encerro com Juscelino: “Creio na vitória inexorável e final do Brasil como nação”.

“

Foi na luta contra a injustiça, inclusive enfrentando os que se alienam para defender ou obter posições e vantagens, que conquistamos o mandato popular. Temos uma linha de ação que é a do bem comum... Defender a democracia é realizar a justiça social e construir uma ordem econômica justa.”

Do Manifesto da Bossa-Nova



Gratidão

Senado Federal, Brasília, DF, 18 de dezembro de 2014.

Praticamente 60 anos depois de sua estreia no Parlamento, emocionado, lembra sua vida parlamentar e insiste em três graves problemas: a cultura, a educação e a violência. Pede que sejam enfrentados em sua real dimensão.

Sr. Presidente, Mozarildo Cavalcanti, que tenho grande prazer de ver presidindo esta sessão; Senador Anibal Diniz, a quem quero agradecer também a gentileza de ter me cedido esta precedência; Sras. e Srs. Senadores; ouvintes da TV Senado; eu quero dizer que esta é a última vez que ocupo a tribuna parlamentar, que frequentei desde 1955.

Eu sou meio supersticioso e avesso às despedidas e não gosto de dizer adeus, mas não posso fugir ao dever e sentimento da alma, de que nos falava Bérqson, de deixar, nos Anais do Senado, a natural emoção que tenho neste momento. E esta emoção me leva a dizer que não estou fazendo um discurso de despedida, mas quero dizer que a motivação de estar aqui é apenas uma palavra: a palavra de gratidão.

Ela me obriga a não seguir o meu desejo de sair como entrei aqui que foi, pálida e modestamente, na Câmara dos Deputados, com um discurso meio pequenininho sobre o fechamento da Ação Católica na Argentina.

Gratidão ao povo do Amapá, que me deu três mandatos de senador. Gente boa, generosa, humana, trabalhadora, que vai cumprir o destino de construir – não tenho dúvida disto – um dos maiores Estados da Amazônia.

Gratidão ao povo do Maranhão, minha terra, minha paixão, onde meus olhos se abriram para o mundo.

Gratidão ao povo brasileiro, que me deu oportunidade de ser presidente da República, de contribuir para melhorar a vida de nossa gente e de fazer a transição para a democracia — com os tempos de maior liberdade, plenos direitos civis, verdadeira cidadania. E deixei, para grande satisfação minha, uma sociedade democrática. Só Deus é testemunha do que isso me custou e das cicatrizes que, até hoje, sangram.

Governador do Maranhão em 1966, eu vejo o Estado, hoje, como o 16º PIB do Brasil, acima de Mato Grosso do Sul. Vejo o Maranhão como o segundo complexo portuário do Brasil, o do Itaqui; como o Estado que mais cresceu, 10,3%, índice chinês; com o 13º lugar na criação de empregos e grande atração de investimentos; com a segunda melhor relação dívida-receita do país, 0,41, absoluto controle de contas públicas e responsabilidade fiscal; com as despesas com saúde tendo crescido 138% diante dos 39% que cresceu o Brasil; com educação tendo crescido 75% contra 22% do Brasil; e com segurança pública tendo crescido 53% contra 16% do Brasil.

Esses números, sem dúvida, chocam, porque a nossa mídia escolhe, sempre, o Maranhão como um Estado que é exemplo para o Brasil de crescimento menor, quando, na realidade, ele está numa vanguarda bastante avançada.

A Ferrovia Norte-Sul, velho sonho, o integra ao Planalto Central.

Deixo o Amapá — que encontrei com a economia dependendo do cheque dos funcionários públicos e com a energia racionada — com Zona de Livre Comércio consolidada e grande dinamismo mercantil. Criei a Zona Franca Verde de aproveitamento de produtos regionais; três hidrelétricas, uma já em funcionamento, a de Santo Antônio, e duas em construção, a de Caldeirão e Ferreira Gomes; o Linhão do Tucuruí, chegando até Macapá. (...)

Gratidão ao Senado, por sua história — poderosa história! —, responsável pela unidade nacional, cujos Anais foram objeto de longas noites de leitura e de aprendizagem com seus homens públicos, verdadeiros fundadores do país, que é uma construção do poder civil.

Deixo minha participação na construção e modernização dos nossos sistemas de comunicação e informática, e nas reformas administrativas que fazem da Casa exemplo de eficiência e inovação. Renovei, em vários concursos — dos mais difíceis do país —, o nosso quadro de pessoal.

Minha gratidão aos funcionários. Com eles estabeleci uma relação de empatia, admiração, carinho e orgulho de conviver. Dos mais humildes aos dos mais altos escalões.

Devo ressaltar o quanto me alegraram — porque espontâneas, simples e carinhosas — as homenagens que me foram feitas pela área de comunicação e pela Biblioteca do Senado, que posso chamar de “casa querida”, pelo seu extraordinário trabalho a favor de um grande amigo meu, o livro, e onde o Coral do Senado, também fundado aqui por mim, me comoveu, surgindo de repente entre os assistentes.

A eles agradeço do fundo do coração, repetindo o que já disse centenas de vezes: o quadro de funcionários do Senado é um dos melhores do país.

Quero agradecer também, já antecipadamente, a homenagem espontânea, até contra a minha vontade — insisti para que não fizessem —, dos funcionários da Casa, que me farão amanhã de manhã.

Gratidão a Deus, pela graça da longa vida que me deu, por meio de minha mãe e de meu pai, e das estrelas com que Ele encheu as minhas mãos.

Gratidão aos meus colegas senadores e senadoras pela consideração com que sempre me tratam e pelo apoio que me deram. A política tem estas virtudes: a convivência, a convergência de ideias, o nosso convívio aqui na Casa criam certa intimidade que nos liga no dia a dia e nos faz amigos.

Sempre cultivei o diálogo, a paz — é do meu temperamento —, a solução consensual e o encontro de caminhos que respeitasse os pontos de vista comuns.

Deus me poupou do sentimento do ódio e do ressentimento, da inveja e do desejo de vingança. Nunca tive inimigos e mesmo com os adversários tive sempre um convívio em que os tratei com cordialidade e amizade.

Eu também achei que deveria terminar com essas poucas palavras, não quis fazer um discurso de despedida jamais — porque, como eu disse, assistimos àquelas sessões longas de despedida, e eu não quis fazê-lo —, mas levo o fato de ser o parlamentar mais longevo da história política do país. São 60 anos! Depois, em segundo lugar, vem o Visconde do Abaeté, com 58 anos de vida parlamentar. E aí a relação que vou fazer publicar.

Quero deixar também alguns pontos de vista que considero importantes.

A minha causa parlamentar, aquela causa que todos nós desejamos ter como principal – vamos lembrar o maior de todos os parlamentares que tinham causa parlamentar, o Nabuco, com a causa da abolição, e, recentemente, nos meus tempos, com quem convivi aqui, o Nelson Carneiro, com a sua obsessão pela causa do divórcio —, a causa que sempre busquei aqui foi a cultura. Por ela lutei e para ela deixei alguns instrumentos.

Quando me afastei para ocupar a Vice-Presidência da República, quis sair daqui não

fazendo também discursos, mas rerepresentando o projeto de lei de incentivos à cultura – de que fui pioneiro no Brasil, e hoje quase toda a parte cultural é voltada para os incentivos à cultura –, que vinha de longe. Eu apresentei cinco vezes esse projeto, e, na última vez, ele tornou-se, aprovado pelo Senado, a Lei Sarney, de que tanto me orgulho.

Esperei, para relatar, a nova proposta de lei de incentivos à cultura. Infelizmente não houve tempo. Passo esta bandeira à senadora Marta Suplicy, que tão bem conhece o assunto e tomou a iniciativa, aqui, de lutar por ele. No Ministério da Cultura, também, dedicou-se muito a ele.

Quero lhes dizer que passei muitos anos lutando pela ideia de que é importante que o Estado viabilize o investimento na atividade cultural. As consequências são individuais, pois cada obra de arte é uma criação única que, materializada, assume vida própria e exprime a essência dos sentimentos do povo. E são coletivas, pois o caminho para um país manter sua identidade, tornar-se forte, é a cultura. Não há grande nação que não tenha uma grande cultura. Uma grande potência não pode ser uma potência militar, uma potência econômica, não pode ser uma potência política, se não for uma potência cultural.

E — já assinalava, quando apresentei meu primeiro projeto em 1972 — a cultura pode ser, também, uma importantíssima fonte de renda para os países. Vejam os Estados Unidos, a Europa, a participação direta e indireta da cultura nos PNBs desses países. Assim, o incentivo à cultura tem um retorno, que não é somente material — o que o justificaria —, mas é também econômico.

Muitos outros problemas da cultura me ocuparam na minha vida política. Criei o próprio Ministério da Cultura. Mas tenho me preocupado muito, nos últimos anos, com a política do livro e da leitura. Propus, e foi aprovada, a Política Nacional do Livro, e foi mandada para a Câmara dos Deputados minha proposta do Fundo Nacional Pró-Leitura. A leitura é uma das peças-chaves, importantes, da formação dos jovens, do conhecimento dos adultos. É lendo que se abrem as portas, os horizontes da imaginação, a capacidade de compreender e a esperança de transformar o mundo.

Acredito que passei 20% da minha vida lendo e acredito que, realmente, tenha um grande prazer pela leitura. Não tenho outro hobby, não tenho outra dedicação para encher o meu ócio, senão o prazer de ler.

De muitas outras coisas desejaria falar hoje.

Já lhes disse que me preocupa o problema da educação no Brasil. Recursos nós já temos. Nós já atingimos a meta que a ONU determina do que os países devem destinar para a educação.

Penso que é necessário pensar com uma visão mais voltada para o futuro, sem esquecer as lições do passado. Os objetivos do Plano Nacional de Educação são ambiciosos, tecnicamente muito fundamentados, mas não são suficientemente ambiciosos. As palavras

chaves são: tecnologia e inovação. O Brasil se encontra bastante atrasado, e é essa barreira que ele tem que vencer.

Os currículos são absolutamente antiquados e precisam de uma reformulação profunda. A infinidade de matérias constitui muitos atrasos. Temos que dedicar, também, à formação de professores, centros de treinamento.

Nós íamos passar aqui uma lei, o Plano Nacional da Educação, em que havia 20 itens, mas na qual não havia o item inovação e tecnologia, que é hoje o mais importante. Em vez de se pensar em oito anos, hoje os países podem reduzir para aprender em quatro, em cinco anos. Muitos países têm currículos e caminhos dessa natureza. Mas nós estamos em um grande atraso, e é sob o ponto de vista qualitativo que eu quero, justamente, deixar umas palavras aqui em termos de futuro.

A libertação do homem se fez pela educação: ela propiciou as oportunidades e, ao mesmo tempo, os instrumentos para se descobrirem as potencialidades da humanidade. Devemos abrir os olhos para o futuro e fazer uma revolução na educação.

Repito, não se pode invocar falta de recursos. Já destinamos recursos consideráveis a ela. O que tem faltado é inovação. O mais importante é aprender a estudar, aprender a aprender, criar gosto pelo conhecimento, pela descoberta cultural.

Outra coisa que eu desejo colocar como ideias aqui rapidamente é que precisamos evitar...

Perdoem a emoção de estar pela última vez na tribuna... Ela faz com que nos percamos aqui.

Não adianta a idolatria pelas máquinas, colocando-se computadores nas salas de aula, lousas digitais nas escolas, se não tivermos o pessoal qualificado que, preparado, possa operá-las. As escolas não devem ser depósitos de máquinas, mas, sim, contar com elas para utilizar novas metodologias.

O ensino à distância, o uso da televisão, de que fui precursor, criando a primeira televisão didática do Brasil, em 1967, é um caminho que precisa ser mais bem aproveitado. Lembro o nível de excelência com que, no século passado, surgiram aulas como Civilização, de Kenneth Clark, e Cosmos, de Carlos Sagan. Assisti a esses programas que equivaliam a seguir aulas inteiras de aulas convencionais.

O desafio de encontrar outras linguagens que usem de forma atraente e eficiente o imenso repertório de novas tecnologias precisa ser respondido pelos nossos educadores. De sua resposta depende o nosso futuro.

Não podemos perder a visão do futuro. Estamos no mundo da ciência e da tecnologia. O Brasil está atrasado. Nossas últimas descobertas de ponta foram do tempo em que ocupei a Presidência da República: enriquecimento de urânio, fibra ótica, fabricação de satélites, semicondutores... Nossos avanços hoje ficam por conta da agroindústria.

A falta de reforma administrativa é responsável, em grande parte, por nosso emperramento.

Outro tema de que tenho tratado repetidamente nestes quase sessenta anos que se passaram desde que cheguei ao Parlamento é o da reforma política.

Já denunciei à exaustão que o nosso sistema eleitoral apodreceu. Já tentei de todas as maneiras despertar o Congresso Nacional para a necessidade de mudanças profundas. O voto proporcional uninominal é o pior sistema eleitoral possível. Com ele não há saída. Eu, pessoalmente, há muito defendo o voto distrital: metade majoritário; metade lista fechada.

Precisamos acabar com esse voto uninominal, proporcional, que só existe no Brasil. Ele é uma reminiscência do século XIX; uma reminiscência que vem das ideias lançadas por Assis Brasil. Este voto uninominal constitui um grande atraso político.

O Brasil avançou no terreno econômico, avançou no terreno cultural, avançou em todas as outras áreas. Ele avançou muito na área social, e, na área política, nós regredimos. E é esse o grande entrave que o país sofre até hoje. Então, chegou-se a um ponto em que não podemos tolerar mais esse impasse. Ah, meu Deus, não podemos tolerar mais o sistema político brasileiro, que é responsável por todo o resto do que acontece no nosso país.

Precisamos evitar a proliferação de partidos, que hoje constituem verdadeiros registros eleitorais que só servem para negociações materiais. A maioria deles é dirigida por comissões provisórias, maneira encontrada para criar feudos pessoais. Oitenta por cento dos partidos, no Brasil, são dirigidos por comissões provisórias. Quer dizer, são dez ou onze pessoas que decidem em nome do partido, em nome de tudo, tomam decisões, decretam intervenção nos Estados, enfim, fazem com que seja um cartório, não seja verdadeiramente um partido. E por quê? Porque é muito mais vantajoso dez mandarem tomar conta do que terem atividade realmente partidária.

É preciso estabelecer obrigatoriedade de que se pratique democracia interna, de que os partidos existam, para que possamos, inclusive, fazer o voto misto. Porque, se a lista partidária

que elege o voto misto for feita apenas pela comissão executiva que dirige o partido, ela não é uma lista legítima; ela passa a ser uma lista ilegítima, que vai escolher apenas as pessoas que estão ali, no partido, quando, na realidade, precisa-se da democracia interna.

As convenções devem escolher aqueles que participam da vida partidária, aqueles que, diariamente, lutam para que se possam criar lideranças. Acabaram as lideranças, no Brasil. Talvez o pior que a revolução tenha feito, no Brasil, tenha sido acabar com os partidos políticos.

O financiamento também das campanhas tem de ser resolvido de maneira que não haja cooptação de vontades. É preciso ter regras claras para doações de empresas privadas; estabelecer-se um teto.

Estabeleceu-se também uma promiscuidade entre cargos, empresas e setores da Administração que apodreceu o sistema em vigor. A solução desse problema não pode ser abordada tímida e isoladamente, mas deve ser feita em conjunto com a do sistema partidário.

Precisamos levar a sério o problema da reeleição, que precisa acabar, estabelecendo-se um mandato maior. Tocqueville, que escreveu o célebre tratado sobre a democracia americana, condena uma única coisa na democracia americana: a reeleição. (...)

Já expressei minha convicção de que precisamos caminhar a passos mais largos para o parlamentarismo. O parlamentarismo é uma forma mais alta; nas crises que a democracia sempre tem, cai o governo, mas não se cria a crise institucional de cair o presidente. Apresentei aqui uma proposta para que caminhássemos para o parlamentarismo por etapas, começando com a introdução do ministro chefe do governo e terminando com a forma clássica do voto de confiança e a possibilidade de dissolução do Parlamento. O exemplo de como essa caminhada foi possível no Império é útil, mas eles levaram um tempo grande nessa transformação, do qual nós não dispomos mais.

A presidente Dilma marcará a história do Brasil se fizer essa mudança de regime no país.

Ainda no espaço da reforma política, temos de ter a coragem de acabar com as medidas provisórias. Elas deformam o regime democrático: o Executivo legisla e o Parlamento fica no discurso. As leis são da pior qualidade, e as MPs recebem penduricalhos que nada têm a ver com elas, para possibilitar negociações feitas por pequenos grupos a serviço de lobistas. Se tivermos o parlamentarismo, elas não serão necessárias, pois o Congresso passará a agir com maiorias estáveis, unidas, que efetivamente governarão o país. (...)

Não há nada pior do que se tirar a vida de uma pessoa. É o fim de tudo, de todas as esperanças, do presente e do futuro. E os assassinos confessos passam livres diante dos familiares das vítimas.



Foto: Acervo José Sarney

Há anos está parada na Câmara dos Deputados uma proposta minha, aprovada pelo Senado: regulamentação do artigo 245 da Constituição e criação do Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Violência. Os criminosos têm seus direitos declarados em muitos artigos da Constituição; as vítimas, só num. Os criminosos recebem apoio financeiro do Estado, o auxílio-reclusão previsto no artigo 201, cujo valor mínimo é, atualmente, de 724 reais. As vítimas, nada. Repito, nada, nenhum apoio, financeiro ou de outra natureza. São pessoas que sofreram ou que perderam a vida, que desapareceram, que tiveram seu destino cortado, o que se estende a famílias inteiras.

Hobbes já dizia que o que justifica o Estado é o medo da morte, é a possibilidade de as pessoas se reunirem para resistir à morte. Pois o Estado brasileiro não tem defendido as pessoas da morte e ainda por cima não apoia a família dos assassinados.

E eu aqui me dirijo às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados, pedindo que não deixem que se cometa essa injustiça, não comigo, mas com a multidão das vítimas de violência.

Aprendi muito cedo a me preocupar com as causas sociais, recusando o marxismo, que seduzia pelo sonho belo e generoso da igualdade entre os homens. Sempre batalhei por uma sociedade mais justa. Jovem líder da UDN, promovi no partido um grupo renovador que Carlos Castello Branco chamou de Bossa-Nova, cujo lema, frente ao desenvolvimento de Juscelino – o lema de Juscelino era só “Desenvolvimento” —, era “Desenvolvimento com justiça social”, como acrescentei.

Presidente da República, adotei o lema “Tudo pelo social”: programa do leite, seguro-desemprego, vale-transporte, vale-refeição, universalização da saúde e farmácia básica.

Mas me orgulho especialmente de um projeto que eu apresentei aqui em 1996, aprovado muito rapidamente, que teve repercussões mundo afora, o da distribuição gratuita de medicamentos contra a Aids. Assim que eu soube da comunicação dos cientistas que se reuniam em Vancouver de que o coquetel de medicamentos salvaria a vida dos contaminados com o vírus e dos portadores da Síndrome da Imunodeficiência, apresentei o projeto. Eu estava na Presidência, desci da Presidência e, nesse mesmo dia, apresentei esse projeto aqui. No Executivo, propuseram que ele fosse vetado. Fui ao presidente Fernando Henrique, dizendo-lhe que eu não podia, como presidente do Congresso, aceitar que isso ocorresse. Ele foi sensível à proposta e sancionou a lei. E ela foi replicada em muitos países e, aqui e lá, tem salvado muitas vidas.

Um repórter do *The New York Times*, que fez uma grande reportagem sobre essa solução, que, no mundo inteiro, estava sendo adotada, perguntou-me quais eram os grupos políticos de pressão que me tinham feito apresentar essa causa, esse projeto, que, no mundo inteiro, tinha solucionado ou pelo menos detido o avanço da Aids. Eu respondi: foi o intelectual. A Aids sempre me preocupou porque é uma doença que alia o amor à morte. Então, ela

sempre me preocupou. Eu disse a ele: ninguém, eu não fui pressionado por ninguém, eu apenas o apresentei porque, como intelectual, eu achava que tínhamos de sempre combater essa doença, por esse fato fundamental, porque isso representava a própria existência da humanidade, a própria reprodução humana.

Pois bem, hoje, considero que, tendo feito isso, contribuí também, de certo modo, não somente para o povo brasileiro, para o povo do meu Estado, mas também um pouquinho para a humanidade no encontro de uma solução que tem melhorado muito o problema no mundo inteiro.

Muitos outros que vieram depois de mim, como ministros da Saúde, ampliaram isso, tornaram possível que os remédios fossem multiplicados, derrubaram patentes. Mas a ideia fundamental era aquela de que, na realidade, nós tínhamos de atender a população dessa maneira.

Os chineses dizem uma coisa muito certa, é um provérbio que eu já repeti aqui algumas vezes: “Quando vamos beber água em um poço, devemos nos lembrar de quem abriu o poço”. Eu sinto que abri um pouquinho esse poço que faz tão bem hoje para a humanidade.

Bati-me pela causa dos negros. Passados 15 anos, a proposta de cotas para acesso à universidade e ao serviço público que apresentei se tornou realidade. Outro dia, a presidente mandou um projeto que foi aprovado, mas já existia um projeto meu aqui, que, há 15 anos, estava tramitando nesta Casa.

Apresentei o primeiro Estatuto da Pequena Empresa. Essas empresas são hoje uma das grandes impulsionadoras do projeto nacional. Defendi uma ideia que vi na China, ainda no tempo de Deng Xiaoping, quando visitei as zonas de exportação. Criei-as quando presidente.

Propus aqui o Estatuto das Estatais. Se ele tivesse sido feito, nós não teríamos esse problema que hoje estamos tendo, que estamos lamentando e que, de certo modo, está envergonhando o Brasil, que é o problema da Petrobras. Propus aqui o Estatuto das Estatais, regulamentando os §§1º e 3º do art. 173 da Constituição. O projeto trazia algumas inovações. Primeiro, as empresas públicas passariam a adotar o regime da sociedade anônima de capital fechado, o qual exige a instituição do Conselho Fiscal, o cumprimento de normas contábeis rígidas e também o controle do Tribunal de Contas e outros.

Eu o reapresentei, deixando como última presença minha no Legislativo brasileiro, no Senado, esse projeto, que é o Estatuto das Empresas Estatais. Com ele feito, nós não teremos a repetição que estamos vendo dessas coisas que têm acontecido nas estatais.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, não quero deixar a tribuna com uma expressão de pessimismo. O país é outro: diminuiu muito a pobreza, aumentou a classe média, criamos recursos humanos, somos a 6ª economia do mundo.

“O século XXI será também do Brasil”. Deng Xiaoping me afirmou isso. Eu estava com o presidente – antigamente era o secretário-geral —, na China. Comecei a conversar com ele e, no meio da conversa, eu lhe disse que o século XXI seria o século da China. Também disse a ele que o século XXI também seria o século da América Latina. Por quê? Porque nós tínhamos os anos dourados da Europa, os anos dourados da América, e a Ásia e a América do Sul eram as únicas partes do mundo que ainda não haviam tido o grande desenvolvimento mundial. Pois bem, quando eu disse isso, ele disse: “Mas falar da América do Sul é falar do Brasil. E o século XXI também será o século do Brasil”.

Avançamos nas áreas social e econômica, mas a democracia não se aprofundou como nós desejávamos. Avançou o corporativismo anárquico, beneficiando ilhas de interesses, gerando uma divisão no país que aflorou nas eleições.

Tenhamos coragem de enfrentar a solução do problema. O tempo acabou.

A Justiça também tem responsabilidade sobre o Estado. É o poder moderador. Entregamos ao Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição. É a maior confiança e delegação dada pelo povo a um poder. Ele não pode deixar que se judicialize a política e nem que seja feita a politização da Justiça. Não foi a outro poder dada essa delegação. O Supremo Tribunal Federal deve usar essa responsabilidade. Sem Justiça não poder haver democracia.

A Justiça não pode ser o Estado espetáculo. Ela é quem decide sobre a nossa liberdade, sobre o nosso patrimônio, sobre os nossos direitos individuais, sobre os nossos direitos coletivos e sobre os direitos humanos. Essa responsabilidade é quase responsabilidade de deuses. Ela só tem uma limitação: a lei e o direito.

Tenho apreensões. O país está dividido, e cresce uma coisa nova na política que, durante esses 60 anos, eu nunca tinha visto: o ódio.

Esse não é da tradição brasileira. Vamos conjurá-lo. É hora de conciliar o país. Depois das eleições, tenho visto aqui dentro, em algumas sessões, uma manifestação exacerbada, e a política não deve ser uma guerra. A política é uma luta democrática.

Lenine sustentava a ideia de que a política deveria ser uma guerra: “Devíamos exterminar os inimigos. Devíamos matá-los, acabar com eles, para que não fique ninguém”. A ideologia determinava assim. Felizmente, esse período acabou. Nós não devemos considerar a política

uma guerra. Passadas as eleições, nós devemos fazer com que o país siga o seu caminho, buscando um terreno comum, que é o terreno da conciliação, o terreno do bem público, que atinge todos os partidos.

É uma exortação que eu faço a todos.

Vamos limpá-lo das práticas, dos malfeitos e dos maus administradores, irresponsáveis. Para isso, mais eficaz que a punição é a profilaxia: leis, controles, formação de pessoal e valores. Leis que evitem, em vez de, depois, terem que corrigir após custos imensos.

Exemplo: se tivéssemos feito o Estatuto das Estatais, projeto de minha autoria, morto na Câmara, esse problema da Petrobrás não teria acontecido. Não se pode raciocinar que o livre arbítrio de algumas pessoas tenha levado a tantos desmandos.

As estatais precisam de outra estrutura, acompanhamento e controle.

Mas a economia é transitória. As instituições são permanentes. A democracia representativa está em crise. Marchamos, com a ajuda da ciência e da tecnologia da informação, para a democracia direta. Até lá é preciso tempo.

O mundo continuará melhorando, e o homem chegará à felicidade. Um pensador teria dito que a política é inimiga da felicidade. Mudemos essa equação. É preciso ter fé, acreditar em Deus, voltar a ter utopias, sonhar.

Quero terminar estas minhas palavras invocando as raízes da minha terra, e vou buscar nos folguedos populares do Maranhão, do Bumba Meu Boi, a minha toada de despedida no raiar do dia:

“O céu é o reinado das estrelas,
onde a lua faz sua morada,
e o orvalho é a lágrima da noite,
que chora pela madrugada.
Adeus, eu já vou-me embora.
É chegada a hora de me despedir.
Assim como o dia se despede da noite,
eu me despeço de ti!”
Deixo no Senado uma palavra: gratidão.
Saio feliz, sem nenhum ressentimento.
Ai, meu Senado, tenho saudades do futuro!

Muito obrigado.

(Apartes)

Quero dizer que comecei este discurso dizendo que não ia fazer discurso de despedida, mas me sentia no dever de... Como eu ia sair no silêncio, sem agradecer ao povo do Maranhão, do Amapá, aos senadores e senadoras e aos servidores desta Casa? Essa foi a minha finalidade, de apenas cumprir com o dever de gratidão. Como a senadora Ana Amélia teve oportunidade de lembrar, sempre digo que a gratidão é a memória do coração. Iniciei as minhas palavras com as palavras: vim para agradecer, para fazer um discurso de gratidão a esta Casa, de gratidão aos Srs. Senadores, de gratidão às Sras. Senadoras, de gratidão aos funcionários do Senado, funcionários que sempre tiveram comigo uma grande consideração, uma grande empatia. Eu também tenho uma admiração muito grande pela estrutura de recursos humanos que temos aqui no Senado da República. Para terminar, gratidão porque vejo que comecei com gratidão e tinha razão, porque as palavras que aqui foram proferidas foram tão generosas que merecem, da minha parte, essa gratidão com que comecei este discurso.

Muito obrigado.

Gratidão é a palavra final que deixo no Senado.

Muito obrigado.



Foto: Orlando Brito

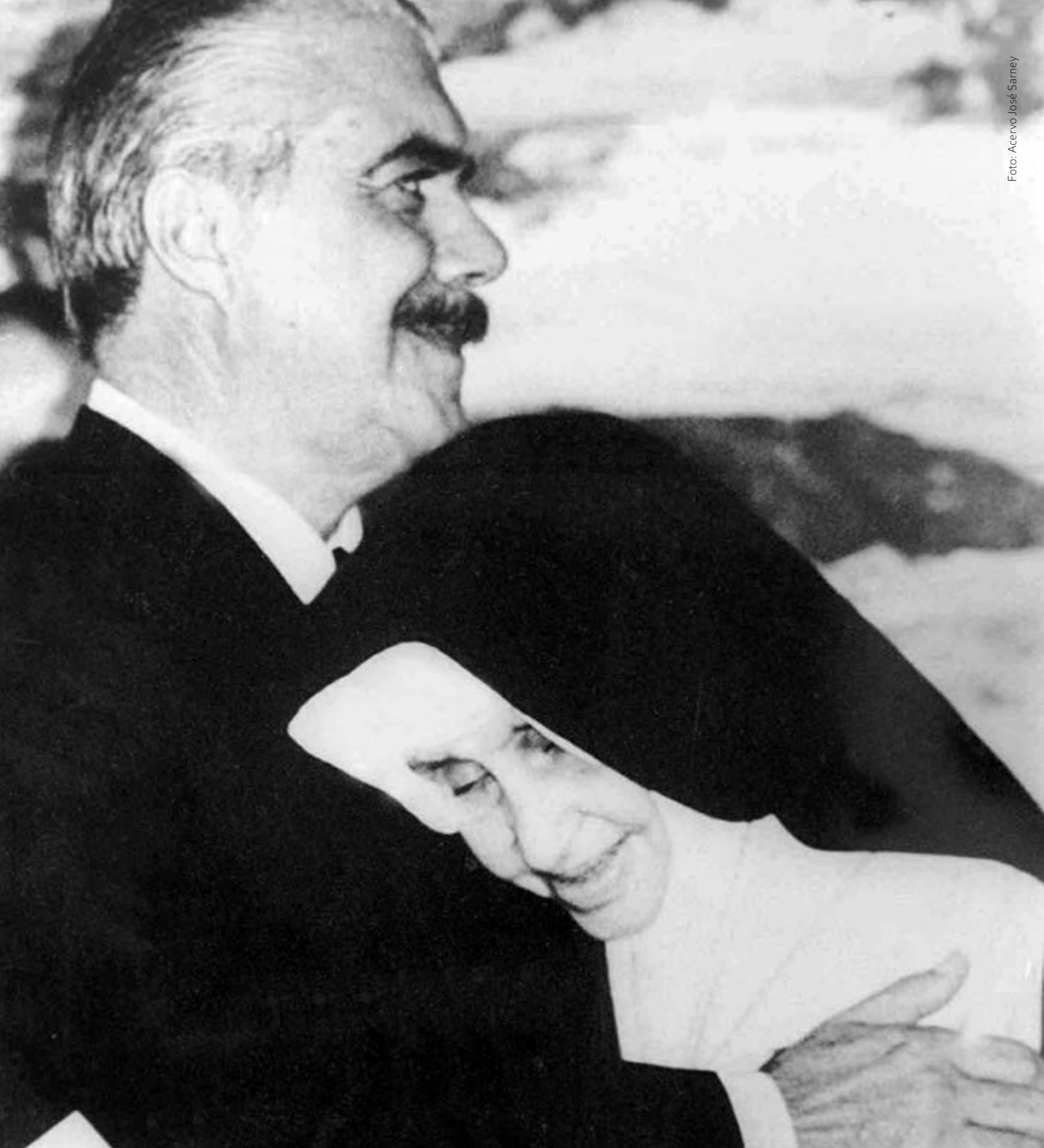


Foto: Acervo José Sarney

Santa Irmã Dulce dos Pobres

14 de maio de 2019.

O Papa Francisco, no dia 13 de maio, reconheceu mais um milagre de Irmã Dulce. O Cardeal Angelo Becciu, prefeito da Congregação da Causa dos Santos, publicará o decreto de canonização para que, no Consistório convocado para o dia 1º de julho, em cerimônia solene, seja proclamada santa. Santa Irmã Dulce dos Pobres.

Frágil como uma pétala, débil como uma folha levada ao vento, mas plena de bondade, lutando até para respirar, lutando sempre pela sua grande causa, que era a causa dos pobres. Foi essa a santa que eu conheci.

Os santos buscam a santidade, seja diretamente, como Santa Terezinha, seja indiretamente, como São Francisco de Assis — para usar exemplos caros à Irmã Dulce. Essa via é um caminho de sacrifício, e Deus os põe à prova.

Irmã Dulce nos deu o exemplo da caridade e da virtude esquecida. A sociedade capitalista gera valores materiais e negligencia os valores espirituais. Irmã Dulce era uma tocha permanente, que brilhava para lembrar que não podemos ficar, somente, no usufruto dos nossos bens, sem pensar no universo que nos rodeia, nos miseráveis, nos pobres, nos deserdados.

Nunca deixou, nunca abandonou a sua fé. Jamais se deixou envolver por qualquer outro chamamento de natureza política, ou de natureza material, ou de qualquer outra natureza. Ela sempre foi o que ela é: santa.

Ela era o cristianismo sem adjetivos, era uma esmoler dos doentes. Essa mulher era uma força da sua fé.

O grande amor de Deus fez com que, no Brasil, tenha nascido e vivido criatura tão boa, das melhores almas da humanidade.

Irmã Dulce era uma flor de amor e de bondade, esse desejo de ser um pedaço de Deus nas ruas de Salvador da Bahia. Santa como os profetas.

Eu tinha conhecimento da obra social de Irmã Dulce. Sabia da verdadeira abnegação dessa alma inigualável. A comunhão do nosso espírito consolidou-se quando a conheci pessoalmente, em Salvador. Vi, então, como dizem os clássicos, “de olhos vistos”, a ação de uma mulher de físico frágil, a conduzir com espírito gigantesco uma das obras mais delicadas a que um ser humano pode se dedicar — a integral, gratuita e despojada de vaidades ajuda ao irmão pobre e despossuído.

Visitei-a sempre, algumas vezes no anonimato. Vi seu sofrimento e, ainda hoje, me recordo com que emoção, poucos dias antes de ela falecer, tive a oportunidade de, olhando-a naquele sofrimento, no que não era cama — o seu leito era quase uma cadeira —, para lhe prestar uma homenagem, lhe dizer: “Seu devoto, não posso fazer outra coisa, senão de beijar-lhe os pés”. E beijei os pés de Irmã Dulce, ajoelhado.

A amizade que tínhamos um pelo outro era nutrida de nossos sentimentos comuns de amor próximo e só fez se consolidar com o passar dos anos, em benefício maior da parte que me toca, visto que a minha alma se engrandece na memória de alguém tão pura, como enriquecia, ontem, no convívio com uma pessoa tão abnegada ao próximo.

Maria Rita, sua sobrinha, no momento do seu sepultamento, entregou-me a bandeira do Brasil que cobria seu caixão. Levei-a para a Fundação da Memória Republicana Brasileira, onde está exposta, relíquia que depositei junto ao povo maranhense.

Em 1988, indiquei nossa Irmã Dulce para o Prêmio Nobel da Paz. Não estava somente atestando preferência e escolha pessoais, eu expressava o que habitava no fundo da alma brasileira. Irmã Dulce era um símbolo, plena de bondade, as pequeninas mãos carregando tão pesado fardo, como seja a prática da caridade e do amor, lutando pela paz do corpo e rezando pela salvação do espírito. Era um anjo de bondade pousado em terras da Bahia.

Exemplo mundial de caridade, serviu Irmã Dulce com sua vida para o alívio do sofrimento dos mais pobres entre os mais pobres. Débil de saúde, mas muito forte de alma, deu um exemplo extraordinário de bondade e fé com suas obras sociais, sua projeção humana no Brasil inteiro. Tinha a paz cristã, a grande paz da vida dedicada ao próximo e aos mais necessitados.

Visitei-a quando se encontrava em seu leito de agonia. Impressionou-me seu semblante sereno, que transmitia uma grande paz interior de quem — mais do que se voltava para os braços do criador — levava a consciência tranquila de ter sido cristã, de amar e de servir ao próximo.

Quantas vezes eu ouvi Maria Rita, essa mulher de força e dedicação, dizer-me que o Vaticano pedia mais um milagre da Irmã Dulce e eu respondia: eu sou testemunha, ela já me fez mil milagres.



Foto: Acervo José Sarney

Ao deixar o governo, eu ia sair, ia descer a rampa, numa situação difícil. Então, antes de sair, reuni minha família, minha mulher, meus filhos e não sei por que coloquei um lenço no bolso para as lágrimas.

E disse a todos que estavam ali: “Olhem, vocês se preparem. Eu cumpri com o meu dever, fiz tudo o que eu podia fazer. Agora, vou descer a rampa do Palácio” — na frente, havia uma multidão incalculável. “Metade vem para aplaudir o candidato que vai tomar posse, a outra metade vem para vaiar o candidato que vai tomar posse, mas todas as duas correntes vêm para me vaiar”. Peguei na mão da minha mulher e dos meus filhos e desci a rampa.

Não sei por que, ao descer, senti ao meu lado alguém. Olhei, procurava quem estava ali, e era a Irmã Dulce. Tirei o lenço e, então, sacudi o lenço como quem se despedia. E aí, de repente, aquela multidão, de um lado e de outro, que devia me vaiar, começou a aplaudir-me. Vi as pessoas chorarem. E eu me dizia: é milagre da Irmã Dulce!

Agora, a Igreja reconhece um milagre especial: um homem de 50 anos, há 14 anos cego, sentindo dores fortes, rezou a Irmã Dulce, adormeceu, e amanheceu vendo. Os exames médicos afirmam: ele continua cego; mas, pela intercessão de Irmã Dulce, vê.

Santa Irmã Dulce, rogai por nós.





Foto: Acervo José Sarney

José Sarney, no colo da avó paterna, em Pinheiro

90 anos: saudades e esperanças

24 de abril de 2020.

No diálogo semanal com seus leitores, ao completar 90 anos, o presidente faz um retrospecto de sua vida, agradecendo o dom da vida e as qualidades que Deus lhe deu.

Meus olhos se abriram para o mundo às 7h30 de uma cinza manhã de abril de 1930, depois de noite de um parto sofrido — minha mãe primípara, quase uma menina de 18 anos —, numa casa de chão batido, de 55 metros quadrados, na ainda pequena, quase uma vila, Pinheiro, onde tínhamos chegado há trinta dias, terra cercada dos mais belos campos do mundo, de capins verdes e flores amarelas formando um tapete no meio das águas do Pericumã, saídas do seu leito pelo mundão das chuvas do inverno.

Na casa a parteira famosa da terra, a velha negra Mundica de Salu, minha avó Dona, meu avô Adriano, meu pai, e uma menina, Emília, que mais tarde seria minha ama, chamada por mim carinhosamente de Debum.

Deus me deu uma família abençoada, que só me cercou de amor, com os avós que me acalentaram, irmãos, e depois a bondade de permitir constituir o meu ramo, na beleza de uma extraordinária mulher, filhos adoráveis, netos, bisnetos e, para completar minha felicidade, excelentes amigos e parentes.

A felicidade da infância, quando descobrimos o mundo, as pessoas, o apego e o amor da mãe, do pai, dos avós, a mão inocente dos irmãos nas cantigas de roda. Descobrir as cores, o vento, a chuva e pouco a pouco os pássaros que pousavam nos fios do telégrafo a única comunicação com o mundo.

Divido a felicidade desses anos com a minha querida terra de São Bento, onde fui gerado e passei a residir depois dos quatro anos. Ali aprendi a ler e escrever, e encontrei o melhor amigo de minha vida: o livro. Tão grande essa ligação que escrevi sobre tudo.

A política veio depois. Aconteceu. Napoleão dizia que a literatura era uma vocação, a política um destino. As duas me fizeram a vida, junto com o espírito de liderança. Nunca pensei viver 90 anos, num Maranhão que, em 1965, tinha uma expectativa de vida de 29 anos. Tive todos os perigos das doenças que levavam as crianças para o céu — 80% dos que nasciam. Só malária, quatro, além de todas as outras. Fiz a peregrinação pelo interior com meu pai, perseguido e sofrido modesto promotor público. Foram Icatu, Caxias, Codó, Coroatá, Balsas.

Conheci a luz elétrica aos 12 anos, quando vim fazer o exame de admissão para os Maristas. Morei no pensionato da boníssima Dona Rosilda Penha, na rua de São Pantaleão, na Madre Deus, em frente à Fábrica Santa Amélia, num pequeno quarto alugado, na casa da operária Dona Sérgia, de Dona Guidinha, dos irmãos Candido e Pedro Costa, gente generosa e boa.

Fui contínuo da Polícia Civil, trabalhei no Tribunal de Contas e no Tribunal de Justiça. Tornei-me jornalista profissional ganhando um concurso de reportagem de O Imparcial, onde comecei minha carreira política e literária.

A santidade de minha mãe foi uma ligação que marcou minha vida e até hoje me marca como uma saudade que não passa. Com ela conversei e me aconselhei todos os dias. Santa Dona Kiola.

Agradeço também a Deus fazer de mim um homem simples — o poder não me modificou em nada —, sem seduções materiais. Dar-me a absoluta impossibilidade de ter ódio, ter fé e atender o único pedido que Ele me fez: perdoar os inimigos. E eu perdoei a todos, eu que uma vez ouvi do presidente Castello Branco: “Dr. Sarney, o senhor é muito bem servido de inimigos”.

Nunca passei por cima de ninguém. Ouvi na minha velhice, já fora do poder, no aeroporto de São Paulo, o elogio que mais me confortou, de um homem dizendo para sua mulher: “O Sarney é um homem bom”.

Deus me deu 90 anos de vida, tantos cargos, fez de mim o político mais longevo da nossa História, 64 anos, receber as maiores condecorações, no grau mais alto, como a *Légion d’Honneur* e o Grande Colar do Mérito Nacional, me fez membro, hoje decano, da Academia Brasileira de Letras. Escrevi 122 livros, com 173 edições, alguns deles traduzidos em doze línguas. Ele me deu até a graça de uma pequena vaidade. Vaidade de sair de tão longe, das casinhas de Pinheiro e São Bento, e percorrer esse caminho. Graças ao povo do Maranhão, minha paixão, e ao generoso povo do Amapá, pela confiança com que sempre me amaram e me elegeram, e que passei a amar com todo o carinho.

90 anos! Não tenho saudades da infância, juventude, maturidade. Sinto, como dizia o padre Vieira, saudades do futuro.

“

Cristório, vamos acabar com o tempo. Aqui ele não existe e ficamos a contá-lo. Vamos tirar os dias e as noites, os meses e os anos, e deixar tudo como se fosse a Lua e o Sol. O tempo é uma coisa que a gente põe na cabeça e inventa.”

De O Dono do Mar

A L I T E R A T U R A

José Sarney nunca abandonou a literatura, atividade que sempre cultivou, paralelamente à sua trajetória política. Ele fez parte do grupo de jovens do movimento Movelaria de São Luís, no qual apresentou suas primeiras produções literárias, e debatia a poesia, ficção, ensaios, e, claro, as questões que impactavam a vida no Maranhão.

O primeiro livro de poemas, *A Canção Inicial*, surgiu das contribuições na revistinha *A Ilha*, entre outros periódicos. Na vertente ficcionista encontrou tempo para escrever, durante o período como governador do Maranhão, um livro de contos, *Norte das Águas*, que lhe deu visibilidade nacional. Mas foi principalmente *Maribondos de Fogo*, lançado no fim da década de 1970, que o levou à Academia Brasileira de Letras, em 1980.

Três dos seus romances foram traduzidos em vários idiomas. Atualmente são 122 títulos, em 172 edições, algumas traduzidas em 11 línguas.



Foto: Acervo José Sarney

A literatura foi sempre a minha vocação e a política o meu destino.

As atitudes do intelectual e a do político são, à primeira vista, contraditórias.

O escritor não pode se conformar com a realidade, assim como as palavras se revoltam contra o silêncio. Seu espírito não cabe na estreiteza das coisas. Sua mão não se escraviza aos acontecimentos; quer superá-los. O escritor é o homem da justiça absoluta. O político vive das realidades. Há uma angústia crescente, adicional, que se agrega a um Presidente que vive também a busca de todos os intelectuais: o mundo que deve ser criado por ele, e não o que a vida lhe oferece.

Ela está, antes de mais nada, a serviço de sua consciência. Seus mundos são abertos. Enquanto for escritor, ele não tem porto de chegada, só muitos portos de partida. No seu itinerário, busca a verdade de suas palavras e de seus atos. Nenhum poder, nenhuma força exterior o fazem deixar de ver seus ideais absolutos.

O político, ao contrário, deve ter a capacidade de negociar, de aceitar diferenças e reconhecer as limitações que o presente lhe impõe. Já se disse que a política é a arte do possível, O barro do político é o que existe. Do intelectual, o que precisa existir. Uma flor não é uma flor, mas a transcendência da flor.

E é no campo das possibilidades que a política tem objetivos definidos. O político tem, num dado contexto histórico, programas a cumprir e metas a alcançar. Mas nessa contradição existe, paradoxalmente, um encontro e conjugação.

A angústia do escritor acende mais facilmente o fogo da paixão, sem a qual o político não será mais que sombra das misérias cotidianas.

O escritor ajuda o político a ver mais longe, a enxergar em cada ato não apenas a solução específica de um problema, mas também um modo de comportar-se no mundo; a perceber por trás de cada aspecto da paisagem as grandes linhas do horizonte.

Por isso, como político e como Presidente da República, não renego nem abandono as artes do escritor. Sempre tenho um convite de noivado para a literatura. Um soneto, um livro para pensar.

Trecho de pronunciamento no Simpósio "O Papel Dinâmico da Literatura Latina e do Caribe na Criação Literária Universal", 18 de abril de 1988.

As principais obras do escritor José Sarney

FICÇÃO

Norte das Águas, 1969

O Dono do Mar, 1995

Saraminda, 2000

A Duquesa Vale uma Missa, 2007

POESIA

A Canção Inicial, 1954

Os Maribondos de Fogo, 1978

Saudades Mortas, 2002

CRÔNICA

Sexta-Feira, Folha, 1994

A Onda Liberal na Hora da Verdade, 1999

Canto de Página, 2002

Semana Sim, Outra Também, 2002

Tempo de Pacotilha, 2004

A Arte de Escolher, 2010

POLÍTICA

O Parlamento Necessário, 1982

A Palavra do Presidente, 6 vol., 1988/1990

Discursos Completos, 9 vol., 2014

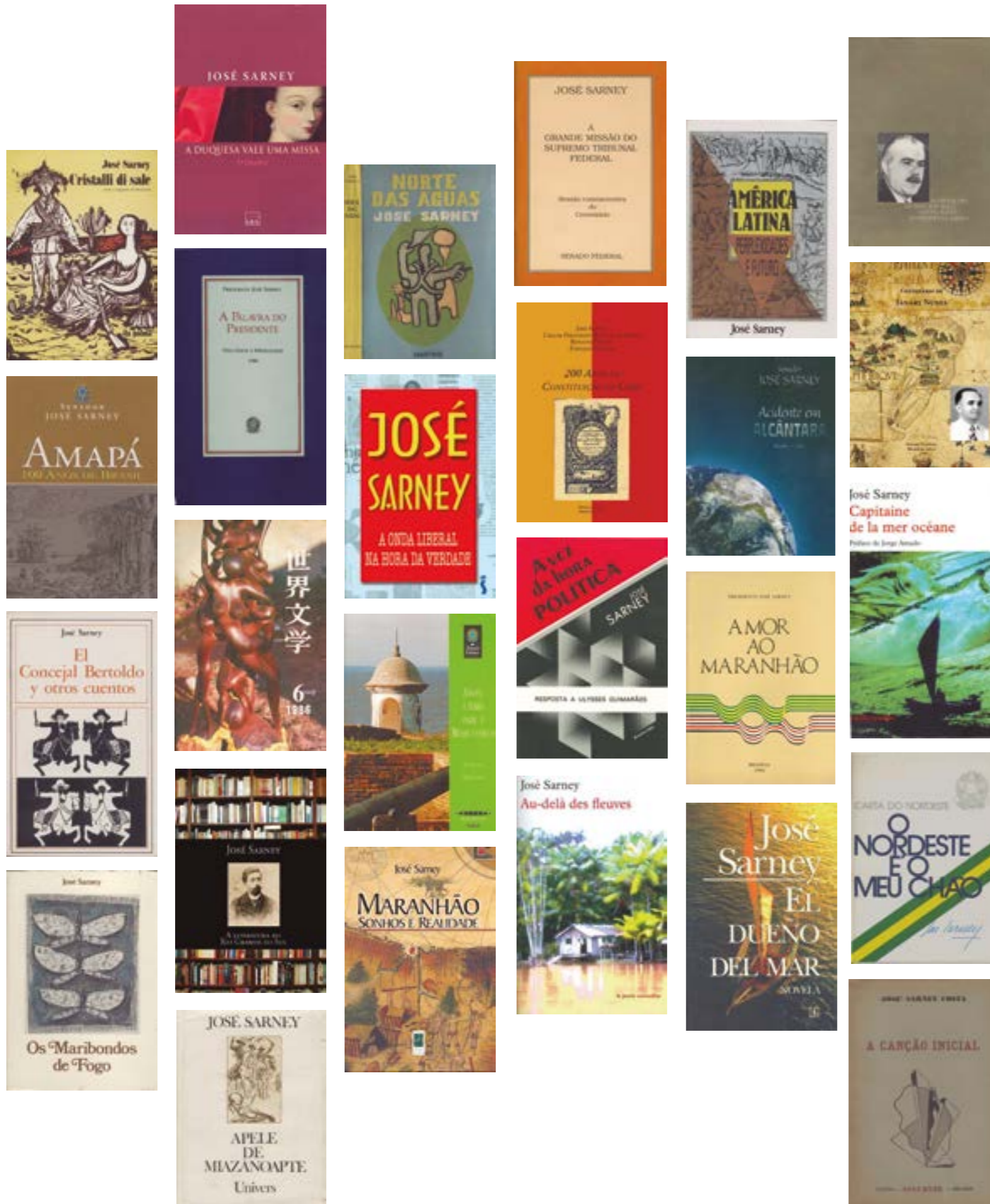
DIVERSAS

Posse na Academia Brasileira de Letras, 1980

Falas de Bem Querer, 1983

Amapá, a Terra onde o Brasil Começa, 2004

Galope à Beira-Mar, 2018.





Quase não conheço a costa norte do Brasil e menos ainda a vida de seus pescadores. Porém, vivi o suficiente no interior para familiarizar-me com a linguagem, o espírito, os costumes, as crenças do povo e reencontrei com emoção, em sua obra, muitos elementos de um patrimônio comum.

Como etnólogo, fiquei sensibilizado pela atenção que José Sarney dedica à pesca, a seu vocabulário, a suas técnicas locais. Mas o que me tocou acima de tudo é a arte com a qual Sarney demonstra como um gênero de vida tradicional está indissolavelmente ligado a crenças onde se afirma uma continuidade entre o mundo terrestre (melhor seria dizer, neste caso, marítimo) e o além. Em regiões separadas do Japão, onde pude observar a vida dos pescadores, notei as mesmas crenças que vêem nos naufragos salvos com vida, ou em seus cadáveres, mensageiros de outro mundo e até mesmo das divindades.

O que José Sarney nos faz tão maravilhosamente ver é o duplo aspecto sob o qual pode nos aparecer o mundo sobrenatural: muito distante no espaço ou muito distante no tempo. Frequentemente, disse e escrevi que para nós, modernos, a história faz as vezes da mitologia. Em seu livro, a mitologia popular floresce em evocação do passado, relativamente próximo para os homens ignorantes da história, mas que, na pena do narrador, assume dimensões muito mais vastas e torna presente, para nós, a epopeia marítima da nação portuguesa inteira que se perpetua diante de nossos olhos, graças a Sarney, através da vida laboriosa de humildes pescadores do litoral brasileiro...

Obra monumental.”

CLAUDE LÉVI-STRAUSS (1995)



O primeiro romance de José Sarney conquistou a estima do público e a aclamação da crítica. Estima e aclamação merecidas, pois *O Dono do Mar* propõe ao leitor uma visão inesquecível do mar do Maranhão, em sua realidade e em seus mistérios. Um mar povoado de embarcações que, hoje ainda, vagam em busca de seu destino. Para onde vão e de onde vêm estes barcos fantasmas, tão numerosos, tão diversos que singram as águas tumultuadas? O mar do Maranhão guarda os segredos de um passado longínquo que revela aos poucos a navegação de José Sarney. Seu barco são todos os barcos que procuram um porto onde ancorar enfim. Um dia, por certo, eles aí chegarão. (...)

Eu me lembro o entusiasmo com que saudei, há uns 30 anos, o primeiríssimo livro de José Sarney, “revelação de um grande contista”. Na época, eu não o conhecia pessoalmente, e tampouco sabia nada dele. Foi somente muito mais tarde que conheci sua obra poética e soube que tinha uma carreira pública. Os anos se passaram, muita água passou debaixo da ponte, Sarney tornou-se um nome célebre e admirado, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. As circunstâncias o levaram, em 1985, à Presidência da República, onde exerceu um mandato que honrou sua condição de escritor.

Eu tenho a convicção de que este livro vem coroar uma obra de importância evidente e inegável em nossa literatura romanesca. José Sarney havia publicado anteriormente, no domínio da ficção, uma coletânea de contos que, desde seu lançamento, foi considerada excepcional, colocando seu autor entre os maiores numa literatura rica em romancistas, mas onde os bons contistas são raros.

Passando do conto ao romance, José Sarney soube manter o alto nível de escrita ao qual agrega uma maturidade de concepção e de realização que não se encontra com frequência na produção literária de nosso país. Este romance oferece ao público um universo mágico e singular. Foi o melhor livro que li neste ano.”

JORGE AMADO (1995)



Sarney representa uma aliança que ainda não tinha sido feita completamente na tradição maranhense, da chamada “Atenas brasileira”. Porque a “Atenas brasileira” não foi somente Atenas, foi uma Atenas romantizada. Há, na tradição intelectual do Maranhão, a presença de muitos políticos, como Odorico Mendes, João Lisboa, Coelho Neto... São os clássicos. Existem os políticos — Gomes de Castro, Benedito Leite, Urbano dos Santos, mas não há uma interpenetração, uma comunicação entre essas duas posições da intelectualidade e da ação política dos maranhenses.

Sarney faz um pouco essa ligação entre Atenas e Roma, entre a vida da intelectualidade política e a ação da liderança política. Eu conheço Sarney desde menino e sempre senti nele esse líder de enorme presença. Quando estive no Maranhão, fiquei espantado, ao ver o que é a popularidade de um governador-escritor. Foi para mim algo surpreendente sentir de imediato a potencialidade daquele jovem. Eu não quero me referir ao passado. Eu quero falar do futuro. E vocês vão ver, no futuro, o que significa essa ligação.

Mas Sarney não é apenas o escritor que a Academia recolheu ao seu seio, com grande justiça e para grande desvanecimento de todos nós; ele não é apenas o líder político, afável mas duro, que destruiu oligarquias tidas como invulneráveis no Maranhão — ele derrubou situações tidas como inabaláveis na política maranhense — mas ele é também o homem de Estado. O que ele fez no Maranhão, como administrador de seu povo, é algo que salta aos olhos quando se passa por lá.”

AFONSO ARINOS (1983)



Li *O Dono do Mar* e gostei. Muito. Não imaginava José Sarney um romancista poderoso. E é. Entra no livro nadando de braçadas, dono das águas, dos ares e dos mares do Maranhão. Dá voz e alma aos pescadores das ilhas e das praias de São Luís com sabedoria e volúpia exemplares. Sarney é o intérprete de uma das matrizes básicas da cultura brasileira, a dos pescadores. Equivalente ao que Zé Lins é para o povo dos engenhos e Jorge Amado, para o gentio dos cacauais.

O romance me deu uma leitura gozosa, dessas em que a gente se esquece até que está lendo, para se abrir inteiro e deixar-se penetrar por ela. Para leitoras, o gozo há de ser maior. Impressionou-me também, vivamente, a sabedoria que José Sarney auriu convivendo com os pescadores de sua terra. Lá está o falar deles, marcado de arcaísmo porque, por suas bocas, falam velhos pescadores lusitanos, mas também a oralidade que vem dos negros e índios que com eles se misturaram nesses cinco séculos.

Sou, agora, amigo íntimo de Cristório e seus dois amores: “la Mer” e Quertide, de suas duas mulheres e da filharada. Gosto muito também das encarnações de seus mortos-vivos. Querente, Aquimundo, Quertide dos picos e até da puta de Iguaíba e do come-cú Zé do Casco.

O melhor mesmo do romance, a meu juízo, são os mergulhos barrocos que dá José Sarney, com esses personagens todos, no Real Maravilhoso. Ninguém, na literatura brasileira, tão cheia de belas fantasmagorias, alcançou tais alturas no Reino do Realismo Mágico. Parabéns. Estou perplexo.”

DARCY RIBEIRO (1996)



Com seu romance, Sarney conduz a um universo marítimo absolutamente mágico. É uma odisséia sobre o mar sem precedente na literatura latino-americana, onde a realidade é sobrenatural, a poesia e a fantasmagoria se misturam e acaba se impondo ao leitor com a maior simplicidade, familiaridade.”

MAURICE DRUON (1996)

(...) “O “Contestado” e “la couleur” instalam-se em nossa imaginação. Sarney destaca-se na pintura da floresta equatorial, da Caiena de outrora, das técnicas e da vida terrível dos garimpeiros. E a gente sente a proximidade do Maranhão.

E, além disso, estamos no universo das paixões absolutas, com essa Saraminda, enfeitada e que enfeitiça, e o cortejo de homens que ela encadeia e de dramas sangrentos que desencadeia.

Sim, é uma grande obra e eu prevejo um grande sucesso a esse livro.

Os homens de Estado poetas, como Senghor, não são muitos. Os homens de Estado romancistas, como José Sarney, não são numerosos tampouco.”

MAURICE DRUON (2003)

“

(...) A saga do Capitão Cristório, que é o herói principal da narrativa, tem tudo: romance, mistério, paixão do corpo, do coração e das estranhas; e ao mesmo tempo se entrelaça de lendas; as lendas que os pescadores contam, que Sarney deve ter escutado da boca dos próprios viventes dessas lendas, os que se dizem testemunhas delas e falam de peixes de tamanho desmesurado, de vários e estranhos bichos que vivem na águas fundas; como aqueles picos, bichos saídos das profundezas que têm um olho só, são cobertos de pelos e, de vez em quando, surgem aos bandos para raptar e deflorar as donzelas que se arriscam em banho de mar.

São tantos e tão variados os nomes, os dizeres, os costumes daquela gente praiana que o autor tomou a medida prudente de pôr ao fim do volume um glossário, indispensável ao leitor não maranhense — quero dizer, não maranhense de praia; que os do interior também não a entenderiam.

Sim, pode o romance ser um repositório de lendas, mas na verdade trata-se de um romance mesmo, onde não se fazem aberturas especiais para o pitoresco nem à exibições folclóricas. O que há de diferente e novo na linguagem tinha que estar ali, trazia o seu lugar marcado. A bela prosa do romancista é a sua sempre linguagem, harmônica, contida (ah! esse pessoal do Maranhão como sabe usar bem a língua portuguesa!). Sim, bela e forte. Seus personagens são vivos como gente de carne e sangue; as vezes parece até que tem mais sangue do que carne quando o coração os atormenta demais e a vida incerta de beira de praia, ou de praia adentro do mar, lhes parece tão complicada e infeliz!” (...)

RACHEL DE QUEIROZ (1996)



A cronologia — ou linha do tempo — da vida e da obra de José Sarney se estende por 90 anos, feitos no dia 24 de abril de 2020. São 60 anos de mandatos políticos, como presidente e vice-presidente da República, senador pelo Maranhão e pelo Amapá, governador do Maranhão e deputado federal. São mais de 70 anos como escritor, desde a adolescência, 40 anos como membro da Academia Brasileira de Letras, da qual é o decano, e uma obra de 121 títulos em 169 edições.

Setembro, 1901: o pai

O pai era promotor público, e seu nome foi encontrado pelo avô de Sarney, José Adriano da Costa, em uma edição de 1901 do Almanaque Bristol. Ele ficara impressionado com a história de um menino de 12 anos que sabia a Bíblia de cor e salteado e que se chamava Sarney.

Foto: Acervo José Sarney



Julho, 1911: a mãe

Dona Kyola nasceu em Correntes, Pernambuco, de mãe paraibana, do Ingá do Bacamarte, e de pai piauiense, o sertanejo de Valença chamado Assuéro Leopoldino Ferreira. Nos anos 20, Assuéro deixou o sertão de Pernambuco e emigrou em busca dos vales úmidos do Maranhão com três filhos e a menina Kyola.

Abril, 1930: o nascimento

Filho de Sarney de Araújo Costa e Kyola Ferreira de Araújo Costa, o maranhense José Sarney nasceu em Pinheiro, no dia 24 de abril de 1930. Sua cidade natal fica no centro de uma região colonizada por criadores de gado, a Baixada Maranhense, formada por campos alagados, e situa-se entre a capital, São Luís, e a fronteira do Pará.

1935: a peregrinação pelo Maranhão

José Sarney mudou-se diversas vezes ao longo da infância, pois seu pai passou por vários processos de remoção, motivados por questões políticas. Essa peregrinação prejudicou os estudos do menino. Quando terminou o primário, Sarney foi estudar em São Luís, separando-se da família pela primeira vez. Instalou-se num quarto alugado, em pensão modesta.

1937: mocidade em São Luís

Conquistou o 1º lugar no exame de admissão do Colégio Maranhense dos Irmãos Maristas e teve sucesso como estudante, tirando boas notas. No entanto, teve vida difícil na capital, pois a família tinha dificuldades em sustentá-lo. Depois de cursar o ginásio no Colégio Marista, transferiu-se para o Liceu Maranhense.

Ainda muito jovem, começou a frequentar as salas de leitura da biblioteca pública. Enquanto incrementava a sua cultura e fixava seus objetivos, Sarney se dedicava à aprendizagem da política.



Foto: Acervo José Sarney

1938: o nome

Quando criança, o filho de Kyola e Sarney Costa, seguindo o costume do Nordeste de associar o nome do filho ao do pai, era conhecido como José “do Sarney”. Ao entrar na política, o jovem candidato abandonou o nome de José de Ribamar Ferreira de Araújo Costa e adotou o nome de José Sarney, reconhecido em cartório em 1965.

1943: contra a ditadura

Atuando no movimento estudantil, por duas vezes elegeu-se presidente do Centro Liceísta e participou das agitações que ocorriam em todo o país pedindo a deposição de Getúlio Vargas. Chegou a ser preso, com amigos, ao liderar uma manifestação contra a ditadura. Cândido Costa, dono da pensão em que morava e personagem que marcou sua juventude, foi buscá-lo na prisão. A ele, disse que participara apenas de uma comemoração pelo fim da Segunda Guerra Mundial.

1946: Marly

Em 1946, José Sarney conhece Marly Macieira. Dois anos mais jovem, ela é prima de um amigo, Murilo Ferreira, e filha do cirurgião, clínico e diretor de hospital Carlos Macieira. No

ano seguinte, Marly o convida para sua festa de quinze anos, e José torna-se o seu primeiro e único namorado.

1946: jornalista

Vencendo concurso de melhor texto, José Sarney começa a trabalhar em O Imparcial. Começou na reportagem policial e logo foi transferido para a reportagem geral. Algum tempo depois ali criou um suplemento literário.

1950: na UME e na UNE, com os líderes do futuro

Recém-chegado à Faculdade de Direito, ingressou na União Maranhense dos Estudantes (UME). Representou o Maranhão no congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) realizado em São Paulo, em 1950. Nesse congresso, marcado pela presença de Enrico Berlinguer, criou laços de amizade com Álvaro Americano, Paulo Egydio Martins, Roberto Gusmão e Célio Borja.



Foto: Acervo José Sarney

1951: Movelaria Guanabara

Reuniam-se na Movelaria Guanabara alguns amigos, no debate de ideias literárias e artísticas. Além de Sarney, os escritores Bandeira Tribuzzi, Luís Carlos Bellos Parga, Carlos Madeira, Antônio Luís de Oliveira, Evandro Sarney, Lago Burnett, Ferreira Gullar, os pintores Cádmo Silva, Paiva, Figueiredo e Floriano Teixeira. Destes encontros saiu a revista *A Ilha*, propugnadora do neomodernismo, por Clá, de Fortaleza, Quixote, do Rio Grande do Sul, José, de Pernambuco, Joaquim, de Santa Catarina, e Orfeu, do Rio de Janeiro.

Sarney concluiu o curso de Direito, chegando a atuar no tribunal do júri.

Julho, 1952: o casamento

No dia 12 de julho de 1952 Marly de Pádua Macieira e José Sarney se casaram na Catedral de São Luís.

1953: escritor

A literatura ocupa o centro das atenções de Sarney no começo da década de 1950. Além das colaborações nos jornais e na revista do grupo A Ilha, publica seu primeiro ensaio, Pesquisa sobre a pesca de curral na Ilha do Curupu (1953), e o primeiro livro de poemas, Canção inicial (1954). Em 1953 assume a cadeira 22 da Academia Maranhense de Letras.



Foto: Acervo José Sarney

José Sarney em encontro com Monsenhor Joaquim Nabuco Filho, Manuel Bandeira, Odylo Costa e Maria Rita Soares de Andrade, primeira mulher negra a se tornar juíza federal no Brasil, a primeira negra na magistratura superior, 1958.

1954: a opção pela UDN

Sarney filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), pelo qual, em 1954, iniciou-se na política, sendo eleito suplente de deputado federal. Em 6 de junho de 1955, assumiu pela primeira vez a cadeira no plenário do Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados. Os breves períodos se sucederam nos anos seguintes, até 1958.

Pouco depois, Sarney trocou o PSD, que voltara a abrigar seu adversário Vitorino Freire (político que controlava o Maranhão), pela União Democrática Nacional (UDN). A mudança significava também a oposição ao governo federal, que tivera uma pedra de toque maranhense: a candidatura de Assis Chateaubriand. O grande jornalista perdera a eleição na Paraíba. Repetindo o que fizera em 1952, provocando uma nova eleição pela renúncia de um dos senadores do

Estado e de seu suplente, obteve a renúncia do senador Alexandre Bayma e de seu suplente, Newton Bello. A vitória obtida a fórceps com a humilhação da política maranhense dobrou a dose com sua renúncia em 1957 para ser embaixador do Brasil em Londres.

1955: reco-reco na Banda

Assumindo o comando do partido no Maranhão, Sarney estruturou e redimensionou a UDN estadual. Isso o credenciou a uma envergadura nacional, com a aproximação ao grupo conhecido como Banda de música. Ele é formado por nomes como Adauto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto e Prado Kelly. Diz Sarney que na Banda tocava reco-reco.

1958: deputado federal

Sua presença nacional se refletiu na política maranhense. Nas eleições de 58, comandou um bloco de oposição ao grupo de Vitorino Freire, a Oposição Coligada, que conquistou quatro das dez cadeiras da bancada maranhense na Câmara dos Deputados, sendo o mais votado da chapa. Com o mandato pleno e a efetiva liderança política no Maranhão, passou a ter acesso às deliberações partidárias.

No partido um homem fazia o espetáculo de massa: Carlos Lacerda. O grande tribuno tinha um jornal, que fazia as vezes de porta-voz da UDN, a Tribuna da Imprensa. Sarney frequentava sua redação e, com Aluísio Alves, Carlos Castello Branco e Odylo Costa Filho, muitas vezes substituiu Carlos nos seus famosos editoriais.

1959: Bossa-Nova

Sarney lançou, com Edílson Távora e Ferro Costa, o grupo Bossa-Nova, que pregava uma maior participação da questão social entre as bandeiras da UDN. Era a UDN de macacão. A eles se juntaram José Aparecido, Seixas Dória e vários outros. Contemporâneo das disputas pela candidatura presidencial, o Bossa-Nova foi a grande marca da UDN naqueles dias. Com o apoio de Afonso Arinos, Sarney era vice-líder do partido.

Na convenção nacional que homologou a aliança com Jânio Quadros, foi decidido que o Bossa-Nova teria uma vaga na comissão diretora. Assim, Sarney foi eleito vice-presidente da legenda em 1959.

Agosto, 1961: a renúncia de Jânio

Tendo feito oposição a Juscelino, Sarney foi líder de Jânio na Câmara dos Deputados. Os breves meses do governo Jânio Quadros prometiam uma revolução no país, com uma nova postura internacional, uma reforma dos métodos políticos e a busca da justiça social, que

era a bandeira do Bossa-Nova. Mas o sonho durou pouco. Como muitos outros presidentes ao longo da História, achou que o Congresso Nacional não era tão dócil quanto devia, e resolveu aplicar um autogolpe: renunciar para voltar nos braços do povo. Não deu certo. Abalado embora pela reviravolta, Sarney foi contra a reforma constitucional que implantou o parlamentarismo como maneira de podar o mandato de João Goulart, que era o vice-presidente. Numa declaração de voto, se disse parlamentarista, mas mudar o regime dessa maneira seria ruim para o sistema e um golpe contra Jango.



Março, 1964: as reformas e o movimento militar

Em 1962, reeleito com facilidade, Sarney vê sua previsão de fracasso do parlamentarismo se confirmar. O ano é perdido com a campanha para a volta do presidencialismo, confirmada pelo plebiscito de janeiro de 1963. Ao mesmo tempo o país se divide na discussão das reformas de base, que todos sabiam necessárias, mas ninguém sabia quais eram. Abre-se uma crise gravíssima, com deterioração da economia e um paroxismo de enfrentamento político. 1964 começa com vários golpes anunciados. A dúvida é quem o dará primeiro: Leonel Brizola com as ligas camponesas, o próprio Jango, os grupos de direita ou os defensores da Constituição? Sarney é uma voz de ponderação.

Embora fazendo oposição a Jango, em março defende uma solução política para a crise que vai culminar com o golpe militar. Nos primeiros dias de abril de 1964 se opõe às primeiras cassações, sustentando a proteção constitucional dos mandatos, que só poderiam ser cassados pelo Congresso e seguindo o roteiro previsto na Constituição.



Novembro, 1965: a eleição a governador

Ainda pela UDN, José Sarney elegeu-se governador do Estado, em 1965, derrotando por ampla maioria os dois candidatos vitorinistas. A seu pedido, Glauber Rocha filmou Maranhão 66, sobre a situação de extrema pobreza que vira ao longo da campanha.

1966: infraestrutura

A gestão de Sarney significou uma guinada no desenvolvimento do Estado. Ao tomar posse no governo, encontrou uma situação de baixíssimo investimento e precariedade em todas as áreas: Havia somente 7.500 kW de energia elétrica disponíveis, 13 km de estradas pavimentadas, e a capital mantinha-se uma ilha bastante isolada. Sarney aumentou os investimentos em 2.000%, instalou uma capacidade elétrica de 230 mil kW e pavimentou centenas de quilômetros de estradas. São Luís urbanizou-se e cresceu como polo comercial, com a construção da ponte do São Francisco e da BR-135, ligando a cidade a Teresina, no Piauí. Além disso, abriu o porto do Itaqui, cujo acesso foi viabilizado por uma barragem.

1966: educação e saúde

O governo de José Sarney melhorou a estrutura educacional em todos os níveis, fundamental, médio e superior, com a criação de centenas de escolas, dezenas de ginásios e várias faculdades em todo o Estado. Foi instalada a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e criada a primeira TV Educativa do país, o que permitiu a formação de um corpo docente qualificado. O programa João de Barro, com base no método do educador Paulo Freire, foi uma revolução no ensino básico.

A saúde foi fortalecida com a abertura de postos médicos no interior e do Hospital Geral na capital.

Dezembro, 1968: JK e o AI-5

Sarney homenageou Juscelino Kubistchek com um almoço em São Luís, em 1968, na véspera da instituição do AI-5, ato pelo qual o então ex-presidente foi preso, ao retornar ao Rio de Janeiro. Em pronunciamento por rádio e televisão, o governador falou aos maranhenses, em defesa da democracia:

“Meu mandato é um mandato livre, que me foi outorgado pela vontade popular, tenho procurado exercê-lo com absoluta independência e no dia em que não puder mais fazê-lo não poderei prestar serviços ao Maranhão. Nessa hora, o meu caminho é o caminho da minha casa, de cabeça erguida, mas respeitado e sendo digno do nome e do povo desta terra. Não posso parecer nunca subalterno, omissos ou açodado. Tenho noção da grandeza do cargo que ocupo e das minhas responsabilidades com o passado, com o presente e com o futuro do Maranhão”.

1971: as prerrogativas parlamentares

José Sarney entrou para o Senado Federal pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), em 1970. No Congresso Nacional, buscou, com Daniel Krieger e outros senadores, a retomada das prerrogativas parlamentares.

Entusiasta de novas tecnologias, Sarney empenhou-se para a informatização do Senado e a criação do Instituto de Pesquisa e Assessoria do Congresso (Ipeac).

Outubro, 1978: o fim do AI-5 e o PDS

Foi o relator da Emenda Constitucional nº 11 que, em 1978, revogou todos os atos institucionais do regime militar. Apontou, em seu parecer, que a emenda não acabava com o autoritarismo, mas representava o começo de um longo processo.



Foto: Acervo José Sarney

Reeleito senador em 1978, no ano seguinte Sarney passou a presidir seu partido. Com o fim do bipartidarismo e das duas legendas que o compunham, foi para o Partido Democrático Social (PDS), tornando-se seu primeiro presidente. Elaborou o programa do PDS com forte viés social.

Junho, 1984: a Aliança Democrática

Em junho de 1984, impedido de realizar prévias para escolha do candidato à sucessão presidencial, com a pressão do pré-candidato Paulo Maluf sobre o presidente Figueiredo, Sarney deixou o PDS. Criou, com dissidentes do partido, a Frente Liberal, que constituiu a Aliança Democrática com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Para a eleição presidencial de 1985, ainda indireta, a Aliança lançou a chapa com Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice. Conseguiram imponente maioria no Colégio Eleitoral, com 480 votos, contra apenas 180 da chapa adversária, dentre os 686 delegados.



Foto: Acervo José Sarney

Março, 1985: a doença de Tancredo Neves

A posse dos eleitos deveria ocorrer em 15 de março, porém Tancredo Neves foi submetido a uma cirurgia de emergência na noite de 14 de março, ficando impossibilitado de assumir. No dia 15 de março de 1985, sob o impacto da doença de Tancredo Neves, José Sarney tomou posse como vice-presidente da República em exercício da Presidência.

A dramática noite, com a internação de Tancredo, as discussões no próprio Hospital de Base e em vários espaços institucionais e privados, sobre os procedimentos constitucionais da posse, tinham tido seu clímax com a doença e a cirurgia do presidente eleito. A cerimônia mais paradigmática da democracia, a alternância de poder, revestida de simbolismo especial, depois de 20 anos, passar do regime militar para o civil, deu-se num anticlímax, onde os sentimentos de alegria e tristeza, esperança e temor se mesclavam.

Abril, 1985: inicia o governo Sarney

Tancredo Neves faleceu em 21 de abril, e Sarney, em conformidade com o artigo 76 da Constituição, tornou-se presidente. O governo teve início fragilizado, devido à doença de Tancredo. Diante de uma desconfiança difusa, Sarney lutou para legitimar-se por seu trabalho. Buscou fortalecer a democracia e a paz social.

Reconheceu os partidos que estavam na clandestinidade, manteve as forças militares nos quartéis, recuperando suas condições operacionais, que estavam sucateadas. Garantiu o direito dos sindicatos e a liberdade de imprensa, assim como eleições livres sucessivas.

Convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição Federal de 1988, com ampla participação popular e inclusão de segmentos discriminados, como mulheres, negros, indígenas e pessoas portadoras de deficiência. Valorizou as áreas ambiental e cultural, assim como a reforma agrária. No âmbito das relações internacionais, priorizou o estreitamento de laços com os países latino-americanos.

Para organizar a economia, Sarney criou a Secretaria do Tesouro e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

1985: eleições e partidos

Sarney garantiu a redemocratização na Nova República, com 4 eleições diretas nos 5 anos da sua presidência: a primeira para prefeitos das capitais, em 1985 (primeira depois de 20 anos); a segunda para deputados estaduais e federais, senadores e governadores, em 1986 (com o sucesso do Plano Cruzado, o PMDB elegeu 22 dos 23 governadores); a terceira para prefeitos de todos os municípios e gerais para o Estado do Tocantins, que acabara de ser criado, em 1988; e a quarta para presidente da República, em 1989 (primeira após 29 anos).

Logo no início do governo, Sarney legalizou os partidos comunistas, que trabalhavam na clandestinidade durante o regime militar, e recebeu no Planalto João Amazonas e Giocondo Dias, lideranças históricas do comunismo no Brasil. Os dois partidos comunistas puderam participar das eleições.

1985: direitos da mulher

Em maio de 1985, Sarney criou uma comissão especial, presidida pela atriz Ruth Escobar, para preparar um anteprojeto de um Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Já em setembro, o conselho foi instalado, cumprindo-se as determinações da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Discriminações contra a Mulher, de que o Brasil já era signatário. Sarney afirmou, na ocasião, que subsistiam no Brasil profundas desigualdades sociais que mantinham a mulher como um cidadão marginalizado, e que necessitavam ser eliminadas.

1985: política externa

Durante a Presidência de Sarney, a política externa brasileira abandonou o alinhamento automático aos Estados Unidos. Voltou à posição de independência e abertura ao diálogo com todos os países, seguindo a tradição iniciada pelo Barão do Rio Branco e consolidada por Afonso Arinos. A retomada das relações diplomáticas com Cuba, a busca da integração sul-americana e a defesa das nações em desenvolvimento marcaram essa postura.

Em seu primeiro grande discurso sobre política externa, Sarney falou na abertura da 40ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1985. Ali afirmou que o problema da dívida externa dos países pobres não deveria ser resolvido submetendo suas populações a condições ainda mais miseráveis. Essa posição foi combatida pelos governos americanos dos presidentes Reagan e Bush, que pressionaram o Brasil com sanções comerciais.

1985: reforma agrária

Na pauta da Aliança Democrática constava a criação do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários. Sarney não concordou com o nome escolhido, que tentava evitar a expressão “reforma agrária”. Acabou sendo criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, com o compromisso de implantar o Estatuto da Terra, harmonizar os conflitos no campo, acabar com a injustiça e a violência que dominavam o setor. Nos cinco anos de governo Sarney, foram regularizados 4 milhões e 300 mil hectares — 10 vezes mais do que tudo que tinha sido feito nos 20 anos decorridos desde a sanção do Estatuto da Terra, que instituíra a reforma agrária no Brasil. Mais de 200 mil famílias foram beneficiadas. Ainda com o objetivo de melhorar a vida dos trabalhadores do campo, em setembro de 1985, Sarney estendeu a eles os benefícios da Previdência Social.

1985: vale-transporte

No final de seu primeiro ano de governo, Sarney criou o vale-transporte. O benefício social melhorou a vida de milhões de usuários, garantindo o direito básico do trabalhador de se locomover até seu local de trabalho sem que sua renda fosse comprometida. Um

dos principais objetivos dessa iniciativa foi corrigir a situação que levava os trabalhadores brasileiros a gastarem até 40% de seus orçamentos para pagar o transporte até o trabalho. Hoje, 47% dos usuários de transporte urbano no Brasil utilizam o vale-transporte.

Fevereiro, 1986: o Plano Cruzado

Sarney assumiu a chefia do governo em plena recessão econômica, com inflação elevada. Para enfrentar a crise e a desconfiança com a economia, que persistia, embora o Produto Interno Bruto tenha crescido 8,5%, o presidente adotou medidas heterodoxas, capitaneadas por João Sayad, ministro do Planejamento.

Em fevereiro de 1986, inspirado nos planos de sucesso em Israel, Sarney lançou o Plano Cruzado, marcado pelo congelamento de preços por um ano, associado ao reajuste salarial automático em caso de inflação acima de 20%, o chamado “gatilho salarial”.

Para estimular o consumo e afastar o risco de recessão, Sarney aumentou em 12% o valor real dos salários. A medida foi seguida por uma grande mobilização dos consumidores na fiscalização dos preços. Eram os “fiscais do Sarney”. Mesmo com a popularidade do plano e do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, o setor empresarial não aderiu ao Cruzado, promovendo um desabastecimento do mercado, que forçou o retorno da inflação.

Março, 1986: Secretaria do Tesouro e Siafi

O presidente Sarney promoveu mudanças essenciais na gestão do orçamento, tornando as contas públicas mais transparentes, com a criação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). A execução orçamentária, que era função do Banco do Brasil, passou para a Secretaria do Tesouro Nacional, criada logo em seguida ao Plano Cruzado. Todas as despesas de natureza fiscal passaram a fazer parte do orçamento geral da União, que foi centralizado, com o fim da conta-movimento do Banco Central no Banco do Brasil.

Julho, 1986: Lei de Incentivo à Cultura

A primeira legislação federal de incentivo fiscal à produção cultural, batizada de Lei Sarney, foi sancionada em 2 de julho de 1986, concretizando projetos que apresentara seguidamente desde 1972. A iniciativa aprofundou o processo de valorização da cultura brasileira, iniciado com a criação do Ministério da Cultura, no primeiro mês do governo. A Lei Sarney estabelecia uma relação entre o poder público e o privado. O primeiro abdicava de parte dos impostos devidos pelo segundo, a chamada “renúncia fiscal”. Assim surgiu como um novo paradigma para as relações entre a classe artística e o empresariado, que investiria em produtos culturais, como cinema, teatro, literatura, artes plásticas e patrimônio.

1986: a luta para acertar a economia

Um novo plano, o Cruzado II, foi lançado em novembro de 1986, mas, novamente, sem sucesso no combate ao avanço inflacionário. Em janeiro de 1987, Sarney decretou moratória, diante do nível crítico a que chegaram as reservas internacionais. A luta para acertar a economia continuou.

Ao contrário do que fazia supor a pressão social nesse sentido, a moratória unilateral não foi bem recebida. Sarney substituiu Funaro, em abril de 1987. Bresser Pereira, o novo ministro da Fazenda, lançou mais um plano econômico, batizado com seu nome, que alcançou algum sucesso.

Em 1988, Maílson da Nóbrega assumiu a Fazenda, voltado ao combate dos problemas econômicos de maneira pontual. Seguiu-se o Plano Verão, no início de 1989, que tampouco conseguiu conter a inflação.



Foto: Acervo José Sarney

1986: o Cone Sul e a América Latina

Sarney estreitou os laços com a Argentina e o Uruguai, em estreita sintonia com seus respectivos presidentes, Raúl Alfonsín e Julio Maria Sanguinetti. Restabeleceram a confiança entre os vizinhos do Cone Sul, comprometendo-se com o uso pacífico da energia nuclear e com a democracia. Assim, surgiu o embrião do Mercosul, que tinha como cláusula a restrição a países que não estivessem em pleno funcionamento das instituições democráticas.

Também houve forte aproximação com diversos outros países latino-americanos, como Paraguai, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Peru e México.

A diplomacia brasileira foi determinante para a pacificação dos conflitos no Caribe, com a formação do Grupo de Apoio a Contadora (depois, Grupo do Rio).

Admirador da redemocratização da Espanha, realizada com o Pacto de Moncloa, que tinha como modelo, Sarney manteve forte diálogo com Felipe González, primeiro-ministro espanhol.

1987: a Constituinte e a Constituição

Ainda em 1985, Sarney convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, que seria formada pelos congressistas eleitos em 1986 e os senadores eleitos anteriormente, mas ainda no exercício do mandato (ao todo, 559 parlamentares), e instalada em fevereiro de 1987.

Criou a Comissão Afonso Arinos, com 50 notáveis, que elaborou um anteprojeto para subsidiar o trabalho dos constituintes, conforme havia planejado Tancredo Neves. O material, no entanto, foi descartado pelo deputado Ulysses Guimarães, que presidiu a Constituinte.

Sarney foi crítico do texto notocante à estrutura do Estado, na qual enxergou dificuldades de governabilidade, embora reconhecendo um grande avanço relativo aos direitos. A nova Constituição Federal foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, e o presidente da República foi o primeiro a jurar cumpri-la.

1987: o SUDS, assistência médica universal

A universalização do direito à saúde é uma das conquistas do governo Sarney. Até então, apenas os trabalhadores que contribuíam para a Previdência Social tinham direito a atendimento na rede pública. Quem não contribuía com o sistema previdenciário era atendido em hospitais filantrópicos. Em março de 1986, foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que resultou na implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS). A preocupação de Sarney em universalizar a saúde com o SUDS foi a de proteger todos e não apenas os trabalhadores que possuíam uma boa base organizacional e grande capacidade de mobilização. A decisão foi incorporada à Constituição de 1988.

1988: igualdade racial

José Sarney sempre foi defensor da igualdade racial. Ainda jovem, aos 31 anos, o deputado Sarney, como delegado especial do Brasil na XVI Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), subiu à tribuna para condenar o apartheid. Ao abrir a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1985, enfatizou a posição oficial do Brasil, anunciando sanções à África do Sul. Em 1988, nas comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, Sarney criou a Fundação Palmares, destinada à promoção

dos afrodescendentes, especialmente em seus aspectos culturais e sociais. Ainda como presidente da República, novamente na ONU, Sarney assinou a adesão brasileira ao tratado contra qualquer forma de discriminação e voltou a condenar o apartheid. Transformou em monumento nacional a Serra da Barriga, em União dos Palmares, Alagoas. Como senador, Sarney lutou pela política de cotas como instrumento fundamental para alcançar a igualdade racial no Brasil.

Outubro, 1988: meio ambiente

Sarney foi um pioneiro ao introduzir no debate parlamentar a questão ambiental, levando ao Plenário, em 1972, avaliação sobre a Conferência de Estocolmo, promovida pela ONU. Nessa época discutiu também o documento “O momento crítico da Humanidade”, do Clube de Roma, primeiro alerta internacional para a gravidade da situação universal. Logo no início de seu governo, Sarney criou o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Em outubro de 1988, diante da situação crítica das queimadas e desmatamentos na Floresta Amazônica, Sarney criou o Programa Nossa Natureza — Programa de Defesa do Complexo de Ecossistema da Amazônia Legal —, destinado a estabelecer condições para utilização e preservação dos recursos naturais da Amazônia.

No ano seguinte, reuniu todas as entidades que tratavam do assunto no país, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ao mesmo tempo, criou o Fundo Nacional do Meio Ambiente, provedor de recursos para a área, e o projeto Calha Norte, destinado a resguardar a região de fronteira amazônica.

1989: os países de língua portuguesa e a China

Junto com o presidente português Mário Soares, Sarney organizou reunião em São Luís reunindo Brasil, Portugal e os países lusófonos da África. O encontro estruturou as bases da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Visitou Cabo Verde e Angola, país que apoiou firmemente no conflito com a África do Sul, cujo regime de apartheid Sarney condenava com veemência.

Sarney foi à França em 1988 e 1989 (por ocasião do bicentenário da Revolução Francesa), em retribuição à visita do presidente Mitterrand ao Brasil. Viajou à União Soviética, com a qual estabeleceu importante parceira comercial (a URSS passava, então, pela abertura



Foto: Acervo José Sarney

econômica de Mikhail Gorbachev, a Glasnost). Sarney foi ainda à China de Deng Xiaoping (também sob fortes transformações econômicas), assinando acordos de cooperação tecnológica para o lançamento de satélites.

1989: os resultados econômicos

Mesmo marcado pelo descontrole inflacionário, que era compensado na vida cotidiana pelo gatilho salarial, houve resultados econômicos expressivos na gestão de Sarney, com o país elevado ao posto de sétima maior economia do mundo.

A própria inflação, dolarizada, teve uma média anual de apenas 17,3%, segundo estudo da Consultoria Tendências. O Brasil teve o 3º saldo exportador no mundo. Os resultados de balança de serviços, balança comercial e transações correntes só vieram a ser superados no governo Lula. A dívida externa caiu de 54% para 28% do PIB. O déficit primário de 2,58% do PIB em 1984 foi substituído por um superavit de 0,8% do PIB em 1989. O PIB, medido em dólares (variação cambial) cresceu 119%. O PIB per capita cresceu 99%. A média do índice de desemprego foi de 3,89%, chegando a 2,16% durante o Plano Cruzado e 2,36% em fins de 1989.

Fevereiro, 1991: senador pelo Amapá

Depois de deixar a Presidência da República, José Sarney foi eleito, em 1990, senador pelo Amapá. O ex-território federal acabara de se tornar Estado, e para lá mudara seu domicílio eleitoral. Durante o primeiro mandato conseguiu aprovar o Estatuto da Micro e Pequena Empresa e a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

Em 1998, Sarney conquistou mais um mandato, reeleito senador pelo Amapá. Buscou levar àquele Estado as mesmas regras vigentes para o porto de Manaus. Ao mesmo tempo escreveu o livro *Amapá, a Terra onde o Brasil Começa*, em que conta a História do Amapá, apresentando documentos inéditos.

Fevereiro, 1995: primeiro mandato de presidente do Senado

Sarney foi eleito quatro vezes presidente do Senado Federal. No primeiro mandato, de 1995 a 1997, seus principais legados foram a renovação da estrutura administrativa e a ampliação da rede de comunicação. A

Foto: Acervo José Sarney



criação da Rádio Senado, da TV Senado e do Jornal do Senado resultou num funcionamento legislativo mais eficiente e transparente.

1999: as causas sociais

Sarney sempre deu grande importância às causas sociais. Destacou-se, nesse mandato, sua defesa da discriminação positiva no sistema educacional brasileiro. Foi de sua autoria a primeira proposta de cotas raciais apresentada ao Congresso, em 1999, que foi aprovada no Senado, mas acabou perdendo força ao ser apensada na Câmara ao Estatuto da Igualdade Racial. Seu projeto, que englobava concursos para cargos públicos em todas as esferas federativas e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), determinava que no mínimo 20% das vagas fossem reservadas para pessoas negras.

Em desacordo com o PMDB, apoiou a candidatura de Lula à Presidência da República, em 2002. Em 2006, o Amapá, pela terceira vez, elegeu Sarney como seu representante no Senado.

Entre outras propostas, Sarney trabalhou pelo Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque do Tumucumaque, pela criação da Política Nacional do Livro e de um fundo nacional para dar assistência a vítimas de violência, outra de suas causas.

2005: a presença política

Ao longo do tempo em que presidiu a Casa, além dos problemas administrativos, Sarney continuou trabalhando como legislador e mantendo sua presença política, com discursos que marcaram época, como O tempo de crise, o Reforma política e muitos outros. Defendeu a necessidade de transformação de nosso sistema de governo para o Parlamentarismo e uma modificação profunda de nossas regras eleitorais, com a adoção do voto distrital misto.

Além da reforma administrativa, ainda como medidas para ampliação da transparência, fortaleceu a área de comunicação, criando a Agência Senado e expandindo a Rádio e a TV da Casa a todo o país. Instalou ainda a Ouvidoria do Senado, o Lex-ML, instrumento de pesquisa jurídica e legislativa, e um Portal de Transparência.

Foto: Acervo José Sarney



Junho, 2009: reforma administrativa

O senador José Sarney retornou à Presidência da Casa, eleito por seus pares, em 2003, 2009 e 2011. Sarney promoveu duas reformas administrativas. A primeira fora em 1996. Em 2009, 13 anos depois, contratou novamente a Fundação Getúlio Vargas para estudar uma reforma administrativa. Durante o estudo, descobriu-se que atos administrativos, de forma irregular, não haviam sido publicados no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal (BAP), embora grande parte tivesse sido publicada no Diário Oficial.

A imprensa deu grande destaque à questão, criando um falso escândalo dos “atos secretos”. No entanto, apenas uma parcela mínima, menos de 2% dos atos que não haviam sido publicados regularmente, ocorreram enquanto Sarney exercia a Presidência do Senado. Estes, em geral, foram atos da Mesa do Senado, portanto, por definição, do conhecimento público. Equivocadamente, nenhuma mídia examinou os outros 98% dos atos ou a reforma administrativa.

Fevereiro, 2011: os códigos jurídicos

Um dos graves problemas do Direito Brasileiro é a atualização dos códigos jurídicos. Com o apoio do Supremo Tribunal Federal, Sarney criou comissões de juristas para rever o Código Penal, o Código do Processo Civil, o Código do Processo Penal, o Código de Defesa do Consumidor e o Código Eleitoral. Alguns dos projetos resultantes, assinados por Sarney como presidente do Senado, foram transformados em lei. Entretanto, a aprovação dos Códigos Penal e do Processo Penal ainda estão sendo discutidos no Parlamento.

Sarney promoveu também o que se chamou de reforma do Judiciário, efetivada em 2004 com a Emenda Constitucional 45, de 2004.

Durante todos seus mandatos, foi uma referência de equilíbrio fundamental para manter a estabilidade dos três poderes.

O presidente Sarney despediu-se do Senado Federal em fevereiro de 2015, aos 84 anos.

Abril, 2020: Sarney faz 90 anos

Em abril de 2020, José Sarney chega aos 90 anos de idade. Destes ele passou 66 anos como político, 60 deles com mandato eletivo. Atingiu assim a mais longa trajetória política da História do Brasil: mais tempo do que D. Pedro II, mais tempo do que qualquer político do Império, inclusive do que os senadores vitalícios, mais tempo que qualquer político da República.

Ao mesmo tempo, teve uma extraordinária carreira como escritor — contista, poeta, romancista, ensaísta, cronista e orador —, tendo publicado 121 títulos, com 169 edições. Eleito para a Academia Maranhense de Letras em 1953, para a Academia Brasileira de Letras

em 1980, é o decano nas duas casas, além de membro de várias outras entidades literárias, no Brasil e no exterior.

Sarney foi homenageado com centenas de condecorações, tendo o grau máximo de todas as ordens oficiais brasileiras, inclusive da Ordem do Mérito Nacional, e de grande número de ordens mundiais, como a Legião de Honra, da França e a Ordem de Santiago da Espada, de Portugal. É doutor honoris causa de muitas universidades, entre elas a de Coimbra e a de Pequim.

Filho, irmão, esposo, pai, avô e bisavô extremoso, amigo de muita gente e inimigo de ninguém, Sarney é referência fundamental, tanto nos universos político e cultural como, sobretudo, para a legião de seus admiradores.



Amor em tempo de oitenta

Pensei te dar uma flor.
Pensei te dar uma joia.
Pensei te dar a relíquia
dos versos em que cantei
teu corpo, tua beleza, tua alma,
teu coração.
Pensei te dar nossas mãos
entrelaçadas no pacto
das alianças douradas.
Dou-te uma caixa de estrelas
— as mais brilhantes do céu.
Dou-te os filhos, dou-te os netos,
bisnetos e nosso lar.
Dou-te a vida que vivi
inteira
junto de ti.
Dou-te os sóis e dou-te as luas,
os segredos e mistérios
de nossas vãs tempestades.
Tudo é teu.
O que me falta te dar!
Este velho coração
batendo como um tambor
desritmado e cansado
para celebrar contigo
estes mil anos de amor.

José Sarney, em homenagem aos 80 anos de Dona Marly,
São Luís, 4 de dezembro de 2011

DEPOIMENTOS

- 17** Alberto Santoro
18 Alcione
21 Almir Pazzianotto
22 Angelo Oswaldo de Araújo Santos
25 Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay)
29 Antonio Carlos Secchin
30 Antônio Imbassahy
32 Arnaldo Niskier
33 Arno Wehling
34 Carlos Nejar
35 Celso Lafer
36 Cicero Sandroni
37 David Uip
39 Denise Rothenburg
43 Dilma Rousseff
45 Domício Proença Filho
46 Edison Lobão
49 Eduardo Braga
50 Eros Grau
52 Evanildo Bechara
53 Fafá de Belém
54 Fernando Collor de Mello
57 Fernando Henrique Cardoso
62 Heráclito Fortes
66 Ibaneis Rocha
67 Ives Gandra

- 69** Jaques Wagner
70 João Almino
71 José Augusto Ribeiro
72 Kátia Abreu
74 Kátia Bogéa
76 Luiz Felipe de Seixas Corrêa
79 Luiz Gutemberg
83 Luiz Inácio Lula da Silva
85 Mailson da Nóbrega
86 Márcio Tavares D'Amaral
89 Michel Temer
92 Nélida Piñon
97 Nelson Jobim
100 Orlando Brito
105 Paulo Tarso Flecha de Lima
106 Pedro Costa
108 Raimundo Carreiro Silva
113 Raul Cutait
115 Renan Calheiros
117 Roberto Kalil Filho
118 Roberto Viana
120 Rubens Bayma Denis
121 Rubens Ricupero
124 Sepúlveda Pertence
127 Silvestre Gorgulho
132 Tarcísio Padilha
133 Tereza Cruvinel
135 Turibio Santos

ALGUNS DISCURSOS E ARTIGOS

- 141** O momento político e a solução dos problemas nacionais / 18 de março de 1964
152 Um bom governo é aquele que melhora a sorte do povo / 31 de janeiro de 1966
164 A Conferência de Estocolmo / 19 de junho de 1972
180 Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras / 6 de novembro de 1980.
207 Discurso inaugural / 15 de março de 1985
211 Sepultamento do presidente Tancredo Neves / 24 de abril de 1985
213 Convocação da Assembleia Nacional Constituinte / 28 de junho de 1985
217 Abertura dos debates da Assembleia Geral da ONU / 23 de setembro de 1985
234 Ao assinar mensagem da Lei de Incentivos Fiscais para a Arte e a Cultura / 4 de junho de 1986
244 Abertura do Ano Legislativo de 1990 / 15 de fevereiro de 1990
260 Saudação ao Supremo Tribunal Federal por ocasião de seu centenário / 18 de abril 1991
281 Vinte anos de democracia / 15 de março de 2005
299 Juscelino Kubitschek / 12 de setembro de 2005
307 Gratidão / 18 de dezembro de 2014
323 Santa Irmã Dulce dos Pobres / 14 de maio de 2019
329 90 anos: saudades e esperanças / 24 de abril de 2020

332 A LITERATURA**338** FORTUNA CRÍTICA**346** CRONOLOGIA**370** ÍNDICE**372** FICHA TÉCNICA**373** AGRADECIMENTOS

Câmara dos Deputados

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

PRESIDENTE: Rodrigo Maia (DEM/RJ)

1º VICE-PRESIDENTE: Marcos Pereira (Republicanos/SP)

2º VICE-PRESIDENTE Luciano Bivar (PSL-PE)

1ª SECRETÁRIA: Soraya Santos (PL/RJ)

2º SECRETÁRIO: Mário Heringer (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO: Expedito Netto (PSD/RO)

4º SECRETÁRIO: André Fufuca (PP/MA)

SUPLENTE: Rafael Motta (PSB/RN), Geovania de Sá (PSDB/SC), Isnaldo Bulhões Jr. (MDB/AL), Paulão (PT/AL)

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Secretaria de Comunicação Social, Centro Cultural Câmara dos Deputados

SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Joice Hasselmann (PSL/SP)

DIRETORA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Aline Machado

DIRETORA DO CENTRO CULTURAL Isabel Flecha de Lima

NÚCLEO DE HISTÓRIA, ARTE E CULTURA / COORDENAÇÃO Clauder Diniz

EDIÇÃO Isabel Flecha de Lima

REVISÃO Maria Amélia Elói e Pedro Costa

FOTOGRAFIAS Acervo José Sarney, Agência Senado, Orlando Brito, Luciano Andrade e outros

PROJETO GRÁFICO Ely Borges e Clara Iwanow

Informações: 0800 619 619 – cultural@camara.leg.br

Palácio do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados – Anexo 1 – Sala 1601

CEP 70160-900 – Brasília/DF

<http://www.camara.leg.br/centrocultural>

Brasília, novembro de 2020

Nossos agradecimentos

Ao ex-presidente José Sarney e família.

Ao diretor do Instituto José Sarney de Estudos Superiores Políticos, Estratégicos e Educacionais (Isespe), Pedro Costa, por nos disponibilizar seu vasto acervo e por dedicar atenção a este projeto.

Aos colaboradores David Miranda, Dulce Queiroz, Elga Mara Teixeira Lopes, Luciano Andrade, Marcya Reis e Orlando Brito.



“

Encerro a minha vida sem ter inimigos e até esqueci dos adversários. Mas tenho uma grande gratidão a Deus pelos anos de vida que me concedeu, pelas responsabilidades que me entregou.”

2020

Esse livro foi composto com as famílias tipográficas Corbel e DM Serif Text, e impresso pela gráfica da Câmara dos Deputados sobre papel couché fosco 170g/m².



Secretaria de Comunicação Social
Centro Cultural